# PUBLICIDADE LEGAL

## STE - SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S/A

**CNPJ nº 88.849.773/0001-98**
**NIRE 43 3 0000418-0**
**ASSEMBLEIA GERAL**
**ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**
**CONVOCAÇÃO**

Convidamos os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a se realizar na sede social da companhia, rua Saldanha da Gama, 225 – bairro Harmonia, CEP 92.310-630, Canoas/RS, às 10 horas do dia 12 de abril de 2022, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: **1)** Tomada de contas dos Administradores, exame e aprovação do relatório e demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. **2)** Deliberação sobre a destinação do resultado do exercício. **3)** Fixação da remuneração dos Administradores. **4)** Deliberação acerca dos dividendos estatutários conjuntos com os juros remuneratórios do capital próprio, e **5)** Aumento do Capital Social mediante capitalização de reservas, bem como a correlata alteração Estatutária.

Canoas/RS, 29 de março de 2022.
ROBERTO LINS PORTELLA NUNES
Diretor Presidente.

Jornal do Comércio
*O Jornal de economia e negócios do RS*

**PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

**BIANCHINI S/A INDÚSTRIA COMÉRCIO E AGRICULTURA**
**CNPJ. 87.548.020/0001-80 – NIRE/JUCERGS 43300013715**
**CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, às 15 horas do dia 19 de abril de 2022, na sede social, na rua Dos Andradas, 1121 - 10 andar, em Porto Alegre, RS, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: A – em **Assembleia Geral Ordinária**: 1) – Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, com pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31/12/21. 2) – Destinação do lucro líquido do exercício e dos dividendos estatutários. 3) – Eleição da diretoria e fixação de sua remuneração. B- em **Assembleia Geral Extraordinária**: 1) – Deliberar sobre o aumento do capital social com a incorporação de lucros e reservas e consequente alteração do art. 6º do estatuto social.

Porto Alegre, 25 de março de 2022
ARLINDO BIANCHINI - Diretor Presidente


Jornal do Comércio
*O Jornal de economia e negócios do RS*

**PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

**COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES**
**CNPJ N.º 87.762.563/0001-03 NIRE N.º 43300010007 COMPANHIA ABERTA**
**CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Convidamos os Senhores Acionistas da COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica Zoom (Plataforma Digital), nos termos do disposto no artigo 4º, §2º, inciso I e artigo 21-C, §§2º e 3º da Instrução CVM 481/2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"), a fim de deliberarem sobre as matérias constantes da Ordem do Dia:

**Em regime ordinário**:

a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, e do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2021;

b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2021 e a distribuição de resultado;

c) Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos Administradores para o exercício social de 2022.

**Em regime extraordinário**:

a) Aprovar a alteração de endereço da sede da Companhia e a correlata alteração do Artigo 2º do Estatuto Social;

b) Deliberar sobre a proposta de aumento do Capital Social da Companhia mediante a capitalização das contas de Reservas Estatutárias (Reserva para Investimentos) no montante de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sem emissão de novas ações;

c) Alterar a redação do artigo 6° do Estatuto Social a fim de refletir o aumento de capital proposto;

d) Consolidar o Estatuto Social, em razão da aprovação das matérias da ordem do dia, conforme aplicável.

**Instruções Gerais:**

Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e da decisão do I. Colegiado da CVM no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o Acionista pode ser representado na Assembleia Geral: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil); (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro; (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro.

A participação do acionista poderá ser: (i) via boletim de voto a distância ("Boletim de Voto") disponibilizado pela Companhia nos websites da Companhia (http://ri.habitasul.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida em cada caso estão mencionadas na Proposta da Administração a ser divulgada em 29 de março de 2022; ou (ii) virtual, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 21-C, §§2º e 3º da Instrução CVM 481, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim de Voto; ou (b) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto e que, caso queira, votar na Assembleia via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto serão desconsideradas.

Para participar da AGOE, que será exclusivamente realizada pela Plataforma Digital Zoom e em tempo real, os Acionistas interessados deverão entrar em contato com o departamento de Relações com Investidores da Companhia, até às 17h do dia 27 de abril de 2022 (inclusive), através do e-mail ri@habitasul.com.br para o envio das informações e dos documentos de representação necessários, de acordo com as instruções constantes da Proposta da Administração.

Após envio de todos os documentos comprobatórios de habilitação, o Acionista ou procurador, conforme o caso, receberá um convite com uma senha individual para acesso à Plataforma Digital. Nos termos do §3º do art. 5º da ICVM 481/2009, os Acionistas que não enviarem a solicitação de participação no prazo acima mencionado contendo todos os documentos necessários não poderão participar da AGOE.

A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para o seu escritório, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos através do e-mail acima mencionado quando do cadastramento do acionista, bem como a tradução simples de referidos documentos estrangeiros.

A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por Acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões do Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.

As demais orientações e informações para a participação virtual na AGOE, bem como todos os documentos relativos à ordem do dia, devem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, disponível nos seguintes endereços eletrônicos: websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Companhia (http://ri.habitasul.com.br). Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico **ri@habitasul.com.br** ou pelo telefone +55 (51) 3303 3893 Ramal 2024/1244

Porto Alegre, 29 de março de 2022.
Péricles Pereira Druck - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

**PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

## Sonda Transportes S/A

**CNPJ n° 88.584.875/0001-29**

**AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos aos Srs. Acionistas, que se encontram a disposição dos mesmos o relatório da administração, bem como cópia das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a que se refere o Art. 133, La Lei 6.404/76, na sede social da companhia, sita a Av. Rubem Bento Alves, n° 380, bairro Sagrada Família, em Caxias do Sul, RS.

Caxias do Sul, RS, 28 de março de 2022.

Joel Marcos Sonda - Presidente

Anacleto Sonda - Diretor


Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

**PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br

comercial@jornaldocomercio.com.br

(51) 3213-1333 / 3213-1338

(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

## AGROSETA S.A.

**CNPJ Nº. 94.474.061/0001-34**

**AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição, na sede da companhia, na Avenida 1º de Maio, 1111, bairro das Rosas, em Estância Velha/RS, os documentos de que trata o artigo 133, da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Estância Velha/RS, 29 de março de 2022.

Roberto Luz - Diretor

ASCOL


Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

**PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br

comercial@jornaldocomercio.com.br

(51) 3213-1333 / 3213-1338

(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

**SETA S.A. - EXTRATIVA TANINO DE ACÁCIA**
**CNPJ Nº 89.717.268/0001-52**
**AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição, na sede da companhia, na Avenida 1º de Maio, 1109, bairro das Rosas, em Estância Velha/RS, os documentos de que trata o artigo 133, da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Estância Velha/RS, 29 de março de 2022.
Roberto Luz
Diretor

ASCOL


Jornal do Comércio
*O Jornal de economia e negócios do RS*

**PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

cpfl transmissão
Uma empresa do Grupo CPFL Energia

## Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T

Companhia Aberta
CNPJ/ME 92.715.812/0001-31 - NIRE 43.300.007.693

**Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação**

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T** ("Companhia" ou "CPFL Transmissão"), na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleias") a serem realizadas no dia 28 de abril de 2022, às 10h00, exclusivamente de modo digital, por meio da Plataforma Digital Zoom Meetings, para analisar e votar sobre a seguinte ordem do dia: **I - Em Assembleia Geral Ordinária: a.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **b.** Aprovar a proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **c.** Aprovar a remuneração global anual dos administradores para o período de maio de 2022 a abril de 2023. **II. Em Assembleia Geral Extraordinária: a.** Aprovar a alteração do Estatuto Social da Companhia, conforme a Proposta da Administração, para alterar os artigos 24, 26 e 35; **b.** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia; **c.** Ratificar a modificação do jornal de grande circulação, no qual a Companhia realiza suas publicações para fins da Lei das S.A., para o jornal "Jornal do Comércio", conforme aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de março de 2022. **Informações Gerais: 1.** Os acionistas poderão participar das Assembleias, que serão realizadas de forma exclusivamente digital, nos termos da Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"): (i) por meio da plataforma digital Zoom, ("Plataforma Digital"), pessoalmente ou por meio de Procurador, conforme detalhado abaixo; ou (ii) por meio de envio do Boletim de Voto a Distância, nos termos da Instrução CVM 481. **2.** O acionista que desejar participar e votar nas Assembleias por meio da Plataforma Digital deverá enviar e-mail para o endereço assembleias@cpfl.com.br, com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência (isto é, até o dia 26 de abril de 2022), manifestando seu interesse em participar das Assembleias e solicitando o *link* de acesso à Plataforma Digital ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá: **(i)** conter a identificação do acionista, que deverá comprovar a titularidade de ações de emissão da Companhia, conforme registro no Livro de Registro de Ações Escriturais da instituição financeira depositária das ações - Itaú Corretora de Valores S.A. e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá às Assembleias, incluindo seus nomes completos e seus CPF/ME ou CNPJ/ME, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e **(ii)** ser acompanhada dos documentos necessários para participação nas Assembleias, conforme detalhado no Manual das Assembleias. **3.** Os acionistas que não enviarem a Solicitação de Acesso na forma e prazo previstos acima não estarão aptos a participar e/ou votar nas Assembleias via sistema Plataforma Digital. **4.** Após a verificação da regularidade dos documentos enviados para participação na AGOE, a Companhia enviará ao acionista as instruções para acesso à Plataforma Digital e participação nas Assembleias. **5.** Na hipótese de o acionista não receber as senhas de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início das Assembleias, o acionista deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail assembleias@cpfl.com.br ou telefone (+55 51) 3382-2798 para que seja prestado o suporte necessário. **6.** Na data das Assembleias, o *link* de acesso à Plataforma Digital estará disponível a partir de 1 (uma) hora de antecedência, sendo que o registro da presença da acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso via *link*, conforme instruções e horários aqui indicados. Após o início das Assembleias, não será possível o ingresso (participação) do acionista nas Assembleias, independentemente da realização do cadastro prévio. **7.** Além disso, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a Plataforma Digital para participação das Assembleias com antecedência de 45 (quarenta e cinco) minutos a 1 (uma) hora para se ambientar à plataforma e verificar seu correto funcionamento. Caso o acesso à plataforma não esteja liberado nesse período, solicitamos que o acionista entre imediatamente em contato pelo e-mail ou telefone acima reportando a questão. **8.** A Companhia destaca, ainda, que as informações e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, mas sem limitação, a senha de acesso, são únicas e intransferíveis, assumindo o acionista (ou seu respectivo Procurador, conforme o caso) integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia nos termos do Manual. **9.** A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da Plataforma Digital e com o acesso à teleconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. **10.** Nos termos da Instrução CVM 481, serão considerados presentes às Assembleias os acionistas cujo boletim de voto a distância tenha sido considerado válido pela Companhia, ou os acionistas que tenham registrado sua presença, na ocorrência das Assembleias, no sistema eletrônico de participação a distância, de acordo com as orientações acima. A Companhia ressalta que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente às Assembleias, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital. **11.** É facultado a qualquer acionista constituir procurador para participar das Assembleias e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os documentos indicados no Manual das Assembleias. **12.** As procurações, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: **(i)** ser acionista ou administrador da Companhia, **(ii)** ser advogado ou **(iii)** ser instituição financeira. Para os acionistas que sejam pessoas jurídicas, conforme entendimento proferido pelo Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ2014/3578), não há a necessidade de o mandatário ser **(i)** acionista ou administrador da Companhia, **(ii)** advogado ou **(iii)** instituição financeira. **13.** Nos termos da Instrução da CVM 481, a Companhia adotou o sistema de votação a distância, permitindo que os acionistas participem das Assembleias mediante o preenchimento e a entrega dos respectivos Boletins de Voto a Distância aos agentes de custódia, ao escriturador ou diretamente à Companhia, de acordo com as instruções do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia, do Manual das Assembleias e da Proposta da Administração. **14.** Nos termos do artigo 135, § 3º, da Lei das S.A. e em cumprimento ao disposto no artigo 6º e seguintes da Instrução CVM 481, todos os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas nas Assembleias encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede social da Companhia, no seu website de relações com investidores (www.cpfl.com.br), bem como nos websites da CVM (www.gov.br/cvm), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Porto Alegre, 28 de março de 2022.

**Gustavo Estrella -** Presidente do Conselho de Administração


Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

**PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

## TERACOM TELEMÁTICA S.A.

CNPJ 02.820.966/0001-09 NIRE 43300057119

**Relatório da Diretoria:** A Administração da Teracom Telemática S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de seus acionistas as Demonstrações Financeiras relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas em conformidade com a Legislação Societária.

**Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais).** *As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras*

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

| Ativo | Nota | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 20.802 | 13.016 |
| Aplicações financeiras | | - | 2.955 |
| Clientes | 3 | 116.215 | 108.216 |
| Estoques | 4 | 109.317 | 67.083 |
| Impostos a recuperar | 5 | 15.676 | 10.992 |
| Adiantamentos | | 13.057 | 10.079 |
| Outras contas a receber | | 1.820 | 2.410 |
| **Total circulante** | | **276.887** | **214.751** |
| **Não circulante** | | | |
| Clientes | 3 | 134 | 358 |
| Depósitos judiciais | | 653 | 534 |
| Impostos a recuperar | 5 | 3.719 | 22.893 |
| Imobilizado | 6 | 38.464 | 40.293 |
| Intangível | | 73 | 191 |
| **Total não circulante** | | **43.043** | **64.269** |
| **Total do ativo** | | **319.930** | **279.020** |

| Passivo | Nota | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Fornecedores | 8 | 20.608 | 26.977 |
| Empréstimos e financiamentos | 9 | 6.763 | 6.505 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 10 | 10.450 | 9.227 |
| Obrigações fiscais | 11 | 5.077 | 7.033 |
| Adiantamento de clientes | | 2.005 | 1.454 |
| Pesquisa e desenvolvimento | | - | 278 |
| Dividendos e JCP a pagar | 13 | 499 | 6.657 |
| Outras contas a pagar | | 938 | 979 |
| Provisão para serviços | | 4.558 | 5.472 |
| **Total circulante** | | **50.898** | **64.582** |
| **Não circulante** | | | |
| Outras contas a pagar | | - | 28 |
| Provisão para contingencias | 12 | 6.133 | 5.814 |
| Empréstimos e financiamentos | 9 | 20.578 | 7.264 |
| **Total não circulante** | | **26.711** | **13.106** |
| **Patrimônio líquido** | | | |
| Capital social | 13 | 150.501 | 150.501 |
| Reservas de lucros | 13 | 91.820 | 50.831 |
| **Total do patrimônio líquido** | | **242.321** | **201.332** |
| **Total do passivo e do patrim. líq.** | | **319.930** | **279.020** |

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

| | Nota | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| **Receita líq. de vendas e serv. prest.** | 14 | **267.599** | **231.795** |
| Custo dos prod. vendidos e serv.prest. | | (152.914) | (120.866) |
| **Lucro Bruto** | | **114.685** | **110.929** |
| **(Despesas) Receitas operacionais** | | | |
| Despesas com vendas | | (29.296) | (18.995) |
| Despesas administrativas | | (27.077) | (22.032) |
| Gastos com pesquisa e desenvolvimento | | (33.204) | (33.948) |
| Outras receitas e despesas operacionais | | 26.673 | 23.103 |
| **Result. ant. receitas (desp.) financ. líq. e imp.** | | **51.781** | **59.057** |
| Receitas financeiras | | 3.087 | 6.580 |
| Despesas financeiras | | (2.065) | (2.349) |
| Variação cambial, líquida | | (275) | (3.924) |
| **Resultado financeiro líquido** | | **747** | **307** |
| **Lucro (Prej.) antes IR e da contrib. social** | | **52.528** | **59.364** |
| IR e contribuição social - Corrente | 7 | (40) | (882) |
| **Lucro líquido do exercício** | | **52.488** | **58.482** |

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRAGENTES

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | 52.488 | 58.482 |
| **Resultado abrangente total** | **52.488** | **58.482** |

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| | Capital social | Reserva de Lucros: Reserva Legal | Reserva de Lucros: Res. p/efetivação de novos Invest. | Reserva de Lucros: Res. Lucros a Realizar | Prej./Lucros acumulado | Total patrim. líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** | **150.501** | **83** | **-** | **1.556** | **-** | **152.140** |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 58.482 | 58.482 |
| Distribuição de dividendos | - | - | - | (1.556) | (7.734) | (9.290) |
| Constituição de reservas | - | 2.924 | - | 47.824 | (50.748) | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | **150.501** | **3.007** | **-** | **47.824** | **-** | **201.332** |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 52.488 | 52.488 |
| Constituição de reserva legal | - | 2.624 | - | - | (2.624) | - |
| Distribuição de dividendos | - | - | (8.000) | (3.000) | (499) | (11.499) |
| Constituição de reservas | - | - | 44.824 | 4.541 | (49.365) | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **150.501** | **5.631** | **36.824** | **49.365** | **-** | **242.321** |

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

| **Fluxo de caixa das ativid. operacionais** | Nota | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| **Lucro do exercício** | | **52.488** | **58.482** |
| **Ajustes para conciliar o resultado de caixa gerado pelas atividades operacionais:** | | | |
| Depreciação e amortização | 6 | 2.730 | 4.371 |
| Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa | 3 | (2.843) | (3.089) |
| (Reversão)/Provisão p/ perda no estoque | 4 | (996) | (1.332) |
| Provisão(Reversão) p/ riscos trabalhistas | 12 | 319 | 193 |
| Variação Cambial não efetiva | | (221) | 555 |
| Encargos e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos | 9 | 5 | 3.372 |
| Baixa do ativo imobilizado | | 372 | 140 |
| **(Aumento) redução em ativos:** | | | |
| Clientes | | (4.725) | (33.743) |
| Estoques | | (41.238) | (6.072) |
| Depósitos judiciais | | (119) | (158) |
| Impostos a recuperar | | 14.490 | (7.015) |
| Outras contas a receber | | 951 | (8.391) |
| **Aumento (redução) em passivos:** | | | |
| Fornecedores | | (6.739) | 6.170 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | 1.223 | 703 |
| Obrigações fiscais | | (1.984) | 3.662 |
| Outras contas a pagar | | (682) | (1.988) |
| Juros pagos s/ emprést. e financiamentos | 9 | (573) | (240) |
| **Fluxo de caixa proveniente (utilizado) nas atividades operacionais** | | **12.458** | **15.620** |
| Aquisições de imobilizado | | (1.150) | (611) |
| Aquisições de intangível | | (5) | - |
| **Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos** | | **(1.155)** | **(611)** |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | 13 | (17.657) | (2.577) |
| Contratação de emprést.e financiamentos | 9 | 20.000 | - |
| Amortização de emprést. e financiamentos | 9 | (5.860) | (7.142) |
| **Fluxo de caixa proveniente (utilizado) das atividades de financiamentos** | | **(3.517)** | **(9.719)** |
| **Aum./(Red.) de caixa e equiv. de caixa** | | **7.786** | **5.289** |
| Caixa e equiv. caixa no início do exercício | | 13.016 | 7.727 |
| Caixa e equiv. caixa no fim do exercício | | 20.802 | 13.016 |
| **Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa** | | **7.786** | **5.289** |

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**1. Contexto operacional:** A Teracom Telemática S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, estabelecida no Brasil, com sede em Eldorado do Sul, localizada na Rua América, número 1000, Rio Grande do Sul. A Companhia é fabricante de equipamentos para o setor de telecomunicações e informática, provendo soluções avançadas de Metro Ethernet, multiplexadores SDH (Synchronous Digital Hierarchy) e PDH (Plesiochronous Digital Hierarchy) para transporte e acesso, bem como sistemas de gerenciamento de redes para telecomunicações. Os produtos são voltados para a transmissão de voz e dados, produzidos com tecnologia própria, desenvolvida através de investimentos na área de Pesquisa e Desenvolvimento, e incorporam grande valor tecnológico capaz de fornecer soluções completas aos clientes da Companhia por preços competitivos.

**2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), e com base nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas na moeda funcional foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **2.1. Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **a. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os saldos em caixa, conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa estão registradas por valores equivalentes ao valor justo na data do encerramento do exercício. Estas aplicações estão disponíveis para utilização no fluxo de caixa diária. As aplicações, cuja destinação não será a manutenção das operações e seu uso será a partir de 90 dias, são separadas de caixa e equivalentes de caixa e classificadas como aplicações financeiras no balanço patrimonial. **c. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O valor realizável líquido é o preço de compra estimado para o curso normal dos negócios, acrescidos dos custos e despesas de compra. A política interna da Companhia para constituição de provisão inclui: provisão para itens sem giro há mais de 4 anos, sem uso ou sem previsão de uso nos próximos dois anos. Além disso, materiais avaliados como obsoletos, sem previsão de utilização para novos produtos ou cuja recuperabilidade é improvável. **d. Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e. Ativos imobilizados:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, desde que não alterem de forma relevante a vida útil do bem. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os terrenos não são depreciados. **f. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstancias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. **g. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tiver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **h. Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 por ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto corrente é o imposto devido sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes de diferenças temporárias resultantes da eliminação de receitas ou despesas não tributáveis em exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, à medida que exista expectativa de geração de resultado tributável suficiente para a utilização de tais créditos. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **i. Capital social:** O capital social está integralmente dividido em ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. **j. Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **k. Subvenção governamental**: As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como subvenções a realizar pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas ou redutoras da despesa de mesma natureza em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas.

**3. Clientes:**

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| A Vencer | 87.508 | 99.248 |
| Vencidas até 30 dias | 10.969 | 4.219 |
| Vencidas até 60 dias | 6.614 | 1.088 |
| Vencidas até 90 dias | 6.751 | 1.029 |
| Vencidas até 180 dias | 2.969 | 1.260 |
| Vencidos há mais de 181 dias | 7.717 | 11.775 |
| **Total** | **122.528** | **118.619** |

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada abaixo:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Saldo no início do exercício | (9.957) | (13.400) |
| Constituição de provisão | (674) | (839) |
| Perda efetiva | 1.289 | 354 |
| Reversão de provisão | 3.517 | 3.928 |
| **Saldo no fim do exercício** | **(5.825)** | **(9.957)** |

**4. Estoques:**

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Produtos acabados | 27.453 | 25.431 |
| Produtos acabados em poder de terceiros | 908 | 1.255 |
| Produtos em elaboração | 768 | 2.986 |
| Matérias-primas | 82.615 | 39.827 |
| Matérias-primas em poder de terceiros | 11 | 496 |
| Importações em andamento | 1.538 | 2.060 |
| Prov. p/Perda de Estoques (Poder de 3º) | (836) | (1.471) |
| Prov. para Perda de Estoques (Obsoletos) | (3.140) | (3.501) |
| **Total** | **109.317** | **67.083** |

A movimentação na provisão para perdas de estoques está apresentada abaixo:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Saldo no início do exercício | (4.972) | (6.304) |
| Constituição (Reversão) de provisão | 996 | 1.332 |
| **Saldo no fim do exercício** | **(3.976)** | **(4.972)** |

**5. Impostos a recuperar:**

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Imposto de renda e contribuição social (c) | 8.250 | 2.651 |
| Benefício P&D RN/PPB Lei 13969 de 2019 (a) | 7.426 | 8.341 |
| Impostos a recuperar - Ação judicial (b) | 3.719 | 22.893 |
| **Total** | **19.395** | **33.888** |
| Circulante | 15.676 | 10.995 |
| Não circulante | 3.719 | 22.893 |

**a. Benefício P&D RN/PPB Lei 13969 de 2019:** De acordo com a lei 13.969 de 2019 são habilitados créditos financeiros para a compensação de impostos federais. Para esta habilitação ocorrer, a Companhia deve fazer investimentos na área de Pesquisa e Desenvolvimento. **b. Impostos a recuperar - Ação judicial:** Composto do ganho em ações judiciais: Créditos presumidos de ICMS na base do IRPJ e da CSLL, com transito em julgado em 04 de maio de 2019 com Habilitação de Crédito em 09 de julho de 2019, no montante de R$17.824, referente ao período de 2007 até o exercício social de 2014, sendo que este montante está sendo compensado com o acréscimo de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulados mensalmente, e com juros de 1% (um por cento) no mês em que a quantia for utilizada na compensação de débitos federais. E, Exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e da Cofins, com trânsito em julgado em 06 de agosto de 2020 e habilitação do crédito em 10 de novembro de 2020, no montante de R$14.196, referente ao período de 2012 até o exercício social de 2020, sendo que este montante está sendo compensado com o acréscimo de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulados mensalmente, e com juros de 1% (um por cento) no mês em que a quantia for utilizada na compensação de débitos federais. **c.** Composto principalmente por saldos de imposto de renda e contribuição social, recolhidos por estimativa mensal durante o exercício de 2021.

**6. Imobilizado:** A composição do ativo imobilizado:

| 2021 | Deprec. Anual | Custo | Deprec. acumul. | Líquido |
|---|---|---|---|---|
| Terrenos | | 7.037 | - | 7.037 |
| Prédios e edificações | 2% | 18.524 | (2.649) | 15.875 |
| Móveis & utensílios | 8% | 3.396 | (2.386) | 1.010 |
| Máquinas e equipamentos | 6% | 21.011 | (13.806) | 7.205 |
| Instalações | 5% | 8.182 | (3.479) | 4.703 |
| Computadores e periféricos | 13% | 5.288 | (4.777) | 511 |
| Equipamentos telefônicos | 10% | 94 | (91) | 3 |
| Benfeitorias em propriedade de terceiros | 20% | 143 | (110) | 33 |
| Máquinas e equipamentos Datacom | 6% | 3.902 | (2.388) | 1.514 |
| Imobilizações em andamento | | 572 | - | 572 |
| | | **68.148** | **(29.686)** | **38.464** |

| 2020 | Deprec. Anual | Custo | Deprec. acumul. | Líquido |
|---|---|---|---|---|
| Terrenos | | 7.037 | - | 7.037 |
| Prédios e edificações | 2% | 18.523 | (2.343) | 16.180 |
| Móveis & utensílios | 8% | 3.434 | (2.179) | 1.255 |
| Máquinas e equipamentos | 6% | 24.756 | (14.978) | 9.778 |
| Instalações | 5% | 8.182 | (3.070) | 5.112 |
| Computadores e periféricos | 13% | 5.125 | (4.602) | 523 |
| Equipamentos telefônicos | 10% | 94 | (90) | 4 |
| Benfeitorias em propri. de terceiros | 20% | 799 | (758) | 41 |
| Máquinas e equipamentos Datacom | 6% | 305 | (8) | 297 |
| Imobilizações em andamento | | 66 | - | 66 |
| | | **68.320** | **(28.028)** | **40.293** |

**7. Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia analisou as estimativas de resultado futuros e constatou que, embora as projeções mostrem lucro contábil, não é provável que lucros fiscais futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis para serem utilizados. A Companhia considerou na análise a utilização do benefício da Lei do Bem, que reduz significativamente os lucros fiscais futuros. Em 2020, excepcionalmente, a Companhia registrou lucro fiscal em função do êxito na ação judicial que pleiteava a exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS.

**8. Fornecedores:**

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Fornecedores mercado interno | 5.449 | 9.051 |
| Fornecedores mercado externo | 15.159 | 17.926 |
| | **20.608** | **26.977** |

**9. Empréstimos e financiamentos**:

| | | | 2021 | | 2020 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Moeda nacional** | **Moeda / Encargos** | **Venci-mento** | **Circu-lante** | **Não circulante** | **Circu-lante** | **Não circulante** |
| B.Brasil | Euro / 0,08%a.a. | 2021 | - | - | 2.445 | - |
| Santander | Euro | 2021 | - | - | 693 | - |
| FINEP | Real / TR + 3,5%a.a. | 2024 | 3.364 | 3.911 | 3.367 | 7.264 |
| BNDES | 2,75% + 2% | 2027 | 3.399 | 16.667 | - | - |
| | | | **6.763** | **20.578** | **6.505** | **7.264** |

**10. Obrigações sociais e trabalhistas:**

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Salários e ordenados a pagar | 1.790 | 1.353 |
| Pensão alimentícia a pagar | 3 | 2 |
| INSS a recolher | 905 | 796 |
| FGTS a recolher | 299 | 254 |
| Participação de empregados a pagar | 2.665 | 2.631 |
| Provisão p/férias,13º e encargos | 4.788 | 4.191 |
| | **10.450** | **9.227** |

**11. Obrigações fiscais:**

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| COFINS a recolher | 3 | 345 |
| PIS a recolher | 1 | 63 |
| CSLL a recolher | - | 246 |
| IRPJ a recolher | - | 1.413 |
| IPI a recolher | 1.726 | 2.112 |
| ICMS a recolher | 1.782 | 1.409 |
| ISSQN a recolher | 54 | 60 |
| Ret. PIS/COFINS/CSLL a Recolher | 345 | 326 |
| IRRF a Recolher | 1.166 | 1.059 |
| | **5.077** | **7.033** |

**12. Provisão para contingências:** A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais perante tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas. Em 2021, a Companhia possui o montante de R$ 6.133 (R$ 5.814 em 2020) provisionado como contingências prováveis de perda, as quais são relacionadas a riscos trabalhistas, de acordo com a posição da administração e de seus assessores jurídicos. Em 2021, a Companhia possui outros processos e obrigações trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo considerados como de risco possível, no montante de R$ 447 (R$ 829 em 2020), os quais são relacionados a riscos trabalhistas, para os quais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, nenhuma provisão foi constituída.

**13. Patrimônio líquido:** ***a. Capital social:*** O capital social em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é composto de 15.000.000 ações ordinárias, no valor nominal de R$ 10,03 cada uma. ***b. Dividendos e juros sobre capital próprio:*** No exercício de 2021, foi pago a título de dividendos e juros sobre o capital próprio apropriados em anos anteriores o montante de R$ 17.657 (R$ 2.557 em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado no passivo em dividendos a pagar e Juros sobre Capital Próprio o montante de R$ 499 (R$ 6.657 em 2020).

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Juros s/capital próprio a pagar | - | 6.101 |
| Dividendos a pagar | 499 | 556 |
| | **499** | **6.657** |

***c. Reserva de lucros:*** De acordo com o estatuto da Companhia, do resultado apurado, após dedução dos eventuais prejuízos acumulados, poderá ser destacada uma parcela correspondente à participação nos lucros destinados aos Acionistas da Companhia, respeitando o limite que a legislação estabelece. O saldo remanescente do resultado do exercício terá a destinação de 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal. ***d. Dividendo mínimo obrigatório:*** Do saldo remanescente, do item anterior, ajustado na forma da lei, 1% (um por cento), no mínimo, serão distribuídos aos acionistas como dividendo obrigatório. Em 2021, foi destinado o montante de R$499 a título de dividendos obrigatórios conforme o Estatuto Social.

**14. Receita operacional líquida:** Abaixo, apresentamos a conciliação entre a receita bruta, para fins fiscais, e a receita apresentada nas demonstrações de resultados do exercício:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Venda de produtos | 269.625 | 219.410 |
| Venda de mercadorias | 76.171 | 54.529 |
| Prestações de serviços | 9.724 | 7.500 |
| **Total da receita bruta** | **355.520** | **281.439** |
| (-) Impostos sobre as vendas | (77.817) | (44.916) |
| (-) Devoluções, abatimentos e cancelamentos | (10.104) | (4.728) |
| **Receita líquida de vendas** | **267.599** | **231.795** |

Abaixo, apresentamos a composição da receita bruta fiscal, por região:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Receita no Brasil | 339.730 | 274.649 |
| Receita no exterior | 15.790 | 6.789 |
| **Receita bruta** | **355.520** | **281.438** |

Nota: As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas, estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, inclusive com o parecer de auditoria emitido pela KPMG Assurance Services Ltda. - CRC SP-023228/F-5 e Ricardo Hirashima - Contador CRC 1SP246531/O-5

**Antônio Carlos Tiecher Pôrto** - Presidente;
**Cristina Nerich** - Contadora - CRC-RS 86.781/O-2

# IP SUL CONCESSIONÁRIA DE ILUMINACAO PÚBLICA S.A.

**CNPJ: 37.070.559/0001-06**

**Balanço patrimonial**
**Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)**

| Ativo | Nota explicativa | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 16.146.848 | 10.531.171 |
| Contas a receber de clientes | | 1.004.057 | 872.500 |
| Ativo financeiro | 5 | 35.612.021 | 8.862.081 |
| Estoques | 6 | 14.921.782 | 924.768 |
| Tributos a recuperar | 7 | 404.702 | 45.523 |
| Outras contas a receber | | 334.058 | 33.054 |
| Despesas antecipadas | 8 | 170.545 | 161.730 |
| | | **68.594.014** | **21.430.827** |
| **Não circulante** | | | |
| Tributos diferidos | 9.1 | 1.444.004 | 852.874 |
| Despesas antecipadas | | – | 2.999 |
| Imobilizado | 10 | 1.483.769 | 1.568.720 |
| Intangível | 11 | 19.067 | 24.267 |
| Direito de uso - Arrendamento | 16 | 332.527 | 184.999 |
| | | **3.279.368** | **2.633.858** |
| **Total do ativo** | | **71.873.381** | **24.064.686** |

| Passivo e patrimônio líquido | Nota explicativa | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Fornecedores | 12 | 11.279.573 | 396.772 |
| Obrigações trabalhistas | | 522.562 | 139.514 |
| Obrigações tributárias | | 355.564 | 124.668 |
| Passivo de arrendamento | 15 | 301.820 | 53.298 |
| Dividendos e JSCP a pagar | 16.3 | 2.592.834 | 544.219 |
| Outras contas a pagar | 14 | 77.138 | 78.188 |
| | | **15.129.491** | **1.336.660** |
| **Não circulante** | | | |
| Tributos Diferidos | 9.1 | 9.805.811 | 2.313.192 |
| Passivo de arrendamento | 15 | 57.302 | 136.191 |
| | | **9.863.113** | **2.449.383** |
| **Patrimônio líquido** | 16 | | |
| Capital social | | 40.500.000 | 20.250.000 |
| Reserva legal | | 459.931 | 28.643 |
| Lucros a disposição da assembleia geral ordinária | | 5.920.846 | – |
| | | **46.880.777** | **20.278.643** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **71.873.381** | **24.064.686** |

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)**

| | Capital social | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Subscrito | A integralizar | Reserva Legal | Lucro acumulados | Lucro a disposição da Assembleia Geral Ordinária | Total Patrimônio Líquido |
| **Saldos em 05 de maio de 2020** | – | – | – | – | – | – |
| Integralização de capital | 40.500.000 | (20.250.000) | – | | – | **20.250.000** |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | 572.862 | – | **572.862** |
| **Destinações** | | | | | | |
| Reserva legal | – | – | 28.643 | (28.643) | – | – |
| Dividendo mínimo obrigatório | – | – | – | (136.055) | – | **(136.055)** |
| Dividendos adicionais | – | – | | (408.164) | – | **(408.164)** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | **40.500.000** | **(20.250.000)** | **28.643** | – | – | **20.278.643** |
| Integralização de capital | – | 20.250.000 | – | – | – | **20.250.000** |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | 8.625.749 | – | **8.625.749** |
| **Destinações** | | | | | | |
| Reserva legal | – | – | 431.287 | (431.287) | – | – |
| Juros sobre capital próprio | – | – | – | (1.500.000) | – | **(1.500.000)** |
| Imposto de Renda sobre JSCP | – | – | – | (225.000) | – | **(225.000)** |
| Dividendo mínimo obrigatório | – | – | – | (548.615) | – | **(548.615)** |
| Dividendos adicionais | – | – | – | (5.920.846) | 5.920.846 | – |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **40.500.000** | – | **459.931** | – | **5.920.846** | **46.880.777** |

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.**

**Demonstrações do resultado do exercício**
**Períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e período de 05 de maio a 31 de dezembro de 2020 (Em Reais)**

| | Nota explicativa | 31/12/2021 | Período de 05 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2020 |
|---|---|---|---|
| Receita operacional líquida | 17 | 33.463.580 | 9.560.399 |
| Custo de construção | 18 | (11.597.493) | (5.286.397) |
| Custo de operação | 18 | (9.777.674) | (1.160.943) |
| **Lucro bruto** | | **12.088.413** | **3.113.059** |
| **Despesas operacionais** | | | |
| Despesas administrativas | 18 | (916.941) | (2.410.094) |
| Outros resultados operacionais | | 80.617 | – |
| **Lucro líquido operacional antes do resultado financeiro e impostos** | | **11.252.088** | **702.965** |
| Receitas financeiras | | 1.139.148 | 184.444 |
| Despesas Financeiras | | (81.487) | (19.436) |
| **Lucro líquido operacional antes dos impostos** | | **12.309.749** | **867.973** |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 9.2 | (3.684.000) | (295.111) |
| **Lucro líquido do exercício** | | **8.625.749** | **572.862** |
| **Lucro líquido por ação** | | **0,86** | **0,06** |

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.**

**Demonstrações do resultado abrangente Períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e período de 05 de maio a dezembro de 2020 (Em Reais)**

| | 31/12/2021 | Período de 05 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2020 |
|---|---|---|
| **Lucro líquido do período** | **8.625.749** | **572.862** |
| Outros resultados abrangentes | – | – |
| **Total do resultado abrangente do exercício** | **8.625.749** | **572.862** |

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**
**Períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e período de 05 de maio a dezembro de 2020 (Em Reais)**

| | 31/12/2021 | Período de 05 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2020 |
|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | |
| **Lucro líquido do exercício** | **8.625.749** | **572.862** |
| **Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido** | | |
| Depreciação e amortização | 706.437 | 112.148 |
| Tributos sobre o lucro | 3.684.000 | 295.111 |
| Tributos sobre receita de ativo financeiro diferidos | 3.217.489 | 1.165.206 |
| Juros provisionados | 80.229 | – |
| **Resultado ajustado** | **16.313.904** | **2.145.327** |
| **(Redução)/aumento líquido nos ativos** | | |
| Ativo financeiro | (26.749.941) | (8.862.081) |
| Clientes | (131.557) | (872.500) |
| Estoques | (13.997.015) | (924.768) |
| Tributos a recuperar | (359.178) | (45.523) |
| Outras contas a receber | (301.004) | (33.054) |
| Despesas antecipadas | (5.815) | (164.730) |
| Direito de uso arrendamento | – | (184.999) |
| **(Redução)/aumento líquido nos passivos** | | |
| Obrigações trabalhistas | 383.048 | 139.514 |
| Fornecedores | 10.882.802 | 396.772 |
| Obrigações tributárias | 5.895 | 124.668 |
| Outras contas a pagar | (1.050) | 78.188 |
| Passivo de arrendamento | – | 189.489 |
| | **(30.273.816)** | **(10.159.022)** |
| Juros pagos | (80.229) | – |
| **Caixa líquido gerado/consumido das atividades operacionais** | **(14.040.140)** | **(8.013.695)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimentos** | | |
| Aquisição imobilizado | (281.703) | (1.679.134) |
| Aquisição intangível | – | (26.000) |
| **Caixa consumido nas atividades de investimento** | **(281.703)** | **(1.705.134)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | |
| Integralização de capital | 20.250.000 | 20.250.000 |
| Pagamento de arrendamentos | (312.479) | – |
| **Caixa gerado nas atividades de financiamento** | **19.937.521** | **20.250.000** |
| **Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa** | **5.615.677** | **10.531.171** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 10.531.171 | – |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período | 16.146.848 | 10.531.171 |
| **Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa** | **5.615.677** | **10.531.171** |

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)**

**1. Informações gerais:** IP SUL Concessionária de Iluminação Pública S.A. ("Companhia"), adota o nome fantasia IPSul, possui sede na Rua Dr. João Inácio, nº 1130, Bairro Navegantes, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. A Companhia foi fundada em 05 de maio de 2020, registrada como Sociedade de Propósito específico - SPE, exclusivamente dedicada à execução do objeto da concorrência pública promovida pelo Município de Porto Alegre, para a concessão administrativa cujo objeto é a modernização, expansão, operação, manutenção e exploração de receitas acessórias da Infraestrutura da Rede de Iluminação Pública do referido Município por um prazo de 20 anos. Em 2021, iniciou-se a modernização do parque, que é o principal benefício previsto na Concessão, por proporcionar a esperada melhoria na iluminação da cidade e economia de energia. Também houve um avanço significativa na parte de planejamento e projetos que vem dando suporte para uma execução eficiente e propiciando o cumprimento das regras contratuais. A manutenção teve um papel de destaque em 2021, pois a IPSUL conseguiu atender os prazos contratuais e vale ressaltar que todo o passivo de protocolos recebidos no início da Concessão foi atendido reduzindo substancialmente a taxa de falha do parque de iluminação da cidade de Porto Alegre. A Companhia encerra 2021, atendendo às expectativas de resultados econômico-financeiros e operacionais e nos preparamos para os desafios de 2022. O principal deles: finalizar a modernização do parque de iluminação pública e cumprir seus prazos. Pelo ritmo de execução das diversas exigências contratuais até aqui, temos a certeza de que 2022 também será um ano de sucesso para a IPSul. **2. Impactos Covid-19:** Tendo em vista o atual cenário do país decorrente da pandemia do COVID-19, caracterizado pela Organização Mundial da Saúde como pandemia ("Coronavírus"), a Companhia está adotando algumas medidas para preservar a saúde e integridade física de suas pessoas e comunidade local: **(i)** Divulgação de plano preventivo interno sobre a prevenção do Coronavírus, desenvolvido com médicos da Companhia; **(ii)** Afastamento domiciliar monitorado para colaboradores que apresentem tosse, febre ou falta de ar; **(iii)** Afastamento de colaboradores e, quando for o caso, de seu parceiro de trabalho, que tiveram contato próximo com infectados; **(iv)** Recomendação de regime de "home office" para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e seja considerada como essencial para manter a capacidade mínima necessária de funcionamento da Companhia; **(v)** Reforço na limpeza e sanitização dos ambientes de trabalho incluso veículos operacionais, para mitigar a transmissão interna do vírus. Graças ao trabalho de prevenção desenvolvido, não registramos casos de transmissão interna, apesar de registrarmos alguns afastamentos por motivo da doença. Por se tratar de atividade essencial, os serviços de iluminação pública não foram descontinuados. A Companhia sofreu inicialmente pelo atraso na entrega de alguns materiais, na reforma de sua unidade operacional e na redução da força de trabalho com o afastamento de alguns colaboradores. Mas esses fatores não representaram impacto significativo em sua operação. A Companhia permanece comprometida com a segurança de seus colaboradores, seus clientes e com os cidadãos, atuando sempre de forma transparente, ética e responsável. **3. Base de preparação: 3.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2022, e serão posteriormente ratificadas pela assembleia de acionistas. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial. Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, que representa a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3.2. Principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **3.2.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. **3.2.2. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do cPc exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. A principal área que envolve estimativa e premissa é a referente a Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. **3.2.3. Ativo financeiro:** Representado pelo contrato firmado com o Poder Concedente para construir, modernizar e operar e manter o parque de iluminação pública, condicionado ao recebimento da receita não somente pela passagem do tempo, mas após cumprir a obrigação de performance de manter e operar a infraestrutura. O ativo proveniente da construção e modernização da infraestrutura é formado pelo reconhecimento da receita de construção e pela sua remuneração financeira. **3.2.4. Estoques:** Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado, e segregados em materiais para manutenção e construção do parque concedido. **3.2.5. Imobilizado:** Demonstrado ao custo, reduzido das depreciações de bens do imobilizado, calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa n° 11. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. **3.2.6. Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **3.2.7. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **3.2.8. Reconhecimento de receita: Serviços de iluminação pública:** As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **a) Receita de construção** - serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se PIS e COFINS e margem de construção ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente); **b) Remuneração do ativo de contrato de concessão** - juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura. Dessa forma, a soma das contraprestações futuras não representa o seu efetivo valor presente, estando o ativo financeiro sob o alcance do CPC 12 Ajuste a Valor Presente. Tal ajuste enseja o reconhecimento de receita financeira pelo concessionário. A definição da taxa de desconto aplicada teve como parâmetro linha de eficiência energética disponibilizada pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social para prefeituras. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão, determinado na data de início de cada contrato de concessão; **c) Receita de operação e manutenção** - serviços de operação e manutenção das instalações de iluminação pública, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização. **3.2.8. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. O saldo de equivalentes de caixa decorre em sua maioria do saldo de capital social integralizado em 20 de janeiro de 2021, contraprestações recebidas menos pagamentos efetuados. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Bancos | 204.702 | – |
| Aplicações financeiras | 15.942.146 | 10.531.171 |
| | **16.146.848** | **10.531.171** |

O saldo de equivalentes de caixa decorre em sua maioria do saldo de capital social integralizado em 20 de janeiro de 2021, contraprestações recebidas menos pagamentos efetuados. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. **5. Ativo financeiro**

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Saldo Inicial | 8.862.081 | – |
| Receita de Construção | 20.225.187 | 8.808.797 |
| Receita Operacional | 17.180.040 | 1.924.959 |
| Receita Financeira | 608.608 | 126.631 |
| Contraprestações reconhecidas | (11.263.895) | (1.998.307) |
| Ativo financeiro | **35.612.021** | **8.862.081** |

O Ativo financeiro da Companhia é oriundo do contrato de concessão n° 72274/2020, firmado com o município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. O objeto do contrato é a concessão administrativa para a execução de obras e prestação de serviços relativos à modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do município de Porto Alegre, com prazo de vigência de 20 anos, contado a partir da data de eficácia. O ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, indica que os contratos de concessão devem ser registrados de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 47 Receita de contrato com cliente, o método adotado para mensuração do ativo foi o de mensuração do progresso. **6. Estoques:**

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Material de manutenção | 9.874.862 | 924.768 |
| Estoque em trânsito | 5.046.920 | – |
| | **14.921.782** | **924.768** |

**7. Tributos a recuperar:**

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| IRPJ a recuperar | 404.702 | 45.523 |
| | **404.702** | **45.523** |

**8. Despesas antecipadas:**

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Seguros a apropriar | 170.545 | 164.729 |
| | **170.545** | **164.729** |
| Circulante | 170.545 | 161.730 |
| Não Circulante | – | 2.999 |
| | **170.545** | **164.729** |

Refere-se a seguros previstos na clausula 26 do contrato assinado junto ao poder concedente, os quais devem ser reajustados anualmente com o intuito de garantir a continuidade dos serviços, conforme contrato de concessão. **9. Tributos correntes e diferidos 9.1. Tributos diferidos:**

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Prejuízo fiscal sobre imposto de renda | 1.064.415 | 627.113 |
| Base negativa sobre contribuição social | 379.589 | 225.761 |
| Ativo fiscal diferido | 1.444.004 | 852.874 |
| Pis diferido | 604.165 | 160.621 |
| Cofins diferido | 2.782.822 | 739.828 |
| Iss diferida | 995.708 | 264.758 |
| Imposto de renda diferido | 3.987.585 | 844.107 |
| Contribuição social diferida | 1.435.531 | 303.878 |
| Passivo fiscal diferido | 9.805.811 | 2.313.192 |

O PIS e a COFINS com compensação diferida referem-se aos débitos calculados sobre as receitas de construção relativas à formação do ativo financeiro, diferidos pelo prazo de amortização do mesmo, os quais serão realizados quando as contraprestações mensais são recebidas e tributadas. **9.2. Tributos correntes**

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | 12.309.749 | 867.973 |
| Adições (exclusões) permanentes | (1.474.454) | – |
| Adições (exclusões) temporárias | (12.573.913) | (3.376.428) |
| Lucro ajustado | (1.738.618) | (2.508.455) |
| Alíquota Nominal Combinada do Imposto de Renda e da Contribuição Social | 34% | 34% |
| Prejuízo fiscal reconhecido | (591.130) | (852.874) |
| Tributos diferidos sobre diferenças temporárias | 4.275.130 | 1.147.985 |
| **Imposto de Renda e CS** | 3.684.000 | 295.110 |

Os valores reportados como despesa de imposto de renda nas demonstrações de resultado são reconciliados com as alíquotas estatutárias como segue: **10. Imobilizado**

| | Taxas anuais de depreciação | Deprec. acumulada | Custo de aquisição | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| Edificações | 10% | (29.566) | 286.810 | 257.244 | 233.265 |
| Instalações | 10% | (862) | 12.200 | 11.338 | 2.975 |
| Móveis e Utensílios | 10% | (10.235) | 130.443 | 120.208 | 86.656 |
| Equipamentos de processamento de dados | 20% | (33.885) | 199.357 | 165.472 | 106.991 |
| Veículos | 25% | (341.958) | 1.161.000 | 819.042 | 1.109.292 |
| Máquinas e Equipamentos | 5% a 20% | (11.878) | 122.343 | 110.465 | 29.540 |
| | | **(428.384)** | **1.912.153** | **1.483.769** | **1.568.719** |

**Demonstramos abaixo a movimentação do imobilizado líquido:**

| | 31/12/2020 | Adições | Baixas | Depreciações | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Edificações | 233.265 | 50.761 | – | (26.782) | 257.244 |
| Instalações | 2.975 | 9.200 | – | (837) | 11.338 |
| Móveis e Utensílios | 86.656 | 43.305 | – | (9.753) | 120.208 |
| Equipamentos de processamento de dados | 106.991 | 87.493 | – | (29.012) | 165.472 |
| Veículos | 1.109.292 | – | – | (290.250) | 819.042 |
| Máquinas e Equipamentos | 29.540 | 90.944 | – | (10.019) | 110.465 |
| | **1.568.719** | **281.703** | **–** | **(366.653)** | **1.483.769** |

| | 05/05/2020 | Adições | Baixas | Depreciações | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| Edificações | – | 236.048 | – | (2.783) | 233.265 |
| Instalações | – | 3.000 | – | (25) | 2.975 |
| Móveis e Utensílios | – | 87.137 | – | (481) | 86.656 |
| Equipamentos de processamento de dados | – | 111.863 | – | (4.872) | 106.991 |
| Veículos | – | 1.161.000 | – | (51.708) | 1.109.292 |
| Máquinas e Equipamentos | – | 31.399 | – | (1.859) | 29.540 |
| | – | **1.630.449** | – | **(61.730)** | **1.568.719** |

Não foram cedidos bens em garantia de empréstimos ou outros compromissos. **11. Intangível**

| | Taxas anuais de amortização | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| Softwares | 5% | 19.066 | 24.667 |
| | | **19.066** | **26.667** |

**Demonstramos abaixo a movimentação do intangível líquido:**

| | 31/12/2020 | Adições | Baixas | Amortizações | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Softwares | 24.266 | – | – | (5.200) | 19.066 |
| | **24.266** | **–** | **–** | **(5.200)** | **19.066** |

| | 05/05/2020 | Adições | Baixas | Amortizações | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| Softwares | – | 26.000 | – | (1.732) | 24.267 |
| | **–** | **26.000** | **–** | **(1.732)** | **24.267** |

**12. Fornecedores**

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Fornecedores nacionais | 11.279.573 | 396.771 |
| | **11.279.573** | **396.771** |

**13. Partes relacionadas: 13.1. Administradores:** A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma diretoria com três integrantes. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil. **14. Outras contas a pagar**

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Seguradoras | 77.138 | 78.188 |
| | **77.138** | **78.188** |

**15. Arrendamento mercantil/Direito de uso:**

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **Bens de Direito de Uso - Arrendamento** | | |
| Saldo inicial | 184.999 | 233.682 |
| Adições | 482.112 | – |
| Depreciação | (334.584) | (48.683) |
| Transferências | – | – |
| **Total** | **332.527** | **184.999** |
| **Passivo de Arrendamento** | | |
| Saldo inicial | 189.489 | 233.682 |
| Adições | 482.112 | – |
| Pagamentos | (392.708) | (55.000) |
| Juros incorridos | 80.229 | 10.807 |
| **Total** | **359.122** | **189.489** |
| Circulante | 301.820 | 53.298 |
| Não Circulante | 57.302 | 136.191 |

**16. Patrimônio líquido: 16.1. Capital social:** O capital social da Companhia é dividido em 40.500.000 (quarenta milhões e quinhentos mil) de ações nominais, sendo todas ações ordinárias, no valor de R$ 1 (um real) cada uma, o qual monta R$ 40.500.000 (quarenta milhões e quinhentos mil), totalmente integralizado. O controle da Companhia é compartilhado entre os seus acionistas, os quais detém 25% de participação de cada uma. Dessa forma, as demonstrações contábeis da Companhia não são objeto de consolidação por nenhum dos seus acionistas, sendo as decisões aprovadas de forma conjunta. Demonstramos abaixo a composição acionária:

| | Capital Social | Participação (%) |
|---|---|---|
| Quantum Engenharia Ltda. | 10.125.000 | 25 |
| Fortnort Desenvolvimento Ambiental e Urbano Eireli | 10.125.000 | 25 |
| STE Serviços técnicos de engenharia S.A. | 10.125.000 | 25 |
| GCE S.A. | 10.125.000 | 25 |
| | **40.500.000** | **100** |

**16.2. Reserva legal:** A reserva legal será constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal terá por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **16.3. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** O Estatuto Social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei n° 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio ("JSCP") e de dividendos intermediários e/ou intercalares. Em 31 de dezembro de 2021, os juros sobre capital próprio foram imputados como dividendos obrigatórios, a destinação do resultado está composta da seguinte forma:

| | 31/12/2021 |
|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | **8.625.749** |
| Constituição da reserva legal | |
| **Base para pagamento de dividendos** | (431.287) |
| Dividendos obrigatórios | 548.615 |
| JSCP atribuídos aos dividendos obrigatórios | 1.500.000 |
| **Dividendos relativos ao exercício de 2021** | **2.048.615** |
| Dividendos relativos ao exercício de 2020 | 544.219 |
| **Total de dividendos e JCP a pagar** | **2.592.834** |

**17. Receita operacional líquida:**

| | 31/12/2021 | Período de 05 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2020 |
|---|---|---|
| Receita de construção | 20.225.187 | 8.808.797 |
| Receita operacional | 17.180.040 | 1.924.958 |
| Receita financeira | 608.608 | 126.630 |
| | **38.013.835** | **10.860.385** |
| PIS | (627.228) | (179.196) |
| COFINS | (2.889.051) | (825.389) |
| ISS | (1.033.976) | (295.401) |
| | **(4.550.255)** | **(1.299.986)** |
| **Receita líquida** | **33.463.580** | **9.560.399** |

**18. Custos e despesas por natureza:**

| Custos e despesas por natureza | 31/12/2021 | Período de 05 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2020 |
|---|---|---|
| Materiais aplicados | (11.563.520) | (2.505.176) |
| Serviços de terceiros | (4.011.464) | (2.271.555) |
| Ocupação, utilities e serviços | (1.384.746) | (3.339.312) |
| Frota de veículos | (853.678) | (92.736) |
| Custo e Despesas com pessoal | (3.766.131) | (547.971) |
| Outras Despesas | (80.229) | (1.846) |
| Depreciação e amortização | (632.341) | (98.834) |
| | **(22.292.109)** | **(8.857.434)** |

| Custos e despesas por função | 31/12/2021 | Período de 05 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2020 |
|---|---|---|
| Custos de construção | (11.597.493) | (5.286.397) |
| Custos de operação | (9.777.674) | (1.160.943) |
| Despesas administrativas | (916.941) | (2.410.094) |
| | **(22.292.109)** | **(8.857.434)** |

Os custos e despesas comerciais e despesas gerais e administrativas, por natureza e função estão demonstradas da seguinte maneira: **19. Instrumentos financeiros: 19.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros:** A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. **19.2. Política de gestão de riscos financeiros:** A natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa pela diretoria financeira. Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. **19.3. Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira. **19.4. Valor Justo:** O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

| | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|---|---|---|---|---|
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Caixa e equivalentes de caixa | 16.146.848 | 16.146.848 | 10.531.171 | 10.531.171 |
| Contas a receber de clientes | 1.004.057 | 1.004.057 | 872.500 | 872.500 |
| Ativo financeiro | 35.612.021 | 35.612.021 | 8.862.081 | 8.862.081 |
| Fornecedores | 11.279.573 | 11.279.573 | 396.772 | 396.772 |

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis

que possam ter efeito sobre sua determinação. **20. Seguros:** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **21. Eventos subsequentes:** No dia 15 de janeiro de 2022, a companhia emitiu debêntures incentivadas Lei n° 12.431, de 24 de junho de 2011, autorizada pela Portaria N° 3.196, de 16 de dezembro de 2021 do Ministério do Desenvolvimento Regional. A primeira emissão de debêntures da IPSul foi realizada em série única, no montante de R$ 80 milhões. Os recursos da emissão serão utilizados para financiar os investimentos previstos no primeiro ciclo da Parceria Público Privada (PPP). A operação foi liquidada com êxito em 10 de fevereiro de 2022 e a Fitch atribuiu Rating 'AA+(bra)' com Perspectiva Estável.

**Diretoria**

Caio Marco de Stefano - Diretor Geral

Alex de Novais Santos - Diretor de Tecnologia

**Contador**

Juan Carlos Camatti - CRC RS - 100515

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos Administradores e Quotistas da
**IP Sul Concessionaria de Iluminação Pública S.A.** Porto Alegre - RS
**Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **IP SUL Concessionária de Iluminação Pública S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IP SUL Concessionária de Iluminação Pública S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de março de 2022.

**BDO RCS Auditores Independentes SS**
**CRC 2 RS 005519/F-0**

**Márcio Silva**
**Contador CRC 1 RS 078817/O-2**


# Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

## PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

## TEDESCO S.A.
## EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS

CNPJ/MF 91.169.607/0001-55 – NIRE 43 3 0002732 5 – Porto Alegre - RS

### RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Senhores: Atendendo as determinações legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o relatório da Administração e as Demontrações Contábeis correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2.021. Colocamo-nos a disposição de V.Sas. para informações complementares. Porto Alegre, 31 de Janeiro de 2022

### BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 EXPRESSOS EM R$

| ATIVO | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | **1.632.500,33** | **5.539.913,32** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 528.166,74 | 4.410.420,90 |
| Imóveis a Comercializar | 1.101.413,81 | 1.101.413,81 |
| Despesas Diferidas | 2.919,78 | 256,17 |
| Impostos e Contribuições a Recuperar | - | 27.822,44 |
| **NÃO CIRCULANTE** | **86.052.630,00** | **84.612.914,46** |
| Sócios C/Corrente | 336.721,07 | 5.295.148,60 |
| **INVESTIMENTOS** | **63.663.133,03** | **57.298.146,84** |
| Participações em Empresas Coligadas/ Controladas | 63.663.133,03 | 57.294.493,50 |
| Participações Diversas | - | 3.653,34 |
| **IMOBILIZADO** | **22.052.775,90** | **22.019.619,02** |
| Valor Histórico | 22.066.299,33 | 22.630.299,29 |
| (-) Depreciação Acumulada | (13.523,43) | (610.680,27) |
| **TOTAL DO ATIVO** | **87.685.130,33** | **90.152.827,78** |

| PASSIVO | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | **25.753.044,98** | **29.373.608,18** |
| Fornecedores de Serviços | 3.691,21 | 12.374,15 |
| Empréstimos e Financiamentos | 3.504.483,60 | 7.048.509,15 |
| Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias | 21.345,76 | 16.533,83 |
| Obrigações Sociais e Tributárias | 121.149,31 | 118.288,41 |
| Provisões Trabalhistas | 57.375,09 | 45.923,06 |
| Outras Contas a Pagar | 22.045.000,01 | 22.131.979,58 |
| **NÃO CIRCULANTE** | **9.000.027,79** | **9.943.152,55** |
| Débitos com Diretores e Acionistas | 872.637,61 | 1.060.157,87 |
| Débitos com Coligadas e Controladas | 8.127.390,18 | 8.882.994,68 |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **52.932.057,56** | **50.836.067,05** |
| Capital Social Subscrito | 45.234.380,00 | 45.234.380,00 |
| Reserva Legal | 731.996,87 | 288.170,02 |
| Reservas de Capital | - | 715.346,59 |
| Reserva de Lucros | 6.965.680,69 | 4.598.170,44 |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **87.685.130,33** | **90.152.827,78** |

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 EXPRESSOS EM R$

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **RECEITA OPERACIONAL BRUTA** | **11.249.875,32** | **8.112.811,92** |
| Receitas de Serviços | 4.560.000,00 | 4.560.000,00 |
| Resultado da Equivalência Patrimonial | 6.689.875,32 | 3.552.811,92 |
| **Deduções de Vendas** | **(394.440,00)** | **(394.440,00)** |
| Impostos Faturados | (394.440,00) | (394.440,00) |
| **RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA** | **10.855.435,32** | **7.718.371,92** |
| **LUCRO BRUTO** | **10.855.435,32** | **7.718.371,92** |
| **DESPESAS OPERACIONAIS** | **916.193,11** | **939.993,41** |
| Despesas Administrativas | 709.547,48 | 937.216,98 |
| Despesas Tributárias | 206.645,63 | 2.776,43 |
| **OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS** | **266.335,00** | **-** |
| Resultado na Alienação de Bens | 266.270,00 | - |
| Receitas Operacionais | 65,00 | - |
| **RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO** | **10.205.577,21** | **6.778.378,51** |
| **RESULTADO FINANCEIRO** | **(854.374,55)** | **(542.010,56)** |
| Despesas Financeiras | (861.838,77) | (544.480,09) |
| Receitas Financeiras | 7.464,22 | 2.469,53 |
| **RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CSLL** | **9.351.202,66** | **6.236.367,95** |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica | 342.666,06 | 131.550,26 |
| Contribuição Social S/ Lucro Líquido | 131.999,78 | 341.417,39 |
| **LUCRO DO EXERCÍCIO** | **8.876.536,82** | **5.763.400,30** |
| **Lucro por Ação** | **0,20** | **0,13** |

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - EXPRESSOS EM R$

| ESPECIFICAÇÕES | CAPITAL SOCIAL | RESERVA LEGAL | RESERVA DE LUCROS | RESERVA DE ÁGIO | PREJUÍZOS ACUMULADOS | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31/12/2019** | **45.234.380,00** | **2.720.074,83** | **-** | **-** | **(3.597.134,67)** | **44.357.320,16** |
| Lucro do Exercício | - | - | 5.763.400,30 | - | - | - |
| Compensação de Prejuízos | - | (2.720.074,83) | (877.059,84) | - | 3.597.134,67 | - |
| Constituição Reserva de Ágio | - | - | - | 715.346,59 | - | - |
| Constituição Reserva Legal | - | 288.170,02 | (288.170,02) | - | - | - |
| **Saldo em 31/12/2020** | **45.234.380,00** | **288.170,02** | **4.598.170,44** | **715.346,59** | **-** | **50.836.067,05** |
| Lucro do Exercício | - | - | 8.876.536,82 | - | - | - |
| Distribuição de Dividendos | - | - | (6.100.000,00) | - | - | - |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | - | - | 34.800,28 | - | - | - |
| Constituição Reserva de Ágio | - | - | - | (715.346,59) | - | - |
| Constituição Reserva Legal | - | 443.826,85 | (443.826,85) | - | - | - |
| **Saldo em 31/12/2021** | **45.234.380,00** | **731.996,87** | **6.965.680,69** | **-** | **-** | **52.932.057,56** |

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - EXPRESSOS EM R$

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais** | | |
| Resultado Líquido do Exercício | **8.876.536,82** | **5.763.400,30** |
| **Ajustes em:** | | |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | (6.689.875,32) | (3.552.811,92) |
| Constiuição Reserva de Ágio | (715.346,59) | 715.346,59 |
| Depreciação | (597.156,84) | 101.524,37 |
| Distribuição de Dividendos | (6.100.000,00) | - |
| Ajustes de Exercício Anterior | 34.800,28 | - |
| Alienação e Baixas de Imobilizado | 563.999,96 | - |
| **Lucro Líquido Ajustado** | **(4.627.041,69)** | **3.027.459,34** |
| **Variações de Ativos e Passivos** | | |
| Em Despesas do Exercício Seguinte | (2.663,61) | 11.202,51 |
| Em estoques | - | (0,01) |
| Em impostos | 27.822,44 | (27.822,44) |
| Em Fornecedores | (8.682,94) | 8.439,54 |
| Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias | 16.263,96 | (795,80) |
| Obrigações Fiscais e Tributárias | 2.860,90 | (3.277,13) |
| Outras Contas a Pagar | (86.979,57) | 86.979,58 |
| **Total Variações de Ativos e Passivos** | **(51.378,82)** | **74.726,25** |
| **Disponibilidades Líquidas Geradas nas Atividades Operacionais** | **(4.678.420,51)** | **3.102.185,59** |
| **Fluxo de caixa das Atividades de Investimentos** | | |
| Créditos de Empresas Ligadas | (755.604,50) | (1.250.515,42) |
| Créditos Diretores e Acionistas | 4.770.907,27 | (4.510.512,26) |
| Investimentos em Empresas Ligadas | 324.889,13 | (1.985.310,85) |
| **Disponibilidades Líquidas Geradas nas Atividades de Investimentos** | **4.340.191,90** | **(7.746.338,53)** |
| **Fluxo de caixa das Atividades de Financiamentos** | | |
| Empréstimos Tomados | 4.337.637,34 | 7.048.509,15 |
| Pagamentos de Empréstimos | (7.881.662,89) | (997.996,38) |
| **Disponibilidades Líquidas Geradas nas Atividades de Financiamentos** | **(3.544.025,55)** | **6.050.512,77** |
| **Aumento (Redução) das Disponibilidades** | **(3.882.254,16)** | **1.406.359,83** |
| **VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA** | **(3.882.254,16)** | **1.406.359,83** |
| Saldo inicial das disponibilidades | 4.410.420,90 | 3.004.061,07 |
| Saldo final das disponibilidades | 528.166,74 | 4.410.420,90 |

### NOTAS EXPLICATIVAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - R$

**NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL:** A Empresa tem como objeto a assessoria e consultoria técnica na elaboração de estudos, projetos de investimentos e negócios em geral; a prestação de serviços administrativos, econômicos e financeiros a outras empresas, bem como a administração de bens e negócios; Participação Societária em outras Empresas.

**NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As Demonstrações Contábeis de 2021 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a Legislação Societária e legislações complementares.

**NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:**

**a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Compreendem os saldos de Caixa, bancos e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias e com baixo risco de variação de valor, com finalidade de atender a compromissos de curto prazo.

| Contas | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Bancos C/Corrente | 2.771,42 | 441.172,50 |
| Aplicações Financeiras | 1.901,63 | 2.456.176,04 |
| Bancos C/Vinculada | 200,64 | 1.150.128,33 |
| Titulos de Previdência | 523.293,05 | 362.944,03 |
| **TOTAL** | **528.166,74** | **4.410.420,90** |

**b) Imóveis a Comercializar:** Empresa possui imóveis a comercializar que somam o montante de R$ 1.101.413,81 (Um milhão cento e um mil quatrocentos e treze reais e oitenta e um centavos).

**c) Investimentos em Coligadas e Controladas:** Avaliados pelo método da Equivalência Patrimonial sobre os saldos dos Balanços encerrados em 31/12/2021. A Participação societária está demonstrada na nota de nº 04.

**d) Imobilizado:** O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou de construção, ajustados por depreciações acumuladas, calculada pelo método linear com base nas taxas anuais determinadas pelo tempo de vida útil estimados dos bens. A composição do Ativo Imobilizado está na Nota 05.

**e) Despesas Diferidas:** Estão apresentadas nesta conta, as despesas que são diferidas por todo o exercício, de acordo com o regime de competência, tais como seguros, assinaturas e anuidades.

**f) Fornecedores de Serviços:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

**g) Apuração do Resultado:** As receitas e despesas são registradas obedecendo o regime de competência.

**h) Tributação:** Para o exercício a Empresa adotou a tributação baseada no Lucro Presumido, com uma base de 32% na presunção das suas receitas, tributadas pelas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Quanto ao PIS e a COFINS o regime é o cumulativo com alíquotas de 0,65% e 3% sucessivamente.

**i) Classificação dos Itens Circulantes e Não Circulantes:** No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou expectativa de realização acima deste prazo são classificados como itens não circulantes.

**j) Valor Presente de Ativos e Passivos:** Foi efetuada análise específica, quanto a efeitos em valor presente dos saldos do Ativo e do Passivo, não sendo apurado efeito significativo ou relevante, considerando que os prazos médios são inferiores a 90 dias.

**NOTA 04 - INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS:** São avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial, conforme mencionado na nota 03 letra " c".

| Empresas | PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL % | 31/12/2021 Participação no Capital Social | 31/12/2020 Participação no Capital Social |
|---|---|---|---|
| Primo Tedesco S/A | 97,0010% - Patrimônio Líquido de R$ 52.129.131,25 | 57.347.302,32 | 50.565.778,60 |
| Cia Bom Sucesso de Eletricidade | 36,087% - Patrimônio Líquido de R$ 16.336.471,87 | 6.197.806,00 | 5.895.342,60 |
| Ágio na Compra de Ações Cia Bom Sucesso | - | 118.024,71 | 118.024,71 |
| Rio Timbo Geradora de Energia SPE | 0,65% - Patrimônio Líquido de R$ (883,22) | - | 1,00 |
| Ágio na Compra de Ações Primo Tedesco S.A | | - | 715.346,59 |
| **Total** | | **63.663.133,03** | **57.294.493,50** |

**NOTA 05 - IMOBILIZADO**

| Contas | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Terrenos | 22.045.000,00 | 22.045.000,00 |
| Equipamentos de Informática | 12.114,33 | 12.114,33 |
| Instalações | 6.380,00 | 6.380,00 |
| Móveis e Utensílios | 2.805,00 | 2.805,00 |
| Leasing Veículos | - | 563.999,96 |
| Depreciação Acumulada | (13.523,43) | (610.680,27) |
| **TOTAL** | **22.052.775,90** | **22.019.619,02** |

**NOTA 06 - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:** O saldo da rubrica corresponde aos valores de instituições Financeiras nesta data, conforme descrito abaixo:

| Contas | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| Bancos Capital de Giro | **3.504.483,60** | **4.998.500,00** |
| Banco Pine | 3.334.435,78 | 4.998.500,00 |
| Banco Banrisul S/A | 170.047,82 | - |
| Bancos Conta Vinculada | **0,00** | **2.050.009,15** |
| Banco Banrisul S/A | - | 998.121,01 |
| Banco Bradesco S/A | - | 1.000.000,00 |
| Banco Safra S/A | - | 51.888,14 |
| **TOTAL** | **3.504.483,60** | **7.048.509,15** |

**NOTA 07 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS**

| Contas | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Contribuições à Previdência | 7.166,07 | 5.977,65 |
| Contribuição ao FGTS | 3.256,36 | 1.629,20 |
| Salários a Pagar | 10.923,33 | 8.926,98 |
| **TOTAL** | **21.345,76** | **16.533,83** |

**NOTA 08 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS**

| Contas | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| ISSQN | 19.000,00 | 19.000,00 |
| Contribuições PIS/Cofins e CSLL | 232,14 | 216,38 |
| IRRF a Recolher | 12.180,52 | 9.396,46 |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica | 68.250,49 | 68.187,63 |
| Contribuição Social s/Lucro Líquido | 21.486,16 | 21.487,94 |
| **TOTAL** | **121.149,31** | **118.288,41** |

**NOTA 09 - PROVISÕES TRABALHISTAS:** O saldo da conta é composto pelos valores de Provisão de Férias e seus encargos de INSS e FGTS correspondentes aos avos de cada funcionário nesta data.

| Contas | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Provisão de Férias | 42.405,84 | 33.941,66 |
| Provisão de Encargos de INSS | 11.576,79 | 9.266,07 |
| Provisão de Encargos de FGTS | 3.392,46 | 2.715,33 |
| **TOTAL** | **57.375,09** | **45.923,06** |

**NOTA 10 - DÉBITOS COM DIRETORES E ACIONISTAS:** A Empresa registra nesta rubrica dividendos que estão a disposição dos Sócios.

**NOTA 11 - DÉBITOS DE COLIGADAS E CONTROLADAS:** Nesta rubrica é registrada a movimentação financeira entre as Empresas do Grupo. A Companhia é responsável pela gestão administrativa financeira da Empresa Primo Tedesco S/A.

| Contas | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Primo Tedesco S/A | 8.127.390,18 | 8.882.929,69 |
| Rio Timbó Geradora de Energia SPE Ltda | - | 65,00 |
| **TOTAL** | **8.127.390,18** | **8.882.994,69** |

**NOTA 12 - CAPITAL SOCIAL:** O Capital Social subscrito e integralizado é inteiramente nacional e esta assim composto:

| Tipo de ações | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Ações ordinárias nominativas, sem valor nominal | 45.234.380 | 45.234.380 |
| Valor do capital social | 45.234.380,00 | 45.234.380,00 |

**MARCELO MAFFESSONI TEDESCO**
Diretor Presidente
CPF 944.326.439-00

**ELTON ANTONIO PIGOZZI**
Diretor Executivo
CPF 345.491.889-87

**NEUZA REJANE DA SILVA PIGOZZI**
Contador - CRC RS 062401-0 S - SC

# RODOIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS S.A.

## CNPJ: 07.520.438/0001-40

## Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31/12/2021

www.rodoil.com.br

### Relatório da Administração

2021 foi mais um ano significativo e icônico na história da RodOil. No ano que marca o nosso aniversário de 15 anos, entregamos sólidos resultados operacionais e financeiros, além de dar novos passos para aprimorar ainda mais a governança da Companhia. Tivemos ainda vários fatos relevantes que contribuíram para o resultado de 2021, mas que continuarão a nos ajudar na nossa trajetória de crescimento a partir de 2022. É verdade que vivemos um momento de muitos desafios e ímpar na história da humanidade. De qualquer forma, com o avanço da vacinação no Brasil e no mundo, estamos saindo de uma longa pandemia. Olhando para o mercado de distribuição de combustíveis, e de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), as vendas de óleo diesel registraram máxima histórica de 62,1 bilhões de litros no Brasil em 2021, sendo alavancadas pela agropecuária, mineração, construção civil e comércio eletrônico, e com expectativa de crescimento em 2022 em função do esperado novo recorde da safra de grãos 2021/2022. Já no ciclo Otto (gasolina C e etanol hidratado), houve uma recuperação da demanda, principalmente a partir do segundo semestre. Em 2021, o consumo de gasolina C alcançou volumes superiores aos registrados no período pré-pandemia, e esta deve ser a tendência para 2022, apesar dos desafios internos e externos que o Brasil vive neste primeiro trimestre do ano. Embora a RodOil tenha registrado uma redução do volume de combustíveis vendidos durante o ano da ordem de 5%, a sua receita líquida aumentou 35% quando comparada com 2020, demonstrando que a Companhia está no caminho certo em suas escolhas do ponto de vista de gestão de preços e do foco em aumentar o volume contratado, seja através da rede bandeirada seja através do segmento B2B. Estes fatores contribuíram para entregarmos em 2021 um EBITDA Ajustado de R$ 102.863, representando um aumento de 59% versus 2020. Suportando estes sólidos resultados, está uma estratégia coerente e consistente, focada no aumento da rentabilidade, que envolve: • a contínua expansão de nossa rede de postos bandeirados e aceleração de nosso crescimento no segmento B2B; • a melhoria de nosso posicionamento operacional com a inauguração de mais uma base própria de distribuição de combustíveis, agora na cidade de Xaxim/SC; • a renovação de nossa frota de caminhões para continuar garantindo a entrega de produtos com segurança e otimizar a nossa eficiência logística e de custos; e ainda • a consolidação da proposta de valor RodOil, com a solidificação da gasolina DURAMAIS+, gerando mais economia para o consumidor e menos impacto ao meio ambiente. Do ponto de vista da estrutura de capital, fizemos a nossa entrada no mercado de capitais através da primeira emissão de debêntures da Companhia, recursos estes que nos permitirão continuar investindo no crescimento de nossa rede bandeirada e segmento B2B. Além disto, continuamos aumentando a nossa bancabilidade e acreditamos que, neste sentido, é importante continuar investindo na transparência com o mercado. Por isto, engajamos os nossos auditores externos para realizar, pela primeira vez na história da Companhia, a auditoria semestral de nossas demonstrações financeiras intermediárias. Adicionalmente, nossas demonstrações financeiras anuais estão mais detalhadas e claras em relação à performance operacional e financeira da RodOil. Concluímos, ainda, o nosso projeto de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Um grande esforço de toda a RodOil, que envolveu desde o mapeamento dos processos e dados coletados, implementação do nosso Comitê de Segurança da Informação, revisão de políticas e procedimentos ligados à privacidade e proteção de dados e também o treinamento de nossos colaboradores. Por fim, aprimoramos também os processos e as ferramentas ligadas à mitigação de riscos cibernéticos, incluindo a implementação de novos controles de segurança e execução de testes periódicos de invasões simuladas. Em suma, a RodOil acompanha as mudanças do mercado com os olhos no futuro. Não perderemos o nosso DNA de empresa ágil e rápida em suas decisões, mas estamos indo além. Em 15 anos de história, nos consolidamos no Sul do país com um trabalho de qualidade e reconhecido por todos e, daqui para frente, o foco é ser uma empresa de atuação nacional. Para tal, no segundo semestre de 2021 fizemos a aquisição da Tower Brasil Petróleo Ltda e entramos nos mercados do Sudeste e Centro Oeste, com a mesma qualidade e entrega que nos trouxeram até aqui. Nestes 15 anos, os compromissos com as áreas ambiental, social e de governança pautaram o nosso trabalho, mas ganham importância ainda maior agora. Continuaremos sendo um exemplo de empresa eficiente, ambientalmente responsável e preocupada com as questões sociais. Nosso sucesso até aqui certamente está pautado na forma com que tratamos todos os nossos parceiros comerciais e no cumprimento de nossos "combinados", mas não podemos deixar de reconhecer a contribuição incondicional de nossos colaboradores. Por trás de cada litro de combustível entregue no prazo e com qualidade, está a energia de nossos 215 colaboradores. Assim sendo, aos nossos colaboradores, parceiros comerciais e aos nossos acionistas, o nosso muito obrigado pela confiança e contem conosco para irem além também em 2022. Toquem em frente com a gente! A Administração

### Balanço Patrimonial - Exercícios findos em 31 de Dezembro - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

| Ativo | Nota | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 5 | 95.370 | 140.511 | 99.793 | 140.511 |
| Clientes | 6 | 49.860 | 36.948 | 55.223 | 36.948 |
| Estoques | 7 | 40.274 | 65.329 | 46.316 | 65.329 |
| Adiantamentos | 8 | 23.396 | 11.382 | 25.243 | 11.382 |
| Impostos a Recuperar | 9 | 33.367 | 29.629 | 36.167 | 29.629 |
| Outros Créditos | 10 | 25.116 | 13.420 | 25.117 | 13.420 |
| **Total Ativo Circulante** | | **267.383** | **297.219** | **287.859** | **297.219** |
| Aplicações Financeiras | 5 | - | 20.092 | - | 20.092 |
| Clientes | 6 | 6.233 | 7.700 | 6.233 | 7.700 |
| Impostos a Recuperar | 9 | 33.090 | 25.284 | 33.090 | 25.284 |
| Outros Créditos | 10 | 20.869 | 9.338 | 22.500 | 9.338 |
| Ativos Mantidos para Venda | 11 | - | 2.246 | - | 2.246 |
| Contratos com Clientes | 12 | 37.389 | 19.772 | 37.389 | 19.772 |
| Depósitos Judiciais | 21 | 10.411 | 9.937 | 10.411 | 9.937 |
| Tributos Diferidos | 29 | 20.871 | 19.039 | 24.250 | 19.039 |
| Investimentos | 13 | 33.477 | 11.490 | 40.554 | 11.490 |
| Imobilizado | 14 | 91.605 | 77.344 | 91.922 | 77.344 |
| Intangível | 15 | 95.757 | 98.276 | 96.295 | 98.276 |
| Direito de Uso | 19 | 78.328 | 52.458 | 78.328 | 52.458 |
| **Total Ativo Não Circulante** | | **428.029** | **352.976** | **440.972** | **352.976** |
| **Total Ativo** | | **695.412** | **650.195** | **728.831** | **650.195** |

| Passivo | Nota | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| Fornecedores | 16 | 101.041 | 109.489 | 101.427 | 109.489 |
| Obrigações Sociais | 17 | 3.932 | 3.568 | 4.157 | 3.568 |
| Obrigações Fiscais | 17 | 763 | 5.101 | 1.268 | 5.101 |
| Adiantamentos de Clientes | | 6.246 | 8.764 | 20.870 | 8.764 |
| Empréstimos e Financiamentos | 18 | 73.282 | 71.043 | 75.532 | 71.043 |
| Arrendamentos | 19 | 12.055 | 7.210 | 12.055 | 7.210 |
| Outras Obrigações | 20 | 18.109 | 31.276 | 18.774 | 31.276 |
| Dividendos a Pagar | 23 | 16.984 | 2.448 | 16.984 | 2.448 |
| **Total Passivo Circulante** | | **232.413** | **238.899** | **251.068** | **238.899** |
| Obrigações Fiscais | 17 | - | - | 2.446 | - |
| Empréstimos e Financiamentos | 18 | 201.620 | 181.528 | 207.660 | 181.528 |
| Arrendamentos | 19 | 67.905 | 46.283 | 67.905 | 46.283 |
| Outras Obrigações | 20 | 17.416 | 5.162 | 23.694 | 5.162 |
| Provisão para Contingências | 21 | 287 | 589 | 287 | 589 |
| **Total Passivo Não Circulante** | | **287.228** | **233.562** | **301.991** | **233.562** |
| **Patrimônio Líquido** | 23 | | | | |
| Capital Social | | 64.459 | 64.459 | 64.459 | 64.459 |
| Reserva de Capital | | 105.413 | 105.413 | 105.413 | 105.413 |
| Reserva Legal | | 1.267 | 515 | 1.267 | 515 |
| Reservas de Retenção de Lucros | | 4.632 | 7.346 | 4.632 | 7.346 |
| **Total Patrimônio Líquido** | | **175.771** | **177.734** | **175.771** | **177.734** |
| **Total Passivo e Patrimônio Líquido** | | **695.412** | **650.195** | **728.831** | **650.195** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações de Resultados - Exercícios findos em 31 de Dezembro Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

| | | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| Receita Líquida | 24 | 5.435.026 | 4.073.956 | 5.479.572 | 4.073.956 |
| Custo das Vendas | 25 | (5.323.518) | (3.998.375) | (5.366.811) | (3.998.375) |
| **Lucro Bruto** | | **111.509** | **75.581** | **112.761** | **75.581** |
| Despesas de Vendas | 25 | (19.599) | (16.164) | (19.599) | (16.164) |
| Despesas Administrativas | 25 | (51.589) | (36.818) | (52.011) | (36.818) |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 13 | 3.478 | 675 | (904) | 675 |
| Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas | 26 | 5.185 | 12.497 | 5.514 | 12.497 |
| **Resultado Antes das Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas** | | **48.984** | **35.771** | **45.761** | **35.771** |
| Receitas Financeiras | 27 | 33.165 | 11.595 | 33.172 | 11.595 |
| Despesas Financeiras | 27 | (66.418) | (33.816) | (66.581) | (33.816) |
| **Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas** | | **(33.253)** | **(22.221)** | **(33.409)** | **(22.221)** |
| **Lucro Antes do IR e Contribuição Social** | | **15.730** | **13.550** | **12.352** | **13.550** |
| IR e Contribuição Social Correntes | 28 | (4.096) | (2.465) | (4.096) | (2.465) |
| IR e Contribuição Social Diferidos | 28 | 3.387 | (776) | 6.766 | (776) |
| **Lucro Líquido do Exercício** | | **15.021** | **10.309** | **15.021** | **10.309** |
| Lucro por Ação (em reais) | | 1,01 | 0,69 | 1,01 | 0,69 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. Contexto operacional:** A Rodoil Distribuidora de Combustíveis S.A. ("Companhia" ou "Rodoil") tem sede em Caxias do Sul (RS), à Rua Alcides Longhi, nº 220, Bairro Sanvitto, Loteamento Villagio Iguatemi. A Companhia e sua controlada (conjuntamente, o "Grupo") tem filiais nos Estados do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina, de São Paulo, de Mato Grosso, de Minas Gerais e de Goiás, tendo como principais atividades a importação, a exportação e a distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel especificada ou autorizada pela ANP e outros combustíveis automotivos, compreendendo a aquisição, o armazenamento, o transporte, a comercialização e o controle de qualidade destes; transporte e comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP), bem como vasilhames para o seu acondicionamento, comércio atacadista de lubrificantes, e o que mais convier concernente ao ramo, o aluguel de imóveis próprios e as atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, assim como a participação no capital em outras empresas, na condição de sócio-quotista ou acionista. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 22 de março de 2022. **a. Recompra das Ações da VIP II Rodoil B.V. ("Vitol"):** No dia 03 de agosto de 2021, conjuntamente com a VIP II Rodoil B.V. ("Vitol"), a RodOil protocolou junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") notificação de Ato de Concentração econômica, nos termos da Lei 12.529/2011 ("LCADE"), a fim de notificar ao CADE a respeito de operação de recompra, pelos acionistas originais da RodOil, através da Z-Map Participações S/A, da totalidade das ações da RodOil detidas pela Vitol, que correspondiam à 50%. Em 23 de agosto de 2021, o CADE fez publicar no Diário Oficial da União o Despacho SG Nº 1231/2021 em relação ao Ato de Concentração nº 08700.004151/2021-94, pelo qual a operação de recompra das ações da Vitol foi aprovada sem ressalvas. Em 07 de setembro, terminou o prazo de 15 dias para eventual manifestação do mercado em relação ao Ato de Concentração. Assim, em 09 de setembro de 2021, a recompra das ações foi formalizada. **b. Aquisição da Tower Brasil Petróleo Ltda. ("Tower"):** Em 13 de setembro de 2021, a Rodoil formalizou contrato de aquisição do controle total da Tower, distribuidora de combustíveis que possui sede em São Paulo (SP) e filiais nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. A Tower era controlada pela TMS Lubrificantes S.A. Em 03 de novembro de 2021, após transcorrido o prazo cabível para interposição de recurso ou avocação, o CADE certificou o trânsito em julgado do Ato de Concentração nº 08700.005299/2021-46 que tratava da aquisição da Tower pela Rodoil. Com a satisfação desta condição precedente, foi celebrado Termo de Fechamento em 10 de dezembro de 2021, formalizando o fechamento do negócio. **c. Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Ao longo de 2021 não foram identificados impactos significativos que pudessem afetar as demonstrações financeiras.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras: a. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. ***a.1. Demonstrações financeiras individuais:*** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. ***a.2. Demonstrações financeiras consolidadas:*** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

**b. Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a controlada e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da controlada. Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. O resultado da participação indireta em outras entidades é reconhecimento pela equivalência patrimonial. A Tower Brasil Petróleo Ltda, empresa sobre a qual a Companhia possui controle integral, está incluída na consolidação e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na seção 3. **c. Moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **d. Uso de estimativas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(i) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma estimativa ponderada pela probabilidade de perdas de crédito. O Grupo aplica julgamento para estabelecer as premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico do Grupo. Os créditos de liquidação duvidosa são mensurados a valor presente com base em taxa de juros efetiva (Nota Explicativa nº 5). **(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os ativos de impostos diferidos incluem um saldo de R$ 28.827 relacionado a prejuízos gerados nos exercícios de 2018 a 2021. O Grupo entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados (Nota Explicativa nº 29). A estimativa é que a controlada volte a gerar lucro tributável a partir do segundo semestre de 2022. As premissas utilizadas pela administração para estimar a probabilidade de realização dos ativos de impostos diferidos a renda consideraram os riscos de mudanças climáticas nos negócios do Grupo. **(iii) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso:** Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3 (i). Os valores recuperáveis foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções aprovadas pela Administração (Nota Explicativa nº 15).

**3. Principais práticas contábeis: a. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor (Nota Explicativa nº 5). **b. Clientes:** As contas a receber de clientes são compostas por valores a receber de clientes do mercado nacional e são registradas pelo valor faturado, líquido das estimativas de não recebimento e outros efeitos financeiros, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, estão classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência (Nota Explicativa nº 6). **c. Instrumentos financeiros:** ***Reconhecimento inicial e mensuração:*** Os ativos e passivos financeiros são mensurados nas categorias de custo amortizado ou valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado, são reconhecidos inicialmente pelo preço de transação, sendo normalmente o valor justo do instrumento financeiro. Se determinar que o valor justo no reconhecimento inicial se difere do preço da transação, for comprovado por preço cotado em mercado ativo ou passivo idêntico (Nível 1), a entidade deve reconhecer a diferença entre valor justo inicial e o preço da transação como ganho ou perda. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, são contabilizados usando o método da taxa de juros efetivos, amortizando quaisquer taxas incluídas no cálculo da taxa de juros efetiva ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Os investimentos em instrumentos patrimoniais e contratos relativos a esses instrumentos devem ser reconhecidos pelo valor justo. Contudo, em circunstâncias limitadas, o custo pode ser uma estimativa apropriada do valor justo, caso não houver informações suficientes mais recentes disponíveis para mensurar o valor justo. O valor justo dos investimentos com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo, o valor justo é estabelecido por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a comparação com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções. Na tabela a seguir, a abertura dos instrumentos financeiros:

| **Ativos financeiros** | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 |
|---|---|---|---|---|
| Ativos ao custo amortizado | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 95.370 | 140.511 | 99.793 | 140.511 |
| Aplicações financeiras | - | 20.092 | - | 20.092 |
| Clientes | 56.093 | 44.648 | 61.456 | 44.648 |
| **Total** | **151.462** | **205.251** | **161.249** | **205.251** |
| **Passivos financeiros** | **2021** | **2020** | **2021** | **2020** |
| Passivos ao custo amortizado | | | | |
| Fornecedores | 101.041 | 109.489 | 101.427 | 109.489 |
| Outras obrigações, exceto obrigações legais | 35.526 | 36.438 | 52.925 | 36.438 |
| Empréstimos | 274.902 | 252.571 | 283.191 | 252.571 |
| Passivos de arrendamentos | 79.961 | 53.493 | 79.961 | 53.493 |
| **Total** | **491.430** | **451.991** | **517.505** | **451.991** |

**d. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o do custo médio de aquisição. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. (Nota Explicativa nº 7). **e. Depósitos judiciais:** Estão classificados na conta de depósitos judiciais os depósitos feitos em juízo relativo a reclamatórias cíveis, trabalhistas e tributárias. Os depósitos estão avaliados ao seu valor líquido de realização (Nota Explicativa nº 21). **f. Investimentos:** Em dezembro de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de 100% da Tower Brasil Petróleo Ltda., que tem como atividade principal a distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo e biocombustíveis, obtendo, assim, o controle total da adquirida. Controladas são as entidades na qual a controladora, diretamente ou por meio de outra controlada, tem poder para assegurar, de forma permanente, preponderância em suas deliberações sociais e de eleger a maioria de seus administradores. A Companhia possui ainda participação de 9,55% na UNIBRASPE - Brasileira de Petróleo S.A., que tem como atividade principal a armazenagem de combustíveis, e é considerada Coligada. Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle. O investimento em coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é reconhecido pelo seu valor de custo (Nota Explicativa nº 13). A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua controlada e de sua coligada é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação da Companhia nas perdas da coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada. Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e sua Controlada ou Coligada são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. Se a participação societária na Controlada ou Coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado. **g. Imobilizado:** Os móveis, utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear no resultado, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada ano quando da elaboração do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente (Nota Explicativa nº 14). Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, e são reconhecidos no resultado. **h. Intangível:** Representado por ativos intangíveis adquiridos separadamente, os quais são registrados ao custo de aquisição e deduzido das respectivas amortizações calculadas pelo método linear, quando aplicável. Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como direito de exploração com prazos mencionados em contratos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente. A amortização é reconhecida no resultado (Nota Explicativa nº 15).

Continua »»»

### Demonstrações de Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de Dezembro Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 |
|---|---|---|---|---|
| Lucro Líquido do Exercício | 15.021 | 10.309 | 15.021 | 10.309 |
| **Saldos em 31 de Dezembro** | **15.021** | **10.309** | **15.021** | **10.309** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de Dezembro Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Capital Social | Reserva de Capital | Reservas de Lucros: Reserva Legal | Reservas de Lucros: Reserva de Retenção de Lucros | Patrimônio Líquido |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31/Dezembro/2019** | **64.459** | **113.823** | **-** | **(8.410)** | **169.873** |
| Absorção de Prejuízo Anterior | - | (8.410) | - | 8.410 | - |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | 10.309 | 10.309 |
| Destinações Propostas: | | | | | |
| Dividendos Propostos | - | - | - | (2.448) | (2.448) |
| Reservas de Lucros | - | - | 515 | (515) | - |
| **Saldos em 31/Dezembro/2020** | **64.459** | **105.413** | **515** | **7.346** | **177.734** |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | 15.021 | 15.021 |
| Destinações Propostas: | | | | | |
| Dividendos Mínimos Obrigatórios | - | - | - | (3.568) | (3.568) |
| Dividendos Interm. Adicionais | - | - | - | (13.416) | (13.416) |
| Reservas de Lucros | - | - | 752 | (752) | - |
| **Saldos em 31/Dezembro/2021** | **64.459** | **105.413** | **1.267** | **4.632** | **175.771** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de Dezembro Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Nota | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social** | | **15.730** | **13.550** | **15.730** | **13.550** |
| **Ajustes para Reconciliar o Resultado do Exercício com Recursos Provenientes de Atividades Operacionais** | | | | | |
| Provisão (Reversão) de Créditos de Liquidação Duvidosa | 6 | (193) | (2.433) | (193) | (2.433) |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 13 | (3.478) | (675) | (3.478) | (675) |
| Depreciações e Amortizações | 14 e 15 | 17.667 | 7.576 | 17.669 | 7.576 |
| Custo na Baixa de Imobilizado/Intangível | 14 e 15 | 7.329 | 5.381 | 7.329 | 5.381 |
| Juros/Atualização de Empréstimos e Financiamentos | 18 | 17.753 | 12.910 | 17.888 | 12.910 |
| Juros de Arrendamentos | 19 | 7.773 | 6.395 | 7.773 | 6.395 |
| Depreciação de Ativos de Direito de Uso | 19 | 26.932 | 16.016 | 26.932 | 16.016 |
| Provisão (Reversão) para Contigências | 21 | (302) | (295) | (302) | (295) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos | 28 | (2.540) | (3.261) | (2.540) | (3.261) |
| | | **86.669** | **55.164** | **86.806** | **55.164** |
| **Variações em Ativos e Passivos** | | | | | |
| Clientes | 6 | (12.287) | (306) | (13.845) | (306) |
| Juros Ativos | 6 | 1.035 | 1.746 | 1.035 | 1.746 |
| Adiantamentos | 8 | (12.013) | (5.274) | (12.048) | (5.274) |
| Estoques | 7 | 25.055 | (10.782) | 21.852 | (10.782) |
| Impostos a Recuperar | 9 | (11.545) | (11.470) | (11.572) | (11.470) |
| Outros Créditos | 10 | (23.228) | (4.714) | (23.520) | (4.714) |
| Ativos de Contratos com Clientes | 12 | (17.617) | (2.377) | (17.617) | (2.377) |
| Fornecedores | 16 | (8.448) | 61.100 | (9.394) | 61.100 |
| Obrigações Sociais e Fiscais | 17 | (3.975) | 1.499 | (4.319) | 1.499 |
| Adiantamentos de Clientes | | (2.517) | 1.958 | 11.028 | 1.958 |
| Outras Obrigações | 20 | (912) | 24.182 | (3.410) | 24.182 |
| Depósitos Judiciais | 21 | (474) | (1.126) | (474) | (1.126) |
| **Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais** | | **19.744** | **109.600** | **24.521** | **109.600** |
| **Fluxo de Caixa Utilizado nas Atividades de Investimentos** | | | | | |
| Ativo Mantido para Venda | 11 | - | 1.024 | - | 1.024 |
| Investimentos | 13 | (15.899) | 920 | (15.899) | 920 |
| Aquisição Tower Brasil Petróleo Ltda | | (3.283) | - | (3.283) | - |
| Aquisição de Imobilizado | 14 | (31.155) | (19.604) | (31.150) | (19.604) |
| Aquisição de Intangível | 15 | (3.337) | (6.422) | (3.559) | (6.422) |
| Dividendos Recebidos | | 673 | 339 | 673 | 339 |
| **Recursos Líquidos Utilizados nas Atividades de Investimentos** | | **(53.000)** | **(23.743)** | **(53.217)** | **(23.743)** |
| **Fluxo de Caixa Prov. das Atividades de Empr. e Financiamentos** | | | | | |
| Captação de Empréstimos e Financiamentos | 18 | 280.944 | 23.841 | 280.944 | 23.841 |
| Amortização de Empréstimos e Financiamentos | 18 | (256.289) | (45.484) | (256.488) | (45.484) |
| Amortização de Empréstimos e Financiamentos (Juros) | 18 | (20.076) | (16.167) | (20.160) | (16.167) |
| Amortização de Arrendamentos (Principal) | 19 | (26.687) | (16.016) | (26.687) | (16.016) |
| Pagamentos de Juros de Arrendamentos | 19 | (7.421) | (5.696) | (7.421) | (5.696) |
| Pagamento de Dividendos | 23 | (2.448) | - | (2.448) | - |
| **Recursos Líquidos Provenientes (Utilizados nas)/das Atividades de Empréstimos e Financiamentos** | | **(31.978)** | **(59.522)** | **(32.261)** | **(59.522)** |
| **Aumento (Redução) no Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa** | 5 | **(65.233)** | **26.335** | **(60.956)** | **26.335** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício | | 160.603 | 134.268 | 160.748 | 134.268 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício | | 95.370 | 160.603 | 99.792 | 160.603 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

»»» Continuação

**Rodoil Distribuidora de Combustíveis S.A.** **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma**

**i. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment).* As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Em relação à aquisição da Tower, concluída em dezembro de 2021, a Administração não identificou alterações no fluxo de caixa descontado utilizado no Laudo de Alocação do Preço de Compra que pudessem indicar a necessidade de realização de *impairment*. **j. Valor recuperável de ativos não financeiros:** Foi efetuada análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. **k. Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos (Nota Explicativa nº 28). ***Tributos correntes:*** Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. A provisão para imposto de renda é calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R$ 240. A contribuição social é calculada e contabilizada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ambos ajustados conforme normas fiscais estabelecidas para as empresas cuja apuração tem como base o Lucro Real. ***Tributos diferidos:*** O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes no final de cada período. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis futuros, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizados pela Administração. **l. Outros ativos e passivos:** Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que ocorra, nos próximos 12 meses, sua realização ou liquidação. Caso contrário, ou quando requerido por pronunciamento específico, são demonstrados como não circulantes. **m. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 16). **n. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 18). **o. Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos (Nota Explicativa nº 23). **p. Reconhecimento da receita:** As receitas da Companhia são reconhecidas com base nas normas estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 47, à medida que a entidade satisfazer à obrigação de desempenho e realizar a transferência de controle dos produtos vendidos. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a prestação dos serviços. A Companhia considera o momento de reconhecimento da receita quando realiza a entrega física dos ativos, transferindo o controle para o cliente. O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui rendimentos, encargos e variações monetárias calculadas a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes. **q. Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **r. Benefícios a empregados:** Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias e 13º salário), benefícios tais como plano de saúde, vale refeição, vale alimentação, entre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. **s. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (Nota Explicativa nº 21). **t. Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. **4. Novas normas, alterações e interpretações de normas:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021: • Reforma da IBOR - Fase 2: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 -"Instrumentos Financeiros", ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao IFRS 4/CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pelo Grupo, com relação a: (i) Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros: permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desreconhecimento do contrato e, consequentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior. As seguintes normas novas e alteradas não tiveram um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Definição de material: alterações ao IAS 1/CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"e IAS 8/CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro"; • Definição de negócio: alterações ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios"; • Estrutura conceitual revisada para relatórios financeiros; • Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos". As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. • Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. • Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1o de janeiro de 2022. • Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1o de janeiro de 2022. • Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1o de janeiro de 2022: • IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. • IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. • IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. • IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

**5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** São considerados caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, os saldos das contas de caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras compreendem:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Bancos | 719 | 7.359 | 722 | 7.359 |
| Aplicações Financeiras de Curto Prazo | 94.651 | 133.152 | 99.070 | 133.152 |
| **Total Caixa e Equivalentes de Caixa** | **95.370** | **140.511** | **99.792** | **140.511** |
| Aplicações Financeiras de Longo Prazo | - | 20.092 | - | 20.092 |
| **Total Aplicações Financeiras** | **-** | **20.092** | **-** | **20.092** |
| **Total de Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras** | **95.370** | **160.603** | **99.792** | **160.603** |

**6. Clientes:** A composição de clientes é a seguinte:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Clientes Nacionais | 80.827 | 69.575 | 86.190 | 69.575 |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | (24.734) | (24.927) | (24.734) | (24.927) |
| **Total de Clientes** | **56.093** | **44.648** | **61.456** | **44.648** |
| **Circulante** | **49.860** | **36.948** | **55.223** | **36.948** |
| **Não Circulante** | **6.233** | **7.700** | **6.233** | **7.700** |

**7. Estoques:** Os estoques são compostos de combustíveis para revenda, como gasolina, diesel e etanol, e insumos que são produtos que fazem parte da composição final dos combustíveis. Abaixo, a demonstração dos estoques:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Combustíveis para Revenda e Insumos | 35.895 | 49.795 | 41.937 | 49.795 |
| Combustíveis p/Revenda e Insumos em Trânsito | 4.379 | 15.534 | 4.379 | 15.534 |
| **Total** | **40.274** | **65.329** | **46.316** | **65.329** |

**8. Adiantamentos:** A composição de adiantamentos é a seguinte:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Adiantamentos a Fornecedores | 23.134 | 11.037 | 24.980 | 11.037 |
| Adiantamentos de Viagem | 125 | 159 | 125 | 159 |
| Adiantamentos a Funcionários | 137 | 186 | 137 | 186 |
| **Total de Adiantamentos** | **23.396** | **11.382** | **25.242** | **11.382** |

**9. Impostos a recuperar:** Estão representados, substancialmente, por saldos credores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), do Programa de Integração Social (PIS), do Imposto de Renda e outros. É composto pelos seguintes valores:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| ICMS | 19.188 | 12.871 | 21.986 | 12.871 |
| PIS/COFINS | 5.722 | 13.239 | 5.722 | 13.239 |
| IRRF/IRPJ/CSLL/INSS | 8.458 | 3.519 | 8.460 | 3.519 |
| **Total Circulante** | **33.367** | **29.629** | **36.167** | **29.629** |
| ICMS | 13.605 | 10.169 | 13.605 | 10.169 |
| PIS/COFINS | 19.485 | 15.115 | 19.485 | 15.115 |
| **Total Não Circulante** | **33.090** | **25.284** | **33.090** | **25.284** |
| **Total de Impostos a Recuperar** | **66.457** | **54.913** | **69.257** | **54.913** |

**10. Outros créditos:** A composição de outros créditos é a seguinte:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Venda de Imobilizado | 16.816 | 4.241 | 16.816 | 4.241 |
| Despesas a Apropriar | 9.034 | 515 | 9.034 | 515 |
| Aluguéis a Receber | 7.028 | 7.201 | 7.028 | 7.201 |
| Conta Gráfica Incorporação Megapetro | 4.039 | 1.204 | 4.039 | 1.204 |
| Rescisão Contrato de Armazenagem | 2.980 | - | 2.980 | - |
| Outras contas a receber com Clientes | 673 | 4.052 | 2.304 | 4.052 |
| Bonificação | 515 | 1.226 | 515 | 1.226 |
| Compra para Entrega Futura | 319 | 779 | 319 | 779 |
| Outros Créditos | 4.582 | 3.540 | 4.583 | 3.540 |
| **Total de Outros Créditos** | **45.985** | **22.758** | **47.617** | **22.758** |
| **Circulante** | **25.116** | **13.420** | **25.117** | **13.420** |
| **Não Circulante** | **20.869** | **9.338** | **22.500** | **9.338** |

**11. Ativo mantido para venda:** Em 2021, o ativo apresentado como mantido para venda (R$ 2.246) em 2020, que consiste de um terreno localizado na cidade de Marialva, no Estado do Paraná, foi reclassificado para Imobilizado.

**12. Contratos com clientes:** Os saldos são os seguintes:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Contratos com Clientes | 37.389 | 19.772 | 37.389 | 19.772 |
| **Total** | **37.389** | **19.772** | **37.389** | **19.772** |

**13. Investimentos;** A Companhia possui participação de 9,55% (9,55% em 2020) na UNIBRASPE - Brasileira de Petróleo S.A., que tem como atividade principal a armazenagem de combustíveis. Esse investimento está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. A companhia efetuou a avaliação do investimento na UNIBRASPE pelo método de equivalência patrimonial reconhecendo um valor de R$ 904 como perda no resultado em 2021 (R$ 675 como ganho em 2020). Em dezembro de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das cotas da Tower Brasil Petróleo Ltda., que tem como atividade principal a distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo e biocombustíveis. A aquisição da Tower Brasil Petróleo Ltda. teve como objetivo propiciar o ingresso da Companhia nos grandes mercados das regiões sudeste e centro-oeste do Brasil. Com atuação majoritária no estado de São Paulo, onde possui matriz e 3 unidades operacionais, uma delas em Paulínia, a Tower também possui atuação nos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, com 1 unidade operacional em cada.

**14. Imobilizado:** A composição do imobilizado é a seguinte:

**Controladora**

| | Equipamentos de Comunicação | Equipamentos de Informática | Equipamentos de Seguranca | Imóveis Terreno | Instalações | Máquinas e Equipamentos | Móveis e Utensílios | Prédios e Benfeitorias | Veículos | Máquinas e Equipamentos em Comodato | Imobilizado em Andamento | Outros Ativos | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Taxas anuais de depreciação - %** | 10 | 20 | 10 | - | 10 | 10 | 10 | 4 | 20 a 40 | 10 | - | - | - |
| **Saldo em 31/12/2020** | **71** | **677** | **32** | **13.479** | **1.105** | **11.234** | **781** | **1.006** | **10.655** | **22.886** | **13.611** | **1.807** | **77.344** |
| Adições | 7 | 433 | 42 | 2.382 | 12 | 2.091 | 7 | 417 | - | 3.351 | 24.659 | - | 33.401 |
| Baixas | (9) | (57) | - | (1.108) | (20) | (549) | (188) | - | (4.893) | (409) | (33) | (63) | (7.329) |
| Transferências | - | 203 | 30 | 428 | - | 3.950 | 106 | 10.456 | - | 15.655 | (27.856) | (2.972) | - |
| Depreciações | (5) | (180) | (18) | - | (247) | (1.040) | (65) | (393) | (1.039) | (10.052) | - | 1.228 | (11.811) |
| **Saldo em 31/12/2021** | **64** | **1.076** | **86** | **15.181** | **850** | **15.686** | **641** | **11.486** | **4.723** | **31.431** | **10.381** | **0** | **91.605** |

**Consolidado**

| | Equipamentos de Comunicação | Equipamentos de Informática | Equipamentos de Seguranca | Imóveis Terreno | Instalações | Máquinas e Equipamentos | Móveis e Utensílios | Prédios e Benfeitorias | Veículos | Máquinas e Equipamentos em Comodato | Imobilizado em Andamento | Outros Ativos | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Taxas anuais de depreciação - %** | 10 | 20 | 10 | - | 10 | 10 | 10 | 4 | 20 a 40 | 10 | - | - | |
| **Saldo em 31/12/2020** | **71** | **677** | **32** | **13.479** | **1.105** | **11.234** | **781** | **1.006** | **10.655** | **22.886** | **13.611** | **1.807** | **77.344** |
| Adições | 7 | 433 | 42 | 2.582 | 12 | 2.283 | 31 | 417 | - | 3.351 | 24.659 | - | 33.818 |
| Baixas | (9) | (57) | - | (1.108) | (20) | (549) | (188) | - | (4.893) | (409) | (33) | (63) | (7.329) |
| Transferências | - | 203 | 30 | 428 | - | 3.950 | 106 | 10.456 | - | 15.655 | (27.856) | (2.972) | - |
| Depreciações | (5) | (180) | (18) | - | (247) | (1.135) | (70) | (393) | (1.039) | (10.052) | - | 1.228 | (11.911) |
| **Saldo em 31/12/2021** | **64** | **1.076** | **86** | **15.381** | **850** | **15.784** | **660** | **11.486** | **4.723** | **31.431** | **10.381** | **0** | **91.922** |

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, à modernização de postos de serviços.

**Consolidado**

| | Fundo de Comércio | Direitos de Exploração | Marcas e Patentes | Software | Outros | Intangível em andamento | Mega GoodWill | Mega Marca Mais Valia | Mega Clientes Mais Valia | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Taxas anuais de Amortização - %** | - | 12 a 20 | - | 20 | 4 | - | - | 20 | 12 | - |
| **Saldo em 31/12/2019** | **8.330** | **6.127** | **131** | **4.161** | **1.949** | **2.106** | **53.257** | **4.027** | **17.481** | **97.569** |
| Aquisição | 1.600 | 906 | 11 | 637 | - | 3.276 | - | - | - | 6.430 |
| Venda/Baixa | - | - | - | - | - | (858) | - | - | - | (858) |
| Transferências | - | - | - | 1.354 | - | (1.354) | - | - | - | - |
| Amortização | - | (206) | - | (1.213) | (319) | - | - | (914) | (2.213) | (4.865) |
| **Saldo em 31/12/2020** | **9.930** | **6.827** | **142** | **4.939** | **1.630** | **3.170** | **53.257** | **3.113** | **15.268** | **98.276** |
| Aquisição | - | 1.140 | - | 538 | - | 2.197 | - | - | - | 3.875 |
| Venda/Baixa | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Transferências | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Amortização | - | (1.210) | - | (1.219) | (309) | - | - | (911) | (2.207) | (5.856) |
| **Saldo em 31/12/2021** | **9.930** | **6.757** | **142** | **4.258** | **1.321** | **5.367** | **53.257** | **2.202** | **13.061** | **96.295** |

O intangível da Controlada é de R$ 538, na conta Software, e se refere ao projeto de implementação do ERP JD Edwards. A Companhia realizou o teste de recuperabilidade do ágio e confirmou que não há necessidade de constituição de *impairment* ou provisão de perdas por desvalorização de ativos operacionais.

**16. Fornecedores:** O saldo de fornecedores é composto, principalmente, de faturas a pagar pela aquisição de derivados de petróleo e biocombustíveis.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **Fornecedores** | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Aster Petróleo Ltda. | - | 76.919 | - | 76.919 |
| Sul Plata Trading do Brasil Ltda. | 53.772 | - | 53.772 | - |
| Petróleo Brasileiro S/A | 15.534 | 11.395 | 15.534 | 11.395 |
| Refinaria de Petróleo Riograndense S/A | 4.923 | 8.093 | 4.923 | 8.093 |
| Braskem S/A | 3.886 | - | 3.886 | - |
| Usina Eldorado S/A | 3.449 | - | 3.449 | - |
| Biosev S/A | 2.406 | - | 2.406 | - |
| Adecoagro Vale do Ivinhema S/A | 2.199 | 4.185 | 2.199 | 4.185 |
| Agrícola Ponte Alta Ltda. | 2.147 | - | 2.147 | - |
| Auto Posto Vargem Grande Ltda | 1.386 | - | 1.386 | - |
| Raizen Caarapo Açúcar e Álcool Ltda. | 1.282 | - | 1.282 | - |
| Outros | 10.057 | 8.897 | - | 8.897 |
| **Total** | **101.041** | **109.489** | **101.427** | **109.489** |

**17. Obrigações sociais e fiscais:** A composição de obrigações sociais e fiscais é a seguinte:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **Obrigações Sociais** | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a Recolher | 145 | 133 | 151 | 133 |
| Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a Recolher | 464 | 436 | 502 | 436 |
| Salários a Pagar | 807 | 771 | 807 | 771 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) a Recolher | 435 | 384 | 444 | 384 |
| Provisões Trabalhistas | 2.081 | 1.853 | 2.306 | 1.853 |
| Outras Obrigações Sociais | - | (9) | - | (9) |
| **Total** | **3.932** | **3.568** | **4.210** | **3.568** |
| | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| **Obrigações Fiscais** | **2021** | **2020** | **2021** | **2020** |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a Recolher | 666 | 3.034 | 682 | 3.034 |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a Recolher | - | 1.941 | - | 1.941 |
| IR Retido na Fonte (IRRF) a Recolher | 64 | 51 | 66 | 51 |
| Programa Especial de Regul. Tributária (PERT) | - | - | 2.924 | - |
| Outras Obrigações Fiscais | 32 | 76 | 41 | 76 |
| **Total** | **763** | **5.101** | **3.714** | **5.101** |
| **Circulante** | **4.695** | **8.670** | **5.478** | **8.670** |
| **Não Circulante** | **-** | **-** | **2.446** | **-** |

**18. Empréstimos e financiamentos:** A Companhia tem captado recursos com a finalidade de capital de giro e investimentos para o crescimento de sua rede Bandeirada e clientes B2B. Em 31 de dezembro, esses empréstimos e financiamentos estavam assim apresentados:

| | | Taxas | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Modalidade** | **Vencimento Final** | **Indexador** | **Encargos Financeiros (taxas de juros anual)** | **Controladora 2021** | **Controladora 2020** | **Consolidado 2021** | **Consolidado 2020** |
| Debêntures | nov-25 | CDI | 3,00% a.a. | 100.000 | - | 100.000 | - |
| Capital de Giro | out-25 | CDI | 2,57% a.a. a 3,70% a.a. | 174.675 | 252.088 | 174.675 | 252.088 |
| Capital de Giro | jul-25 | Pré-fixado | 11,35% a.a. | - | - | 8.289 | - |
| Finame/Leasing | jun-23 | - | 3,00% a.a. a 6,00% a.a. | 227 | 483 | 227 | 483 |
| **Total** | | | | **274.902** | **252.571** | **283.191** | **252.571** |

**19. Arrendamentos:** O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| **Ativos de Direito de Uso** | | | | |
| Imóveis | 89.226 | 68.474 | 89.226 | 68.474 |
| Caminhões | 16.034 | - | 16.034 | - |
| (-) Amortização | (26.932) | (16.016) | (26.932) | (16.016) |
| **Total** | **78.328** | **52.458** | **78.328** | **52.458** |
| **Passivos de Arrendamentos** | | | | |
| Circulante | 12.055 | 7.210 | 12.055 | 7.210 |
| Não Circulante | 67.905 | 46.283 | 67.905 | 46.283 |
| **Total** | **79.961** | **53.493** | **79.961** | **53.493** |

**20. Outras obrigações:** A composição de outras obrigações é a seguinte:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Mútuos - Tower Brasil Petróleo Ltda | - | - | 16.735 | - |
| Investimento - Tower Brasil Petróleo Ltda | 10.458 | - | - | - |
| Provisão Estoque em Trânsito | 4.379 | 15.534 | 4.379 | 15.534 |
| Conta Gráfica Incorporação Megapetro | 4.577 | 1.252 | 4.577 | 1.252 |
| Obra Base Xaxim | - | 9.002 | - | 9.002 |
| Rescisão Contrato CBL - Companhia Brasileira de Logística S/A | 2.980 | - | 2.980 | - |
| Provisões Diversas | 2.940 | 3.487 | 2.940 | 3.487 |
| TMS Lubrificantes Ltda | 2.783 | - | 2.783 | - |
| Receita Diferida | 2.125 | 2.125 | 2.125 | 2.125 |
| Compra de Ações | - | 2.013 | - | 2.013 |
| IR e CS Diferidos – Mais Valia Aquisição Tower Brasil Petróleo Ltda | 1.985 | - | 1.985 | - |
| Desenvolvimentos de Sistema | - | 1.009 | - | 1.009 |
| Fundo de Comércio e Direito de Exploração | 519 | 572 | 519 | 572 |
| Uso Compartilhado de Ativo | 428 | 857 | 428 | 857 |
| Outras Obrigações | 2.351 | 586 | 3.015 | 586 |
| **Total** | **35.525** | **36.438** | **42.468** | **36.438** |
| **Circulante** | **18.109** | **31.276** | **18.774** | **31.276** |
| **Não Circulante** | **17.416** | **5.162** | **23.694** | **5.162** |

**21. Provisões para riscos e contingências e depósitos judiciais:** A Companhia é parte em processos judiciais perante tribunais e órgãos governamentais oriundos do curso normal das operações os quais envolve questões cíveis, trabalhistas e tributárias. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que a perda é considerada provável. Abaixo, apresentamos a movimentação de provisões para contingencias:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| **Saldo Inicial** | **589** | **884** | **589** | **884** |
| Adição a Prov. de Contingências Trabalhistas | 47 | 573 | 47 | 573 |
| Adição a Provisão de Contingências Cíveis | 466 | 2 | 466 | 2 |
| Baixa de Prov. de Contingências Trabalhistas | (572) | (870) | (572) | (870) |
| Baixa de Provisão de Contingências Cíveis | (243) | - | (243) | - |
| **Saldo Final** | **287** | **589** | **287** | **589** |

A composição de depósitos judiciais é a seguinte:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Depósito Judicial ICMS | 8.726 | 8.333 | 8.726 | 8.333 |
| Depósito Judicial Trabalhista | 113 | 113 | 113 | 113 |
| Outros Depósitos Judiciais | 1.572 | 1.491 | 1.572 | 1.491 |
| **Total** | **10.411** | **9.937** | **10.411** | **9.937** |

**22. Transações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas referem-se à UNIBRASPE e são operações realizadas em termos e condições de mercado. Contas a pagar de partes relacionadas vencem dentro do mês subsequente à data da prestação do serviço.

| **Partes Relacionadas** | **Saldos Passivos** | **Compras de Produtos/serviços** |
|---|---|---|
| UNIBRASPE | 14 | 15 |
| **Total** | **14** | **15** |

**23. Patrimônio líquido: (a) Capital social**: O capital social de R$ 64.459 está dividido em 14.900.886 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **(b) Reserva legal:** Conforme a Lei das Sociedades por Ações, é destinada para reserva legal 5% do lucro líquido anual até o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital acrescido das reservas de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. **(c) Reserva de Retenção de Lucros:** Conforme previsto na Lei das Sociedades por ações, é destinada para apropriação de lucros obtidos no exercício, mediante deliberação do Conselho de Administração. **(d) Dividendos:** Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **(e) Lucro por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Lucro Líquido do Exercício | 15.021 | 10.309 |
| Quantidade de Ações Ordinárias | 14.901 | 14.901 |
| **Lucro básico por ação - R$** | **1,01** | **0,69** |

**24. Receita líquida de vendas:** As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e mercadorias vendidas aos clientes e são reconhecidas à medida em que há a transferência de controle dos produtos e mercadorias.

A receita líquida é composta como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Receita Bruta de Vendas de Produtos e Mercadorias | 5.468.700 | 4.099.175 | 5.513.685 | 4.099.175 |
| Devoluções e Outras Deduções | (13.128) | (8.849) | (13.175) | (8.849) |
| Impostos Incidentes sobre Vendas | (20.546) | (16.370) | (20.938) | (16.370) |
| **Total** | **5.435.026** | **4.073.956** | **5.479.571** | **4.073.956** |

Continua »»»

»» Continuação RodOil **Rodoil Distribuidora de Combustíveis S.A.** **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma**

**25. Custo das mercadorias vendidas, despesas administrativas e despesas de vendas:** O custo das mercadorias vendidas, as despesas administrativas e as despesas de vendas são compostos como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Custo das Mercadorias Vendidas | 5.306.849 | 3.978.373 | 5.350.142 | 3.978.373 |
| Despesas com Pessoal | 20.697 | 18.451 | 20.860 | 18.451 |
| Depreciação e Amortização | 29.479 | 21.295 | 29.481 | 21.295 |
| Serviços | 6.775 | 5.880 | 6.811 | 5.880 |
| Publicidade e Propaganda | 3.722 | 1.793 | 3.722 | 1.793 |
| Outras | 27.185 | 25.566 | 27.406 | 25.566 |
| **Total** | **5.394.706** | **4.051.357** | **5.438.421** | **4.051.357** |
| **Custo das Mercadorias Vendidas** | **5.323.518** | **3.998.375** | **5.366.811** | **3.998.375** |
| **Despesas de Vendas** | **19.599** | **16.164** | **19.599** | **16.164** |
| **Despesas Administrativas** | **51.589** | **36.818** | **52.011** | **36.818** |

**26. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Receita de Aluguéis | 13.582 | 11.532 | 13.582 | 11.532 |
| Ganho de Capital | - | 3.577 | - | 3.577 |
| Rescisão Contrato CBL | (14.900) | - | (14.900) | - |
| Venda da Frota de Caminhões Usados | 13.455 | - | 13.455 | - |
| Outras Receitas | - | 1.908 | 339 | 1.908 |
| Outras Despesas Operacionais | (6.952) | (4.520) | (6.962) | (4.520) |
| **Total** | **5.185** | **12.497** | **5.514** | **12.497** |

**27. Resultado financeiro**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| **Receitas Financeiras** | | | | |
| Rendimentos com Aplicações Financeiras | 2.151 | 2.111 | 2.151 | 2.111 |
| Juros Recebidos | 2.831 | 5.109 | 2.831 | 5.109 |
| Descontos Obtidos | 1.151 | 696 | 1.151 | 696 |
| Variação Cambial Ativa | - | 3.039 | - | 3.039 |
| Ganho Operação Swap | 26.082 | - | 26.082 | - |
| Outras Receitas Financeiras | 950 | 640 | 957 | 640 |
| | **33.165** | **11.595** | **33.172** | **11.595** |
| **Despesas Financeiras** | | | | |
| Despesas Bancárias | (1.808) | (544) | (1.859) | (544) |
| Descontos Concedidos | (6.676) | (5.296) | (6.676) | (5.296) |
| Juros de Empréstimos e Financiamentos | (17.829) | (12.910) | (17.913) | (12.910) |
| Juros AVP Leasing | (7.773) | (6.396) | (7.773) | (6.396) |
| Variação Cambial Passiva | (27.812) | (4.039) | (27.812) | (4.039) |
| Perda Operação Swap | (852) | - | (852) | - |
| Outras Despesas Financeiras | (3.668) | (4.631) | (3.696) | (4.631) |
| | **(66.418)** | **(33.816)** | **(66.579)** | **(33.816)** |
| **Resultado Financeiro Líquido** | **(33.253)** | **(22.221)** | **(33.408)** | **(22.221)** |

**28. Imposto de renda e contribuição social: Reconciliação do imposto de renda e contribuição social:** A Companhia adota o sistema de tributação pelo lucro real trimestral, fazendo recolhimentos a cada encerramento de trimestre.

**29. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** A movimentação de IR e CS diferidos ativos ocorreu da seguinte forma:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| **Saldo Inicial** | **19.039** | **19.019** | **19.039** | **19.019** |
| Imposto Diferido sobre Provisões Contábeis | 118 | (1.462) | 118 | (1.462) |
| Variação de Saldos Ativos | (1.555) | 796 | (1.555) | 796 |
| Prejuízo Fiscal | 3.269 | 686 | 6.648 | 686 |
| **Saldo Final** | **20.871** | **19.039** | **24.250** | **19.039** |

**30. Cobertura de seguros:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem a seguinte posição contratada de apólices de seguros, com vigência até 2022:

| | |
|---|---|
| Responsabilidade Civil | 76.000 |
| Imóveis | 28.890 |
| Frota Pesada | 60.900 |
| Frota Leve | 16.850 |

**31. Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado; Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro). Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, as políticas e os processos para a mensuração e o gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. **Estrutura do gerenciamento de risco:** ***(i) Risco de crédito:*** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e de outros créditos. *Exposição a riscos de crédito:* Todos os montantes incluídos referem-se ao mercado doméstico, não havendo contas a receber no mercado externo (Notas Explicativas 5 e 6). O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período foi:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Caixa e Bancos | 719 | 7.359 | 722 | 7.359 |
| Aplicações Financeiras | 94.651 | 153.244 | 99.070 | 153.244 |
| Clientes | 56.093 | 44.648 | 61.456 | 44.648 |
| Adiantamentos | 23.396 | 11.382 | 25.242 | 11.382 |
| **Total** | **174.859** | **216.633** | **186.490** | **216.633** |

***(ii) Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia constantemente monitora suas exigências de fluxo de caixa operacional e na otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2021, tesouraria suficiente para superar sua necessidade de capital de giro operacional, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isso exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. ***(iii) Risco de mercado:*** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros, impactem os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. As dívidas em moeda nacional estão sujeitas principalmente a taxas de juros variáveis. O perfil dos principais instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| **Instrumentos de Taxa Variável** | | | | |
| Aplicações Financeiras | 94.651 | 153.244 | 99.070 | 153.244 |
| Empréstimos e Financiamentos | 274.675 | 252.088 | 274.675 | 252.088 |
| **Total** | **369.326** | **405.332** | **373.745** | **405.332** |
| **Instrumentos de Taxa Fixa** | | | | |
| Empréstimos e Financiamentos | 227 | 483 | 8.517 | 483 |
| **Total** | **227** | **483** | **8.517** | **483** |

Os resultados da Companhia são suscetíveis a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que potencialmente aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora, continuamente, as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. ***(iv) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):*** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia realiza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento ligados a passivos originados em suas operações de acordo com os padrões de mercado.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| **Total dos Empréstimos e Financiamentos** | **274.902** | **252.571** | **283.191** | **252.571** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | (95.370) | (160.603) | (99.793) | (160.603) |
| **Dívida Líquida (A)** | **179.532** | **91.968** | **183.399** | **91.968** |
| **Total do Patrimônio Líquido (B)** | **175.771** | **177.734** | **175.771** | **177.734** |
| Relação Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido (A/B) | 102% | 52% | 104% | 52% |

**ROBERTO TONIETTO** Diretor Presidente | **ELVIS SOUZA DAS CHAGAS** Diretor Comercial | **LUCIANO DEMICHELLI** Diretor de Operações | **MARLEY DE BRITO ALMEIDA** Diretor Financeiro | **ROBERTA BRANDÃO COIMBRA** Contadora - CRC/RS 71.620-O

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

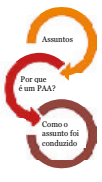
Aos Administradores e Acionistas Rodoil Distribuidora de Combustíveis S.A.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Rodoil Distribuidora de Combustíveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Rodoil Distribuidora de Combustíveis S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodoil Distribuidora de Combustíveis S.A. e da Rodoil Distribuidora de Combustíveis S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### PRINCIPAL ASSUNTO DE AUDITORIA

Principal Assunto de Auditoria (PAA) é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.




### PORQUE É UM PAA

**Combinação de negócios – aquisição da Tower Brasil Petróleo Ltda. ("Tower") (notas 1 e 13):** Em dezembro de 2021, a Companhia adquiriu 100% das cotas da Tower Brasil Petróleo Ltda. ("Tower"), obtendo assim o seu controle, pelo valor de R$ 10.500 mil, tendo apurado ágio no valor de R$ 17.051 mil. A mensuração e o reconhecimento dos ativos adquiridos e passivos assumidos pelos seus valores justos, bem como a apuração do ágio, envolveu julgamentos da administração, além da aplicação de estimativas relevantes, fundamentadas em dados e premissas subjetivas. O uso de estimativas e julgamentos profissionais pela administração na determinação dos valores justos podem impactar a mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos e, consequentemente, o valor do ágio apurado na aquisição. Desta forma, esse tema foi um dos principais assuntos de nossa auditoria.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Executamos, entre outros procedimentos, os que estão resumidos a seguir. Efetuamos a leitura dos principais documentos relacionados com a aquisição da Tower, análise dos atos societários relevantes e principais eventos que levaram a administração a concluir sobre a data efetiva de aquisição. Também, efetuamos o entendimento dos processos estabelecidos pela administração, incluindo os modelos de cálculo, para determinação da alocação do preço de compra. Discutimos as principais premissas adotadas na identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição, comparando-as com informações históricas disponíveis ou com dados observáveis de mercado e/ou do segmento de atuação. Avaliamos a competência e objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a emissão do laudo de alocação do preço de compra na combinação de negócio. Checamos, ainda, os impactos contábeis e fiscais da mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios, bem como efetuamos leitura das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração no processo de identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nas transações são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 25 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/O-5

Rafael Biedermann Mariante - Contador CRC 1SP243373/O-0

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 9 9649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

**Archel Construções e Participações S/A**
**CNPJ(MF).: 09.056.774/0001-09 NIRE: 43300050564**

## ERRATA

Em relação ao balanço patrimonial publicado no Jornal do Comércio no dia, 30/03/2022 impresso e digital.
Onde consta na linha do
ATIVO Exerc. 2020 Exerc. 2019
**o correto é Exerc. 2021 Exerc. 2020**

Jornal do Comércio
*O Jornal de economia e negócios do RS*

**PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.

BSBIOS ENERGIA RENOVÁVEL

**CNPJ: 07.322.382/0001-19 • NIRE: 43300047130**

## Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, A BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A., cumprindo com as disposições legais e estatutárias submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, suas Notas Explicativas, respectivo Parecer dos Auditores Independentes. Nos últimos dois anos, a crise climática e a pandemia causada pela Covid-19 têm sido protagonistas de muitas incertezas econômicas, políticas e sociais, entretanto, a resiliência, o comprometimento e a colaboração de todos aqueles que fazem parte de nossa equipe, permitiu superar os desafios. O ano de 2021 foi marcado por eventos importantes de governança, onde a Companhia passou a ser controlada 100% pela ECB Group Holding, Conselho de Administração, Diretoria Executiva com novas estruturas e estabelecido planejamento estratégico até 2030. Em 2021, a BSBIOS passou a controlar a BSBIOS Paraguay, a BSBIOS São Paulo e a BSBIOS *Switzerland* atingindo uma receita líquida de R$ 7,9 bilhões, com lucro líquido de R$ 83,5 milhões e EBITDA de 316,3 milhões com uma produção de biodiesel na marca de 895.463 m³, representando um Market Share Brasil de 13,2% mantendo na posição de maior produtora de biodiesel do país. As unidades de PRODUÇÃO de biodiesel brasileiras receberam incremento de 13% em suas capacidades produtivas chegando a 936 milhões de litros de biodiesel/ano considerando as Unidades Passo Fundo e Marialva. Em relação ao processo de esmagamento de grãos foram processadas 1.149 mil toneladas de soja, resultando em produção de farelo de soja e óleo vegetal. A administração deseja, ao término desse exercício, registrar seus agradecimentos aos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros, instituições financeiras e órgãos governamentais envolvidos com as atividades da BSBIOS e aos conselhos de Administração, pela confiança depositada e colocamo-nos ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Passo Fundo - RS, 30 de março de 2022.

**A Diretoria executiva.**

## Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

**Ativo**

| | Nota | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 |
|---|---|---|---|---|
| Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 12 | 334.809 | 124.273 | 357.340 |
| Contas a receber de clientes | 13 | 359.312 | 462.978 | 384.526 |
| Estoques | 14 | 438.025 | 384.425 | 438.025 |
| Impostos a recuperar | 15 (a) | 544.236 | 264.068 | 545.490 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 15 (b) | 55.458 | - | 55.488 |
| Adiantamento a fornecedores | | 111 | 718 | 1.173 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 11 (h) | 122.699 | 214.512 | 122.699 |
| Outras contas a receber | | 10.959 | 18.831 | 12.003 |
| | | 1.865.609 | 1.469.805 | 1.916.744 |
| Não circulante | | | | |
| Impostos a recuperar | 15 (a) | 35.051 | 34.177 | 35.051 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 15 (b) | 49.950 | - | 49.950 |
| Impostos diferidos | 25 | 7.182 | - | 7.182 |
| | | 92.183 | 34.177 | 92.183 |
| Investimentos | 17 | 81.909 | - | 300 |
| Propriedades para investimento | 18 | 39.531 | 32.892 | 39.531 |
| Imobilizado | 19 | 349.707 | 269.311 | 426.640 |
| Intangível | 20 | 44.280 | 43.197 | 44.280 |
| | | 515.427 | 345.400 | 510.751 |
| | | 607.610 | 379.577 | 602.934 |
| Total do ativo | | 2.473.219 | 1.849.382 | 2.519.678 |

**Passivo e Patrimônio Líquido**

| | Nota | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2021 |
|---|---|---|---|---|
| Circulante | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 21 | 345.393 | 315.894 | 345.393 |
| Fornecedores | 22 | 821.773 | 375.744 | 866.429 |
| Obrigações trabalhistas | | 7.874 | 6.320 | 8.009 |
| Obrigações tributárias | | 3.987 | 5.216 | 4.008 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | | - | 12.742 | - |
| Adiantamentos de clientes | | 611 | 286 | 611 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 11 (h) | 114.517 | 204.880 | 114.517 |
| Passivos de arrendamento | | 9.639 | 552 | 9.639 |
| Outras contas a pagar | | 14.548 | 5.629 | 14.583 |
| | | 1.318.342 | 927.263 | 1.363.189 |
| Não circulante | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 21 | 697.841 | 288.360 | 697.841 |
| Outras contas a pagar | | 30.883 | 3.500 | 32.494 |
| Passivos de arrendamento | | 50.303 | 1.584 | 50.303 |
| Impostos diferidos | 25 | - | 2.322 | - |
| Contas a pagar pela aquisição de controlada | 22 | 414 | - | 414 |
| Provisões para contingências | 23 | 1.451 | 2.812 | 1.451 |
| | | 780.892 | 298.578 | 782.503 |
| Total do passivo | | 2.099.234 | 1.225.841 | 2.145.692 |
| Patrimônio líquido | 26 | | | |
| Capital social | | 158.895 | 158.516 | 158.895 |
| Reservas de lucros | | 540.969 | 456.462 | 540.969 |
| Transações de capital | 3 | (335.848) | - | (335.848) |
| Ajustes acumulados de conversão | | 2.392 | - | 2.392 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | 7.577 | 8.563 | 7.577 |
| Lucros acumulados | | - | - | - |
| Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores | | 373.985 | 623.541 | 373.985 |
| Participação de não controladores | | - | - | 1 |
| Total do patrimônio líquido | | 373.985 | 623.541 | 373.986 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 2.473.219 | 1.849.382 | 2.519.678 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração dos Resultados Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
*(Valores expressos em milhares de Reais)*

| | Nota | Controladora 31 de dezembro de 2021 | Controladora 31 de dezembro de 2020 | Consolidado 31 de dezembro de 2021 |
|---|---|---|---|---|
| **Receita líquida de vendas** | 27 | 7.851.000 | 4.743.891 | 7.905.188 |
| Custo dos produtos, mercadorias vendidas e serviços prestados | 28 | (7.565.230) | (4.139.600) | (7.603.111) |
| **Lucro bruto** | | 285.770 | 604.291 | 302.077 |
| Despesas com vendas | 28 | (46.107) | (19.433) | (49.135) |
| Despesas gerais e administrativas | 28 | (70.351) | (54.708) | (77.094) |
| Reversão de impairment de ativos não financeiros | 28 | 10.512 | - | 10.512 |
| Impairment de ativos financeiros | 28 | (1) | 640 | (1) |
| Outras receitas e despesas operacionais, líquidas | 28 | 105.872 | 22.128 | 105.828 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 17 | 454 | - | - |
| **Lucro operacional antes do resultado financeiro** | | 286.149 | 552.918 | 292.187 |
| Despesas financeiras | 30 | (242.648) | (118.277) | (248.727) |
| Receitas financeiras | 30 | 83.716 | 65.640 | 85.052 |
| Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros derivativos, líquidos | 30 | (36.085) | (123.447) | (36.084) |
| **Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social** | | 91.132 | 376.834 | 92.428 |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente | 24 | (11.434) | (69.588) | (12.730) |
| Imposto de renda e contribuição social - diferido | 24 | 3.823 | 4.446 | 3.823 |
| **Lucro líquido do exercício** | | 83.521 | 311.692 | 83.521 |
| Lucro básico e diluído por lote de mil ações | 26 (d) | 12,86 | 48,09 | 12,86 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
*(Em milhares de Reais)*

| | Controladora 31 de dezembro de 2021 | Controladora 31 de dezembro de 2020 | Consolidado 31 de dezembro de 2021 |
|---|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | 83.521 | 311.692 | 83.521 |
| Ajustes acumulados de conversão | 2.392 | - | 2.392 |
| **Resultado abrangente do período** | 85.913 | 311.692 | 85.913 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

| | Capital social | Reserva legal | Reservas de incentivos Fiscais | Reserva de Retenção de Lucros | Transações de capital | Ajustes acumulados de cprreção | Ajustes avaliação patrimonial | Lucros acumulados | Total | Participação de não controladores | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 01 de janeiro de 2020** | 158.516 | 8.525 | 150.742 | - | - | - | 9.549 | - | 327.332 | - | 327.332 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | 311.692 | 311.692 | - | 311.692 |
| Realização de ajustes de avaliação patrimonial | - | - | - | - | - | - | (986) | 986 | - | - | - |
| Constituição de reserva legal | - | 15.585 | - | - | - | - | - | (15.585) | - | - | - |
| Constituição de reserva de subvenções para investimento | - | - | 86.297 | - | - | - | - | (86.297) | - | - | - |
| Constituição de reserva de lucros a realizar | - | - | - | 195.313 | - | - | - | (195.313) | - | - | - |
| Distribuição de juros sobre capital próprio | - | - | - | - | - | - | - | (15.483) | (15.483) | - | (15.483) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | 158.516 | 24.110 | 237.039 | 195.313 | - | - | 8.563 | - | 623.541 | - | 623.541 |
| **Saldos em 01 de janeiro de 2021** | 158.516 | 24.110 | 237.039 | 195.313 | - | - | 8.563 | - | 623.541 | - | 623.541 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | 83.521 | 83.521 | 1 | 83.522 |
| Transações de capital (nota explicativa 3) | - | - | - | - | (335.848) | - | - | - | (335.848) | - | (335.848) |
| Ajustes acumulados de conversão | | | | | | 2.392 | - | - | 2.392 | - | 2.392 |
| Realização de ajustes de avaliação patrimonial | - | - | - | - | - | - | (986) | 986 | - | - | - |
| Constituição de reserva legal | - | 4.176 | - | - | - | - | - | (4.176) | - | - | - |
| Constituição de reserva de lucros a realizar | - | - | - | 80.331 | - | - | - | (80.331) | - | - | - |
| Reversão de reserva de subvenções para investimento | - | - | (237.039) | 237.039 | - | - | - | - | - | - | - |
| Subscrição de ações | 379 | - | - | - | - | - | - | - | 379 | - | 379 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | 158.895 | 28.286 | - | 512.683 | (335.848) | 2.392 | 7.577 | - | 373.985 | 1 | 373.986 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
*(Valores expressos em milhares de Reais)*

| | Nota | Controladora 31 de dezembro de 2021 | Controladora 31 de dezembro de 2020 | Consolidado 31 de dezembro de 2021 |
|---|---|---|---|---|
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais** | | | | |
| Lucro líquido do exercício | | 83.521 | 311.692 | 83.521 |
| **Ajustes para reconciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais:** | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido | 24 | 7.611 | 65.142 | 8.907 |
| Depreciação e amortização | 28 | 24.065 | 21.506 | 24.057 |
| Perda na venda de ativo imobilizado | 19 | 316 | 180 | 316 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 17 | (454) | - | - |
| Perda (ganho) com instrumentos financeiros derivativos, líquida | 11(h) | 1.449 | 7.756 | 1.450 |
| Impairment de ativos financeiros | | - | - | - |
| (Reversão) *Impairment* de ativos financeiros | 21 | - | (700) | - |
| *Impairment* de ativos não financeiros | | - | - | - |
| (Reversão) *impairment* de ativos não financeiros | 28 | (10.512) | - | (10.512) |
| Provisão para obsolescência de estoque | 14 | 1.759 | 81 | 1.759 |
| Provisão (Reversão) de provisão para *impairment* de contas a receber | | 1 | 60 | 1 |
| Provisão para contingências | 23 | (834) | (1.222) | (834) |
| Ajuste a valor justo de propriedades de investimento | 18 | (6.639) | (4.019) | (6.639) |
| Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | 21 | 72.278 | 40.338 | 72.278 |
| Juros sobre passivo de arrendamento | 21 | 706 | - | 706 |
| Receita com subvenções CBIOS | | (26.024) | - | (26.024) |
| Recuperação de créditos extemporâneos | 28 | (127.528) | - | (127.528) |
| Atualização de fornecedores a fixar | | 14.206 | - | 14.206 |
| | | **33.921** | **440.814** | **35.664** |
| Variações nos ativos e passivos | | | | |
| Redução (Aumento) no contas a receber | | 103.665 | (58.932) | 86.099 |
| (Aumento) nos estoques | | (29.334) | (199.941) | (29.260) |
| (Aumento) de tributos a recuperar | | (247.952) | (124.696) | (248.304) |
| Redução (Aumento) de outros ativos | | 19.755 | (6.525) | 29.068 |
| Aumento de fornecedores | | 431.741 | 88.202 | 421.009 |
| Aumento de impostos a pagar | | 2.321 | 1.135 | 1.041 |
| Aumento de outros passivos | | 68.087 | 1.530 | 58.280 |
| **Caixa gerado pelas atividades operacionais** | | 382.204 | 141.587 | 353.597 |
| Juros s/ empréstimos, financiamentos e debêntures pagos | 21 | (74.349) | (30.850) | (74.349) |
| Juros sobre passivo de arrendamento pagos | 21 | (89) | - | (89) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (28.378) | (56.846) | (28.378) |
| **Caixa líquido obtido pelas atividades operacionais** | | 279.388 | 53.891 | 250.781 |
| **Fluxos de caixa das atividades de investimento** | | | | |
| Aquisição de investimento em controlada, líquido do caixa adquirido no consolidado | | (2.463) | - | 13.884 |
| Aquisição de investimento em não controlada | | (300) | - | (300) |
| Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível | | (105.864) | (32.974) | (146.727) |
| Caixa recebido na incorporação | | 23 | - | 23 |
| **Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento** | | (108.604) | (32.974) | (133.120) |
| **Fluxos de caixa das atividades de financiamento** | | | | |
| Amortização de empréstimos | 21 | (517.318) | (292.957) | (517.318) |
| Ingressos de empréstimos | 21 | 634.515 | 372.461 | 634.515 |
| Ingressos de passivos de arrendamento | 21 | - | - | - |
| Amortização de passivos de arrendamento | 21 | (1.938) | - | (1.938) |
| Juros sobre o capital próprio | | - | (15.483) | - |
| Integralização de capital em controladas | | (51.451) | - | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) | | (24.056) | - | - |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento** | | 39.752 | 64.021 | 115.259 |
| **Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa** | | 210.536 | 84.938 | 232.920 |
| Caixa e equivalente de caixa no início do exercício | 12 | 124.273 | 39.335 | 124.273 |
| Efeito da variação cambial s/ caixa e equivalentes de caixa | | - | - | 147 |
| Caixa e equivalente de caixa no final do exercício | 12 | 334.809 | 124.273 | 357.340 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
*(Valores expressos em milhares de Reais)*

| | Nota | Controladora 31 de dezembro de 2021 | Controladora 31 de dezembro de 2020 | Consolidado 31 de dezembro de 2021 |
|---|---|---|---|---|
| **Receitas** | | 8.842.045 | 5.323.244 | 8.896.232 |
| Vendas de mercadorias, produtos e serviços | | 8.698.037 | 5.295.108 | 8.752.224 |
| Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber | | (1) | (60) | (1) |
| Outras receitas | | 144.009 | 28.196 | 144.009 |
| **Insumos adquiridos de terceiros** | | 8.429.804 | 4.738.262 | 8.474.623 |
| Custos dos prod., das mercadorias e dos serviços vendidos | | 8.362.689 | 4.724.546 | 8.400.570 |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | | 75.869 | 14.336 | 82.807 |
| (Perda)/recuperação de valores ativos, líquidos | | (8.754) | (620) | (8.754) |
| **Valor adicionado bruto** | | 412.241 | 584.982 | 421.609 |
| **Retenções** | | 24.065 | 21.506 | 24.117 |
| Depreciação e amortização | | 24.065 | 21.506 | 24.117 |
| **Valor adicionado líquido produzido pela Companhia** | | 388.176 | 563.476 | 397.492 |
| **Valor adicionado recebido em transferência** | | 545.737 | 364.803 | 546.619 |
| Resultado de equivalência patrimonial | | 454 | - | - |
| Receitas financeiras | | 97.816 | 65.640 | 99.152 |
| Ganho com derivativos e outros | | 447.467 | 299.163 | 447.467 |
| **Valor Adicionado total a distribuir** | | 933.913 | 928.279 | 944.111 |
| **Distribuição do valor adicionado** | | 933.913 | 928.279 | 944.111 |
| **Pessoal e encargos** | | 44.869 | 36.481 | 47.305 |
| Remuneração direta | | 36.267 | 29.840 | 38.643 |
| Benefícios | | 5.443 | 4.223 | 5.479 |
| FGTS | | 3.159 | 2.418 | 3.183 |
| **Impostos, taxas e contribuições** | | 69.827 | 43.433 | 71.213 |
| Municipais | | 242 | 237 | 248 |
| Estaduais | | 60.538 | 18.147 | 60.538 |
| Federais | | 9.047 | 25.049 | 10.427 |
| **Remuneração de capitais de terceiros** | | 735.696 | 536.674 | 742.072 |
| Juros | | 172.115 | 91.599 | 178.184 |
| Aluguéis | | 1.682 | 1.102 | 1.989 |
| Perda com derivativos e outros | | 561.899 | 443.973 | 561.899 |
| **Remuneração de capitais próprios** | | 83.521 | 311.691 | 83.521 |
| Lucros retidos no exercício | | 83.521 | 296.208 | 83.521 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | | - | 15.483 | - |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 - *Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

**1 Contexto operacional:** A BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. ("BSBIOS" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede em Passo Fundo, Rodovia Federal BR-285, Km 294, s/nº, Distrito Industrial – RS. A Companhia tem por objeto a industrialização, beneficiamento, comercialização, importação, exportação e distribuição de cereais e sementes oleaginosas, óleos vegetais brutos e refinados, biodiesel, glicerina, seus derivados e subprodutos, incluindo proteínas vegetais. Além disso, a Companhia fomenta ainda a originação de matéria--prima, objetivando a manutenção do selo combustível social, referente às compras do Programa Nacional de Agricultura Familiar, o PRONAF. A política Nacional de Biocombustíveis (Renovabio), instituída pela Lei nº 13.576/2017 tem como principal instrumento o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética do país. A BSBIOS, desde novembro de 2019, está certificada pela Renovabio, estando habilitada a participar do mercado de CBIOS (créditos de descarbonização), desde então já podendo proceder com a emissão de pré-CBIOS. Em agosto de 2020, a Companhia iniciou a escrituração dos CBIOS na B3 S.A – Brasil, Bolsa e Balcão (transformação dos pré-CBIOS em CBIOS). A Companhia, a partir de 09 de fevereiro de 2021, passou a ser controlada direta integral da ECB Holding S.A., sociedade anônima brasileira de capital fechado, sendo esta a sua controladora final. A ECB Holding S.A. é a holding controladora do Grupo ECB (ECB Group). **1.1 Coronavirus (COVID-19) -** A pandemia deflagrada pela COVID-19 prejudicou vários setores da economia, nos mais variados segmentos de negócios. Para garantir a saúde e segurança das pessoas envolvidas nas operações da Companhia e de seus familiares, seguindo as orientações da OMS (Organização Mundial da Saúde) e considerando a situação crítica que vivenciou nos primeiros meses 2021, a Companhia manteve as seguintes medidas implementadas a partir de 2020: • Uso obrigatório de máscara nas dependências da companhia; • Medição de temperatura no acesso à Companhia; • Criação do Comitê de Crise para traçar as medidas e protocolos de combate à propagação do vírus; • Álcool gel disponível em todos os setores para higienização das mãos ao ter contato com qualquer superfície compartilhada; • Substituição de reuniões presenciais para o formato online; • Horário para almoço pré-determinado afim de evitar filas e aglomeração; • Distribuição de máscaras; • A Companhia conta com médico e enfermeiros disponíveis nas Unidades de Passo Fundo e Marialva para atendimentos e esclarecimentos em caso de dúvidas ou suspeitas; • Todos os colaboradores que tenham algum sintoma são imediatamente isolados, conforme orientações da OMS; • Reforçada a higienização nas instalações da empresa; • Home office adotado para os setores que possuem mais pessoas do que o espaço permite por m² afim de manter o distanciamento social, em períodos críticos; • Constantes orientações realizadas pelas enfermeiras para esclarecimentos de dúvidas; • Criado o "Programa + Imunidade", ocorrendo a realização de exames e acompanhamento médico à condição e resposta imunológica de cada colaborador com orientações de forma individualizada. A BSBIOS também realizou várias ações externas buscando benefícios para a comunidade em geral, como a doações de EPIs (máscaras, protetores faciais e luvas de procedimentos) para os profissionais da saúde da linha de frente dos hospitais São Vicente de Paulo e Clínicas de Passo Fundo/RS e parceria realizada com a UPF (Universidade de Passo Fundo) para continuidade às pesquisas e ao desenvolvimento do protótipo de automatização de sistema de ventilação pulmonar realizada por ambú que, sendo aprovado pela ANVISA, poderá ser utilizada em hospitais. Além das questões de saúde, já mencionadas, foram priorizadas também algumas questões financeiras a fim de preservar a Companhia durante o enfrentamento da pandemia, dentre elas a priorização de investimentos, processo rigoroso de aprovação de novas despesas, captação de recursos e garantia de liquidez do caixa. O mercado de biodiesel, alinhado com as atividades essenciais, ganhou ainda mais importância durante a pandemia, pois o transporte rodoviário de cargas garante o abastecimento de mercados, hospitais e farmácias. A mesma importância se aplica à comercialização de subprodutos, principalmente o farelo de soja, observando a essencialidade da proteína animal para a atividade econômica. Diante deste cenário, a Companhia entende ter condições suficientes para manter a continuidade operacional. As projeções de fluxo de caixa, bem como as estimativas de perdas em recebimento de clientes não sofreram alterações significativas que impactassem em reconhecimentos de impairment, tanto de seus ativos financeiros como de seus ativos não financeiros.

**2 Relação de entidades controladas:** A seguir apresentamos a lista das controladas da Companhia, que compõem as demonstrações financeiras consolidadas. O controle das controladas foi obtido em 31 de março de 2021.

| | País | Participação acionária % 2021 |
|---|---|---|
| BSBIOS São Paulo Ltda. | Brasil | 99,999993 |
| BSBIOS Switzerland S.A. | Suiça | 100 |
| BSBIOS Paraguay S.A. | Paraguai | 99,996 |

• **BSBIOS São Paulo Ltda.:** Sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, tem como atividade principal a comercialização de álcool, biodiesel, gasolina e demais derivados do petróleo. Anteriormente, a Empresa possuia a razão social de Varo Energy Brasil Comércio, Importação e Exportação Ltda.. • **BSBIOS Switzerland S.A.:** Sociedade por ações constituída de acordo com as leis da Confederação Suíça, com sede em Genebra, tem como atividade principal a comercialização de glicerina. Anteriormente, a Empresa possuia a razão social de R.P Switzerland S.A.. • **BSBIOS Paraguay S.A.:** Sociedade anônima constituída e existente de acordo com as leis do Paraguai, com sede em Assunción, tendo como principal atividade a produção de combustíveis renováveis, em fase pré-operacional. O investimento estimado é equivalente a U$$ 800 milhões, sendo a primeira planta de combustíveis renováveis de segunda geração do hemisfério sul, e tem previsão para iniciar suas atividades operacionais em 2024. Anteriormente, a Empresa possuia a razão social de ECB Paraguay S.A.. **3 Reestruturações societárias:** A Companhia passou por reestruturações societárias e efetuou a aquisição de controladas durante o primeiro trimestre de 2021. **(i) Incorporação da R.P. Participações em Biocombustíveis S.A. -** Até 09 de fevereiro de 2021, a Companhia era um empreendimento controlado em conjunto (joint venture) entre a R.P. Participações em Biocombustíveis S.A. ("RP BIO") e a Petrobras Biocombustíveis S.A. ("PBIO"), sendo que cada acionista possuía 50% de participação acionária na Companhia, totalizando 100% do capital. Em 23 de dezembro de 2020, as partes assinaram contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, o qual previa a necessidade de aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para sua efetivação. Tal aprovação foi obtida em janeiro de 2021. Em 09 de fevereiro de 2021, foi efetivada a compra de 50% das ações da BSBIOS pela R.P. Participações em Biocombustíveis S.A., venda firmada pela Petrobrás Biocombustíveis S.A., passando a RP BIO a ter 100% das ações da Companhia e por consequência o controle da operação. O preço pela aquisição de 50% da Companhia, após as deduções de dívida líquida e outros ajustes previstos no contrato, e conforme termo de fechamento da operação assinado entre as partes, foi de R$ 320.625. Após a aquisição do controle, a R.P. Participações em Biocombustíveis S.A. foi incorporada pela BSBIOS (incorporação reversa), sendo que a controladora RP BIO deixou de exisitir. A incorporação foi efetuada em 1º de março de 2021, com base nas informações financeiras da controladora em 28 de fevereiro de 2021. Conforme termo de fechamento da operação, do preço de aquisição mencionado acima, foi retido o valor de R$ 67.500, reconhecido como conta Escrow Indenização. Este valor será liberado em favor da vendedora (PBIO) de acordo com o cronograma previsto contratualmente. A Companhia apresenta o saldo da conta Escrow Indenização em bases líquidas do respectivo passivo a pagar para a PBIO, tendo em vista que possui um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido e tem a intenção de realizar o ativo (conta Escrow indenização) e o passivo no mesmo momento, atendendo os critérios previstos no CPC 39, item 42. Abaixo, apresenta-se os efeitos no balanço patrimonial da Companhia em função do movimento de incorporação reversa:

| **ATIVO** | **28/02/2021** | **PASSIVO** | **28/02/2021** |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | **478** | **Circulante** | **41.599** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 23 | Empréstimos, financiamentos e debêntures | 23.446 |
| Impostos a recuperar | 455 | Fornecedores | 81 |
| **Não circulante** | **5.681** | Obrigações tributárias | 653 |
| Impostos diferidos | 5.681 | Outras contas a pagar | 17.419 |
| | | **Não circulante** | **300.408** |
| | | Empréstimos, financiamentos e debêntures | 300.408 |
| | | **Total acervo líquido** | **(335.848)** |

O balanço patrimonial acima refere-se à posição patrimonial incorporada na Companhia após a eliminação do saldo de investimento que a R.P. Participações em Biocombustíveis S.A. possuia na Companhia até a data da incorporação. Além da eliminação dos efeitos de investimento, tendo em vista que a R.P Participações em Biocombustíveis S.A. possuia a característica de uma empresa veículo, após a contabilização dos efeitos oriundos do laudo de alocação do preço de aquisição preparado no contexto da combinação de negócios quando da aquisição do controle da Companhia pela R.P Participações em Biocombustíveis S.A., a contabilização dos efeitos seguiu os requisitos das instruções ICVM 319/1999 e ICVM 349/2001, considerando que o ICPC 09 não abrange esse tipo de reorganização societária. Neste contexto, foram eliminados efeitos de mais valia de ativos imobilizados e ativos intangíveis, bem como das contingências reconhecidos em combinação de negócios na RP BIO para fins de incorporação reversa, sendo que somente os efeitos tributários foram incorporados ao patrimônio da Companhia, não resultando portanto em modificação nos saldos dos demais ativos e passivos da Companhia em função da aquisição de seu próprio controle pela RP BIO anteriormente. O acervo líquido da incorporada foi negativo em função de que a RP BIO possuía passivos maiores que seus ativos, quando eliminado o investimento na BSBIOS, sendo estes principalmente as debêntures apresentadas na linha de "Empréstimos, financiamentos e debêntures". O efeito do acervo líquido negativo incorporado está apresentado em conta redutora do patrimônio líquido.

**4 Aquisições de controladas:** Durante o primeiro trimestre de 2021, a BSBIOS obteve o controle de três Empresas já pertencentes ao Grupo ECB (nota 2) na data de 31 de março de 2021. As operações foram concretizadas conforme quadro abaixo:

| | Quotas/ ações | Valor de negociação | Tipo da negociação |
|---|---|---|---|
| BSBIOS Brasil, Comércio, Importação e Exportação Ltda. (i) | 13.945.530 | 810 | Compra e venda de quotas |
| BSBIOS Switzerland S.A. (ii) | 200 | 2.067 | Compra e venda de ações |
| BSBIOS Paraguay S.A. (iii) | 30.000 | 379 | Subscrição de capital |

*(i)* Aquisição de 13.945.530 (treze milhões, novecentas e quarenta e cinco mil, quinhentas e trinta) quotas, pelo valor de R$ 810, equivalente ao valor do patrimônio líquido das quotas a ser pago da seguinte forma: R$ 396 até 15 de abril de 2021 e R$ 414, proporcionalmente à recuperação de créditos fiscais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e ICMS). Os saldos estão refletidos no balanço patrimonial conforme nota 17. *(ii)* Compra de 200 (duzentas) ações pelo valor de R$ 1.840, pago na data de 15 de março de 2021, sujeito a eventual ajuste no preço de compra com base no patrimônio líquido contábil na data de fechamento. Este ajuste foi complementar no valor de R$ 227, a ser pago em 29 de abril de 2021. O total do preço pago correspondeu ao patrimônio líquido na data de aquisição. *(iii)* Subscrição de capital no valor de R$ 379, equivalente a 99,96% das ações conferidas, sendo referente ao número de 30.000 (trinta mil) ações ordinárias. Os valores negociados refletem os valores contábeis dos ativos líquidos de cada entidade, em 31 de março de 2021, data das transações. Adicionalmente, devido à aquisição do controle das entidades mencionadas acima, a Companhia, em 31 de dezembro de 2021, apresentou suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, contemplando o resultado de nove meses (abril a dezembro de 2021) visto que o controle das controladas foi obtido a partir de 31 de março de 2021. Para fins da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa consolidada, foram consideradas as movimentações de caixa das controladas de 31 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

**5 Base de preparação: Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa 9. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 21 de março de 2022.

**6 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. As controladas localizadas no exterior, na Suiça e no Paraguai, possuem como moeda funcional o Franco Suiço e o Guarani, respectivamente. A controlada localizada no Brasil possui moeda funcional Real. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**7 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros e consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **7.1 Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas -** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. ***a. Perda (impairment) do ágio:*** Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 9. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 20). O ágio foi apurado na aquisição da filial situada na cidade de Marialva/PR, sendo assim o teste de *impairment* foi aplicado sobre a unidade geradora de caixa, correspondente a esta planta industrial. ***b. Valor justo de derivativos:*** O valor justo de instrumentos financeiros derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Administração usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. ***c. Contabilização e apresentação de contingências -*** São contabilizadas provisões de contingências passivas, quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, há provável saída de recursos para liquidar a obrigação e possa ser estimada de forma confiável. Para passivos contingentes possíveis de ocorrer, mas não prováveis, a Companhia divulga a existência dos mesmos, porém não efetua registro contábil de provisão. Alguns imóveis referidos na Nota explicativa 18, possuem gravames os quais, segundo os assessores jurídicos da Companhia, possuem risco de contingências, sendo tratadas conforme suas classificações de risco. ***d. Mensuração do valor justo -*** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo com base em uma avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 11 -** instrumentos financeiros; e • **Nota explicativa 18 -** propriedades para investimento.

**8 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: • os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e • as propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo.

**9 Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **9.1 Base de consolidação -** ***(i) Combinações de negócios:*** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. ***(ii) Controladas:*** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. ***(iii) Perda de controle:*** Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. ***(iv) Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **9.2 Moeda estrangeira -** ***a. Transações e saldos:*** As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. ***b. Operações no exterior:*** Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio médias do exercício. As taxas utilizadas para fins de conversação das operações do exterior em 31 de dezembro de 2021, foram as seguintes:

| Moeda | País | Taxa de fechamento | Taxa média |
|---|---|---|---|
| Guarani | Paraguai | 0,0008138 | 0,0008293 |
| Franco Suiço | Suiça | 6,121 | 6,1382 |

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se a Companhia baixar parte de sua participação em uma controlada, mas mantiver o controle, a proporção relevante do valor acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores. Quando a Companhia baixar apenas parte de uma associada ou joint venture, mantendo uma influência significativa ou controle conjunto, a proporção relevante do valor acumulado é reclassificada para o resultado. **9.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **9.4 Instrumentos financeiros -** ***9.4.1 Classificação:*** A Companhia classifica os seus ativos e passivos financeiros nas categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (b) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, tendo por base o modelo de negócios e as características de fluxos de caixa contratuais. *a. Valor justo por meio do resultado* - Todos ativos e passivos financeiros que não atendem aos critérios de classificação mensurados como custo amortizado são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do período, como receita ou despesa financeira dependendo do resultado obtido. *b. Custo amortizado* - São incluídos nesta categoria os passivos financeiros e ativos financeiros de dívida simples, cujo objetivo é de recolher apenas fluxos de caixa contratuais. São atualizados pelo método de juros efetivos, reconhecendo as receitas ou despesas de juros no resultado, ao longo do período pertinente com base na taxa de juros efetiva. ***9.4.2 Reconhecimento, mensuração, desreconhecimento e compensação:*** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado, são reconhecidos inicialmente pelo preço de transação, sendo normalmente o valor justo do instrumento financeiro. Se determinar que o valor justo no reconhecimento inicial se difere do preço da transação, for comprovado por preço cotado em mercado ativo ou passivo idêntico (Nível 1) a entidade deve reconhecer a diferença entre valor justo inicial e o preço da transação como ganho ou perda. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, substancialmente, todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os ativos e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, são contabilizados usando o método da taxa de juros efetivos, amortizando quaisquer taxas incluídas no cálculo da taxa de juros efetiva ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Os investimentos em instrumentos patrimoniais e contratos relativos a esses instrumentos devem ser reconhecidos pelo valor justo. Contudo, em circunstâncias limitadas, o custo pode ser uma estimativa apropriada do valor justo, caso não haja informações suficientes mais recentes disponíveis para mensurar o valor justo. O valor justo dos investimentos com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo, o valor justo é estabelecido por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a comparação com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções. ***9.4.3 Impairment de ativos financeiros:*** O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas. A Companhia mensura a provisão para perdas de instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. ***9.4.4 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:*** As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente no resultado do exercício, na rubrica "(Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros derivativos, líquido". **9.5 Contas a receber de clientes -** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo preço de transação, e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para *impairment*, se necessária. A provisão para *impairment* é estabelecida quando existe uma evidência significativa de que não será possível receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas esperadas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. **9.6 Estoques -** Os estoques são mensurados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Os custos dos estoques são determinados pelo método de avaliação de estoques "custo médio ponderado". O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matéria-prima, mão de obra direta, outros custos diretos e os respectivos custos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado. O estoque de grãos adquiridos na modalidade "a fixar" é valorizado a mercado em cada data de fechamento. **9.7 Ativos intangíveis -** ***a. Ágio;*** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. ***b. Programas de computador (softwares):*** Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, estimadas em aproximadamente quinze anos. **9.8 Imobilizado -** Os bens do imobilizado são registrados ao custo ou custo atribuído e depreciados pelo método linear ao longo da vida útil econômica dos bens. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para *impairment* de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. A Companhia não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos. As vidas úteis dos ativos imobilizados da Companhia estão apresentados na nota explicativa 19. **9.9 Propriedades para investimentos -** A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento. **9.10 *Impairment* de ativos não financeiros -** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto propriedades para investimento, estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **9.11 Contas a pagar -** ***a. Fornecedores:*** Os saldos de fornecedores estão classificados em duas modalidades, demonstradas a seguir: • **Preço fixo:** obrigação junto aos fornecedores, demonstrados ao valor original de contratação, de acordo com os documentos fiscais remetidos pelos mesmos; • **Preço a fixar:** obrigação junto aos fornecedores, em sua maioria cooperativas e produtores rurais, que realizaram a entrega dos produtos à Companhia, contudo não definiram preço final. O preço definitivo será acordado entre as partes dentro do prazo limite do contrato, que normalmente se dá dentro do próprio ano corrente. Os saldos de fornecedores a fixar estão demonstrados pelos valores originais e ajustados a valor de mercado, mensalmente. **9.12 Empréstimos e financiamentos -** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência. **9.13 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes) -** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for líquido e certo que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando há uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **9.14 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais -** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (a) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado em favor da Companhia e for contratualmente certo que os recursos fluirão para o caixa da Companhia. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (b) passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários, trabalhistas e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (c) obrigações legais são registradas como exigíveis. **9.15 Tributos sobre o lucro -** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos e são lançados na demonstração do resultado do exercício, exceto quando estão relacionados à combinação de negócios ou a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. ***9.15.1 Impostos correntes:*** A despesa com imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. São consideradas as compensações de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de anos anteriores, limitada a 30% do lucro real. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***9.15.2 Impostos diferidos:*** O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **9.16 Reconhecimento de receita -** As orientações trazidas pela norma CPC 47 – "Receitas de Contratos com Clientes" requerem que as receitas sejam reconhecidas quando atenderem aos seguintes critérios: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos em cada uma das vendas realizadas, bem como a confirmação do crédito para a realização da transação e a transferência do controle do bem ou serviço for atendida. A Companhia reconhece a receita quando atinge sua obrigação de performance ao fornecer o produto ao cliente, em determinado momento no tempo, transferindo-lhe o controle sobre o mesmo, que ocorrer geralmente quando da entrega física dos bens ou execução do serviço. No mercado interno, a receita é reconhecida por ocasião da remessa, ou entrega dos produtos, e para as vendas ao mercado externo, é reconhecida pelo efetivo embarque dos produtos. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Abaixo destacam-se os principais grupos de receita da Companhia: ***a. Venda de produtos:*** Comércio da produção própria de biocombustível, glicerina, óleos básicos vegetais, farelo de soja e outros produtos do processo produtivo. A receita de biodiesel, com venda por conta e ordem do adquirente original é reconhecida por ocasião da remessa, onde a retirada do produto na indústria é feita pelo destinatário final (distribuidora), satisfazendo a obrigação de performance requerida de acordo com os critérios contábeis e normas vigentes. ***b. Revenda de mercadorias:*** A receita da revenda de mercadorias é reconhecida conforme as remessas ocorrem, visto que os produtos são comprados para comercialização pelo adquirente originário em venda à ordem, ou seja, são revendidos no mesmo momento ou imediatamente após a compra e a mercadoria não transita fisicamente pelo estoque da Companhia. ***c. Prestação de serviços:*** Industrialização por meio de serviço de esmagamento de grãos, serviços de armazenagem de grãos entre outros. ***d. Receita financeira:*** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização. As principais receitas financeiras da Companhia são receitas de juros, variações cambiais positivas e ganhos com instrumentos financeiros derivativos. **9.17 Subvenções governamentais -** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. **9.18 Capital social -** A estrutura societária atual é composta por 100% das ações pertencentes à controladora ECB Holding S.A.. **9.19 Distribuição de dividendos -** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25% do lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202, da Lei nº 6.404/1976) somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **9.20 Arrendamentos -** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um

continua

continuação

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 - *Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. ***(i) Como arrendatário:*** A Companhia avalia seus contratos de arrendamento, analisando taxa de juros, prazos, valor dos bens arrendados e a intenção de compra ao final do contrato. Os contratos cujos prazos são iguais ou inferiores a 12 meses, ou ainda, ativos classificados como de baixo valor, são reconhecidos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos, quando aplicável. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Companhia. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento com essa mesma nomenclatura no balanço patrimonial. ***(ii) Como arrendador:*** A Companhia possui propriedades para investimento (nota explicativa 18), e recebe arrendamentos mensais conforme cronogramas contratuais. As receitas de arrendamento são contabilizados em bases lineares no resultado do exercício e apresentadas na rubrica de "Outras receitas e despesas operacionais, líquidas" no resultado do período. **9.21 Demonstração do valor adicionado (DVA) -** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP, não sendo requeridas para companhias de capital fechado, mas somente à companhias abertas.

**10 Normas, alterações e interpretações e mudanças nas políticas contábeis:** Não há normas CPC ou interpretações ICPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente, não houve mudanças de política contábil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**11 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos:*a. Contexto geral:*** O Conselho de Administração tem a responsabilidade global de determinar os objetivos e políticas de gestão de risco da Companhia. O objetivo geral é estabelecer políticas que visam reduzir o risco ao máximo, sem afetar indevidamente a competitividade e flexibilidade da Companhia. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações, que atendem aos critérios de reconhecimento, estão integralmente reconhecidas na contabilidade. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para a proteção das margens operacionais da Companhia. Os saldos de instrumentos financeiros estão classificados conforme abaixo:

| | | Controladora | | Consolidado |
|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | **Nota** | **31 dezembro de 2021** | **31 dezembro de 2020** | **31 dezembro de 2021** |
| Valor justo por meio do resultado | | | | |
| Caixa e bancos | 12 | 34.053 | 4.412 | 56.584 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 11(h) | 122.699 | 214.512 | 122.699 |
| Custo amortizado | | | | |
| Aplicações financeiras | 12 | 300.756 | 119.861 | 300.756 |
| Adiantamento a fornecedores | | 111 | 718 | 1.173 |
| Outras contas a receber | | 122.699 | 18.831 | 122.699 |
| Contas a receber clientes | 13 | 359.312 | 462.978 | 384.526 |
| | | 939.630 | 821.312 | 988.437 |
| **Passivo** | | | | |
| Valor justo por meio do resultado | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | 11(h) | (114.517) | (204.880) | (114.517) |
| Custo amortizado | | | | |
| Fornecedores | 22 | (821.773) | (375.744) | (866.429) |
| Contas a pagar pela aquisição de controlada | 22 | (414) | - | (414) |
| Passivos de arrendamento | 21 | (59.942) | (2.136) | (59.942) |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 21 | (1.043.234) | (604.254) | (1.043.234) |
| | | (2.039.880) | (1.187.014) | (2.084.536) |
| | | **(1.100.250)** | **(365.702)** | **(1.096.099)** |

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota. A Companhia está exposta, em virtude de suas operações, aos seguintes riscos financeiros: • Risco de preço das commodities. • Risco de taxas de câmbio. • Risco de taxas de juros. • Risco de crédito. • Risco de liquidez. • Risco de capital. Em suas atividades, a Companhia está sujeita a riscos de mercado relacionados à variação cambial do dólar americano bem como do preço de algumas commodities. Com o objetivo de mitigar esses riscos, a Companhia dispõe de uma política de gestão de risco de mercado aprovada pelo Conselho de Administração e devidamente implementada e em plena execução, dentro da qual está prevista a utilização de instrumentos financeiros derivativos. ***b. Risco à variação de preço de commodities:*** Trata-se do risco de que alterações no preço de algumas commodities como a soja, óleo degomado e o farelo de soja, possam gerar algum prejuízo para a Companhia. Essa exposição decorre de algumas operações relacionadas à compra e venda dessas commodities. Estas operações são negociadas com referência em preços das commodities cotados no mercado futuro, determinadas pela Chicago Board of Trade (CBOT). A maioria das operações está relacionada à exposição líquida da produção da Companhia, de modo que toda operação tem seu lastro em produto físico. A Companhia contratou operações de derivativos de commodities para fixar o preço de parte do custo de produção da próxima safra. Sobre a posição de matéria-prima a fixar, cujo estoque tenha sido realizado, são realizadas operações a termo de commodities. Como forma de proteger-se da variação no preço do óleo degomado de soja, que é a matéria-prima para produção do biodiesel, a Companhia procedeu à compra de contratos futuros de óleo de soja, com entrega física. Sobre as compras de soja em grão, a Companhia tem como política, fixar simultaneamente com tradings ou a termo em CBOT, a quantidade de farelo e óleo de soja a ser produzido pela Companhia:

***Controladora e consolidado***

| 31 de dezembro de 2021 | Soja | | Farelo de soja | | Óleo degomado | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Operação** | **Tonelada** | **Milhares de reais** | **Tonelada** | **Milhares de reais** | **Tonelada** | **Milhares de reais** | **Tonelada** | **Milhares de reais** |
| Venda | - | - | (94.042) | (211.554) | (37.637) | (240.867) | (131.679) | (452.421) |
| A fixar | (51.373) | (152.408) | - | - | - | - | (51.373) | (152.408) |
| Contratos de compra | 61.886 | 179.189 | - | - | 21.115 | 165.537 | 83.001 | 344.725 |
| Estoque físico | 64.839 | 187.135 | 29.954 | 63.340 | 11.648 | 86.071 | 106.441 | 336.546 |
| *Chicago Board Of Trade* | - | - | (11.216) | (24.797) | (4950) | (36.577) | (16.166) | (61.374) |
| Exposição | **75.352** | **213.916** | **(75.304)** | **(173.011)** | **(9.824)** | **(25.836)** | **(9.776)** | **15.069** |

***Controladora***

| 31 de dezembro de 2020 | Soja | | Farelo de soja | | Óleo degomado | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Operação** | **Tonelada** | **Milhares de reais** | **Tonelada** | **Milhares de reais** | **Tonelada** | **Milhares de reais** | **Tonelada** | **Milhares de reais** |
| Venda | - | - | (123.500) | (256.836) | (71.731) | (356.718) | (195.231) | (613.554) |
| A fixar | (13.134) | (32.961) | - | - | - | - | (13.134) | (32.961) |
| Contratos de compra | 85.249 | 213.944 | 17.000 | 35.354 | 23.840 | 118.559 | 126.089 | 367.857 |
| Estoque físico | 66.155 | 166.025 | 45.068 | 93.725 | 15.255 | 75.867 | 126.478 | 335.617 |
| *Chicago Board Of Trade* | (1.200) | (2.403) | (72.736) | (151.265) | 540 | 2.687 | (73.396) | (150.981) |
| Exposição | **137.070** | **344.605** | **134.168** | **(279.022)** | **(32.096)** | **(159.605)** | **(29.194)** | **(94.022)** |

A Companhia possui também operações de derivativos em commodities no Chicago Board Of Trade (CBOT), tais como: farelo, óleo e soja. Para a apuração do valor justo foi estimado seu valor presente utilizando-se de uma metodologia comumente empregada pelos participantes do mercado. Essa metodologia baseia-se na estimativa do valor presente dos pagamentos por meio da utilização de curvas de mercado divulgadas pela B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão). A Companhia definiu 4 cenários a serem simulados para commodities. No realista, utilizou os preços das commodities em 31 de dezembro de 2021 e sobre estes preços acrescentou 25% e 50%, formando os outros dois cenários.

| **Operação** | **Risco** | **(-) 50 %** | **(-) 25 %** | **Realista** | **25%** | **50%** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Cotação do dólar | 2,8150 | 4,2225 | 5,63 | 7,0375 | 8,4450 |
| NDF Dólar | Ajuste | 209.151 | 107.080 | 5.008 | (97.063) | (199.135) |
| Farelo de Soja CBOT | Cotação da *commodity* | 1.015 | (227) | (1.468) | (2.710) | (3.952) |
| Óleo de Soja CBOT | Cotação da *commodity* | 1.642 | 100 | (1.442) | (2.984) | (4.526) |

Uma oscilação, positiva ou negativa, de R$ 1,00 (um real) no valor de mercado da saca de soja, impactaria em R$ 856 (R$ 219 em 31 de dezembro de 2020) no resultado financeiro da Companhia, respectivamente. ***c. Risco taxa de câmbio:*** A Companhia gerencia seu risco de taxa de câmbio para fluxo de caixa utilizando *swap* de taxa de juros, de dólar para taxa fixa. O objetivo é minimizar os riscos de valorização da moeda americana, dos contratos firmados com esse indexador. A Companhia assume a dívida por uma taxa prefixada de CDI e tem na ponta ativa a variação cambial da mesma dívida. O valor nocional do principal dos contratos em dólar com hedge em NDF era de R$ 404.695 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 126.436 em 31 de dezembro de 2020). A exposição cambial decorre das vendas indexadas ao dólar através da exportação de farelo de soja, e também sobre o estoque que tem em seu preço a variação da moeda americana como componente do custo. Com o objetivo de proteção das receitas de vendas da Companhia, que são sujeitas à volatilidade da cotação do câmbio, utilizam-se instrumentos financeiros derivativos, cujo portfólio consiste, basicamente, de contratos de vendas e compras a termo de moeda - *Non Deliverable Forward* (NDF) e contratos de opções. Estas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras, em ambiente de balcão, onde não existem chamadas de margens. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação destas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto, compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de derivativos de proteção devido a variações na taxa de câmbio. Esses derivativos podem ser feitos através de termo de moeda ou opções de compra e venda de dólar. Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, as operações vinculadas ao dólar apresentadas em reais estavam compostas conforme abaixo:

| | | Controladora | | Consolidado |
|---|---|---|---|---|
| | **Nota** | **31 de dezembro de 2021** | **31 de dezembro de 2020** | **31 de dezembro de 2021** |
| **Ativos financeiros** | | | | |
| Disponibilidades | | 27.684 | 555 | 29.198 |
| Contas a receber de clientes | | 55.036 | 11.733 | 80.250 |
| Outras contas a receber | | 2.129 | 6.077 | 2.129 |
| **Passivos financeiros** | | | | |
| Provisão reajuste de compras | 11 | (152.408) | (32.961) | (152.408) |
| Empréstimos | 21 | - | (80.264) | - |
| Fornecedores mercado externo | 22 | (33.837) | (14.540) | (33.837) |
| **Contratos - firmes** | | | | |
| Contratos de compra de soja | 11 | 179.189 | (32.961) | 179.189 |
| Contratos de compra de farelo | 11 | - | 35.354 | - |
| Contratos de venda de farelo | | (211.554) | (96.528) | (211.554) |
| Contratos de compra de Óleo | 11 | 165.537 | 118.559 | 165.537 |
| Contratos de venda de Óleo | | (240.867) | (356.718) | (240.867) |
| **Estoques** | | | | |
| Soja em grão | 11 | 187.135 | 166.025 | 187.135 |
| Farelo de soja | 11 | 63.340 | 93.725 | 63.340 |
| Óleo degomado | 11 | 86.071 | 75.867 | 86.071 |
| **Total de operações vinculadas ao dólar** | | **127.455** | **(106.077)** | **154.183** |
| Derivativos - termo de moeda compra (venda) | | (72.520) | 14.511 | (72.520) |
| *Swap* | | - | 80.967 | - |
| **Exposição (Em R$)** | | **54.935** | **(10.599)** | **81.663** |
| **Exposição cambial (Em USD)** | | **9.844** | **(2.040)** | **14.633** |

***d. Risco de taxas de juros:*** Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em longo prazo, com taxas prefixadas ou pós-fixadas lastreadas em CDI, de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum impacto significativo. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as operações vinculadas a taxas de juros (CDI), apresentadas eram:

| | | Controladora | | Consolidado |
|---|---|---|---|---|
| | **Nota** | **31 de dezembro de 2021** | **31 de dezembro de 2020** | **31 de dezembro de 2021** |
| **Ativo** | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 12 | 334.809 | 124.273 | 357.340 |
| Derivativos | | 122.699 | 214.512 | 122.699 |
| **Passivo** | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 21 | (1.043.234) | (604.254) | (1.043.234) |
| Derivativos | | (114.517) | (204.880) | (114.517) |
| | | (700.243) | (470.349) | (677.712) |

A Administração se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar suas exposições em moeda estrangeira e a taxas de juros, sendo que, esse gerenciamento é feito em conjunto, sendo assim, segue as operações que estão atreladas a esses indexadores. A posição de derivativos contempla as provisões através da marcação a mercado (MTM) de R$ (1.450) (R$ 9.632 em 31 de dezembro de 2020), e os valores garantidores de margem de R$ 2.701 (R$ 3.456 em 31 de dezembro de 2020). Os valores garantidores de margem estão apresentados na rubrica de "outras contas a receber" no balanço patrimonial. ***e. Análise de sensibilidade:*** A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, para proteção contra a flutuação do câmbio e dos preços de venda das *commodities* que produz e comercializa, as quais estão atreladas à cotação do dólar e dos preços da soja e de seus derivados no mercado internacional. Foi elaborada análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros derivativos, agrupando-os conforme o fator de risco: variação cambial, variação nos preços das *commodities* e variação nos juros (CDI e dólar). Caso algum dos cenários projetados pela Administração venha a se realizar, tanto em situação de ganho ou de perda, os mesmos serão compensados em sua totalidade por efeito inverso apurado sobre a realização das receitas de vendas. O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. ***e.1 Swaps:*** Os *swaps* celebram uma troca de fluxo de caixa, onde este se compromete a pagar uma variação percentual do CDI - CETIP para o banco e recebendo deste a variação do dólar. Essas operações visam proteger dívidas vinculadas à moeda estrangeira, no caso o dólar, portanto, a ponta cambial não apresenta nenhum tipo de risco, pois eventuais alterações na taxa do dólar serão compensadas pelo ajuste junto à instituição financeira, ou seja, a liquidação será pela diferença entre as pontas. Finalmente, visando reduzir o risco da variação cambial, ao fazer o swap da variação cambial para CDI - CETIP contrata este simultaneamente com a operação em dólar, com mesma data de vencimento e sem intenção de liquidação antecipada desta. ***e.2 Análise de sensibilidade da oscilação do CDI - CETIP:*** Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador CDI - CETIP das dívidas (posição 31 de dezembro de 2021), foram definidos três cenários diferentes a partir da referida taxa desta data, estipulada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM). Com base nesta informação foram calculadas as variações com o agravamento dessas taxas em 25% e 50%. Cabe ainda salientar que os valores foram capitalizados até a data de vencimento de cada operação pelos CDIs mencionados:

| | | | Cenário para CDI ( % ) | |
|---|---|---|---|---|
| **Operações** | **Risco** | **Realista** | **25%** | **50%** |
| Empréstimos | Alta CDI | 9,15 | 11,44 | 13,73 |
| Efeito líquido - R$ | | 280.409 | 338.043 | 398.016 |

***f. Risco de crédito:*** O risco de crédito é o risco de perda financeira se o cliente ou contraparte de um instrumento financeiro deixar de cumprir suas obrigações contratuais. A Companhia está exposta, principalmente, ao risco de crédito advindo de vendas a prazo. A política implementada em nível local, é avaliar o risco de crédito de novos clientes antes de realizar contratos. Essas avaliações de crédito são consideradas pelas práticas comerciais locais. Não é considerado necessária a exigência de garantias reais em relação às vendas a prazo. A Administração entende que o risco de crédito é baixo devido ao fato de cerca de 55% das vendas serem realizadas à Petróleo Brasileiro S.A. para um prazo de 30 dias, 30% são realizadas para grandes *players* do mercado, com prazo de pagamento de até 150 dias e 15% das vendas são de outras operações pulverizadas com prazos de vencimentos aproximados de 30 dias. A Companhia não possui índices relevantes de inadimplência, bem como histórico de perdas efetivas com contas a receber de clientes. A Companhia não apresenta saldos com risco de crédito relevante (e substancialmente não *impaired*) em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, contudo, reflete os riscos e incertezas futuras na provisão, de acordo com os conceitos do CPC 48. Em meio ao cenário de pandemia, a Companhia segue acompanhando eventos que possam impactar no risco de crédito. Dentre as ações tomadas pela Companhia, uma delas foi a revisão dos limites de créditos dos clientes, e até o momento não foram observados fatos relevantes que possam impactar o risco de crédito. ***g. Risco de liquidez:*** O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. O risco de liquidez é monitorado através de constantes atualizações do fluxo de caixa, mantendo os investimentos e caixa prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa. A Administração considera que os passivos provenientes de empréstimos, financiamentos e debêntures estão adequadamente distribuídos até o vencimento das operações. Em relação aos valores de capital de giro, cujos vencimentos são de curto prazo, deverão ser renovados, já que as linhas de crédito da Companhia junto ao mercado financeiro dão suporte para tal renovação. Em relação a fornecedores, cabe destacar que os principais são aqueles que fornecem soja, cujo prazo para pagamento é de até 10 dias após a fixação. A Companhia apresenta em bases líquidas os saldos trazidos pela incorporação da R.P. Participações em Biocombustíveis referente a conta *Escrow*, conforme nota 3. A seguir apresenta-se as informações de intervalo dos vencimentos dos principais passivos financeiros (valores não descontados - fluxo nominal futuro):

| Controladora 31 de dezembro de 2021 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Passivo | Nota | **Até um ano** | **De um a dois anos** | **De três a cinco anos** | **Mais de cinco anos** | **Total** |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | | (346.736) | (33.838) | (900.472) | (42.597) | (1.323.643) |
| Fornecedores | 21 | (821.773) | - | - | - | (821.773) |
| Adiantamento de clientes | | (611) | - | - | - | (611) |
| Outras contas a pagar | | (14.548) | - | - | (30.883) | (45.431) |
| Passivos de arrendamento | | (9.639) | (50.303) | - | - | (59.942) |
| Contas a pagar pela aquisição de controlada | | - | (414) | - | - | (414) |
| | | (1.193.307) | (84.555) | (900.472) | (73.480) | (2.251.814) |

| Controladora 31 de dezembro de 2020 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Passivo | Nota | **Até um ano** | **De um a dois anos** | **De três a cinco anos** | **Mais de cinco anos** | **Total** |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | | (315.894) | (112.917) | (135.426) | (40.017) | (604.254) |
| Fornecedores | 21 | (375.744) | - | - | - | (375.744) |
| Adiantamento de clientes | | (286) | - | - | - | (286) |
| Outras contas a pagar | | (5.629) | - | - | (3.500) | (9.129) |
| Passivos de arrendamento | | (552) | (585) | (999) | - | (2.136) |
| | | (698.105) | (113.502) | (136.425) | (43.517) | (991.549) |

| Consolidado 31 de dezembro de 2021 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Passivo | Nota | **Até um ano** | **De um a dois anos** | **De três a cinco anos** | **Mais de cinco anos** | **Total** |
| Empréstimos, financiamentos ne debêntures | | (345.393) | (33.838) | (744.805) | (190.802) | (1.314.838) |
| Fornecedores | 21 | (866.429) | - | - | - | (866.429) |
| Adiantamento de clientes | | (1.269) | - | - | - | (1.269) |
| Outras contas a pagar | | (8.579) | - | - | (30.883) | (39.462) |
| Passivos de arrendamento | | (9.639) | (50.303) | - | - | (59.942) |
| Contas a pagar pela aquisição de controlada | | - | (414) | - | - | (414) |
| | | (1.231.309) | (84.555) | (744.805) | (221.685) | (2.309.354) |

**h. Hierarquia da mensuração do valor justo:** As normas contábeis exigem determinadas divulgações que requerem a classificação de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a importância das entradas utilizadas na mensuração do valor justo (Nota 7). A hierarquia do valor justo tem os seguintes níveis: (i) Preços cotados (não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1)). (ii) Entradas, além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, quer direta (por exemplo, como preços ou indiretamente, isto é, derivados dos preços ou calculados com base em metodologias de precificação baseadas em dados de mercado observáveis (nível 2)). (iii) Entradas ao ativo ou passivo que não se baseiam em dados de mercado observáveis (entradas não observáveis (nível 3)). O nível na hierarquia de valor justo em que o ativo ou passivo financeiro é categorizado é determinado com base na entrada do nível mais baixo que é significativo à mensuração do valor justo. A tabela abaixo apresenta a hierarquia dos instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado para a Companhia:

| | Controladora 31 de dezembro de 2021 | | Controladora 31 de dezembro de 2020 | | Consolidado 31 de dezembro de 2021 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Ponta ativa** | **Ponta passiva** | **Ponta ativa** | **Ponta passiva** | **Ponta ativa** | **Ponta passiva** |
| Instrumentos financeiros derivativos (Nível 1) | 122.699 | (114.517) | 214.512 | (204.880) | 122.699 | (114.517) |
| Caixa e bancos (Nível 1) | 34.053 | - | 4.412 | - | 56.584 | - |
| | 156.752 | (114.517) | 218.924 | (204.880) | 179.283 | (114.517) |

Os resultados referentes a operações de instrumentos financeiros com derivativos foram:

| | Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2021 Ganho/(perda) | Controladora 31 de dezembro de 2020 Ganho/(perda) |
|---|---|---|
| Operações relacionadas a commodities - CBOT | (27.805) | 6.460 |
| Opções com dólar | 26.355 | (17.082) |
| *Swaps* | - | 2.866 |
| | (1.450) | (7.756) |

***i. Risco de capital:*** A Companhia define o valor de capital que necessita proporcionalmente ao risco. A Companhia gera sua estrutura de capital e faz ajustes em função das mudanças nas condições econômicas e nas características de risco dos ativos subjacentes. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia poderá ajustar o valor dos dividendos pagos aos acionistas, retornar capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida. A Companhia monitora a relação entre a dívida e o capital ajustado. Tal índice é calculado como capital ajustado de dívida líquida, conforme definido acima. A dívida líquida é calculada como total da dívida deduzindo o caixa e equivalente de caixa (conforme apresentado no balanço patrimonial). Comparativamente, o índice de alavancagem financeira teve uma oscilação significativa, o que é explicado pela reestruturação societária (incorporação da RP BIO) ocorrida em fevereiro de 2021 (nota 3).

| | | Controladora | | Consolidado |
|---|---|---|---|---|
| | **Nota** | **31 de dezembro de 2021** | **31 de dezembro de 2020** | **31 de dezembro de 2021** |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 22 | 1.043.234 | 604.254 | 1.043.234 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | 12 | (334.809) | (124.273) | (357.340) |
| Dívida líquida | | 708.425 | 479.981 | 685.894 |
| Total do patrimônio líquido | | 373.985 | 623.541 | 373.986 |
| Índice de alavancagem financeira - % | | 1,89 | 0,77 | 1,83 |

**12 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa em poder da Companhia, depósitos bancários e aplicações financeiras. O saldo dessa conta no final do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | **31 de dezembro de 2021** | **31 de dezembro de 2020** | **31 de dezembro de 2021** |
| Caixa | - | 9 | 21 |
| Bancos | 34.053 | 4.403 | 56.563 |
| Aplicações financeiras | 300.756 | 119.861 | 300.756 |
| | 334.809 | 124.273 | 357.340 |

A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo, para atender a demanda de aquisição de matéria prima, com rendimentos atrelados ao percentual de 65% a 80% da CDI (65% do CDI em 31 de dezembro de 2020). Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em caixa e não há caixa restrito que tenha sido dado como garantia para operações de empréstimos e financiamentos.

**13 Contas a receber de clientes**

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | **31 de dezembro de 2021** | **31 de dezembro de 2020** | **31 de dezembro de 2021** |
| Clientes nacionais | 305.454 | 452.422 | 305.454 |
| Clientes exterior | 55.036 | 11.733 | 80.250 |
| Redução ao valor recuperável de contas a receber | (1.178) | (1.177) | (1.178) |
| | 359.312 | 462.978 | 384.526 |

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | **31 de dezembro de 2021** | **31 de dezembro de 2020** | **31 de dezembro de 2021** |
| A vencer | 357.278 | 462.089 | 382.492 |
| Vencidas de 1 a 30 dias | 1.909 | 742 | 1.909 |
| Vencidas de 31 a 60 dias | 1 | - | 1 |
| Vencidas de 61 a 90 dias | 114 | 61 | 114 |
| Vencidas de 91 a 180 dias | 10 | 86 | 10 |
| | 359.312 | 462.978 | 384.526 |

Como garantias, vinculadas às renegociações das dívidas mantidas junto às instituições financeiras (Nota 21), foram destinados valores de títulos de contas a receber de clientes. Em meio à pandemia do COVID-19 o mercado de atuação da Companhia seguiu operando normalmente e, portanto, não foram observados indícios de alteração no risco de recebimento de clientes. A Companhia entende que o montante reconhecido como redução ao valor recuperável do contas a receber é suficiente para cobrir as perdas esperadas no recebimento de contas a receber. A movimentação da redução ao valor recuperável de ativos está evidenciada abaixo:

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | **31 de dezembro de 2021** | **31 de dezembro de 2020** | **31 de dezembro de 2021** |
| Saldo inicial | (1.177) | (1.407) | (1.177) |
| (+) Adições | (1) | - | (1) |
| (-) Reversões | - | 230 | - |
| Saldo final | (1.178) | (1.177) | (1.178) |

**14 Estoques**

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | **31 de dezembro de 2021** | **31 de dezembro de 2020** | **31 de dezembro de 2021** |
| Matérias-primas | 232.715 | 189.824 | 232.715 |
| Produtos em elaboração | 36.354 | 37.205 | 36.354 |
| Produtos acabados | 137.202 | 157.834 | 137.202 |
| CBIOS | 3.609 | - | 3.609 |
| Provisão para obsolescência de estoques | (1.944) | (919) | (1.944) |
| Ajuste a valor realizável liquido - CBIOS | (734) | - | (734) |
| | 407.202 | 383.944 | 407.202 |
| Adiantamento a fornecedores de matérias-primas (a) | 30.823 | 481 | 30.823 |
| | 438.025 | 384.425 | 438.025 |

(a) Em alguns casos, a aquisição da matéria-prima soja, se dá por pagamentos antecipados ao faturamento, através de contratos. Estes adiantamentos são destinados para formação de estoques de matérias-primas. Em 2021, a Companhia passou a reconhecer todas as operações decorrentes dos CBIOS, não mais como instrumentos financeiros, mas sim como um subproduto proveniente do biodiesel, sendo considerado como uma subvenção governamental no momento do reconhecimento inicial ao valor justo e tornando-se um estoque no balanço patrimonial da Companhia. Em decorrência das negociações realizadas junto às instituições financeiras, foram alteradas as linhas de financiamento e oferecidos em garantia estoques. Em meio à pandemia do COVID-19, o mercado de atuação da Companhia seguiu operando normalmente. A movimentação do provisão para obsolescência de estoque e ajuste ao valor realizável líquido está evidenciada abaixo:

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| **Movimentação** | **31 de dezembro de 2021** | **31 de dezembro de 2020** | **31 de dezembro de 2021** |
| Saldo inicial em 01/01/2020 | (919) | (838) | (919) |
| (-) Novas provisões | (1.906) | (303) | (1.906) |
| (+) Reversões | 147 | 222 | 147 |
| Saldo Final | (2.678) | (919) | (2.678) |

**15 Impostos a recuperar e imposto de renda e contribuição social a recuperar:** a) Impostos a recuperar

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | **31 de dezembro de 2021** | **31 de dezembro de 2020** | **31 de dezembro de 2021** |
| Imposto sobre produtos industrializados (IPI) | 311 | 2.052 | 311 |
| Imposto de renda retido na fonte (IRRF) | 255 | 9 | 255 |
| PIS e COFINS | 536.870 | 259.584 | 537.487 |
| ICMS | 10.717 | 16.204 | 10.862 |
| Impairment de ICMS (i) | (4.081) | (14.594) | (4.081) |
| Outros | 18 | 698 | 510 |
| Reintegra | 146 | 115 | 146 |
| **Total circulante** | **544.236** | **264.068** | **545.490** |
| PIS/COFINS | 34.086 | 32.211 | 34.086 |
| ICMS | 965 | 1.966 | 965 |
| **Total não circulante** | **35.051** | **34.177** | **35.051** |
| **Total impostos a recuperar** | **579.288** | **298.245** | **580.541** |

(i) Saldo decorrente de impairment de ICMS proveniente de 2017 da unidade de Marialva. Em 2019, a Companhia efetuou a provisão para impairment de R$ 15.294 de crédito de ICMS, por entender que este saldo acumulado até o ano de 2017 possuía baixa probabilidade de realização. Em 2020 e 2021 foi compensado o montante de R$ 7.097 que resultou na reversão da provisão inicialmente constituída. Além da compensação no ano de 2021, foi realizado um estudo de recuperabilidade deste ICMS de janeiro a dezembro de 2022, que resultou em uma reversão adicional de R$ 4.116, restando um saldo de R$ 4.081 provisionado. Em 2021, até 31 de dezembro de 2021, a Companhia recebeu ressarcimentos referentes a PIS/COFINS no valor de R$ 98.162 e R$ 2.365 de Reintegra e IPI. No que se refere a compensações, a Companhia utilizou valores de PIS/COFINS no total de R$ 19.756.

**Controladora**

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | **31 de dezembro de 2021** | **31 de dezembro de 2020** | **31 de dezembro de 2021** |
| Recebimento | 100.527 | 70.153 | 100.527 |
| Compensação | 19.756 | 18.431 | 19.756 |
| | 120.283 | 88.584 | 120.283 |

Além desses reflexos, a operação gerou novos créditos durante o exercício, tomados sobre a aquisição de insumos, créditos presumidos de acordo com a Lei nº 12.865/2013 e valores resultantes do direito ao crédito decorrente da exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS, bem como, valores oriundos da exclusão dos créditos presumidos de ICMS do Biodiesel da base de cálculo de IRPJ/CSLL (este último descrito em mais detalhes no item b) abaixo). Abaixo, detalhamos os efeitos do processo de Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS que transitou em julgado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021: *(i) Processo Judicial n° 500.1256-10.2016.4.04.7104 – BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil SA.:* Em 22 de fevereiro de 2016, a Companhia ajuizou medida judicial, objetivando a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 09 de fevereiro de 2021, a Companhia obteve decisão favorável com trânsito em julgado, garantindo o direito da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS a partir de fevereiro de 2011. Diante disso, estimou-se o valor dos créditos atualizados em R$ 4.914, sendo R$ 3.678 referentes ao valor original do crédito e R$ 1.235 correspondente a SELIC. Os valores foram apurados considerando o período de 5 anos antecedentes ao ingresso da ação até a data da decisão do STF. A Companhia estima que esses valores serão realizados no prazo de 3 meses após a habilitação do crédito, utilizando-os para compensação mensal de débitos próprios. A habilitação do crédito ocorreu em 04 de outubro de 2021, sendo que os mesmos foram compensados parcialmente (R$ 2.350) com débitos próprios durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2021, restando um saldo de R$ 2.322 a ser utilizado em compensações futuras. Em 31 de dezembro de 2021, os impostos a recuperar circulante e não circulante totalizaram R$ 579.288. Para fins de realização de parte desse montante, a Companhia apresentou junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil pedido de ressarcimento no total de R$ 398.993, composto por R$ 398.538 de PIS/COFINS e demais tributos no valor de R$ 455. Desta forma, restam ainda solicitar ressarcimento de R$ 89.727 relativos a créditos de PIS/COFINS. Demais impostos a compensar com débitos próprios somam R$ 195.977. A Administração revisa a classificação contábil da conta impostos a recuperar mensalmente e, considerando as premissas dispostas pela norma contábil em vigor, procedeu com a revisão sobre a classificação dos montantes cuja expectativa de conversibilidade em caixa e liquidez ultrapassem 12 meses. **b) Imposto de renda e contribuição social a recuperar:**

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | **31 de dezembro de 2021** | **31 de dezembro de 2020** | **31 de dezembro de 2021** |
| Saldo negativo de IRPJ e CSLL (i) | 41.424 | - | 41.424 |
| IRPJ e CSLL recolhidos por estimativa | 14.034 | - | 14.064 |
| **Total circulante** | **55.458** | **-** | **55.488** |
| IRPJ/CSLL (i) | 49.950 | - | 49.950 |
| **Total não circulante** | **49.950** | **-** | **49.950** |
| **Total** | **105.498** | **-** | **105.438** |

Os saldos apresentados acima, referem-se a saldos de imposto de renda e contribuição social a recuperar. O montante apresentado na linha de "IRPJ e CSLL recolhidos por estimativa" são relacionados aos recolhimentos efetuados por estimativa mensal, sendo os mesmos compensados ao final do exercício com o débito de imposto de renda e contribuição social devido na apuração anual. Já os montantes apresentados na linha de "Saldo negativo de IRPJ e CSLL" no circulante e na linha "IRPJ/CSLL" no ativo não circulante, são relacionados, principalmente, aos créditos apurados em função da decisão favorável na ação da Companhia, relacionada a Exclusão do Crédito Presumido de ICMS do Biodiesel da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, conforme descrito a seguir: *i) Processo Judicial n° 5007013-14.2018.4.04.7104 – BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil SA.:* A Companhia ajuizou em 12 de outubro de 2018 medida judicial, buscando a exclusão do Crédito Presumido de ICMS do Biodiesel da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, obtendo a decisão favorável com trânsito em julgado na data de 26 de maio de 2021. A Companhia estimou um crédito atualizado de R$ 63.515, sendo o valor do crédito principal de R$ 58.277 e a correção monetária pela aplicação da SELIC estimada em R$ 5.238. Além disso, o referido ganho da ação proporciona que a Companhia deixe de constituir reserva para subvenção de investimento, além de aumentar a base negativa e prejuízo fiscal. Para cálculo, foi considerado o período de 5 anos anteriores ao ingresso da ação até a data do trânsito em julgado. Estima-se que estes valores se realizarão no prazo de 3 anos após a habilitação do crédito e serão utilizados para compensação de débitos próprios, exceto IRPJ, CSLL e débitos previdenciários. A parcela cuja realização supera o período de 12 meses está classificada no ativo não circulante. Os processos de Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e o o processo de Exclusão do Crédito Presumido de ICMS do Biodiesel da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, detalhados anteriormente, são nomeados "superveniências ativas", gerados em decorrência da venda das ações da BSBIOS à R.P. BIO pela Petrobrás. No contrato de fechamento do negócio, superveniências ativas significam 50% (cinquenta por cento) de quaisquer créditos, que não se encontrem refletidos nas demonstrações financeiras auditadas à época da negociação e que venham a ser reconhecidos como de titularidade da Companhia. A BSBIOS constituiu passivo a pagar para a Petrobrás no montante de R$ 28.692, valor este já líquido de honorários advocatícios.

**16 Partes relacionadas:** A Companhia realiza transações em montantes significativos com partes relacionadas. As seguintes operações foram conduzidas com partes relacionadas: **a. Vendas de produtos**

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | **31 de dezembro de 2021** | **31 de dezembro de 2020** | **31 de dezembro de 2021** |
| **Venda de produtos e serviços** | | | |
| Petroleo Brasileiro S.A. Petrobras (i) | 392.855 | 3.229.140 | 392.855 |
| BSBIOS SWITZERLAND S.A. | 385.885 | 31.285 | 383.279 |
| ECB Importação e Exportação | 54 | - | 54 |

As vendas para a Petrobras são feitas através dos preços definidos em leilões de biodiesel, bimestralmente. Já para a BSBIOS Switzerland S.A. e ECB Importação e Exportação são feitas exportações de glicerina com a mínima margem possível, respeitando sempre os critérios fiscais pertinentes.

**b. Compra de produtos**

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | **31 de dezembro de 2021** | **31 de dezembro de 2020** | **31 de dezembro de 2021** |
| **Compra de produtos** | | | |
| Petrobras Distribuidora S.A. (i) | (576) | (2.015) | (576) |
| ECB Exportação e Importação Ltda. | (4.395) | (54) | (4.395) |
| ECB *Holding* | (53) | - | (53) |

**c. Saldos das contas patrimoniais de compras e vendas de produtos:** A seguir é apresentado o saldo existente no balanço patrimonial nos exercícios apresentados, decorrentes das vendas/compras de produtos e reembolso de despesas. O pagamento das compras normalmente se dá em 15 dias.

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | **31 de dezembro de 2021** | **31 de dezembro de 2020** | **31 de dezembro de 2021** |
| **Contas a receber** | | | |
| Petróleo Brasileiro S.A. | - | 370.078 | 105.446 |
| BSBIOS SWITZERLAND S.A. | 55.319 | 10.830 | 43.613 |
| **Contas a pagar** | | | |
| Petrobras Distribuidora S.A. | - | (257) | - |
| ECB Holding S.A. | (206) | - | (206) |
| ECB Gestão de Ativos Eireli | (55) | - | (55) |

*(i)* Os montantes da Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras e Petrobrás Distribuidora S.A. referem-se a transações efetuadas até 08 de fevereiro de 2021, data em que a Petrobras Biocombustíveis S.A. concluiu a venda de sua participação na Companhia para a R.P Participações em Biocombustíveis S.A. Após está data, tais entidades deixaram de ser partes relacionadas da Companhia. As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em 30 e 60 dias. Não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas. As transações apresentadas acima, exceto aquelas efetuadas junto à Petróleo Brasileiro S.A. -Petrobras e BSBIOS Switzerland S.A., foram realizadas em condições específicas negociadas entre as partes, considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos, não comparáveis a operações com terceiros não relacionados. **d. Remuneração ao pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui os diretores e os conselheiros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a remuneração paga ao pessoal-chave da administração foi de R$ 6.191 (R$ 4.753 em 31 de dezembro de 2020) incluindo salários e outros benefícios de curto prazo, na controladora e consolidado. Alguns empréstimos bancários são avalizados pelo acionista da Companhia, na pessoa física de seu representante legal. O cálculo dos avais é feito utilizando as taxas de 3,5% a.a. e 3,25% a.a. sobre os montantes líquidos da dívida garantida. O montante pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a título de avais foi de R$ 12.388 (R$ 8.800 para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020). **17 Investimentos em controladas (controladora): (i) Saldo e movimentação dos investimentos em controladas:** O saldo de investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 81.609 (R$81.909 incluindo não controladas) no balanço patrimonial individual.

| | **BSBIOS São Paulo** | **BSBIOS Switzerland** | **BSBIOS Paraguay** | **Total** |
|---|---|---|---|---|
| Investimento em 31 de março de 2021(i) | **810** | **2.067** | **379** | **3.256** |
| Resultado da equivalência patrimonial | (3.891) | 6.974 | (2.628) | 454 |
| Ajustes acumulados de conversão (CTA | - | 2.279 | 113 | 2.392 |
| Integralização de capital | - | 26.097 | 25.354 | 51.451 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) | 4.210 | - | 19.846 | 24.056 |
| Investimento em 31 de dezembro de 2021 | **1.129** | **37.417** | **43.063** | **81.609** |

(i) A Companhia passou a ser controladora das referidas empresas a partir de 31 de março de 2021, conforme apresentado na nota explicativa 4.

| **(ii) Informações financeiras resumidas** | **BSBIOS São Paulo** | **BSBIOS Switzerland** | **BSBIOS Paraguay** |
|---|---|---|---|
| Participação acionária em % | 99,999993 | 100 | 99,996 |
| Ativo circulante | 1.318 | 90.731 | 2.697 |
| Ativo não circulante | 17 | 412 | 76.504 |
| Passivo circulante | 206 | 52.115 | 36.137 |
| Passivo não circulante | - | 1.611 | - |
| Patrimônio líquido | 5.195 | 30.262 | 46.208 |
| (Prejuízo) lucro líquido do exercício | (4.066) | 7.155 | (3.144) |

**18 Propriedades para investimento:** Os ativos classificados como propriedades para investimento referem-se a terrenos e edificações, os quais serão mantidos pela Companhia para obter renda para valorização do capital. Contratos de arrendamentos das propriedades já foram firmados. Com a posse efetiva das propriedades, a Companhia passa a classificar os ativos como propriedades para investimento, optando pela metodologia de mensuração pelo seu valor justo. **a. Mensuração do valor justo:** Para determinação do valor justo foi contratada uma empresa terceirizada especializada. No laudo elaborado pelos especialistas contratados foram utilizados os seguintes métodos para avaliação, de forma isolada: • Terrenos: Método direto Comparativo de Dados de Mercado, devido existência de mercado imobiliário local, ofertas, compras e vendas de imóveis assemelhados para a devida comparação através de tratamento estatístico dos dados de mercado. • Edifícios e benfeitorias: Método da Quantificação de Custo de Benfeitorias, levando em consideração as características das obras civis, utilizando orçamentos de construções semelhantes atualizando seus valores. Para demais equipamentos alocados nos edifícios foi utilizado o método de Custo de Reposição destes equipamentos. **b. Conciliação do valor contábil:** O saldo da conta é apresentado na movimentação abaixo:

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | **31 de dezembro de 2021** | **31 de dezembro de 2020** | **31 de dezembro de 2021** |
| Saldo inicial | 32.892 | 28.873 | 32.892 |
| (+) Ajuste a valor justo | 6.639 | 4.019 | 6.639 |
| **Saldo contábil, líquido** | **39.531** | **32.892** | **39.531** |

As propriedades não apresentaram mudanças significativas no período em seu valor justo, tendo em vista que entre a data do último laudo efetuado em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, não houveram alterações significativas no mercado imobiliário local. Mesmo com cenário de redução na atividade econômica gerada pela pandemia do COVID-19, as propriedades para investimento permanecem arrendadas, não tendo ocorrido alterações relevantes nos contratos de arrendamentos firmados. **c. Valores reconhecidos no resultado:** A receita de aluguel reconhecida pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 1.848 na controladora (no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 1.631) e foi incluída em outras receitas operacionais na demonstração do resultado do período.

**19 Imobilizado**

| Controladora | **Terrenos** | **Edificações** | **Veículos e máquinas** | **Móveis utensílios e equipamentos** | **Direito de uso(I)** | **Obras em andamento** | **Total** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Em 01 de janeiro de 2020 | | | | | | | |
| Saldo inicial | 5.916 | 54.342 | 148.034 | 3.931 | 2.626 | 40.099 | 254.948 |
| Aquisições | - | 7 | 1.331 | 247 | - | 33.744 | 35.329 |
| Alienações | - | - | (441) | (143) | - | - | (584) |
| Baixa depreciação e alienação | - | - | 291 | 113 | - | - | 404 |
| Transferências (ii) | - | 255 | 40.809 | 1.082 | - | (42.389) | (243) |
| Depreciação | - | (1.437) | (17.604) | (971) | (573) | - | (20.585) |
| Saldo contábil, líquido | 5.916 | 53.167 | 172.420 | 4.259 | 2.053 | 31.454 | 269.269 |
| Em 31 de dezembro de 2020 | | | | | | | |
| Custo | 5.916 | 67.252 | 312.156 | 10.902 | 2.865 | 31.454 | 430.545 |
| Depreciação acumulada | - | (14.085) | (139.736) | (6.643) | (812) | - | (161.276) |
| Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020 | 5.916 | 53.167 | 172.420 | 4.259 | 2.053 | 31.454 | 269.269 |
| Adiantamento para aquisição de imobilizado | | | | | | | 42 |
| Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020 | 5.916 | 53.167 | 172.420 | 4.259 | 2.053 | 31.454 | 269.311 |
| Em 01 de janeiro de 2021 | | | | | | | |
| Saldo inicial | 5.916 | 53.167 | 172.420 | 4.259 | 2.053 | 31.454 | 269.269 |
| Aquisições | - | - | 376 | 54 | 59.126 | 46.263 | 105.819 |
| Alienações | - | - | (1.084) | (78) | - | - | (1.162) |
| Baixa depreciação e alienação | - | - | 820 | 71 | - | (23) | 868 |
| Transferências (ii) | - | 8.751 | 18.842 | 1600 | - | (31.669) | (2.476) |
| Depreciação | - | (1.687) | (19.155) | (1.082) | (787) | - | (22.711) |
| Saldo contábil, líquido | 5.916 | 60.231 | 172.219 | 4.824 | 60.392 | 46.025 | 349.607 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | | | | | | | |
| Custo | 5.916 | 76.002 | 330.290 | 12.478 | 61.991 | 46.025 | 532.702 |
| Depreciação acumulada | - | (15.771) | (158.071) | (7.654) | (1.599) | - | (183.095) |
| Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021 | 5.916 | 60.231 | 172.219 | 4.824 | 60.392 | 46.025 | 349.607 |
| Adiantamento para aquisição de imobilizado | | | | | | | 100 |
| Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021 | 5.916 | 60.231 | 172.219 | 4.824 | 60.392 | 46.025 | 349.707 |

| Consolidado | **Terrenos** | **Edificações** | **Veículos e máquinas** | **Móveis utensílios e equipamentos** | **Direito de uso(I)** | **Obras em andamento** | **Total** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Em 01 de janeiro de 2021 | | | | | | | |
| Saldo inicial | 5.916 | 53.167 | 172.420 | 4.259 | 2.053 | 31.454 | 269.269 |
| Aquisições (iii) | 11.347 | 29 | 556 | 392 | 59.126 | 110.878 | 182.326 |
| Alienações | - | - | (1084) | (78) | - | - | (1.162) |
| Baixa depreciação e alienação | - | - | 820 | 71 | - | (23) | 868 |
| Transferências (ii) | - | 8.751 | 18.842 | 1.600 | - | (31.669) | (2.476) |
| Depreciação | - | (1.710) | (19.155) | (1.174) | (787) | - | (22.284) |
| Saldo contábil, líquido | 17.263 | 60.237 | 172.397 | 5.070 | 60.392 | 111.182 | 426.540 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | | | | | | | |
| Custo | 17.263 | 76.031 | 330.468 | 12.815 | 61.991 | 111.182 | 609.750 |
| Depreciação acumulada | - | (15.794) | (158.071) | (7.745) | (1.599) | - | (183.209) |
| Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021 | 17.263 | 60.237 | 172.397 | 5.070 | 60.392 | 111.182 | 426.540 |
| Adiantamento para aquisição de imobilizado | | | | | | | 100 |
| Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021 | 17.263 | 60.237 | 172.397 | 5.070 | 60.392 | 111.182 | 426.640 |

*(i)* O grupo de direito de uso trata-se de direito de uso dos contratos de arrendamento de hardwares, aeronave e locação de sala comercial, conforme aplicação do CPC 06 (R2). *(ii)* As transferências ocorrem da rubrica "Obras em andamento" para o respectivo grupo de imobilizados e intangíveis após a conclusão de que o bem está pronto para uso, e está no local e condições operacionais pretendidas pela Administração. *(iii)* A BSBIOS Paraguay está em fase de construção da sua planta industrial. Todos os custos e despesas diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração estão sendo registrados no grupo de obras em andamento. A avaliação realizada sobre a propriedade é aplicada para análise da política de depreciação e mensuração da redução do valor recuperável, que deve ser reconhecida diretamente ao resultado. Em 2010, a Administração concluiu a primeira análise da vida útil dos ativos e contabilizou ajuste a custo atribuído na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, de acordo com o CPC 27, que correspondeu ao valor bruto de R$ 30.345. No mesmo período, foi efetuada a primeira revisão de vida útil conforme laudo de avaliação de empresa especializada. A Companhia avalia anualmente, no mínimo, a existência de indicadores de impairment ou de que vida útil dos bens possa ter se alterado de forma relevante. As taxas de depreciação são calculadas pelo método linear e são calculadas de acordo com a vida útil de cada bem. No quadro abaixo apresentamos a vida útil esperada por grupo de contas, para ambos os períodos apresentados:

| | **Vida útil esperada** |
|---|---|
| Edificações | 15 a 60 anos |
| Veículos e máquinas | 5 a 30 anos |
| Móveis e utensílios e equipamentos | 5 a 20 anos |
| Direito de uso | 5 a 25 anos |

Alguns empréstimos bancários são garantidos pelos terrenos e edifícios de propriedade da Companhia.

**20 Intangível**

| Controladora | **Ágio** | **Programa de computador** | **Total** |
|---|---|---|---|
| Em 01 de janeiro de 2020 | | | |
| Saldo inicial | 35.820 | 8.042 | 43.862 |
| Aquisição | - | 17 | 17 |
| Transferências | - | 243 | 243 |
| Amortização | - | (925) | (925) |
| Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020 | 35.820 | 7.377 | 43.197 |
| Custo | 35.820 | 14.918 | 50.738 |
| Amortização acumulada | - | (7.541) | (7.541) |
| Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020 | 35.820 | 7.377 | 43.197 |
| Em 01 de janeiro de 2021 | | | |
| Saldo inicial | 35.820 | 7.377 | 43.197 |
| Baixas | - | (91) | (91) |
| Transferências | - | 2.476 | 2.476 |
| Amortização | - | (1.303) | (1.303) |
| Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021 | 35.820 | 8.460 | 44.280 |
| Custo | 35.820 | 17.303 | 53.123 |
| Amortização acumulada | - | (8.843) | (8.843) |
| Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021 | 35.820 | 8.460 | 44.280 |

| Consolidado | **Ágio** | **Programa de computador** | **Total** |
|---|---|---|---|
| Em 01 de janeiro de 2021 | | | |
| Saldo inicial | 35.820 | 7.377 | 43.197 |
| Transferências | - | 2.477 | 2.477 |
| Alienações | - | (91) | (91) |
| Amortização | - | (1.303) | (1.303) |
| Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021 | 35.820 | 8.460 | 44.280 |
| Custo | 35.820 | 17.303 | 53.123 |
| Amortização acumulada | - | (8.843) | (8.843) |
| Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021 | 35.820 | 8.460 | 44.280 |

A vida útil esperada é de 15 anos para a amortização dos programas de computador (*software*). **Testes do ágio para verificação de *impairment:*** A Companhia avaliou, em novembro de 2021, a expectativa de recuperação do valor contábil do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para a Unidade Geradora de Caixa (UGC) correspondente à planta industrial da filial de Marialva/PR. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia aprovada pela Administração bem como: (a) projeções de crescimento do mercado de biodiesel com a abertura para o mercado livre, compatíveis com o desempenho histórico apresentado pela UGC; (b) expectativa de manutenção dos custos fixos apresentados historicamente; (c) margem EBITDA positiva e (d) taxa de desconto de 13,76%. Como resultado desta análise, em 2021 a Administração não identificou indícios de redução ao valor recuperável. Pelo fato de grandes alterações no cenário econômico que o mundo está vivenciando com a pandemia do COVID-19, a Companhia segue monitorando os efeitos econômicos que possam afetar a Companhia, dentre eles a recuperabilidade do ágio (*Goodwill*). Não foram identificados indícios de impairment no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A unidade geradora de caixa segue obtendo os resultados esperados e não observou mudanças significativas nas projeções anteriormente apuradas.

**21 Empréstimos, financiamentos e debêntures**

| **Descrição** | **Taxa de juros nominal a.a** | **Ano de vencimento** | **Moeda** | **Controladora 31 de dezembro de2021** | **Controladora 31 de dezembro de 2020** | **Consolidado 31 de dezembro de 2021** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| FINAME | 9,50% | 2021 | R$ | - | 312 | - |
| Nota de Crédito a Exportação (NCE) | CDI+2%- 3,59% | 2021, 2022 e 2026 | R$ | 149.907 | 92.359 | 149.907 |
| Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio | CDI + 2,84% | 2024 | R$ | 63.251 | - | 63.251 |
| Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) | VC + 6,25% | 2021 | USD | - | 10.851 | - |
| Limite Derivativo | 5,35% | 2021 | USD | - | 589 | - |
| Fundopem | IPCA/IBGE + 3% | 2028 | R$ | 3.600 | 4.868 | 3.600 |
| FINEP | TJLP + 3,5% | 2027 | R$ | 59.152 | 60.800 | 59.152 |
| Cédula de Crédito à Exportação | DI/CETIP 3,35%, CDI+2,43%-3,15% | 2024 e 2025 | R$ | 222.393 | 95.749 | 222.393 |
| Cédula de Crédito Bancária | CDI+2%-3,69%, CDI+4,25%-5%, CDI+2,8%, 8,75% | 2022, 2023, 2024, 2025 e 2027 | R$ | 220.913 | 313.316 | 220.913 |
| Empréstimo 4131 atrelado ao Swap | LIBOR + 2,61% | 2021 | R$ | - | 14.941 | - |
| Cédula de produto rural | CDI + 3% | 2021 | R$ | 8.664 | 10.469 | 8.664 |
| Debêntures | CDI + 5,10% | 2025 | R$ | 315.354 | - | 315.354 |
| | | | | **1.043.234** | **604.254** | **1.043.234** |
| Passivo circulante | | | | 345.393 | 315.894 | 345.393 |
| Passivo não circulante | | | | 697.841 | 288.360 | 697.841 |

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2021, saldo em debêntures trazido pela incorporação da R.P. Participações em Biocombustíveis S.A.. Em 16 de dezembro de 2020, com o objetivo único de compra de 50% das ações da Companhia, a sua incorporada R.P. Participações em Biocombustíveis S.A. (R.P. BIO), emitiu debêntures conforme Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da R.P. Participações em Biocombustíveis S.A. Foram emitidas 320.000 (trezentas e vinte mil) debêntures ao valor de R$ 320.000 (trezentos e vinte milhões de reais), atualizadas monetariamente por juros remuneratórios equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, divulgadas diariamentos pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. O prazo de vencimento das debêntures será de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, com pagamento do valor nominal unitário em parcelas mensais consecutivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão de acordo com o instrumento contratual. As parcelas de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures têm os seguintes vencimentos:

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| **Vencimento no longo prazo** | **31 de dezembro de 2021** | **31 de dezembro de 2020** | **31 de dezembro de 2021** |
| 2022 | - | 112.917 | - |
| 2023 | 294.081 | 43.970 | 294.081 |
| 2024 | 234.379 | 43.345 | 234.379 |
| 2025 | 125.465 | 40.017 | 125.465 |
| 2026 | 30.201 | 34.405 | 30.201 |
| 2027 | 13.253 | 13.249 | 13.253 |
| Após 2028 | 462 | 457 | 462 |
| | **697.841** | **288.360** | **697.841** |

Apresentamos abaixo a reconciliação das atividades de financiamento:

| | Controladora Passivos | |
|---|---|---|
| | **Empréstimos, financiamentos e debêntures** | **Passivo de arrendamento** |
| **Saldo em 01 de janeiro de 2020** | **515.262** | **2.657** |
| **Movimentações que afetaram o fluxo de caixa** | | |
| Ingressos de empréstimos | 372.461 | - |
| Amortização de empréstimos | (292.957) | - |
| Amortização de passivos de arrendamento | - | (573) |
| Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos | (30.850) | - |
| Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento | - | (88) |
| **Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa** | | |
| Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | 40.338 | - |
| Juros sobre passivo de arrendamento | - | 141 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **604.254** | **2.137** |

| | Controladora Passivos | | Consolidado Passivos | |
|---|---|---|---|---|
| | **Empréstimos, financiamentos e debêntures** | **Passivo de arrendamento** | **Empréstimos, financiamentos e debêntures** | **Passivo de arrendamento** |
| **Saldo em 01 de janeiro de 2021** | 604.254 | 2.137 | 604.254 | 2.137 |
| **Movimentações que afetaram o fluxo de caixa** | | | | |
| Ingressos de empréstimos | 634.515 | - | 634.515 | - |
| Amortização de empréstimos | (517.318) | - | (517.318) | - |
| Amortização de passivos de arrendamento | - | (1.612) | - | (1.612) |
| Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos | (74.349) | - | (74.349) | - |
| Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento | - | (428) | - | (428) |

continua

continuação

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 - *Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

| | Controladora Passivos | | Consolidado Passivos | |
|---|---|---|---|---|
| | Empréstimos, financiamentos e debêntures | Passivo de arrendamento | Empréstimos, financiamentos e debêntures | Passivo de arrendamento |
| **Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa** | | | | |
| Ingressos de empréstimos, financiamentos e de bêntures por meio de incorporação | 323.854 | - | 323.854 | - |
| Ingressos de direito de uso de ativos | - | 59.126 | - | 59.126 |
| Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | 72.278 | - | 72.278 | - |
| Juros sobre passivo de arrendamento | - | 719 | - | 719 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **1.043.234** | **59.942** | **1.043.234** | **59.942** |

**a. Garantias aos empréstimos:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui estoques dados em garantia (Nota 14), recebíveis (Nota 13) e itens do ativo imobilizado, classificados nos grupos de terrenos, edificações e veículos e máquinas (Nota 19) e avais por parte relacionada (Nota 16). **b. Cláusulas restritivas contratuais (*Covenants*):** Alguns dos empréstimos, financiamentos e debêntures mantidos pela Companhia possuem cláusulas contratuais, que definem, dentre outras obrigações, a manutenção de determinados índices financeiros anuais e trimestrais, tais como:

| | Empréstimos e financiamentos | Debêntures |
|---|---|---|
| Liquidez Corrente (ativo circulante / passivo circulante) | maior ou igual a 1,40 | maior ou igual a 1,40 |
| EBITDA / despesas financeiras líquidas | maior ou igual a 1,50 | maior ou igual a 2,50 |
| Dívida líquida / EBITDA | menor ou igual a 3,00 | menor ou igual a 3,00 |
| Dívida líquida / patrimônio líquido | menor ou igual a 2,50 | menor ou igual a 2,50 |

O não atendimento dessas obrigações permite às instituições financeiras declarar o vencimento antecipado dos empréstimos, financiamentos e debêntures. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia obteve um *waiver* (dispensa do cumprimento de exigências contratuais em empréstimos), devido ao indicador EBITDA/despesas financeiras líquidas não ter atingido a meta (maior ou igual a 2,5) nas debêntures. Além das cláusulas restritivas (*covenants*) relacionadas ao atendimento de certos índices financeiros, a Companhia possui em seus contratos cláusulas restritivas não financeiras, como por exemplo, cláusulas que não permitem a alteração de controle societário. Tendo em vista a mudança de controle societário ocorrida em 09 de fevereiro de 2021, conforme nota explicativa 3, a Companhia obteve *waivers* junto as instituições financeiras relacionados a todos os seus contratos que apresentavam restrição referente a alteração de controle societário.

**22 Fornecedores**

| | Controladora 31 de dezembro de 2021 | Controladora 31 de dezembro de 2020 | Consolidado 31 de dezembro de 2021 |
|---|---|---|---|
| Fornecedores nacionais | 702.331 | 305.759 | 702.348 |
| Fornecedores estrangeiros | 33.837 | 14.540 | 78.476 |
| Atualização fornecedores soja a fixar | 48.185 | 21.149 | 48.185 |
| Fornecedores risco sacado | 37.420 | 34.296 | 37.420 |
| | 821.773 | 375.744 | 866.429 |

A atualização de fornecedores de soja a fixar representa a variação do valor das compras faturadas a preço de pauta em relação ao valor de mercado ajustado a cada fechamento de período até a efetiva fixação. Em 2020, a Companhia iniciou a operação de risco sacado com seus fornecedores com o objetivo de favorecer os procedimentos administrativos em que seus parceiros, com a participação de uma instituição financeira, têm a opção de antecipar seus recebíveis relacionados às compras de bens e serviços realizadas pela Companhia. Ressalta-se que a decisão de adesão ou não da transação é única e exclusiva do fornecedor. Nesta operação, a instituição financeira se propõe a pagar, antecipadamente, ao nosso fornecedor, em troca de um desconto. Por ocasião da contratação entre o banco e o fornecedor, este último transfere o direito de recebimento dos títulos ao banco. Assim, a Companhia pagará à instituição financeira na data de pagamento original, o valor nominal total da obrigação originária. Reitera-se que esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo, em especial, prazos, preços ou outras condições incialmente contratados, e não afeta a Companhia com eventuais encargos financeiros praticados pela instituição financeira nas operações junto aos fornecedores. Além disso, não há nenhuma garantia concedida pela Companhia. Dessa forma, a Companhia mantém o passivo como "Fornecedores" e os efeitos das transações são apresentados em atividades operacionais na demonstração do fluxo de caixa. Abaixo segue a composição do contas a pagar pela aquisição de controladas, referente as transações apresentadas na nota explicativa 4:

| | Controladora 31 de dezembro de 2021 | Controladora 31 de dezembro de 2020 | Consolidado 31 de dezembro de 2021 |
|---|---|---|---|
| Contas a pagar aquisição de controlada longo prazo | 414 | - | 414 |
| | 414 | - | 414 |

**23 Provisões para contingências: a. Riscos prováveis:** A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, provisões referentes aos processos trabalhistas, tributários e cíveis que, na avaliação dos consultores jurídicos, se revestem de riscos prováveis. Os valores provisionados em 2021 foram julgados pela Administração como suficientes para a cobertura dessas contingências. A seguir é apresentado quadro com a composição da rubrica:

**Controladora**

| Natureza | Cíveis | Trabalhista | Tributárias | Trânsito | Provisão de contingências | (-) Depósitos judiciais | Provisão de contingência, líquidas |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 01/01/2021** | - | 1.909 | 1.170 | 19 | 3.098 | (286) | 2.812 |
| (+/-) Provisões/(Reversões) | 84 | (820) | (368) | 22 | (1.082) | (522) | (1.604) |
| (-)Atualização | 8 | 242 | - | - | 250 | (7) | 243 |
| **Saldo em 31/12/2021** | **92** | **1.331** | **802** | **41** | **2.266** | **(815)** | **1.451** |

**Consolidado**

| Natureza | Cíveis | Trabalhista | Tributárias | Trânsito | Provisão de contingências | (-) Depósitos judiciais | Provisão de contingência, líquidas |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 01/01/2021** | - | 1.909 | 1.170 | 19 | 3.098 | (286) | 2.812 |
| (+/-) Provisões/(Reversões) | 84 | (820) | (368) | 22 | (1.082) | (522) | (1.604) |
| (-)Atualização | 8 | 242 | - | - | 250 | (7) | 243 |
| **Saldo em 31/12/2021** | **92** | **1.331** | **802** | **41** | **2.266** | **(815)** | **1.451** |

**b. Natureza dos processos:** ***Trabalhistas -*** A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2021, processos trabalhistas de risco provável, dos quais, os que possuem maior relevância no saldo apresentado, na sua grande maioria, são solicitações de equiparação salarial, horas extras, adicional de insalubridade e periculosidade. Para garantir que o saldo apresentado seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas é feito um acompanhamento mensal de cada processo pelos assessores jurídicos da Companhia. ***Trânsito -*** Os processos de Trânsito são derivados de multas que quando possuem fundamento para recurso a área jurídica prossegue com a solicitação. Os valores mais expressivos são multas derivadas de cargas com excesso de peso, embarcar produtos perigosos sem documentação exigida, ou com frete mínimo. Quando o recurso é indeferido, prossegue-se então para o pagamento da referida guia e a baixa da provisão. **c. Riscos Possíveis:** A Companhia também é parte em processos administrativos e judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, apresentam riscos possíveis, os quais não foram provisionados e totalizam R$ 98.462 (R$ 132.056 em 31 de dezembro de 2020). A redução na exposição se deve a revisão e categorização por níveis de risco para cada processo. Este montante está classificado nas seguintes naturezas:

| | Controladora 31 de dezembro de 2021 | Controladora 31 de dezembro de 2020 | Consolidado 31 de dezembro de 2021 |
|---|---|---|---|
| Tributário | 90.470 | 105.754 | 123.837 |
| Trabalhista | 2.952 | 689 | 2.952 |
| Cíveis | 5.026 | 25.500 | 5.026 |
| Trânsito | 14 | 113 | 14 |
| | 98.462 | 132.056 | 131.829 |

No âmbito tributário, na esfera administrativa, o montante é composto de ICMS (R$ 71.044), PIS e COFINS (R$ 18.554) e outros (R$ 872). Em geral os passivos contingentes tributários são decorrentes de discussões sobre interpretações da legislação quanto a tomada de créditos fiscais, as quais a Companhia já apresentou seus manifestos de inconformidades junto às autoridades fiscais. Estes processos são defendidos por seus assessores jurídicos, nos quais espera-se obter uma decisão favorável ainda no âmbito administrativo, conforme experiências em casos similares. ***Trabalhistas -*** Os processos trabalhistas de perda possível totalizam atualmente dez processos. As reclamatórias são referente a horas extras, intervalos intrajornadas, danos morais, equiparação salarial e honorários. Quanto ao andamento dos processos, alguns foram contestados e aguardam a realização de audiência, outros foram realizadas ou agendadas as perícias. ***Tributário -*** No âmbito tributário, o risco possível é composto por vinte e seis processos, sendo um referente a restituição de saldo negativo de IRPJ relativo ao ano-calendário de 2012, onde foi gerado por IRRF incidente sobre uma operação de *Swap*. Um processo Administrativo Fiscal decorrente de Auto de lançamento lavrado para exigir crédito tributário de ICMS. Demais processos são referentes a solicitação de ressarcimento de PIS/COFINS baseados em manifestações de incoformidades contra decisões que indeferiram pedidos de ressarcimentos dos anos de 2010 até 2016 e um referente ao ano de 2019. Também contemplam (i) auto de infração lavrado por suposta falha de fornecedor na emissão de notas fiscais do período de outubro de 2018 até março de 2020 com saída para estabelecimentos em estado diverso, nos quais a Companhia foi considerada parte solidária na autuação; (ii) Manifestação de inconformidade contra despacho decisório que homologou paracialmente a compensação declarada pela sucedida com créditos vinculados a receita de exportação apurados em 2013; e (ii) também homologação de crédito oriundo de valores pagos a maior da Contribuição Previdenciária Patronal sobre avais. ***Trânsito -*** As multas de trânsito com risco possível são oriundas de transitar o veículo com excesso de peso, expedir produtos perigosos em veículos ou equipamentos de transporte com características técnicas ou operacionais inadequadas, embarcar produtos perigosos em veículo sem a devida documentação, dentre outros. Ao todo, a Companhia possui trezentos e dezenove processos, não possuindo multas individualmente significativas. ***Cível -*** No total, a Companhia possui processos cíveis com risco possível, sendo que o mais relevante é o processo 016/1.18.0003803-6 de Embargos de terceiros, onde o risco de perda se circunscreve à sucumbência, cujo valor totaliza R$ 2.657, ou seja, se os embargos forem procedentes, além da execução da BSBIOS ser frustrada, deverá ocorrer o pagamento sucumbencial do valor aqui previsto. Os demais referem-se a ações indenizatórias e ação de desapropriação. **d. Ativos contingentes:** A Companhia possui processos ativos com expectativa de ganho provável, de acordo com a avaliação de seus assessores legais. Com relação às ações que ainda não transitaram em julgado, estes potenciais ativos são considerados como contingentes e não são reconhecidos até que sua probabilidade de materialização seja líquida e certa. Desses processos, o mais relevante é na esfera tributária com valor atualizado de R$ 24.702 em 31 de dezembro de 2021, que visa garantir a tomada de crédito ordinários de PIS/COFINS nas aquisições de óleo degomado de soja para a produção de biodiesel. Ressalta-se que tal efeito poderá sofrer variação, tendo em vista que são cálculos estimados.

**24 Despesa de imposto de renda e contribuição social:** A seguir é apresentada a composição das principais adições e exclusões que afetam o cálculo dos impostos sobre o lucro. A Companhia levantou balancete na data do evento especial de incorporação (nota 3) , e apurou base de cálculo para IRPJ e CSLL em 2021.

| | Controladora 31 de dezembro de 2021 | Controladora 31 de dezembro de 2020 | Consolidado 31 de dezembro de 2021 |
|---|---|---|---|
| **Resultado antes do IRPJ e CSLL** | 91.132 | 376.834 | 92.428 |
| Alíquota fiscal combinada | 34% | 34% | 34% |
| **Despesa de tributos à alíquota nominal** | (30.985) | (128.124) | (32.281) |
| (Adições) exclusões permanentes | | | |
| Multas | (32) | (4) | (32) |
| Doações | (1.236) | (892) | (1.236) |
| Incentivos fiscais – subvenção | 108.801 | 25.085 | 108.801 |
| Incentivos fiscais - PAT - Rouanet - Lei do Bem | 34 | 4.518 | 34 |
| Venda de CBIOS/Reversão subvenções | (12.565) | 3.207 | (12.565) |
| Outras exclusões (Adições) | 2.942 | 89 | 2.942 |
| Constituição (reversão) de IRPJ e CSLL diferidos ativo | 20.406 | 72 | 20.406 |
| Prejuízo fiscal compensado | 4.874 | 30.883 | 4.874 |
| Parcela isenta do adicional de 10% | 4 | 24 | 4 |
| Impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal não reconhecido | (101.623) | - | (101.623) |
| | (7.611) | (65.142) | (8.907) |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | (11.434) | (69.588) | (12.730) |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 3.823 | 4.446 | 3.823 |
| | (7.611) | (65.142) | (8.907) |
| Alíquota efetiva | 80,32% | 17,29% | 80,32% |

**25 Imposto de renda e contribuição social diferidos: a. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos -** Os saldos de IRPJ e CSLL diferidos líquidos apresentam-se como segue:

| | Controladora 31 de dezembro de 2021 | Controladora 31 de dezembro de 2020 | Consolidado 31 de dezembro de 2021 |
|---|---|---|---|
| IRPJ e CSLL diferido ativo outras diferenças temporárias | 22.120 | 16.180 | 22.120 |
| IRPJ e CSLL diferido ativo sobre prejuízos fiscais | 28.336 | 7.930 | 28.336 |
| IRPJ e CSLL diferido sobre mais valia ativos imobilizados - incorporação (i) | 49.158 | - | 49.158 |
| IRPJ e CSLL diferido sobre mais valia ativos intangíveis - incorporação (i) | 2.021 | - | 2.021 |
| IRPJ e CSLL diferido sobre custo atribuído e mais valia de ativos imobilizados | (3.903) | (4.412) | (3.903) |
| IRPJ e CSLL diferidos sobre combinação de negócios - *Goodwill* | (6.514) | (6.280) | (6.514) |
| IRPJ e CSLL diferidos sobre outras exclusões temporárias | (29.875) | (7.778) | (29.875) |
| IRPJ e CSLL diferidos sobre mudança de vida útil | (6.955) | (7.962) | (6.955) |
| IRPJ e CSLL diferidos sobre passivos contingentes - incorporação (i) | (40.410) | - | (40.410) |
| IRPJ e CSLL diferidos sobre compra vantajosa - incorporação (i) | (6.797) | - | (6.797) |
| | 7.181 | (2.322) | 7.181 |

*(i)* Efeitos tributários provenientes da incorporação da R.P. Participações em Biocombustíveis S.A., conforme descrito na nota explicativa 3.

| | Controladora 31 de dezembro de 2021 | Controladora 31 de dezembro de 2020 | Consolidado 31 de dezembro de 2021 |
|---|---|---|---|
| **Ativo diferido** | | | |
| A ser recuperado em até 12 meses | 18.540 | 9.762 | 18.540 |
| A ser recuperado depois de mais de 12 meses | 83.098 | 14.348 | 83.098 |
| | **101.638** | **24.110** | **101.638** |

| | Controladora 31 de dezembro de 2021 | Controladora 31 de dezembro de 2020 | Consolidado 31 de dezembro de 2021 |
|---|---|---|---|
| **Passivo diferido** | | | |
| A ser recuperado em até 12 meses | (4.506) | (8.593) | (4.506) |
| A ser recuperado depois de mais de 12 meses | (66.805) | (17.839) | (66.805) |
| | **(71.311)** | **(26.432)** | **(71.311)** |

**b. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos líquidos -** A movimentação dos impostos diferidos líquidos está apresentada abaixo:

| | |
|---|---|
| **1º de janeiro de 2021** | **(2.322)** |
| Ativação de 30% do prejuízo fiscal sobre o passivo fiscal diferido | 20.406 |
| Atualização fornecedores soja a fixar | 9.192 |
| Provisão para contingências trabalhistas, tributárias e judiciais | (283) |
| Valor justo propriedades para investimento | (2.257) |
| Provisão para obsolescência dos estoques | 598 |
| Provisão de impairment de impostos a recuperar | (3.574) |
| Direito de uso de ativos | (181) |
| Reavaliação do ativo imobilizado CPC 01 - custo atribuído | 508 |
| Depreciação - Diferença de vida útil | 1007 |
| Mais Valia | 78 |
| Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos | 493 |
| CBIOS reconhecimento inicial a valor justo | 2500 |
| Mais valia de ativos imobilizados - incorporação (i) | 49.158 |
| Mais valia de ativos intangíveis - incorporação (i) | 2.021 |
| Passivos contingentes - incorporação (i) | (40.410) |
| Depreciação acelerada e diferença de vida útil | (22.955) |
| Compra vantajosa - incorporação (i) | (6.797) |
| **Saldo final em 31 de dezembro de 2021** | **7.182** |

*(i)* Efeitos tributários provenientes da incorporação da R.P. Participações em Biocombustíveis S.A., conforme descrito na nota explicativa 3. A contribuição social e o imposto de renda sobre diferença positiva do custo atribuído dos ativos imobilizados serão transferidos para o passivo circulante na medida da realização por depreciação, baixa ou provisão para valor a recuperar dos componentes do ativo. A contrapartida desses tributos está registrada em conta retificadora no patrimônio líquido. A Companhia constituiu provisão para IRPJ e CSLL sobre a depreciação da nova vida útil do imobilizado, cujo efeito contábil será reconhecido após o período legalmente admitido pelo fisco. Esses valores constituem exclusões temporárias para fins de cálculo dos referidos impostos. **c. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos -** O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o prejuízo fiscal foi constituído ao nível que a Companhia espera recuperar em um futuro previsível, por meio de lucro tributável futuro disponível. Desta forma, não foram reconhecidos ativos diferidos sobre os montantes de prejuízos fiscais conforme abaixo:

| | Controladora 31 de dezembro de 2021 Base | Efeito tributário | Controladora 31 de dezembro de 2020 Base | Efeito Tributário | Consolidado 31 de dezembro de 2021 Base | Efeito Tributário |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Prejuízos fiscais acumulados | 520.909 | 177.109 | 156.720 | 53.285 | 539.765 | 183.520 |

**26 Patrimônio líquido: a. Capital social e direito das ações -** O capital social de R$ 158.895 (R$ 158.516 em 2020) está dividido em 6.496.964 (6.481.480 em 2020) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pertencente inteiramente a ECB Holding S.A., empresa domiciliada no Brasil. O aumento de ações se deve a subscrição de capital na controlada BSBIOS Paraguay S.A. em 31 de março de 2021 no montante de 30 mil ações ao valor de R$ 379. **b. Reservas de lucros - *b.1 Reserva legal:*** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, conforme previsto em estatuto e em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404-76. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A Companhia destinou, em dezembro de 2021, à reserva legal montante equivalente a R$ 4.176 totalizando R$ 28.286 (R$ 24.110 em 31 de dezembro de 2020). ***b.2 Reserva para incentivos fiscais:*** A reserva para incentivos fiscais anteriormente constituída, se referia a incentivos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), decorrente do benefício concedido pelo estado do Rio Grande do Sul (RS) sobre as saídas de biodiesel. A manutenção do incentivo depende do cumprimento de condições estabelecidas em convênio, benefício esse que foi convalidado pelo Estado do Rio Grande do Sul pelo Decreto nº 54.738 de 30 de julho de 2019. Com o êxito do Processo Judicial n° 5007013-14.2018.4.04.7104 ocorrido em maio de 2021, conforme detalhado na nota 15, a Companhia afastou a Lei Complementar 160/2017, a qual condicionava a utilização dos créditos presumidos de ICMS na apuração do lucro real desde que o valor fosse destinado para a reserva de incentivos fiscais. O referido ganho da ação proporciona que a Companhia deixe de constituir reserva para subvenção de investimentos, bem como reverter os valores já constituídos no passado. Foi considerado o período de 5 anos anteriores ao ingresso da ação até a data do trânsito em julgado para apurar o montante de reserva de incentivos fiscais já constituída. Em dezembro de 2021, a Companhia reverteu suas reservas de incentivos fiscais, destinando o saldo para a rubrica reserva de retenção de lucros. O valor revertido totalizou R$ 237.039. **c. Dividendos mínimos obrigatórios -** Ao acionista é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o acionista da Companhia renunciou aos dividendos obrigatórios, destinando o montante para recompor a reserva de retenção de lucros. **d. Lucro por ação básico e diluído -** O resultado por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período. A Companhia não possui instrumentos patrimoniais potenciais diluidores que devam ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído. Desta forma, não há diferenças entre o lucro básico por ação e lucro diluído por ação.

| | Controladora 31 de dezembro de 2021 | Controladora 31 de dezembro de 2020 | Consolidado 31 de dezembro de 2021 |
|---|---|---|---|
| Lucro líquido do período | 83.521 | 311.689 | 83.521 |
| Quantidade de ações (em milhares) | 6.511 | 6.481 | 6.511 |
| Lucro por ação (em milhares) | 12,86 | 48,09 | 12,86 |

**27 Receita líquida de vendas:** A Companhia obtém suas receitas principalmente na venda de produção própria e operações de compra e venda de mercadorias, classificando conforme o quadro abaixo:

| | Controladora 31 de dezembro de 2021 | Controladora 31 de dezembro de 2020 | Consolidado 31 de dezembro de 2021 |
|---|---|---|---|
| Venda de produtos | 7.788.043 | 4.791.077 | 7.404.765 |
| Revenda de mercadorias | 963.959 | 536.140 | 1.401.425 |
| Prestação de serviços | 152 | 259 | 152 |
| Deduções de vendas | (901.154) | (583.585) | (901.154) |
| | **7.851.000** | **4.743.891** | **7.905.188** |

Abaixo está apresentada a receita líquida de vendas no mercado interno e no mercado externo.

| | Controladora 31 de dezembro de 2021 | Controladora 31 de dezembro de 2020 | Consolidado 31 de dezembro de 2021 |
|---|---|---|---|
| Receita líquida de vendas para o mercado interno | 7.327.776 | 4.604.046 | 7.845.398 |
| Receita líquida de vendas para o mercado externo | 523.224 | 139.845 | 59.790 |
| | **7.851.000** | **4.743.891** | **7.905.188** |

A rubrica deduções de vendas possui a seguinte composição:

| | Controladora 31 de dezembro de 2021 | Controladora 31 de dezembro de 2020 | Consolidado 31 de dezembro de 2021 |
|---|---|---|---|
| Impostos sobre vendas | (852.366) | (551.217) | (852.366) |
| Ajuste a valor presente | (28.024) | (21.845) | (28.024) |
| Abatimentos, descontos e devoluções e comissões | (20.764) | (10.523) | (20.764) |
| | **(901.154)** | **(583.585)** | **(901.154)** |

Abaixo apresentamos a receita líquida desagregada por seus principais produtos:

| | Controladora 31 de dezembro de 2021 | Controladora 31 de dezembro de 2020 | Consolidado 31 de dezembro de 2021 |
|---|---|---|---|
| Biodiesel (i) | 4.540.574 | 2.735.970 | 4.594.762 |
| Farelo de soja | 1.935.415 | 1.328.807 | 1.935.415 |
| Oleo de soja degomado | 331 | 12.462 | 331 |
| Grão de soja | 827.583 | 516.001 | 827.583 |
| Glicerina | 367.421 | 62.577 | 367.421 |
| Outros produtos | 179.676 | 88.074 | 179.676 |
| | **7.851.000** | **4.743.891** | **7.905.188** |

*(i)* Em dezembro de 2020, a Companhia iniciou as vendas dos CBIOS escriturados. Até dezembro de 2021, foram vendidos o total de 718.460 CBIOS a preços que variam de R$ 27,00 até R$ 64,00 por unidade de CBIOS. O montante da venda (R$ 30.111) está apresentado pelo valor líquido de corretagem, taxa e impostos dentro da rubrica Biodiesel.

**28 Despesas por natureza**

| | Controladora 31 de dezembro de 2021 | Controladora 31 de dezembro de 2020 | Consolidado 31 de dezembro de 2021 |
|---|---|---|---|
| Depreciação e amortização | (24.065) | (21.506) | (24.117) |
| Pessoal e encargos sociais | (53.168) | (43.485) | (55.678) |
| Matérias-primas / produtos adquiridos | (7.482.323) | (4.073.975) | (7.520.205) |
| Serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais | (50.734) | (28.214) | (57.212) |
| Fretes sobre vendas | (21.714) | (13.638) | (21.714) |
| Gastos com bens permanentes | (21.273) | (14.174) | (21.275) |
| Impostos e taxas | (706) | (351) | (1.237) |
| Outras naturezas (i) | 88.677 | 4.370 | 88.436 |
| Total do custo de vendas, despesas administrativas, de vendas e outras despesas operacionais | **(7.565.306)** | **(4.190.973)** | **(7.613.002)** |

*(i)* A Companhia reconheceu créditos extemporâneos de PIS e COFINS PRONAF no montante de R$ 42.002, provenientes dos anos de 2016 a 2018, créditos de IRPJ e CSLL provenientes da exclusão do ICMS Presumido no montante de R$ 58.277 e créditos de PIS e COFINS referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo no montante de R$ 3.525 relativos ao êxito nos processos ocorrido em maio de 2021, conforme divulgado na nota explicativa 15. Reconheceu também em 2021, de forma extemporânea, o montante de R$ 22.178 referente aproveitamento fiscal da depreciação acelerada e diferença de vida útil. As despesas e custos estão agrupados por função conforme abaixo:

| | Controladora 31 de dezembro de 2021 | Controladora 31 de dezembro de 2020 | Consolidado 31 de dezembro de 2021 |
|---|---|---|---|
| Custo dos produtos e serviços vendidos (i) | (7.565.230) | (4.139.600) | (7.603.111) |
| Despesas com vendas | (46.107) | (19.433) | (49.135) |
| Gerais e administrativas | (46.286) | (33.202) | (52.977) |
| Depreciação e amortização | (24.065) | (21.506) | (24.117) |
| Impairment de ativos financeiros | (1) | 640 | (1) |
| Impairment de ativos não financeiros | 10.512 | - | 10.512 |
| Outras receitas e despesas operacionais, líquidas(ii) | 105.872 | 22.128 | 105.827 |
| | **(7.565.305)** | **(4.190.973)** | **(7.613.002)** |

*(i)* Créditos presumidos de PIS e COFINS, de acordo com a Lei nº 12.865/13 além de créditos provenientes do PRONAF conforme Lei nº 11.116/05 e Decreto 5.297/04, juntamente com os créditos fiscais de ICMS, conforme Decreto nº 45.642/08 e 47.634/10 do Estado do Rio Grande do Sul e Decreto nº 5.620/09 do Estado do Paraná, bem como as escriturações de CBIOS (subvenções) são apresentados na rubrica de custo dos produtos vendidos. O montante de tais créditos no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 totalizaram R$ 677.633 e R$ 424.936, respectivamente. *(ii)* Créditos extemporâneos conforme classificação por natureza, acima.

**29 Subvenções governamentais:** As subvenções governamentais recebidas pela Companhia tem natureza de subvenções para investimento e são registradas pelos seus valores nominais. A partir da Lei Complementar nº 160/2017, todos os incentivos fiscais ou financeiro-fiscais concedidos pelos Estados e Distrito Federal são considerados subvenções para investimento. A subvenções governamentais da Companhia são apresentadas na demonstração do resultado do exercício na linha de "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados", já que o benefício objetiva compensar os custos da operação. **a) Subvenções governamentais estaduais -** São enquadradas na esfera estadual as seguintes subvenções: • Crédito presumido de ICMS no biodiesel: fundamentado no Decreto nº 50.234/13 do estado do Rio Grande do Sul; • Crédito presumido de ICMS farelo: fundamentado no Decreto nº 47.634/10 do estado do Rio Grande do Sul; • Crédito presumido de ICMS biodiesel e crédito presumido na importação do metanol, na unidade de Marialva/PR fundamentado no Decreto nº 7.871/17. Em 2021, foi contabilizado o montante de R$ 347.729 (218.419 em 2020) a título de subvenções estaduais. **b) Subvenções governamentais federais -** Estão sob a esfera federal as subvenções abaixo: • Crédito presumido de PIS e COFINS conforme Lei nº 12.865/2013; • Crédito de PIS e COFINS proveniente do PRONAF conforme Lei nº 11.116/05 e Decreto nº 5.297/04; • Reconhecimento inicial dos CBIOS (Créditos de descarbonização). A Companhia obteve direito de excluir na apuração do IRPJ e CSLL os créditos presumidos de ICMS da operação do Biodiesel do Rio Grande do Sul e Paraná, após trânsito e julgado do processo 5001256-10.2016.4.04.7104 no TRF 4º Região, conforme divulgado na nota explicativa 15 (b). A decisão favorável mencionada, ainda afastou os requisitos da Lei Complementar nº 160/2017, como a necessidade de composição de reserva no patrimônio líquido. Em 2021, foi contabilizado o montante de R$ 329.934 (206.516 em2020) a título de subvenções federais.

**30 Receitas e despesas financeiras**

| | Controladora 31 de dezembro de 2021 | Controladora 31 de dezembro de 2020 | Consolidado 31 de dezembro de 2021 |
|---|---|---|---|
| Juros recebidos | 28.259 | 22.030 | 28.259 |
| Receita de aplicação financeira | 4.698 | 1.233 | 4.699 |
| Variação cambial | 53.275 | 30.462 | 54.570 |
| Variação monetária ativa | 6.665 | 712 | 6.705 |
| CBIOS - créditos de descarbonização (i) | (10.931) | 10.931 | (10.931) |
| Descontos obtidos | 1.752 | 272 | 1.752 |
| **Total receitas financeiras** | **83.716** | **65.640** | **85.052** |
| Tributos sobre operações financeiras | (1.734) | (1.177) | (1.743) |
| Juros pagos | (127) | (174) | (200) |
| Descontos concedidos | (294) | (27) | (294) |
| Despesas bancárias | (7.016) | (3.064) | (7.445) |
| Juros sobre compras a prazo | (14.019) | - | (14.019) |
| Comissões sobre corretagens | (2.703) | (2.507) | (2.703) |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | (117.002) | (55.638) | (117.002) |
| Atualização de fornecedores a fixar | (52.581) | (14.194) | (52.581) |
| Variação cambial passiva | (46.767) | (41.494) | (52.335) |
| Variação monetária passiva | (405) | (2) | (405) |
| **Total despesas financeiras** | **(242.648)** | **(118.277)** | **(248.727)** |
| Resultado com derivativos CBOT | (76.574) | (48.820) | (76.574) |
| Resultado com derivativos USD | 40.489 | (74.627) | 40.489 |
| **Total resultado líquido derivativos** | **(36.085)** | **(123.447)** | **(36.085)** |
| **Resultado financeiro líquido** | **(195.017)** | **(176.084)** | **(199.759)** |

*(i)* Em 31 de dezembro de 2021, a BSBIOS possuia 64.844 CBIOS escriturados ao valor justo. A BSBIOS, desde novembro de 2019 está certificada pelo Renovabio, estando habilitada a participar do mercado de CBIOS (créditos de descarbonização), desde então já podendo proceder com a emissão de pré-CBIOS. Em agosto, a Companhia iniciou a escrituração dos CBIOS na B3 S.A – Brasil, Bolsa e Balcão (transformação dos pré-CBIOS em CBIOS). Os créditos de CBIOS seguem as diretrizes da política do Renovabio, conforme Nota 1. Em 2021, a Companhia passou a reconhecer todas as operações decorrentes dos CBIOS, não mais como instrumentos financeiros, mas sim como um estoque mantido para venda (CPC 16 - Estoques), sendo considerado como uma subvenção governamental no momento do reconhecimento inicial ao valor justo e tornando-se um estoque no balanço patrimonial da Companhia.

**31 Cobertura de seguros:** A Companhia mantém apólices de seguros por valores considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que a Companhia seja civilmente responsabilizada por danos causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de suas atividades. As principais coberturas são:

| **Descrição** | **31 de dezembro de 2021** |
|---|---|
| Planta biodiesel, planta esmagadora Passo Fundo e Marialva | 517.265 |
| Lucros cessantes | 651.137 |
| Responsabilidade civil | 65.000 |
| | **1.233.402** |

**32 Eventos Subsequentes: a. Percentual da mistura mínima de Biodiesel no Diesel -** O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) decidiu pela manutenção do teor de 10% de biodiesel no diesel para todo o ano de 2022. Esta diminuição já havia sido aprovada por meio da resolução nº 16, de 06 de setembro de 2021, que reduzia a adição de biodiesel ao óleo diesel de 13% para 10%. A medida decorre dos efeitos da valorização do custo do óleo de soja nos mercados brasileiro e internacional, combinados com a desvalorização cambial da moeda brasileira frente ao dólar, que tem impulsionado as exportações de soja e também encarecido o valor do biodiesel produzido nacionalmente. Nesse sentido, o CNPE entendeu ser adequada a redução do teor de biodiesel a fim de evitar o incremento excessivo no preço final do diesel ao consumidor final. **b. Investimentos no projeto Ômega Green através da controlada BSBIOS Paraguay -** Em janeiro de 2022, o projeto Ômega Green, que refere-se a biorrefinaria que está sendo construída no Paraguai, por meio da controlada BSBIOS Paraguay, o qual será a primeira planta de biocombustíveis avançados (HVO e SPK) do Hemisfério Sul, teve seus memorandos de entendimento assinados por dois acionistas: a Copetrol, grupo empresarial líder da área de distribuição de combustíveis paraguaia e o Cobra, grupo espanhol que será responsável por construir a obra da biorrefinaria. Ambos, Copetrol e Cobra passarão a possuir participação societária na controlada localizada no Paraguai, sendo ambas participações minoritárias, sendo que o controle será ainda da Companhia. A estruturação da negociação foi conduzida por assessores financeiros. Representando a BSBIOS, estão o Banco Barclays, o Banco Santander, o Banco UBSBB, Eng. Luiz Miguel Fernandes e a Martinelli Atria. **c. Fim dos leilões de biodiesel -** Os leilões públicos de biodiesel tiveram seu fim sacramentado pela Resolução 14/2020 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) que estabeleceu a data de 01 de janeiro de 2022 como o prazo para a implementação de um novo modelo de comercialização. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) publicou no Diário Oficial da União em 29 de outubro de 2021, a resolução ANP 857 que dispõe sobre as regras de comercialização de biodiesel para atendimento a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado com o consumifor final, estabelecido na Lei 1º 13.033 de 24 de setembro de 2014.Em resumo, o novo modelo de comercialização torna os produtores aptos a comercializar biodiesel com distribuidoras pelo regime de contrato de fornecimento ou por meio de transações por mercado a vista (*spot Market*). Os distribuidores de combustíveis deverão comprovar mensalmente, através do Sistema de Movimentação de Produtos - SIMP, aquisição de biodiesel oriunda de produtor detentor do Selo Biocombustível Social em parcela mínima de 80% (oitenta por cento), ou outro percentual definido em Portaria Conjunta dos Ministérios de Minas e Energia e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme o disposto no art. 2º da Resolução CNPE nº 14, de 9 de dezembro de 2020. Ainda em 09 de dezembro de 2021, foi celebrado o Convênio ICMS nº 206, que dispõe sobre a concessão de tratamento tributário diferenciado aos produtores de biodiesel. Tal tratamento é opcional para o produtor de B100 e deve ser formalizado por meio de termo de acordo firmado com a unidade federada em que estiver localizado. Este tratamento diferenciado compreende a destinação do crédito de ICMS extra-apuração que somente pode ser: 1) utilizado para deduzir o imposto, na hipótese em que a apuração resulte em imposto a recolher; 2) ressarcido por refinaria de petróleo, mediante Nota Fiscal Eletrônica para este fim emitida pelo produtor de B100, até o montante do imposto retido em favor da unidade federada de sua localização. Ademais, a Companhia continua acompanhando a legislação no que tange ao novo modelo de comercialização de biodiesel. **d. Aquisição de controlada na Suíça -** A BSBIOS anunciou, em 1º de março de 2022, a aquisição de 100% da fábrica MP Biodiesel localizada em Domdidier, no Cantão de Friburgo, na Suíça. A operação faz parte do planejamento estratégico, que estabelece um plano de investimento em negócios sustentáveis com o objetivo de posicionar a empresa entre as três maiores produtoras de biocombustíveis do mundo. A aquisição da fábrica marca uma nova etapa da inserção da empresa no mercado internacional, com destaque para o mercado Europeu. A empresa tem um faturamento estimado de R$ 45 milhões, é 100% automatizada e tem capacidade anual para produzir 5,6 milhões de litros de biodiesel. Como parte do acordo, os proprietários apoiarão a transição por um período de dois anos.

### Diretoria

**ERASMO CARLOS BATTISTELLA**
CPF: 812.788.960-15 - DIRETOR PRESIDENTE
**CARLOS AUGUSTO REIS MOSTARDEIRO**
CPF: 42.603.570-71 - DIRETOR FINANCEIRO
**CARLOS ROBERTO FERREIRA JUNIOR**
CPF: 137.171.128-30 - DIRETOR DE OPERAÇÕES
**JOSÉ ISAÍAS CARAMATTA DA COSTA**
CPF: 900.121.190-91 - DIRETOR DE BIOCOMBUSTÍVEIS AVANÇADO
**LEANDRO LUIZ ZAT**
CPF: 986.514.800-59 - DIRETOR COMERCIAL
**PAULO HENRIQUE OLIVEIRA** - CONTADOR - CRC-RS 81551

### Conselho de Administração

**ERASMO CARLOS BATTISTELLA** - CPF: 812.788.960-15 - Vice-Presidente do Conselheiro
**FRANCISCO SERGIO TURRA** - CPF: 005.190.810-72 - Presidente do Conselho
**LUIZ FERNANDO SANZOGO GIORGI** - CPF: 064.116.138-77 - Conselheiro
**MARCOS ALEXANDRE CITTOLIN** - CPF: 393.315.040-04 - Conselheiro
**PAULO ROBERTO DE SOUZA** - CPF: 060.586.318-07 - Conselheiro

### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

os Conselheiros, Diretores e Acionistas da
BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.
Passo Fundo – RS

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos da auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Subvenções governamentais e incentivos fiscais

Veja as Notas explicativas 9.7 e 29 às demonstrações financeiras

| Principal assunto de auditoria | Como auditoria endereçou esse assunto |
|---|---|
| Conforme divulgado nas notas explicativas 9.7 e 29, a Companhia possui incentivos fiscais estaduais, referentes ao ICMS, e incentivos fiscais federais referentes a PIS e COFINS, os quais são reconhecidos diretamente nos resultados operacionais. Esses incentivos fiscais são relativos (i) ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundos de créditos presumidos vinculados a programas de Incentivo nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná; (ii) crédito presumido de PIS e COFINS, conforme Lei nº 12.865/2013; (iii) crédito de PIS e COFINS proveniente do PRONAF, conforme Lei nº 11.116/05 e Decreto nº 5.297/04 e; (iv) reconhecimento de créditos de descarbonização – CBIOS. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram reconhecidos os montantes de R$ 347.729 mil e R$ 329.934 mil referentes a incentivos estaduais e federais, respectivamente, nos resultados consolidados da Companhia. Nesse contexto, consideramos essa uma área de foco da nossa auditoria das demonstrações, em função da relevância dos valores dos benefícios fiscais, quando comparado com o resultado das operações, e pela necessidade de que a Administração exerça julgamentos relevantes na interpretação e aplicação da legislação aplicável a tais incentivos, bem como garanta o adequado cumprimento das condições previstas na referida legislação. | Os procedimentos de auditoria para as subvenções governamentais, incluíram entre outros, com auxílio de especialistas da área de impostos, o entendimento e testes nos cálculos para apuração dos benefícios, a análise da documentação para cumprimento das condições para fruição dos referidos incentivos fiscais, a avaliação dos julgamentos e intepretações desenvolvidos pela administração com relação à legislação aplicável a cada incentivo, bem como a verificação da razoabilidade das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.<br>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores dos incentivos fiscais acima descritos registrados no resultado no contexto das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. |

#### Valorização e apresentação de instrumentos financeiros derivativos

Veja as Notas explicativas 25 e 5(h) às demonstrações financeiras

| Principal assunto de auditoria | Como auditoria endereçou esse assunto |
|---|---|
| A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos advindos de diversos contratos firmados com instituições financeiras e corretoras de valores mobiliários. A Administração mensura o valor justo dos ativos e passivos financeiros, baseado nas informações internas de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado, o que exige que a Administração mantenha controles eficazes na adoção dessas premissas, principalmente na avaliação de risco de exposição de moeda, commodities e crédito e as adequadas divulgações das operações em aberto, valores envolvidos e análise de sensibilidade sobre a variação dos preços de mercado e o possível impacto no resultado. | Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:<br>• Entendimento do processo de identificação, avaliação, designação e valorização dos instrumentos financeiros derivativos;<br>• Confirmação externa de dados contábeis junto às instituições financeiras e corretoras de valores mobiliários;<br>• Entendimento das composições auxiliares, indagação e revisão de contratos futuros de entrega física com preços fixados;<br>• Cálculo independente, com o auxílio de especialistas financeiros, para analisar os saldos contabilizados dos instrumentos financeiros;<br>• Avaliação das políticas contábeis utilizadas pela administração e divulgação nas demonstrações financeiras.<br>Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos que o valor contábil de derivativos a receber e a pagar, bem como as divulgações efetuadas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. |

#### Outros assuntos

**Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** O balanço patrimonial, individual, em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 23 de fevereiro de 2021, sem modificação. Os valores correspondentes relativos à demonstração individual do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

#### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também a Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 22 de março de 2022.

KPMG **KPMG Auditores Independentes**
CRC SP014428/F-7

**Cristiano Jardim Seguecio**
Contador CRC SP244525/O-9 T-RS

ASCOL

# Creditá S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento -

CNPJ: 12.599.971/0001-89 - NIRE: 43300052222

**Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)**

| | Nota | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Ativo | | | |
| Circulante | | **91.143** | 89.891 |
| Disponibilidades | | **330** | 79 |
| Instrumentos financeiros | | **90.716** | 89.776 |
| Tít. e val. mobil. e instrum. financ. derivativos | 3 | **48.115** | 38.478 |
| Relações interfinanceiras | | **–** | 2.105 |
| Operações de crédito | 4 | **42.601** | 49.193 |
| Setor privado | | **43.645** | 50.781 |
| Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de créd. | | **(1.044)** | (1.588) |
| Outros ativos | 5 | **97** | 36 |
| Realizável a longo prazo | | **1.667** | 1.769 |
| Operações de crédito | 4 | **547** | 81 |
| Setor Privado | | **549** | 83 |
| Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de créd. | | **(2)** | (2) |
| Outros ativos | 5 | **719** | 1.033 |
| Ativos fiscais correntes e difer. | | **630** | 665 |
| Outros créditos | | **89** | 368 |
| Outros valores e bens | 6 | **105** | 386 |
| Imobilizado de uso | | **296** | 269 |
| Total do ativo | | **92.810** | 91.660 |

| Passivo | Nota | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Circulante | | **54.189** | 23.005 |
| Dep. e demais instrum. financ. | | **51.261** | 20.320 |
| Dep. e rec. de aceites cambiais | 7 | **51.261** | 20.320 |
| Outros passivos | 8 | **2.928** | 2.685 |
| Obrigações fiscais correntes | | **2.030** | 1.744 |
| Outras obrigações | | **898** | 941 |
| Exigível a longo prazo | | **15.659** | 48.988 |
| Dep. e demais instrum. financ. | | **15.659** | 48.988 |
| Dep. e rec. de aceites cambiais | 7 | **15.659** | 48.988 |
| Patrimônio líquido | 10 | **22.962** | 19.667 |
| Capital social | | **22.100** | 8.000 |
| Aumento de capital | | **–** | 5.000 |
| Reservas de lucros | | **862** | 6.667 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | **92.810** | 91.660 |

**Demonstração do resultado (Em milhares de reais)**

| | Nota | 2º Sem. | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|---|
| Rec. da interm. financ. | | **14.934** | **23.498** | 13.575 |
| Oper. de crédito | 11.a | **5383** | **12.857** | 12.745 |
| Rec. de cessão de créd. baixados | | **6.149** | **6.149** | – |
| Res. de oper. com tít. e val. mobiliários | 11.c | **3.402** | **4.492** | 830 |
| Desp. da interm. financeira | | **(8.427)** | **(9.388)** | (1.984) |
| Oper. de captação no mercado | 11.d | **(3.002)** | **(4.484)** | (2.024) |
| Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito | 11.b | **(576)** | **(55)** | 40 |
| Desp. de cessão de oper. de crédito | | **(4.849)** | **(4.849)** | – |
| Result. bruto da interm. financeira | | **6.507** | **14.110** | 11.591 |
| Outras rec. (desp.) operacionais | | **(3.531)** | **(6.884)** | (5.349) |
| Rendas de prest. de serviço | 12 | **145** | **326** | 223 |
| Desp. de pessoal | 13 | **(2.109)** | **(3.988)** | (3.057) |
| Outras despesas administrativas | 14 | **(1.261)** | **(2.478)** | (2.107) |
| Despesas tributárias | 15 | **(372)** | **(767)** | (592) |
| Outras receitas (despesas) oper. | | **66** | **23** | 184 |
| Result. operacional | | **2.976** | **7.226** | 6.242 |
| Imposto de renda e contribuição social | 17 | **(1.149)** | **(2.837)** | (2.218) |
| Imposto de renda e CS correntes | | **(1.443)** | **(2.802)** | (2.078) |
| Imposto de renda e CS diferidos | | **294** | **(35)** | (140) |
| Lucro líq. do sem. exercícios | | **1.827** | **4.389** | 4.024 |

**Demonstração do resultado abrangente (Em milhares de reais)**

| | 2º Sem. | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Lucro líquido do sem./exercícios | **1.827** | **4.389** | 4.024 |
| Outros resultados abrangentes | **–** | **–** | – |
| Result. abrang. do sem./exerc. | **1.827** | **4.389** | 4.024 |

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)**

| | Capital social | | Reservas de lucros | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Capital social | Aumento de capital | Legal | Estatutária | Lucros acumulados | Total |
| Saldos em 31 de dezembro 2019 | 8.000 | – | 531 | 5.962 | – | 14.493 |
| Aumento de capital - AGE 14/12/2020 aprovada em 20/01/2021 | | 5.000 | – | (2.894) | – | 2.106 |
| Lucro líquido do exercício | | | – | – | 4.024 | 4.024 |
| Destinações: | | – | – | – | | |
| Reserva legal | | – | 201 | | (201) | |
| Outras reservas de lucro | | – | – | 2.867 | (2.867) | – |
| Distribuição de juros sobre capital próprio | | | | – | (690) | (690) |
| Distribuição de dividendos | – | – | – | – | (266) | (266) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 8.000 | 5.000 | 732 | 5.935 | – | 19.667 |
| Integr. de capital - aprov. em 20/01/2021 | **5.000** | **(5.000)** | – | – | – | – |
| Aumento de capital - AGE 11.11.2021 | **9.100** | **–** | **(856)** | **(5.808)** | **(2.436)** | **–** |
| Lucro líquido do exercício | **–** | **–** | **–** | **–** | **4.389** | **4.389** |
| Destinações: | | | | | | |
| Reserva legal | **–** | **–** | **219** | **–** | **(219)** | **–** |
| Reserva de lucro | **–** | **–** | **–** | **640** | **(640)** | **–** |
| Distribuição de juros sobre capital próprio | **–** | **–** | **–** | **–** | **(800)** | **(800)** |
| Distribuição de dividendos | **–** | **–** | **–** | **–** | **(294)** | **(294)** |
| Saldos em 31 de dezembro 2021 | **22.100** | **9.100** | **95** | **767** | **–** | **22.962** |
| Mutações do exercício | 14.100 | – | (637) | (5.168) | – | 3.295 |
| Saldos em 30 de junho de 2021 | **13.000** | **–** | **860** | **5.882** | **2.436** | **22.178** |
| Aumento de capital - AGE 11.11.2021 | **9.100** | **–** | **(856)** | **(5.808)** | **(2.436)** | **–** |
| Lucro líquido do semestre | **–** | **–** | **–** | **–** | **1.827** | **1.827** |
| Destinações: | | | | | | |
| Reserva legal | **–** | **–** | **91** | **–** | **(91)** | **–** |
| Outras reservas de lucro | **–** | **–** | **–** | **693** | **(693)** | **–** |
| Distribuição de juros sobre capital próprio | **–** | **–** | **–** | **–** | **(800)** | **(800)** |
| Distribuição de dividendos | **–** | **–** | **–** | **–** | **(243)** | (243) |
| Saldos em 31 de dezembro 2021 | **22.100** | **–** | **95** | **767** | **–** | **22.962** |
| Mutações do semestre | 9.100 | – | (765) | (5.115) | (2.436) | 784 |

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021**
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto operacional:** A Creditá S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Creditá" ou "Financeira"), com sede em Porto Alegre (RS) na Avenida Cristóvão Colombo número 2360, conjunto 501, foi constituída em 21 de julho de 2010 e está autorizada a funcionar por meio de despacho datado de 17 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União em 19 de agosto de 2010, tendo iniciado suas operações no mês de outubro de 2010. A Financeira tem por objeto a realização de operações de crédito e financiamento mediante a aplicação de recursos próprios, intermediação e aplicação de recursos de terceiros. O foco operacional da Financeira é o mercado do agronegócio, direcionado ao atendimento do conglomerado econômico formado pelas empresas e clientes do Grupo Empresarial Ferrarin. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") anunciou uma emergência de saúde global devido a um surto de Coronavírus (COVID-19) originário de Wuhan na China, atentando para os riscos na comunidade internacional, considerada a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia global. A Financeira, nesse cenário tomou as medidas necessárias para proteção dos seus funcionários e auxílio no combate à Covid-19. Entre as medidas adotadas estão: a medição de temperatura de funcionários, disponibilização de máscaras, intensificação na higienização dos ambientes coletivos, além da adoção de trabalhos à distância. A administração avaliou também os principais riscos e impactos contábeis, além das incertezas que poderiam afetar as referidas contabilizações e divulgações expressas nas suas demonstrações financeiras. Na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Financeira não identificou riscos à continuidade de seus negócios, às estimativas e julgamentos contábeis. A administração entende que as demonstrações financeiras da Financeira não apresentam impactos relevantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Sua administração continua com o monitoramento constante e tomando as ações cabíveis em relação ao COVID-19.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis: 2.1. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. As presentes demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 refletem as alterações previstas na Resolução BCB 2/2020 emitida pelo Banco Central do Brasil e Resolução 4.818/2020 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Financeira em 30 de março de 2022. **2.2. Descrição das principais políticas contábeis adotadas:** a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. b) Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são classificados como títulos para negociação, sendo adquiridos com a intenção de serem ativa e frequentemente negociados. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, em atendimento a Circular Bacen nº 3.068/2001. c) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: A classificação das operações de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999 do CMN. As baixas de operações de crédito contra prejuízo ("*write-offs*") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. d) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: Estão demonstrados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos/ encargos decorridos. e) Outros valores e bens: Representado por imóveis incorporados ao ativo da Financeira através de dação em pagamento efetuada por devedores em função da liquidação de seus financiamentos. Seu valor de reconhecimento está limitado entre o menor valor entre laudo de avaliação e o valor contábil do crédito vencido, até 60 dias, no caso de recuperação de créditos lançados a prejuízo. f) Imobilizado de uso: Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Financeira ou exercidos com essa finalidade, inclusive os bens decorrentes de operações que transfiram à Financeira os benefícios, riscos e controles desses bens. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e da provisão para perdas (*impairment*), quando aplicável. A depreciação do imobilizado foi calculada pelo método linear, que considera a vida útil dos bens estimada em sua utilidade econômica. A depreciação é considerada nas seguintes taxas anuais: máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, instalações e sistema de comunicação - 10%; e equipamentos de processamento de dados - 20%. g) Passivos circulante e exigíveis a longo prazo: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro rata" dia, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. h) Imposto de renda e contribuição social: As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social -PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data de balanço e constituídos sobre adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituição. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da efetiva utilização e/ou reversão dos valores sobre os quais foram constituídos. i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e o CPC 25 aprovado pelo BACEN, da seguinte forma: *Ativos contingentes* - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou existam decisões judiciais finais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas. *Passivos contingentes* - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade dos tribunais, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 9. j) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço. k) Resultados recorrentes e não recorrentes: Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades da financeira ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. **3. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** a) Composição da carteira

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Carteira própria - Títulos p/ neg.** | | |
| Cotas de fundos de investimentos | **28.057** | 36.140 |
| **Aplic. em dep. interfinanceiros** | | |
| Aplic. em depósitos interfinanceiros | **313** | 300 |
| **Títulos de renda fixa** | | |
| Cédula de prod. rural financ. - CPRF | **19.744** | 2.038 |
| **Total** | **48.114** | 38.478 |

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM. As aplicações em depósitos interfinanceiros são remuneradas a uma taxa de 100% do CDI. O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é obtido a partir da curva de juros, baseada nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3, e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. Todas as operações de CPRs possuem garantias na modalidade de penhor cedular de grãos (milho, soja) ou garantia de alienação fiduciária. **4. Operações de crédito** a) Composição das operações de crédito

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Empréstimos | **44.194** | 46.401 |
| Financiamentos | **–** | 4.463 |
| | **44.194** | 50.864 |
| Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | **(1.046)** | (1.590) |
| Total | **43.148** | 49.274 |
| Circulante | **43.645** | 50.781 |
| Não circulante | **549** | 83 |

b) Classificação por setor de atividade

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Setor privado: | | |
| Indústria | **–** | 110 |
| Comércio | **–** | 1.186 |
| Outros serviços | **–** | 139 |
| Pessoas físicas | **44.194** | 48.840 |
| Rural | **–** | 589 |
| Total | **44.194** | 50.864 |

c) Composição da carteira de crédito e seus respectivos vencimentos

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Até 60 dias | **1.574** | 1.797 |
| De 61 a 90 dias | **1.265** | 4.101 |
| De 91 a 180 dias | **40.302** | 39.041 |
| De 181 a 360 dias | **170** | 4.811 |
| Acima de 360 dias | **549** | 83 |
| Total a vencer | **43.860** | 49.833 |
| Até 90 dias | **114** | 465 |
| Há mais de 90 dias | **220** | 566 |
| Total vencidas | **334** | 1.031 |
| Total carteira | **44.194** | 50.864 |

d) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Apresentamos abaixo a composição da carteira de operações de crédito nos correspondentes níveis de risco, conforme Resolução nº 2.682/99 do CMN:

| Nível | % | 2021 Cart. | 2021 Prov. | 2020 Cart. | 2020 Prov. |
|---|---|---|---|---|---|
| A | 0,5 | **16.141** | **82** | 15.940 | 80 |
| B | 1 | **6.196** | **62** | 10.506 | 105 |
| C | 3 | **21.356** | **641** | 22.566 | 677 |
| D | 10 | **153** | **16** | 1.227 | 123 |
| E | 30 | **148** | **45** | 28 | 8 |
| F | 50 | **–** | **–** | – | – |
| G | 70 | **–** | **–** | – | – |
| H | 100 | **200** | **200** | 597 | 597 |
| **Total** | | **44.194** | **1.046** | 50.864 | 1.590 |

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Os dados relativos a créditos de liquidação duvidosos baixados a débito de provisão e receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo podem ser sumariados como segue:

| | 2º Sem. | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| Saldo inicial | **636** | **1.590** | 2.007 |
| (Const.) rev. de prov. | **(576)** | **(55)** | (41) |
| Créd. (baix.) rec. prej. | **983** | **(492)** | (376) |
| Saldo final | **1.043** | **1.043** | 1.590 |

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R$ 1.508 (em dezembro de 2020 - R$ 3.476). Em 16 de novembro de 2021 a Financeira efetuou cessão dos créditos já baixados para prejuízo, para a empresa 4F Securitizadora LTDA, sem coobrigação, ou seja, sem direito de regresso. Os saldos contábeis dos créditos cedidos, já inscritos em LP, totalizavam R$ 6.149 e foram cedidos pelo valor de R$ 1.300, gerando uma receita líquida na venda de desses créditos. **5. Outros ativos**

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Imposto a compensar e adiantamentos | **97** | 36 |
| Devedores por compra de bens | **90** | 440 |
| Créditos tributários (nota 17) | **630** | 665 |
| Provisões para outros créditos | **(1)** | (72) |
| | **816** | 1.069 |
| Circulante | **97** | 36 |
| Não circulante | **719** | 1.033 |

O montante de devedores por compra de bens refere-se à alienação de ativos não financeiros mantidos para venda, estando indexado à variação do preço da soja. Inclui provisão para realização desse valor, no montante de R$ 1 (R$ 72 em 31 de dezembro de 2020).. **6. Outros valores e bens**

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Ativos não financ. mantidos para venda | **105** | 386 |
| **Total - não circulante** | **105** | 386 |

Referem-se a ativos não financeiros mantidos para venda compostos por imóveis recebidos em dação de pagamento mantidos para venda, mensurados pelo seu valor de custo ou mercado, deduzido de despesas para comercialização, dos dois o menor. **7. Depósitos e recursos de aceites cambiais:** Referem-se a captações de depósitos e recursos de aceites cambiais. As captações foram pactuadas em média, à taxa de 135% do CDI (158,30% do CDI em 31 de dezembro de 2020). Do montante total apresentado abaixo, R$ 59 referem-se a operações com partes relacionadas (R$ 99 em 31 de dezembro de 2020), conforme Nota 18, e o restante operações realizadas junto ao mercado. Seguem informações sobre os prazos relativos aos vencimentos das operações:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Até 90 dias | **2.093** | 3.995 |
| De 91 a 360 dias | **49.168** | 16.325 |
| Após 360 dias | **15.659** | 48.988 |
| **Total** | **66.920** | 69.308 |
| Circulante | **51.261** | 20.320 |
| Não circulante | **15.659** | 48.988 |

**8. Outros passivos**

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro | **1.693** | 1.493 |
| Impostos e contribuições sobre salários | **129** | 59 |
| Impostos e contribuições a recolher | **198** | 96 |
| Impostos federais e encargos sociais | **9** | 95 |
| Despesas de pessoal (i) | **502** | 574 |
| Credores diversos (ii) | **154** | 102 |
| Dividendos a pagar | **243** | 266 |
| **Total** | **2.928** | 2.685 |

(i) Saldo referente a provisão de férias e respectivos encargos e participações no resultado. (ii) Valores referente a provisão de pagamentos, valores de cobrança caucionada e juros sobre capital próprio a pagar. **9. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2021, a Financeira possui seis demandas classificadas como perda provável, referente a revisão das taxas aplicadas em contratos de operações de crédito. Todos estes contratos já foram baixados para o resultado, motivo pelo qual as perdas nos processos judiciais não acarretarão provisionamentos adicionais dos saldos de operações de crédito. Também possui duas ações trabalhistas com o valor de R$ 200 como perda possivel (R$200 em 31 de dezembro de 2020). **10. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado está representado por 22.100.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de acionistas domiciliados no país. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 11 de novembro de 2021 foi aprovado pela totalidade dos acionistas da Companhia, o aumento do capital social no montante de R$ 22.100 mediante subscrição particular de 9.100.000 (nove milhões e cem mil) de ações ordinárias sem valor nominal, para integralização nesta data, sendo: (i) R$ 2.435 mediante subscrição particular de 2.435.547 (dois milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e quarenta e sete) de ações ordinárias sem valor nominal pela incorporação dos lucros acumulados do primeiro semestre do ano de 2021; (ii) R$ 5.808 mediante subscrição particular de 5.808.039 (cinco milhões, oitocentos e oito mil, trinta e nove) ações ordinárias sem valor nominal, integralizado pela incorporação dos lucros acumulados até o final do exercício de 2020. (iii) R$ 856 mediante subscrição particular de 856.413 (oitocentos e cinquenta mil e quatrocentos e treze) ações ordinárias, sem valor nominal, integralizado pela incorporação das reservas legais acumuladas até o final do exercício de 2020. b) Reservas: · Legal: A Reserva Legal é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. · Estatutária: é constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado após o encerramento do exercício, para: (i) incorporação ao capital social; (ii) retenção; (iii) distribuição de dividendos aos acionistas; ou (iv) compensação de eventuais prejuízos. A presente reserva terá como limite 80% do valor do capital social. c) Dividendos: Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. A Financeira em 31 de dezembro de 2021 optou pela distribuição de Juros Sobre o Capital Próprio para cumprir parte da obrigação estatutária do dividendo mínimo obrigatório. A diferença, no valor de R$ 242.698,00 foi provisionada para pagamento juntamente com as demais destinações que serão definidas em AGO. **11. Receitas e despesas da intermediação financeira:** Apresentamos abaixo a composição das receitas e despesas da intermediação financeira: a) Receitas com operações de crédito

| | 2º Sem. | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Empréstimos | **5.354** | **12.461** | 11.253 |
| Títulos descontados | **–** | **–** | 21 |
| Financiamentos | **–** | **346** | 861 |
| Rec. de créditos em prejuízo | **29** | **50** | 610 |
| **Total receitas c/ oper . de cred.** | **5.383** | **12.857** | 12.745 |

b) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

| | 2º Sem. | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 4.e) | **(576)** | **(55)** | 40 |
| **Total** | **(576)** | **(55)** | 40 |

c) Receitas com títulos e valores mobiliários

| | 2º Sem. | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Títulos e valores mobiliários | **1.263** | **1.737** | 500 |
| Lucros em operações CPR | **2.139** | **2.755** | 330 |
| **Total** | **3.402** | **4.492** | 830 |

d) Operações de empréstimos e repasses

| | 2º Sem. | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Despesas de aceites cambiais/RDB/DPGE | **(3.002)** | **(4.484)** | (2.024) |
| **Total** | **(3.002)** | **(4.484)** | (2.054) |

**12. Receita de prestação de serviços:** O saldo refere-se, substancialmente, a rendas de elaboração de propostas e atualização de cadastro, sendo essa integralmente apropriada ao resultado quando da liberação dos empréstimos.

**CONTINUA >>>**

**Relatório da Administração**

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V. Sas., o Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. O ano de 2021 marca o início da disponibilização de crédito aos clientes da Creditá através do app (Credita Digital), disponível nas versões IOS e ANDROID, proporcionando uma operação 100% digital, desde a abertura do cadastro até a assinatura do instrumento de crédito. A inovação introduzida permitiu que ao final do exercício, a nova modalidade respondesse por aproximadamente 19,90% do saldo total da carteira de crédito. Dentro do processo de inovação do atendimento, colocaremos à disposição de nossos clientes, ainda no primeiro semestre de 2022, nossos produtos para investimento, com destaque para a LCA – Letra de Crédito do Agronegócio, isenta de imposto de renda, além do início da captação através da emissão de CDB – Certificado de Depósito Bancário, ambos com a garantia do FGC. Como destaque, ainda no campo de inovações, lançaremos a "Conta de Pagamentos", acompanhando a tendência dos Bancos digitais, que permitirá que nossos clientes, em uma única conta, realize toda a sua movimentação financeira, desde o recebimento da comercialização de suas safras, ou de seus salários, até o pagamento de todas as suas contas de consumo. Para suportar esse desenvolvimento, a Assembleia Geral já aprovou a duplicação do quadro diretivo, com a implantação de uma diretoria voltada exclusivamente para a área de relacionamento com a cadeia de clientes e fornecedores do agronegócio no estado do Rio Grande do Sul e outra, para administrar os riscos de crédito e liquidez, bem como, para melhorar as ferramentas de gestão da financeira. A Creditá acredita muito na força do produtor rural e, mesmo com a estiagem que assolou as culturas em andamento, continuará direcionando seus negócios, exclusivamente para a cadeia da produção de alimentos, segmento da economia que contribuiu de forma significativa pelo crescimento do PIB em nosso estado, mesmo com os efeitos da pandemia do Corona vírus (COVID-19). A carteira de crédito registrou um crescimento de 20,69% em relação ao exercício anterior. A evolução dos negócios da companhia foi acompanhada pelo aumento das receitas, com incremento de 37,51%, enquanto o Lucro Líquido apresentou resultado 9,06% acima do observado no balanço de 2020.

**A diretoria**

**Demonstração do fluxo de caixa - método indireto (Em milhares de reais)**

| | 2º Sem. | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Fluxo das ativ. operac. | | | |
| Lucro antes do IR e CS | **2.976** | **7.226** | 6.242 |
| Aj para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas ativ operacionais: | | | |
| (Rev)/prov p/ perdas esper. assoc. ao risco de créd. | **576** | **55** | **(40)** |
| Depreciação | **39** | **73** | 49 |
| Var. de ativos e passivos | | | |
| Títulos e valores mobili. | **11.793** | **(9.623)** | (29.423) |
| Operações de crédito | **(17.697)** | **6.670** | (16.941) |
| Relações interfinanceiras | **–** | **2.105** | (2.105) |
| Outros créditos | **34** | **217** | (208) |
| Outros valores e bens | **117** | **281** | 94 |
| Dep. a prazo e recursos de aceites cambiais | **3.589** | **(2.388)** | 42.425 |
| Outras obrigações | **743** | **(597)** | 1.266 |
| Caixa líq. ger. pelas oper. | **2.170** | **4.019** | 1.359 |
| IR e CSl pagos | **(1.443)** | **(2.802)** | (2.078) |
| Caixa líq. ger. pelas (aplic. nas) ativid. operacionais | **727** | **1.217** | (719) |
| Fluxo de caixa das atividades de investim. | | | |
| Aquisição de imobilizado | **(85)** | **(100)** | (153) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investim. | **(85)** | **(100)** | (153) |
| Fluxo de caixa das atividades de financ. | | | |
| Aum. de capit. por subscr. | **–** | **–** | 2.106 |
| Juros s/ capit. próprio pag. | **(800)** | **(800)** | (690) |
| Divid. pagos antecipad. | **–** | **(53)** | (266) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financ. | **(800)** | **(853)** | 1.150 |
| Aum. (Red.) de caixa e equivalentes de caixa | **(158)** | **264** | 278 |
| Caixa e equiv. de caixa no início do sem./exercício | **801** | **379** | 101 |
| Caixa e equiv. de caixa no final do sem./exercício | **643** | **643** | 379 |
| Aumento (Redução) de caixa e equiv. de caixa | **(158)** | **264** | 278 |

CONTINUAÇÃO >>>

**Creditá S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** CNPJ: 12.599.971/0001-89 - NIRE: 43300052222 **Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021**

**13. Despesas de pessoal**

| | 2° Sem. | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Proventos | (1.277) | (2.377) | (1.927) |
| Encargos sociais | (435) | (834) | (541) |
| Benefícios | (199) | (366) | (264) |
| Desp. de honorários | (189) | (342) | (312) |
| Outros | (9) | (69) | (13) |
| **Total** | (2.109) | (3.988) | (3.057) |

**14. Outras despesas administrativas, por natureza**

| | 2° Sem. | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Comunicações | (54) | (101) | (80) |
| Processamento de dados | (338) | (676) | (579) |
| Publicações | (43) | (94) | (48) |
| Despesas de promoções e relações públicas | (24) | (37) | (50) |
| Despesas bancárias | (32) | (65) | (60) |
| Serv. técnicos especializ. | (336) | (653) | (742) |
| Aluguel | (65) | (137) | (129) |
| Viagens | (41) | (68) | (64) |
| Depreciação | (39) | (73) | (49) |
| Transporte | (163) | (309) | (183) |
| Outras despesas administrativas | (126) | (265) | (123) |
| **Total** | (1.261) | (2.478) | (2.107) |

**15. Despesas tributárias**

| | Alíquota | 2° Sem. | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|---|
| PIS | 0,65% | (51) | (105) | (81) |
| COFINS | 4,00% | (314) | (646) | (499) |
| ISS | 5,00% | (7) | (16) | (12) |
| Total | | (372) | (767) | (592) |

**16. Resultado recorrentes e não recorrentes**

| | 2° Sem. | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Result. antes das destinações | 1.827 | 4.389 | 4.024 |
| Eventos não recorrentes – result. de cessão de cart. de créd. | (1.300) | (1.300) | – |
| **Resultado recorrente** | 527 | 3.089 | 4.024 |

**17. Imposto de renda:** a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social na demonstração de resultado

| | 2° Sem. | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 2.976 | 7.226 | 6..242 |
| Imposto de renda à alíquota nominais de 25% | (744) | (1.807) | (1.561) |
| Contribuição social às alíquotas nominais de 15% | (447) | (1.084) | (936) |
| **Imposto calculado com base nas alíq. fiscais vige.** | (1.191) | (2.891) | (2.496) |
| (Ad.) exclusões perman. | (252) | 89 | 419 |
| IR e CS correntes no semestre/exercício | (1.443) | (2.802) | (2.078) |

b) Composição do crédito tributário: O saldo de crédito tributário refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos, reconhecidos de acordo com a legislação fiscal vigente, conforme abaixo:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Diferenças temporárias** | | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 4.d) | 1.043 | 1.590 |
| Outras provisões | 1 | 72 |
| | 1.044 | 1.662 |
| **Base de cálculo p/ IRPJ e CSLL difer.** | | |
| Impostos diferidos - Imposto de renda | 350 | 416 |
| Impostos diferidos - Contribuição social | 280 | 249 |
| | 630 | 665 |

Em 31 de dezembro de 2021, os créditos tributários líquidos apresentaram as seguintes movimentações:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Impostos correntes:** | | |
| IR e contribuição social devidos | (2.802) | (2.078) |
| **Impostos diferidos:** | | |
| Adições/exclusões temporárias | (35) | (140) |
| **Total de IR e CS no exercício** | (2.837) | (2.218) |

**18. Partes relacionadas:** As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750, de 30/06/2009, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. a) Transações com partes relacionadas: Os saldos mantidos com partes relacionadas podem ser demonstrados da seguinte forma:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Passivo** | | |
| Recursos de aceites cambiais | 59 | 99 |
| Depósitos a prazo | – | – |
| **Total** | 59 | 99 |

As captações de recursos com partes relacionadas referem-se a operações firmadas com os administradores da Financeira, e foram contratadas a uma média de 100% do CDI. b) Remuneração dos administradores e benefícios de pós-emprego: Anualmente, em Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração dos membros do conselho de administração e da diretoria do Grupo, visto que não existe remuneração específica para os administradores da Creditá S.A. Crédito, Financiamento e Investimento além daquela deliberada na Assembleia do Grupo. Até 31 de dezembro de 2021, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego e remuneração de administradores. Os honorários da diretoria, deliberados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, totalizam R$ 342 (R$ 312 em 31 de dezembro de 2020). **19. Gestão de riscos:** Os acionistas e administradores da Creditá S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a tomada de decisões estratégicas, inclusive para uma maximização da eficiência no uso do capital para escolha de suas operações. Em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, a Creditá S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento tem aprimorado políticas, sistemas e controles internos, para uma constante mitigação de possíveis riscos e/ou materialização de perdas decorrentes da exposição aos riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional. A Financeira, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais. (I) Risco de crédito - as políticas de gestão de risco de crédito baseiam-se em critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira e níveis de inadimplência. Para proteger a Financeira de perdas decorrentes de operações de crédito foram constituídas provisões para perdas de crédito para cada operação, considerando a classificação do cliente e condição de atraso da operação (Vide Nota 4d). (II) Risco de liquidez - a política de gestão do risco de liquidez visa assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos da Financeira estejam continuamente avaliados. Estabelece ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O frequente acompanhamento visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas. (III) Risco de mercado - o Grupo emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais. (IV) Risco operacional - a Financeira atua na identificação preventiva dos riscos, implementando controles que permitam a melhoria contínua dos processos, a maximização da eficiência no uso do capital e na escolha das oportunidades de negócios. **20. Limite operacional (acordo da Basiléia):** Em 31 de dezembro de 2021, a Financeira encontrava-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. A partir de 1º de outubro de 2013 a Resolução CMN nº 4.193/13 instituiu nova forma de apuração. O Índice de Basiléia em 31 de dezembro de 2021 foi apurado em 27,16% (25,17% em 31 de dezembro de 2020). A Financeira possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 17% para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 3.444/07 e nº 3.490/07 do CMN e demais normativos complementares. Ainda, possui PR suficiente para suportar também a exposição referente ao risco de mercado das operações da carteira de não-negociação, de acordo com a Circular nº 3.365/07 do BACEN e demais normativos pertinentes.

Ronaldo Ferrarin
Sócio Administrador
Joao Edison Lauxen
Diretor Executivo
Tatiana de Souza Press
Contadora CRC-RS082250/O-0

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos
Administradores e acionistas da
**Creditá S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento**
Porto Alegre - RS

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Creditá S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Creditá S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. · Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira. · Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. · Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional. · Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 30 de março de 2022.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-7
Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

fitesa

# Fitesa S.A.

CNPJ: 92.197.250/0001-81 - NIRE: 43 3 0001920 9

**Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)***

**Relatório da Administração: Senhores Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Porto Alegre, 31 de março de 2022

**A Administração**

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | **31/12/21** | **31/12/20** | **31/12/21** | **31/12/20** |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) | 164 | 122 | 415.546 | 489.966 |
| Contas a receber de clientes (Nota 6) | – | – | 1.401.775 | 1.160.607 |
| Estoques (Nota 7) | – | – | 986.379 | 761.048 |
| Impostos a recuperar (Nota 10) | 6.775 | 5.280 | 144.023 | 136.515 |
| Créditos com partes relacionadas (Nota 9) | 12.272 | 28.298 | – | – |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (Nota 9) | 51.959 | 15.846 | – | – |
| Instrumentos financeiros derivativos (Nota 20) | – | – | 3.512 | – |
| Outros créditos | – | 4 | 96.355 | 39.890 |
| **Total do ativo circulante** | **71.170** | **49.550** | **3.047.590** | **2.588.026** |
| Depósitos judiciais (Nota 15) | 561 | 904 | 3.125 | 26.811 |
| Impostos diferidos (Nota 8) | 61.701 | 63.895 | 119.406 | 51.692 |
| Créditos com partes relacionadas (Nota 9) | – | – | 21.749 | 32.780 |
| Impostos a recuperar (Nota 10) | 88.158 | 83.045 | 126.309 | 111.588 |
| Outros créditos | 369 | 394 | 6.168 | 26.402 |
| Investimentos (Nota 11) | 3.615.800 | 3.069.900 | – | – |
| Imobilizado (Nota 12) | 601 | 777 | 4.388.850 | 3.954.041 |
| Intangível (Nota 13) | 268 | 268 | 522.279 | 551.533 |
| **Total do ativo não circulante** | **3.767.458** | **3.219.183** | **5.187.886** | **4.754.847** |
| **Total do ativo** | **3.838.628** | **3.268.733** | **8.235.476** | **7.342.873** |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **Passivo** | **31/12/21** | **31/12/20** | **31/12/21** | **31/12/20** |
| Fornecedores | 44 | 12 | 734.089 | 595.381 |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 14) | 884.531 | 74.678 | 1.663.803 | 701.472 |
| Obrigações trabalhistas | – | – | 252.740 | 142.078 |
| Imposto de renda e contribuição social | 5 | 5.246 | 25.753 | 77.965 |
| Impostos e encargos sociais | 76 | 848 | 85.413 | 55.266 |
| Instrumentos financeiros derivativos (Nota 20) | – | – | – | 4.670 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Nota 19) | – | 125.062 | – | 125.062 |
| Mútuos com partes relacionadas (Nota 9) | – | 5.016 | 70.575 | 47.525 |
| Credores diversos | 107 | 903 | 62.662 | 84.959 |
| Arrendamentos a pagar (Nota 16) | 166 | 149 | 15.460 | 16.233 |
| Benefícios a empregados (Nota 17) | – | – | 1.540 | 1.578 |
| **Total do passivo circulante** | **884.929** | **211.914** | **2.912.035** | **1.852.189** |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 14) | 75.451 | 146.227 | 2.743.252 | 2.867.265 |
| Mútuos com partes relacionadas (Nota 9) | 863.168 | 832.980 | – | – |
| Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 15) | 20 | 1.678 | 9.168 | 13.541 |
| Impostos diferidos (Nota 8) | – | – | 162.660 | 142.109 |
| Credores diversos | – | – | 8.329 | 5.292 |
| Impostos e encargos sociais | – | – | 22.944 | 1.941 |
| Arrendamentos a pagar (Nota 16) | 485 | 651 | 34.424 | 34.504 |
| Benefícios a empregados (Nota 17) | – | – | 41.356 | 42.929 |
| **Total do passivo não circulante** | **939.124** | **981.536** | **3.022.133** | **3.107.581** |
| **Patrimônio líquido (Nota 19)** | | | | |
| Capital social | 713.640 | 653.681 | 713.640 | 653.681 |
| Reservas de capital | 2.252 | 2.252 | 2.252 | 2.252 |
| Reservas de lucros | 127.574 | 384.293 | 127.574 | 384.293 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 1.171.109 | 1.035.057 | 1.171.109 | 1.035.057 |
| **Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores** | **2.014.575** | **2.075.283** | **2.014.575** | **2.075.283** |
| Participação de não controladores | – | – | 286.733 | 307.820 |
| **Total do patrimônio líquido** | **2.014.575** | **2.075.283** | **2.301.308** | **2.383.103** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **3.838.628** | **3.268.733** | **8.235.476** | **7.342.873** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações de resultados
### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/12/21** | **31/12/20** | **31/12/21** | **31/12/20** |
| **Receita líquida de vendas (Nota 23)** | **–** | **–** | **8.073.256** | **5.728.784** |
| Custo dos produtos vendidos (Nota 24) | – | – | (6.357.113) | (4.237.699) |
| **Lucro bruto** | **–** | **–** | **1.716.143** | **1.491.085** |
| **Outras receitas (despesas)** | | | | |
| Despesas com vendas (Nota 24) | – | – | (407.079) | (290.131) |
| Despesas administrativas (Nota 24) | (1.560) | (1.770) | (275.886) | (244.175) |
| Resultado de equivalência patrimonial (Nota 11) | 486.427 | 352.590 | – | – |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | (3.809) | 301.001 | (191.014) | 321.689 |
| **Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos** | **481.058** | **651.821** | **842.164** | **1.278.468** |
| Receitas financeiras (Nota 25) | 113.782 | 102.032 | 552.803 | 724.555 |
| Despesas financeiras (Nota 25) | (182.910) | (395.621) | (815.946) | (1.413.797) |
| **Resultado financeiro** | **(69.128)** | **(293.589)** | **(263.143)** | **(689.242)** |
| **Resultado antes dos impostos** | **411.930** | **358.232** | **579.021** | **589.226** |
| Imposto de renda e contribuição social (Nota 8) | 6.289 | 86.030 | (153.548) | (119.755) |
| **Resultado líquido do exercício** | **418.219** | **444.262** | **425.473** | **469.471** |
| **Resultado atribuível aos:** | | | | |
| Acionistas não controladores | | | 7.254 | 25.209 |
| Acionistas controladores | | | 418.219 | 444.262 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de resultados abrangentes
### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/12/21** | **31/12/20** | **31/12/21** | **31/12/20** |
| **Resultado líquido do exercício** | **418.219** | **444.262** | **425.473** | **469.471** |
| **Outros componentes do resultado abrangente (Nota 11)** | **136.052** | **571.596** | **136.052** | **571.596** |
| Itens que serão posteriormente reclassificados para o resultado | | | | |
| Variação cambial de controladas no exterior | 135.169 | 573.255 | 135.169 | 573.255 |
| Itens que não serão posteriormente reclassificados para o resultado | | | | |
| Ganhos (perdas) atuariais com benefícios a empregados (Nota 17) | 883 | (1.659) | 883 | (1.659) |
| **Total do resultado abrangente do exercício** | **554.271** | **1.015.858** | **561.525** | **1.041.067** |
| **Resultado atribuível aos:** | | | | |
| Acionistas controladores | | | 136.052 | 1.015.858 |
| Acionistas não controladores | | | 425.473 | 25.209 |
| | | | **561.525** | **1.041.067** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

| | Capital social | Reservas de Capital: Subvenção para investimentos | Reservas de lucros: Legal | Reservas de lucros: Investimentos | Ajustes de avaliação patrimonial | Lucro/Prejuízo acumulados | Total | Participação de não controladores | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2020** | **575.674** | **2.252** | **10.429** | **58.114** | **463.462** | **–** | **1.109.931** | **201.728** | **1.311.659** |
| Participação de não controladores | – | – | – | – | – | – | – | 80.883 | 80.883 |
| Integralização de capital | 78.007 | – | – | – | – | – | 78.007 | – | 78.007 |
| Outros resultados abrangentes | – | – | – | – | 571.595 | – | 571.595 | – | 571.595 |
| Resultado líquido do exercício | – | – | – | – | – | 444.262 | 444.262 | 25.209 | 469.471 |
| Destinações do lucro: | | | | | | | | | |
| Reserva legal | – | – | 22.213 | – | – | (22.213) | – | – | – |
| Dividendos propostos | – | – | – | – | – | (105.512) | (105.512) | – | (105.512) |
| Juros sobre o capital próprio | – | – | – | – | – | (23.000) | (23.000) | – | (23.000) |
| Reserva para investimentos | – | – | – | 293.537 | – | (293.537) | – | – | – |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2020** | **653.681** | **2.252** | **32.642** | **351.651** | **1.035.057** | **–** | **2.075.283** | **307.820** | **2.383.103** |
| Ajustes de avaliação patrimonial | – | – | – | – | – | – | – | (8.363) | (8.363) |
| Integralização de capital | 59.959 | – | – | – | – | – | 59.959 | – | 59.959 |
| Outros resultados abrangentes | – | – | – | – | 136.052 | – | 136.052 | – | 136.052 |
| Resultado líquido do exercício | – | – | – | – | – | 418.219 | 418.219 | 7.254 | 425.473 |
| Destinações do lucro: | | | | | | | | | |
| Reserva legal | – | – | 20.911 | – | – | (20.911) | – | – | – |
| Dividendos propostos | – | – | – | (277.630) | – | (397.308) | (674.938) | (19.978) | (694.916) |
| Reserva para investimentos | – | – | – | – | – | – | – | – | – |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **713.640** | **2.252** | **53.553** | **74.021** | **1.171.109** | **–** | **2.014.575** | **286.733** | **2.301.308** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/12/21** | **31/12/20** | **31/12/21** | **31/12/20** |
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | | |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | 411.930 | 358.232 | 579.021 | 589.226 |
| Ajustes para: | | | | |
| Depreciação e amortização | 176 | 168 | 540.005 | 444.387 |
| Variações cambiais e juros de empréstimos e financiamentos, líquidas | 61.499 | 281.755 | 195.833 | 618.059 |
| Efeito do deságio na aquisição de controladas | – | (286.236) | – | (327.219) |
| Resultado na baixa/venda de ativos imobilizados e investimentos | – | – | 3.034 | 5.728 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (486.427) | (352.590) | – | – |
| **Total resultado ajustado** | **(12.822)** | **1.329** | **1.317.893** | **1.330.181** |
| **Variações nos ativos e passivos** | **16.137** | **(43.947)** | **(215.554)** | **(354.427)** |
| Aumento/(diminuição) de estoques | – | – | (194.725) | (138.377) |
| Diminuição de contas a receber e outras contas a receber | 358 | 123 | (236.101) | (271.169) |
| Aumento/(diminuição) contas a pagar e outros fornecedores | 15.400 | (45.809) | 163.917 | 77.192 |
| (Aumento)/diminuição em outros impostos líquidos | 379 | 1.739 | 51.355 | (22.073) |
| **Outras atividades operacionais** | **–** | **–** | **(273.972)** | **(37.590)** |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | – | – | (273.972) | (37.590) |
| **Caixa líquido originado das atividades operacionais** | **3.315** | **(42.618)** | **828.367** | **938.164** |
| Aquisição de imobilizado e intangíveis | – | (183) | (792.127) | (515.727) |
| Recebimento de dividendos e JCP | 15.846 | 20.537 | – | – |
| Aquisição de controladas | – | – | – | (562.225) |
| **Caixa líquido (aplicado nas) originado das atividades de investimento** | **15.846** | **20.354** | **(792.127)** | **(1.077.952)** |
| **Fluxo de caixa de atividades de financiamento** | | | | |
| Aumento de capital social | 59.959 | 78.007 | 59.958 | 110.788 |
| (Pagamentos)/recebimentos empréstimos de mútuo | (16.353) | 24.084 | 11.327 | 66.610 |
| Pagamento de principal de empréstimos | (75.010) | (69.287) | (833.167) | (773.232) |
| Pagamento de juros sobre empréstimos | (7.692) | (10.634) | (140.629) | (108.666) |
| Empréstimos e financiamentos tomados | 800.000 | – | 1.590.187 | 918.147 |
| Pagamento de dividendos | (760.473) | – | (799.391) | – |
| Pagamento de juros sobre capital próprio | (19.550) | – | (19.550) | (3.817) |
| **Caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades de financiamento** | **(19.119)** | **22.170** | **(131.265)** | **209.830** |
| **Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa** | **–** | **–** | **20.605** | **136.531** |
| **Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa** | **42** | **(94)** | **(74.420)** | **206.573** |
| **Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa** | **122** | **216** | **489.966** | **283.393** |
| **Saldo final de caixa e equivalentes de caixa** | **164** | **122** | **415.546** | **489.966** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

**1. Contexto operacional:** A Fitesa S.A. ("Fitesa") é uma holding company, que atua através de suas empresas controladas na produção e comercialização de nãotecidos de polipropileno tipo *spunbond*, *spunmelt*, cardado, laminados, perfurados, filmes, elásticos, *airlaid* e lenços de limpeza e desinfecção (*wipes*) cujas aplicações estão voltadas aos mercados de descartáveis higiênicos (principalmente fraldas descartáveis e absorventes femininos), descartáveis médicos (toucas e aventais cirúrgicos, máscaras e lenços de limpeza e desinfecção) e aplicações industriais (colchões, móveis, calçados, agricultura, embalagens, etc). O escopo geográfico do negócio de nãotecidos é global. No âmbito nacional, mantém unidades produtivas em Cosmópolis, Diadema e Jacareí - SP; e em Gravataí - RS. No exterior, tem plantas em Lima - Peru; San Jose Iturbide - México; nos Estados Unidos da América em Washougal - WA, Green Bay - WI, Simpsonville - SC, High Point - NC e Terre Haute - IN, além de plantas em Nörrkoping - Suécia; Peine - Alemanha; Trezzano Rosa e Sulmona - Itália; Ras Al Khalmah - Emirados Árabes Unidos; Tianjin - China; Rayong - Tailândia; Kerkrade - Holanda; Rétság - Hungria e Pune - Índia. Ao todo, são 23 unidades industriais localizadas em 13 países, cobrindo 4 continentes e nacionalmente presentes em 2 estados. Ainda, como parte de sua estratégia de inovação, conta com 5 centros de pesquisa e desenvolvimento em operação, nas plantas de Simpsonville, Terre Haute, Peine, Sulmona e Tianjin. Para atender o aumento de demanda do mercado de descartáveis higiênicos e descartáveis médicos foram implantadas em 2020 seis novas linhas de produção de nãotecidos, sendo uma na Tailândia, na Alemanha e na Itália, duas no Brasil e uma nos Estados Unidos. Adicionalmente encontra-se em fase de instalação com início de operação previsto para 2022 uma nova linha na planta industrial de Cosmópolis e duas linhas de produção de nãotecidos voltados ao segmento de descartáveis médicos para produção de lenços de limpeza e desinfecção (*wipes*) na planta industrial de Terra Haute, IN nos Estados Unidos. Esse expressivo conjunto de investimentos consolida a participação da Fitesa como importante fornecedor nesses segmentos dessas regiões. As três aquisições realizadas em 2020 pela Fitesa, compostas de sete plantas industriais localizadas Jacareí e Diadema, SP no Brasil; Terra Haute, IN e High Point, NC nos Estados Unidos; Kerkrade, na Holanda, Rétság, na Hungria e Pune, na Índia foram executadas com sucesso e as respectivas operações adquiridas integradas às operações da Fitesa. O conjunto de ativos e a diversidade de tecnologias de produção consolida a Fitesa S.A. como uma das líderes globais no setor. A pandemia causada pela COVID-19 não trouxe efeitos adversos aos negócios nos anos de 2021 e de 2020. No negócio de nãotecidos ocorreu um ligeiro aumento do volume de vendas pelo maior consumo de nãotecido voltado aos segmentos de descartáveis médicos e higiênicos. **2. Relação de entidades controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Fitesa S.A. e das suas controladas diretas e indiretas, a seguir relacionadas:

| | País | Controle direto (%) 31/12/21 | Controle direto (%) 31/12/20 | Controle indireto (%) 31/12/21 | Controle indireto (%) 31/12/20 |
|---|---|---|---|---|---|
| Fitesa Nãotecidos S.A. | Brasil | 99,99 | 99,99 | – | – |
| Fitesa Limited. | Inglaterra | – | – | 100,00 | 100,00 |
| Fitesa Sweden AB. | Suécia | 100,00 | 100,00 | – | – |
| Fitesa Italy Srl. | Itália | – | – | 100,00 | 100,00 |
| Fitesa US LLC | EUA | – | – | 100,00 | 100,00 |
| Fitesa Washougal Inc. | EUA | – | – | 100,00 | 100,00 |
| Fitesa Nonwovens Inc. | EUA | – | – | 100,00 | 100,00 |
| Fitesa Simpsonville Inc. | EUA | – | – | 100,00 | 100,00 |
| Fitesa Germany GmbH | Alemanha | – | – | 89,00 | 89,00 |
| Fitesa China Holdings BV | Holanda | – | – | 100,00 | 100,00 |
| Fitesa (China) Airlaid Company Limited | China | – | – | 100,00 | 100,00 |
| Fitesa (Tianjin) Nonwovens Company Limited | China | – | – | 100,00 | 100,00 |
| Fitesa Mexico Holdings Limited | Inglaterra | – | – | 100,00 | 100,00 |
| FitesaNonwovens Holdings Mexico SA de CV | México | – | – | – | 100,00 |
| FitesaNonwovens Mexico S.A. de CV | México | – | – | 100,00 | 100,00 |
| FitesaNonwovens Services Mexico SA de CV | México | – | – | – | 100,00 |
| Fitesa Peru SAC | Peru | – | – | 100,00 | 100,00 |
| Pantex International SpA | Itália | – | – | 100,00 | 100,00 |
| Pantex Mena FZ LLC | EAU | – | – | 100,00 | 100,00 |
| Pantex Americas LLC | EUA | – | – | 100,00 | 100,00 |
| FitesaCNC Company Limited | Tailândia | 51,00 | 51,00 | – | – |
| FitesaCNC Japan Co Ltd. | Japão | – | – | 51,00 | 51,00 |
| Fitesa High Point Inc | EUA | – | – | 100,00 | 100,00 |
| Fitesa Terre Haute Inc | EUA | – | – | 100,00 | 100,00 |
| Fitesa Film Products LLC | EUA | – | – | 100,00 | 100,00 |
| Fitesa Indiana LLC | EUA | – | – | 100,00 | 100,00 |
| Fitesa Kerkrade B.V. | Holanda | – | – | 100,00 | 100,00 |
| Fitesa Brasil Indústria de Plásticos Ltda. | Brasil | – | – | 100,00 | 100,00 |
| Fitesa Retsag Kft | Hungria | – | – | 100,00 | 100,00 |
| Fitesa Nonwovens Holding S.A. | Espanha | 100,00 | 100,00 | – | – |
| Fitesa Pune Private Limited | India | – | – | 100,00 | – |

**3. Base de Preparação: a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC):** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2022. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras da controladora e de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas são preparadas usando a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma das suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Fitesa S.A.. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das CPC 32 da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas continuamente e os eventuais ajustes decorrentes são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, de forma prospectiva. **i. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa: Nota explicativa 11 - Investimentos: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida. **ii. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas: Nota explicativa 8 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; Nota explicativa 8 - incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro; Nota explicativa 12 - teste de redução ao valor recuperável de ativos fixos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; Nota explicativa 13 - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; Nota explicativa 15 - reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; Nota explicativa 17 - mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais; e Nota explicativa 20 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda. **iii. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui o processo de revisão de todas as mensurações significativas de valor justo. O processo de avaliação contempla a revisão regular de dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, o processo de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 20 - Instrumentos financeiros. **e. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, e numa avaliação preliminar a Administração não identificou impactos relevantes na potencial aplicação dessas normas. i. Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37): As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. ii. Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16): As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos dos CPCs

continua

continuação

informados acima relacionados a: mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento e contabilidade de *hedge*. iii. Outras normas: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas: - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16); - Imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3); - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); - IFRS 17 Contratos de Seguros; - Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); - Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8). **4. Principais políticas contábeis: a. Base de consolidação e investimentos em controladas:** ***(i) Controladas:*** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. ***(ii) Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Fitesa S.A. na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. ***(iii) Combinação de Negócios:*** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. ***(iv) Transações em moeda estrangeira:*** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das Entidades da Companhia pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data do balanço são convertidos para a moeda de apresentação pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. ***(v) Operações no exterior:*** Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente. As demonstrações financeiras de controladas no exterior são convertidas para a moeda funcional da controladora pela taxa de câmbio da data do fechamento, no caso das contas do balanço patrimonial (incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes na aquisição), e pelas taxas médias mensais de câmbio, no caso das contas de resultado. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. ***(vi) Participação de acionistas não controladores:*** A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **b. Instrumentos financeiros: b.1. Ativos e passivos financeiros não derivativos:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. A Companhia e suas controladas baixam um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(i) Ativos financeiros não derivativos:*** A Companhia e suas controladas têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, conforme nota explicativa 20. A Companhia e suas controladas classificam todos seus ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida ou instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. ***(ii) Passivos financeiros não derivativos:*** A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, arrendamentos e outras contas a pagar, conforme nota explicativa 20. Os passivos financeiros foram classificados e mensurados ao custo amortizado. A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecidas no resultado. **b.2. Instrumentos financeiros derivativos:** Certas controladas da Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxas de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações contabilizadas no resultado. **c. Redução ao valor recuperável (*impairment*): i. *Ativos financeiros não derivativos:*** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. **Mensuração das perdas de crédito esperadas*:*** A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual

**Notas explicativas às demonstrações financeiras da Fitesa S.A. *(Em milhares de Reais)***

à perda de crédito esperada para todo o saldo em aberto em risco desses clientes. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: - dificuldades financeiras significativas do devedor; - quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso a partir de mais de 30 dias; - reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; - a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou - o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **ii. *Ativos não financeiros:*** Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base em fluxos de caixa futuros. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. **d. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar, incluindo os encargos financeiros para os empréstimos diretamente vinculados a projeto de construção ou a qualquer outro ativo qualificável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e/ou suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis (divulgadas na nota explicativa 12) e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **e. Intangível:** O ágio *(goodwill)* resultante na aquisição de controlada é apurado e incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Nas demonstrações individuais da controladora, com relação às companhias investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento. Outros ativos intangíveis adquiridos que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear e nas vidas úteis de seus itens, líquido de seus valores residuais estimados, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. Os métodos de amortização, as vidas úteis (divulgadas na nota explicativa 13) e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **f. Estoques:** Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor realizável líquido. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição e transporte. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui custos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação. **g. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento:** No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento, caso o mesmo transfira o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. *Arrendamentos:* No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, é alocada a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. Um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado por remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas. A taxa incremental sobre empréstimos é determinada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; pagamentos variáveis que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; valores que se espera que sejam pagos, de acordo com as garantias de valor residual; e o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o arrendatário estimar exercer a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, por alteraçao de avaliação de exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão ou por existência de um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência e, dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. *Arrendamentos de ativos de baixo valor:* A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, reconhecendo os pagamentos dos mesmos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **i. Benefícios concedidos a empregados:** Os planos de benefícios a empregados são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados. A Companhia e suas controladas reconhecem todos os resultados atuariais decorrentes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes. **j. Receita operacional:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. O IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: i) A identificação do contrato com o cliente; ii) A identificação das obrigações de desempenho; iii) A determinação do preço da transação; iv) A alocação do preço da transação; e v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos, bem como as eliminações de receitas entre partes relacionadas. **k. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos no resultado financeiro. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros e encargos sobre financiamentos. Custos de financiamento que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado e mensurados através do método de juros efetivos. **l. Subvenção governamental:** Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. A Companhia e suas controladas atendem aos requisitos para reconhecimento no resultado. As doações e as subvenções recebidas pelas controladas antes da adoção inicial das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 foram registradas em conta de reserva de capital no patrimônio líquido e serão mantidas até a sua destinação. **m. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. As controladas no exterior estão sujeitas às alíquotas de imposto de renda de acordo com as legislações vigentes em cada país sede. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se na legislação vigente até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**5. Caixa e equivalentes de caixa:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/21 | 31/12/20 | 31/12/21 | 31/12/20 |
| Caixa e saldo em bancos | 164 | 122 | 362.005 | 486.408 |
| Aplicações financeiras | – | – | 53.541 | 3.558 |
| | 164 | 122 | 415.546 | 489.966 |

No consolidado o montante em caixa e bancos contêm os saldos em conta corrente bancária das controladas do exterior nas suas respectivas moedas funcionais, principalmente em Dólar Norte-Americano e Euro, convertidas para a moeda funcional da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e referem-se preponderantemente a aplicações em fundos de investimentos cujo rendimento decorre de uma taxa média próxima a variação integral dos Certificados dos Depósitos Interbancários - CDI. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, risco cambial e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 20.

**6. Contas a receber de clientes:**

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/21 | 31/12/20 |
| Clientes no Brasil | 321.074 | 198.581 |
| Clientes no exterior | 1.095.342 | 977.434 |
| | 1.416.416 | 1.176.015 |
| Perdas esperadas em contas a receber | (14.641) | (15.408) |
| | 1.401.775 | 1.160.607 |

A exposição a riscos do contas a receber está apresentada na nota explicativa 20. A movimentação das perdas esperadas em contas a receberem 2021 era:

| | | | | | Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/20 | Adições | Reversões | Var. cambial | 31/12/21 |
| Perdas esperadas em contas a receber | (15.408) | (7.788) | 8.774 | (219) | (14.641) |
| | (15.408) | (7.788) | 8.774 | (219) | (14.641) |

**7. Estoques:**

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/21 | 31/12/20 |
| Produtos acabados | 345.819 | 264.043 |
| Produtos em elaboração | 12.279 | 8.226 |
| Matérias-primas | 536.173 | 376.814 |
| Almoxarifados de manutenção | 99.966 | 109.507 |
| Sub-produtos e outros | 6.693 | 8.214 |
| Provisão para perda de estoques | (14.551) | (5.756) |
| | 986.379 | 761.048 |

A movimentação da provisão para perda de estoques em 2021 era:

| | | | | Consolidado |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/20 | Adições/Baixas | Variação cambial | 31/12/21 |
| Provisão para perda de estoques | (5.756) | (8.504) | (291) | (14.551) |
| | (5.756) | (8.504) | (291) | (14.551) |

Os estoques encontram-se livres de ônus ou garantias. **8. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Controladas no exterior:** As controladas no exterior estão sujeitas à alíquota de imposto de renda de 30% no México, Peru e Argentina, 30,7% na Alemanha, 21% nos Estados Unidos, 27,9% na Itália, 25% na China, 21,4% na Suécia, 19% na Inglaterra, 25% na Holanda, 20% na Tailândia, 23% no Japão, 9% na Hungria, 22% na Índia e isenta nos Emirados Árabes Unidos, incidindo tais alíquotas sobre os lucros tributáveis, de acordo com as legislações vigentes em cada país sede. Os lucros de controladas no exterior são consolidados e estão sujeitos às regras de tributação em bases universais aplicáveis no Brasil, equalizando as diferenças de alíquotas aplicadas nas diversas geografias onde as controladas estão localizadas. ***a) Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos:*** No consolidado, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte movimentação:

| | | | | | | | Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/20 | Aquisições | Adições | Baixas | Transferências | Ajuste de Conversão | 31/12/21 |
| **Ativo** | | | | | | | |
| Variação cambial | 68.663 | – | 13.605 | – | (4.200) | – | 78.068 |
| Provisão para perdas com derivativos | – | – | – | (1.768) | (1.400) | 75 | (3.093) |
| Prejuízo fiscal e base negativa | 35.696 | – | 4.885 | (19.531) | 9.472 | 396 | 30.918 |
| Outras diferenças temporárias | 30.750 | 2.205 | 15.575 | (4.661) | (6.724) | 219 | 37.364 |
| | 135.109 | 2.205 | 34.065 | (25.960) | (2.852) | 690 | 143.257 |

continua

continuação

**Notas explicativas às demonstrações financeiras da Fitesa S.A.** ***(Em milhares de Reais)***

| | 31/12/20 | Aquisições | Adições | Baixas | Transferências | Ajuste de Conversão | Consolidado 31/12/21 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Passivo** | | | | | | | |
| Variação cambial | 453 | – | (2.692) | – | 48 | (42) | (2.233) |
| Outras diferenças temporárias | 3.660 | – | (2.362) | 24 | (4.124) | 92 | (2.710) |
| Valor justo de controladas | (134.889) | (10.169) | (35.065) | 8.335 | 9.886 | (2.139) | (164.041) |
| Depreciação (diferença de taxa) | (94.750) | – | – | 82.093 | (383) | (4.486) | (17.526) |
| | (225.526) | (10.169) | (40.119) | 90.452 | 5.427 | (6.575) | (186.511) |
| **Imposto diferido passivo líquido** | **(90.417)** | | | | | | **(43.254)** |
| Ativo | 51.692 | | | | | | 119.406 |
| Passivo | (142.109) | | | | | | (162.660) |
| | (90.417) | | | | | | (43.254) |

| | Controladora 31/12/20 | Adições | Baixas | Ajuste de Conversão | 31/12/21 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo:** | | | | | |
| Variação cambial | 64.463 | 3.790 | – | – | 68.253 |
| Prejuízo Fiscal e base negativa | 4.208 | – | (4.208) | – | – |
| | 68.671 | 3.790 | (4.208) | – | 68.253 |
| **Passivo:** | | | | | |
| Valor justo de controladas | (4.776) | (1.743) | – | (33) | (6.552) |
| | (4.776) | (1.743) | – | (33) | (6.552) |
| Imposto diferido ativo líquido | 63.895 | | | | 61.701 |

A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa serão, respectivamente, realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem e na geração de lucros tributáveis futuros, as quais foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício, as quais estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões. A projeção da Administração para realização dos ativos fiscais diferidos é apresentada abaixo:

| | Consolidado 31/12/21 |
|---|---|
| 2022 | 43.908 |
| 2023 | 16.750 |
| 2024 | 5.492 |
| 2025 | 4.389 |
| Após 2025 | 72.718 |
| | 143.257 |

***b) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos:*** Além dos ativos fiscais diferidos registrados conforme item (a) acima, determinadas controladas possuem em seus registros fiscais o montante de R$ 40.475 de base de prejuízos fiscais de imposto de renda a serem compensados com lucros tributários futuros ou reconhecidos na medida em que forem atendidas as condições para tal reconhecimento, em conformidade com o CPC 32 e normas internacionais (IAS 12). ***c) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social:*** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

| | Controladora 31/12/21 | 31/12/20 | Consolidado 31/12/21 | 31/12/20 |
|---|---|---|---|---|
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | 411.930 | 358.232 | 579.021 | 589.226 |
| Incentivos fiscais ICMS | – | – | (21.920) | (16.203) |
| Base de cálculo | 411.930 | 358.232 | 557.101 | 573.023 |
| Alíquotas fiscais aplicáveis | (140.056) | (121.799) | (155.802) | (113.325) |
| Equivalência patrimonial | 165.385 | 119.880 | – | – |
| Juros sobre capital próprio | (4.656) | 9.848 | – | 7.819 |
| Diferença Alíquota Empresas do Exterior | (7.934) | (18.762) | (7.934) | (18.762) |
| Outras adições e exclusões permanentes, líquidas | (6.450) | 96.863 | 10.188 | 4.513 |
| | 146.345 | 207.829 | 2.254 | (6.430) |
| Efeito do imposto de renda e contribuição social no resultado | **6.289** | **86.030** | **(153.548)** | **(119.755)** |
| Corrente | 8.442 | 39.962 | (211.986) | (65.455) |
| Diferido | (2.153) | 46.068 | 58.438 | (54.300) |

**9. Partes relacionadas:** A controladora da Companhia é a Évora S.A. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, assim como as transações que influenciaram o resultado desses exercícios, relativos a operações com partes relacionadas foram realizadas em condições específicas acordadas entre as partes e levam em consideração os volumes das operações e a periodicidade das transações dadas suas características. Tais transações não são comparáveis às transações realizadas com terceiros não relacionados.

| **Controladora** Empresas | Dividendos e juros s/capital próprio a receber | Avais e contas a receber de curto prazo | Dividendos e juros s/capital próprio a pagar | Avais e mútuos de curto prazo | Avais e Mútuos de longo prazo | Receitas/ (despesas) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Fitesa Peru S.A.C. | – | – | – | – | 90.028 | (4.001) |
| Fitesa Nãotecidos S.A. | 51.959 | 11.706 | – | – | 230.221 | (10.108) |
| Fitesa Sweden AB | – | – | – | – | 537.312 | (17.717) |
| Évora S.A. | – | 482 | – | – | 5.607 | (5.098) |
| FitesaCNC Co Ltd | – | 84 | – | – | – | – |
| 31/12/21 | 51.959 | 12.272 | – | – | 863.168 | (36.924) |
| 31/12/20 | 15.846 | 28.298 | 125.062 | 5.016 | 832.980 | (185.814) |

Os saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a receber referem-se à distribuição de resultados declaradas e ainda não pagas de controladas. Os créditos de longo prazo referem-se a avais recebidos da controladora decorrentes de captação de empréstimos e financiamentos no mercado financeiro. Os montantes das transações comerciais entre partes relacionadas são inexpressivos quando comparados aos totais transacionados pelas investidas com terceiros, motivo pelo qual não estão sendo apresentados.

| **Consolidado** Empresas | Mútuos de longo prazo | Contas a pagar e avais de curto prazo | Receitas/(despesas) |
|---|---|---|---|
| Évora S.A. | 21.749 | 70.575 | (51.205) |
| 31/12/21 | 21.749 | 70.575 | (51.205) |
| 31/12/20 | 32.780 | 47.525 | (48.728) |

**10. Impostos a recuperar:** Os impostos a recuperar referem-se a créditos decorrentes das operações da Companhia e suas controladas, e estão descritos conforme abaixo:

| | Controladora 31/12/21 Circulante | Não Circulante | 31/12/20 Circulante | Não Circulante |
|---|---|---|---|---|
| PIS e COFINS | – | 2.741 | 255 | 7.342 |
| ISSQN | – | – | 204 | – |
| IRPJ e CSLL | 6.775 | 85.417 | 4.821 | 75.703 |
| | 6.775 | 88.158 | 5.280 | 83.045 |

| | Consolidado 31/12/21 Circulante | Não Circulante | 31/12/20 Circulante | Não Circulante |
|---|---|---|---|---|
| PIS e COFINS | 32.627 | 5.809 | 31.414 | 30.540 |
| ICMS | 6.952 | 32.688 | 30.733 | 2.675 |
| IPI | 4.347 | 1.797 | 4.840 | 1.794 |
| IRPJ e CSLL | 57.326 | 86.015 | 48.972 | 75.794 |
| VAT - Alemanha, China, Suécia e Tailândia | 13.543 | – | 8.969 | – |
| IVA - Itália, México, Holanda e Hungria | 15.660 | – | 7.239 | – |
| IGV Peru | 10.780 | – | 544 | – |
| Outros | 2.788 | – | 3.804 | 785 |
| | 144.023 | 126.309 | 136.515 | 111.588 |

Os saldos de PIS/COFINS, ICMS, VAT, IVA e IGV são, substancialmente, compostos por créditos tributários apurados nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, decorrentes dos recentes investimentos e ampliações das capacidades instaladas nas plantas dessas localidades, e também gerados nas operações das plantas principalmente decorrentes de exportação, que serão realizados no curso usual dos negócios, além de créditos oriundos de processos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, transitado em julgado com a decisão favorável às empresas controladas. O saldo de imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é composto por créditos tributários reconhecidos e de retenções na fonte de imposto de renda sobre aplicações financeiras, os quais são atualizados pela taxa Selic e serão realizados no curso usual dos negócios ou através de pedidos de ressarcimento. Adicionalmente compõe o saldo de IRPJ e CSLL os valores pagos antecipadamente e que serão recuperados posteriormente, e créditos de impostos pagos pelas controladas no exterior.

**11. Investimentos:**

| **Principais informações** | Capital Social | Patrimônio líquido ajustado | Ações ou cotas possuídas | Percentual de participação | Total do ativo | Total do passivo | Total das receitas líquidas | Resultado do exercício |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Fitesa Nãotecidos S.A. | 223.594 | 420.445 | 223.514.195 | 99,99 | 1.970.833 | 1.548.897 | 1.595.362 | 192.841 |
| Fitesa Sweden AB. | 1.334.655 | 2.904.330 | 178.648 | 100,00 | 6.353.987 | 3.519.517 | 6.315.740 | 285.553 |
| FitesaCNC Company Limited | 403.180 | 290.902 | 91.071.429 | 51,00 | 842.393 | 327.870 | 428.145 | 8.286 |
| Fitesa Nonwovens Holding S.A. | 379 | 123 | 60.000 | 100,00 | 169 | 46 | – | (253) |
| **Total** | | **3.615.800** | | | | | | **486.427** |

Os percentuais de participação nas controladas estão apresentados na nota explicativa 2.

**Movimentação dos investimentos em controladas**

| | Saldo em 31/12/20 | Aquisição | Juros sobre capital próprio/ dividendos | Aumento de capital | Ajustes de avaliação patrimonial | Resultado de equivalência patrimonial | Ajuste mais-valia | Total em 31/12/21 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Fitesa Nãotecidos S.A. | 281.583 | – | (54.013) | 143 | (109) | 192.841 | – | 420.445 |
| Fitesa Sweden AB. | 2.475.230 | – | – | – | 146.278 | 285.553 | (2.731) | 2.904.330 |
| FitesaCNC Company Limited | 312.698 | – | (19.978) | – | (10.104) | 8.286 | – | 290.902 |
| Fitesa Nonwovens Holding S.A. | 389 | – | – | – | (13) | (253) | – | 123 |
| Total em 2021 | 3.069.900 | – | (73.991) | 143 | 136.052 | 486.427 | (2.731) | 3.615.800 |
| Total em 2020 | 1.886.533 | 389 | (29.230) | – | 571.594 | 352.590 | 288.024 | 3.069.900 |

**12. Imobilizado:**

**Composição dos saldos**

| | Custo | Depreciação acumulada | Consolidado 31/12/21 Líquido | 31/12/20 Líquido | Taxas médias anuais de depreciação % |
|---|---|---|---|---|---|
| Terrenos | 136.159 | – | 136.159 | 128.923 | 0,00% |
| Prédios | 1.957.018 | (782.787) | 1.174.231 | 1.140.187 | 2,50% |
| Máquinas e equipamentos | 7.589.108 | (5.358.164) | 2.230.944 | 2.313.321 | 10,00% |
| Instalações | 204.752 | (126.391) | 78.361 | 70.005 | 10,00% |
| Móveis e utensílios | 51.649 | (39.535) | 12.114 | 13.511 | 20,00% |
| Veículos | 6.205 | (4.850) | 1.355 | 748 | 25,00% |
| Sistemas e equipamentos de computação | 72.889 | (50.555) | 22.334 | 17.415 | 33,33% |
| Imobilizações em andamento | 668.214 | – | 668.214 | 204.928 | 0,00% |
| Outros | 47.477 | (38.667) | 8.810 | 6.321 | 10,00% |
| Imobilizado | **10.733.471** | **(6.400.949)** | **4.332.522** | **3.895.359** | |
| Direito de uso - arrendamentos | 117.249 | (60.921) | 56.328 | 58.682 | 14,95% |
| Total | **10.850.720** | **(6.461.870)** | **4.388.850** | **3.954.041** | |

As imobilizações em andamento referem-se preponderantemente a projetos de expansão das unidades fabris da Companhia, descritos na nota explicativa 1. Os direitos de uso referem-se preponderantemente a imóveis e terrenos. A coluna ajuste de conversão refere-se à variação cambial dos saldos iniciais de abertura do imobilizado de controladas no exterior.

**Movimentação do imobilizado**

| | Saldo em 31/12/20 | Aquisições | Adições | Baixas | Transferências | Ajuste de conversão | Depreciação | Consolidado Total em 31/12/21 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Terrenos | 128.923 | – | 10.919 | – | (6.976) | 3.293 | – | 136.159 |
| Prédios | 1.140.184 | – | 19.829 | (150) | 33.921 | 40.816 | (60.369) | 1.174.231 |
| Máquinas e equipamentos | 2.313.321 | – | 66.835 | (2.119) | 208.706 | 49.892 | (405.691) | 2.230.944 |
| Instalações | 70.005 | – | 8.010 | 2 | 7.358 | 516 | (7.530) | 78.361 |
| Móveis e utensílios | 13.511 | – | 933 | (212) | 1.473 | (109) | (3.482) | 12.114 |
| Veículos | 750 | – | 526 | (356) | 664 | 72 | (301) | 1.355 |
| Sistemas e equipamentos de computação | 17.415 | – | 2.166 | (89) | 7.512 | 812 | (5.482) | 22.334 |
| Imobilizações em andamento | 204.929 | – | 691.735 | (92) | (246.228) | 17.870 | – | 668.214 |
| Outros | 6.322 | – | 3.326 | (47) | 3.705 | 429 | (4.925) | 8.810 |
| **Imobilizado** | **3.895.360** | **–** | **804.279** | **(3.063)** | **10.135** | **113.591** | **(487.780)** | **4.332.522** |
| Direito de uso - arrendamentos | 58.681 | – | 9.332 | – | – | (385) | (11.300) | 56.328 |
| **Total em 2021** | **3.954.041** | **–** | **813.611** | **(3.063)** | **10.135** | **113.206** | **(499.080)** | **4.388.850** |
| Total em 2020 | 2.569.151 | 644.908 | 504.154 | (3.821) | (68) | 655.880 | (416.164) | 3.954.041 |

**Direitos de uso - arrendamentos:** A Companhia reconheceu os valores no Ativo (Direito de uso) conforme demonstrado abaixo:

| | Terrenos | Imóveis | Consolidado Outros | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2020** | **24.331** | **25.525** | **8.824** | **58.680** |
| Adições | – | 3.631 | 5.702 | 9.333 |
| Depreciação | (1.449) | (3.477) | (6.375) | (11.301) |
| Ajuste de Conversão | (533) | 376 | (227) | (384) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **22.349** | **26.055** | **7.924** | **56.328** |

**Provisão para redução do valor recuperável:** Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia e suas controladas não identificaram indicadores de que os ativos pudessem estar acima do valor recuperável.

**13. Intangível:**

**Composição dos saldos**

| | Custo | Amortização acumulada | Consolidado 31/12/21 Líquido | 31/12/20 Líquido | Taxa |
|---|---|---|---|---|---|
| Carteira de clientes | 288.851 | (71.268) | 217.583 | 232.945 | 7,38% |
| Intangíveis identificados | 22.610 | (17.591) | 5.019 | 5.222 | 20,00% |
| Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura | 172.418 | – | 172.418 | 179.320 | |
| Licença de Tecnologia | 99.051 | (29.131) | 69.920 | 75.566 | 6,44% |
| Software | 129.420 | (72.081) | 57.339 | 58.480 | 50,00% |
| | 712.350 | (190.071) | 522.279 | 551.533 | |

**Movimentação do intangível:**

| | Saldo em 31/12/20 | Aquisições | Adições | Baixas | Transferências | Variação cambial | Amortização | Consolidado Total em 31/12/21 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Carteira de clientes | 232.945 | – | 1.387 | – | 19 | 2.514 | (19.282) | 217.583 |
| Intangíveis identificados | 5.222 | – | 789 | – | (31) | (50) | (911) | 5.019 |
| Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura | 179.320 | – | 1.561 | – | – | (8.463) | – | 172.418 |
| Licença de Tecnologia | 75.566 | – | – | – | – | 760 | (6.406) | 69.920 |
| Software | 58.480 | – | 12.984 | 29 | (2.874) | 3.045 | (14.325) | 57.339 |
| Total em 2021 | 551.533 | – | 16.721 | 29 | (2.886) | (2.194) | (40.924) | 522.279 |
| Total em 2020 | 324.464 | 126.770 | 13.996 | (1.906) | 68 | 116.364 | (28.223) | 551.533 |

Os intangíveis correspondem aos ativos identificados, carteira de clientes, avaliados a valor justo na data de aquisição, decorrentes das aquisições de controladas, além da aquisição de softwares. A amortização destes intangíveis está sendo registrada nas contas de amortização em prazos que variam de 5 a 20 anos. O ágio *(goodwill)* decorrente da aquisição de controladas estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura e resultou da determinação e alocação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, de acordo com a metodologia de fluxo de caixa descontado, na medida de sua colaboração na formação das receitas futuras das empresas adquiridas. A coluna ajuste de conversão refere-se à variação cambial dos saldos iniciais de abertura dos intangíveis de controladas no exterior. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não identificou indicadores de que os ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida pudessem estar acima do valor recuperável.

**14. Empréstimos e financiamentos:**

| | Taxa de Contrato | Circulante | Controladora 31/12/21 Não Circulante | 31/12/20 Circulante | Não Circulante |
|---|---|---|---|---|---|
| Em moeda nacional | | | | | |
| Capital de giro | 109% de CDI | 808.147 | – | – | – |
| Em moeda estrangeira | | | | | |
| Capital de giro | Libor + 3,73% a.a. | 37.961 | 37.668 | 35.605 | 70.051 |
| Capital de giro | 2,52% a.a. | 38.423 | 37.783 | 39.073 | 76.176 |
| | | **884.531** | **75.451** | **74.678** | **146.227** |

| | Taxa de Contrato | Consolidado 31/12/21 Circulante | Não Circulante | 31/12/20 Circulante | Não Circulante |
|---|---|---|---|---|---|
| Em moeda nacional | | | | | |
| Capital de giro | 109% de CDI | 808.147 | – | – | – |
| Capital de giro | IPCA + 1,50% a.a. | – | – | 1.186 | 17.600 |
| | | 808.147 | – | 1.186 | 17.600 |
| Em moeda estrangeira | | | | | |
| Ativo permanente | Euribor + 0,95% a.a. - EUR | 22.592 | 43.446 | 22.345 | 67.089 |
| Capital de giro | Libor + 2,35 a 4,25% a.a. - USD | 112.141 | 154.302 | 80.385 | 162.316 |
| Capital de giro | 3,10% a 4,95% a.a. - EUR | 46.707 | 187.336 | 124.400 | 180.039 |
| Capital de giro | Euribor + 4,00% a.a. - EUR | 46.918 | 70.163 | 170 | 117.991 |
| Ativo permanente | 1,96% a.a. - USD | 7.950 | 162.173 | – | – |
| Capital de giro | Libor + 3,73% a.a. - USD | 37.961 | 37.668 | 35.605 | 70.051 |
| Capital de giro | 2,52% a.a. - EUR | 38.423 | 37.783 | 39.073 | 76.176 |
| Capital de giro | Euribor + 1,85% a.a. - EUR | 2.909 | – | – | – |
| Capital de giro | Libor + 1,85% a.a. - USD | 2.555 | – | – | – |
| Capital de giro | 0,8% a.a. - EUR | – | – | 20.544 | 2.910 |
| Ativo permanente | 4,11% a.a. - EUR | – | – | 1.574 | 413.257 |
| Capital de giro | 3,75% a.a. a 3,9% a.a. - USD | – | – | 6.590 | 148.232 |
| Ativo permanente | 4,35% a.a. - EUR | 33.178 | 378.469 | – | – |
| Capital de giro | 2,99% a.a. a 4,95% a.a. - EUR | 84.116 | 498.977 | 73.958 | 503.648 |
| Ativo permanente | Libor + 0,85% a Libor + 1,80% - USD | 64.247 | 153.922 | – | – |
| Capital de giro | Libor + 2,99% a Libor + 4,80% - USD | 159.672 | 310.264 | 108.957 | 434.301 |
| Ativo permanente | Libor + 3,4% a Libor + 5,35% - USD | – | – | 68.358 | 210.460 |
| Ativo permanente | Euribor + 0,55% a Euribor + 3,23% - EUR | 127.593 | 312.833 | 118.299 | 295.276 |
| Ativo permanente | 3,00% a.a. a 3,90% a.a. - USD | 15.226 | 187.124 | – | – |
| Capital de giro | 0,00% a.a. a 2,98% a.a. - EUR | 31.605 | – | – | – |
| Ativo permanente | MLR (THAI) + -2,07% a.a. - THB | 21.863 | 208.792 | 28 | 167.919 |
| | | 855.656 | 2.743.252 | 700.286 | 2.849.665 |
| | | 1.663.803 | 2.743.252 | 701.472 | 2.867.265 |

Os montantes a vencer a longo prazo têm o seguinte cronograma de desembolso:

| Ano | Controladora 31/12/21 | 31/12/20 | Consolidado 31/12/21 | 31/12/20 |
|---|---|---|---|---|
| 2021 | – | 74.678 | – | 701.472 |
| 2022 | 884.531 | 73.345 | 1.663.803 | 845.898 |
| 2023 | 75.451 | 72.882 | 926.033 | 838.804 |
| 2024 | – | – | 721.929 | 575.542 |
| 2025 | – | – | 528.895 | 324.816 |
| Após 2025 | – | – | 566.395 | 282.205 |
| | 959.982 | 220.905 | 4.407.055 | 3.568.737 |

Aos empréstimos e financiamentos foram concedidas as seguintes garantias:

| | Controladora 31/12/21 | 31/12/20 | Consolidado 31/12/21 | 31/12/20 |
|---|---|---|---|---|
| Hipoteca de imóveis | – | – | 250.718 | 258.006 |
| Alienação fiduciária de bens | – | – | 461.479 | 585.176 |
| Aval de empresas ligadas | 959.982 | 220.905 | 3.688.993 | 3.227.184 |
| Notas promissórias | – | – | 1.367.366 | 1.611.476 |
| Colateral | 808.147 | – | 808.147 | – |

continua

continuação

**Notas explicativas às demonstrações financeiras da Fitesa S.A.** ***(Em milhares de Reais)***

Os financiamentos de ativo permanente destinam-se, basicamente, a aquisição de novas linhas de nãotecidos e outros equipamentos obtidos junto aos bancos HSBC, Commerzbank, Banco Europeu de Investimento e Bangkok Bank Public Company Limited, com taxas de juros informadas acima. As linhas obtidas junto aos bancos HSBC e Commerzbank têm seguro internacional junto às instituições financeiras Euler Hermes Kreditversicherrungs AG e Servizi Assicurativi del Commercio Estero (SACE). **Cláusulas contratuais:** ***covenants:*** Alguns contratos de financiamentos de controladas, cujos saldos totalizam em 31 de dezembro de 2021 R$ 2.843.819, possuem cláusulas que determinam níveis máximos de endividamento (dívida financeira líquida/Ebitda), cobertura do serviço da dívida (Ebitda/serviço da dívida) e cobertura de despesas financeiras (Ebitda/despesa financeira líquida) para o final do exercício. Do saldo anteriormente indicado dos financiamentos de controladas que possuem *covenants*, penalizam o descumprimento dos *covenants* com a proibição de pagamento de dividendos e/ou redução de capital. Todos os *covenants* estão sendo cumpridos e não há nenhum evento de *default* em 31 de dezembro de 2021. **15. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | Não Circulante | | Não Circulante | |
| **Natureza** | **31/12/21** | **31/12/20** | **31/12/21** | **31/12/20** |
| Provisões para riscos | | | | |
| Processos trabalhistas e outros | 20 | 1.544 | 9.168 | 13.407 |
| Processos fiscais | – | 134 | – | 134 |
| Total | 20 | 1.678 | 9.168 | 13.541 |

**a. Provisão para riscos:** A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão para passivos tributários e trabalhistas, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso. **b. Perdas possíveis:** Em relação aos processos classificados pelos advogados da Companhia como "perdas possíveis", os mesmos igualmente referem-se a processos fiscais e trabalhistas. Os processos fiscais referem-se à discussões administrativas sobre compensação de créditos de PIS/COFINS, totalizando R$ 2.513. Outros processos que totalizam R$ 2.203 são relativos principalmente a horas extras, adicional de periculosidade, reconhecimento de relação de emprego e férias. Em relação a tais casos, considerando o estágio em que se encontram e a avaliação dos riscos como possíveis, não foram constituídas provisões para perdas. **c. Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais realizados no decorrer de 2020 referem-se ao andamento das ações da Companhia que visava a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS que foi deferido no ano de 2021.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **Natureza** | **31/12/21** | **31/12/20** | **31/12/21** | **31/12/20** |
| Processos trabalhistas e outros | 561 | 903 | 1.907 | 2.098 |
| Processos fiscais | – | 1 | 1.218 | 24.713 |
| Não circulante | 561 | 904 | 3.125 | 26.811 |

**16. Arrendamentos a pagar:** Em 31 de dezembro de 2021, os saldos do passivo de arrendamento dos contratos de aluguel referentes a terrenos, imóveis, máquinas e equipamentos são:

| | Consolidado |
|---|---|
| | **Total** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2020** | **50.737** |
| Adições | 8.998 |
| Juros Apropriados | (1.165) |
| Pagamento de aluguel | (8.622) |
| Ajuste de Conversão | (64) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **49.884** |
| Circulante | 15.460 |
| Não Circulante | 34.424 |

Em 2020 o saldo do passivo circulante correspondia a R$ 16.233 e o passivo não circulante correspondia a R$ 34.504. As taxas de desconto adotadas pela Companhia e suas controladas levam em conta as taxas aplicáveis nos países onde as controladas estão sediadas e variam de 1,1% a 11%, dependendo do país onde os ativos estão localizados. A Companhia e suas controladas não atuam como arrendadoras em nenhum contrato de aluguel. **17. Benefícios a empregados:** A Companhia possui planos de benefício pós-emprego para empregados qualificados em suas investidas dos Estados Unidos, Alemanha, Itália, México e Tailândia, cujas obrigações atuariais estão avaliadas a valor presente, conforme demonstrado abaixo:

| | | Consolidado | |
|---|---|---|---|
| **País** | **Descrição dos planos** | **31/12/21** | **31/12/20** |
| Alemanha | Prêmio por tempo de serviço | 831 | 848 |
| Alemanha | Plano de aposentadoria | 20.759 | 21.544 |
| Itália | Prêmio por tempo de serviço | 7.612 | 8.068 |
| México | Plano de aposentadoria | 667 | 570 |
| México | Prêmio por tempo de serviço | 485 | 505 |
| México | Prêmio por demissão sem justa causa | 3.206 | 3.867 |
| EUA | Plano de assistência médica pós-aposentadoria | 1.446 | 1.470 |
| Tailândia | Plano de aposentadoria | 7.890 | 7.635 |
| | **Total** | **42.896** | **44.507** |
| | Circulante | 1.540 | 1.578 |
| | Não circulante | 41.356 | 42.929 |

Os planos de aposentadoria existentes na Alemanha, México e na Tailândia enquadram-se no conceito de planos de benefício definido; o plano da Itália e o plano de assistência médica pós-aposentadoria dos Estados Unidos estão fechados para novos membros, seguindo os funcionários ativos acumulando benefícios. A Fitesa não possui fundo independente constituído. A avaliação atuarial dos planos de benefícios foi feita para 31 de dezembro de 2021, utilizando premissas apropriadas para a referida data e dados atualizados de beneficiários para cada um dos planos separadamente, sendo a Fitesa responsável integralmente pelos riscos atuariais. A avaliação atuarial dos planos de benefício a empregados descritos acima apresentava o seguinte resultado:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **31/12/21** | **31/12/20** |
| Valor presente das obrigações atuariais | 42.896 | 44.507 |
| **Passivo atuarial líquido** | **42.896** | **44.507** |

As principais premissas utilizadas para os cálculos atuariais foram:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **31/12/21** | **31/12/20** |
| Taxa de desconto (média) | 1,74% | 1,32% |
| Inflação (média) | 2,35% | 1,90% |
| Atualização salarial (México) | 5,00% | 5,00% |
| Atualização salarial (Tailândia) | 3,00% | 3,00% |
| Aumento nos pagamentos de benefício (Alemanha) | 2,10% | 1,40% |
| Aumento nos benefícios (Itália) | 3,10% | 2,55% |

Os movimentos nas obrigações referentes a benefício a empregados são os seguintes:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **31/12/21** | **31/12/20** |
| Saldo de abertura | 44.507 | 31.608 |
| Custo sobre os planos (período corrente) | 2.114 | 1.603 |
| Benefícios pagos | (2.599) | (1.964) |
| Perdas (Ganhos) atuariais | (883) | 1.659 |
| Variação cambial em planos no exterior | (243) | 11.601 |
| **Benefício a empregados** | **42.896** | **44.507** |

**18. Incentivos fiscais:** Referem-se a incentivos de ICMS: (a) A Companhia firmou novo Termo de Acordo com a Secretaria de Desenvolvimento e Promoção de Investimento (SDPI) do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Programa Fundopem/Integrar, que entrou em vigor em 01/07/2021 com duração de 90 meses e contempla redução do ICMS incremental mensalmente devido. Estes valores são contabilizados no mês de competência da apuração do imposto pelas controladas e reconhecido pela controladora através do método da equivalência patrimonial correspondem em 31 de dezembro de 2021 a R$ 5.403 (R$ 9.733 em 31 de dezembro de 2020). (b) Crédito presumido de ICMS no valor de R$ 16.255 em 2021, conforme RICMS/RS previsto no inciso CXXXV do art. 32, Livro I. **19. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social da Companhia é de R$ 713.640, sendo composto por 8.056.181.104 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **b. Reservas:** ***Reserva legal:*** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. ***Reserva de investimentos:*** Constituída conforme artigo 27, parágrafo primeiro do Estatuto Social, formada com base no saldo do lucro ajustado após deduzido os dividendos obrigatórios, não podendo exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social. ***Reserva de subvenção para investimentos:*** Refere-se a subvenções para investimentos (incentivo fiscal de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS) por meio do programa Fundopem/Integrar e crédito presumido concedido pelo estado do Rio Grande do Sul e pelo crédito outorgado concedido pelo estado de São Paulo. ***Ajustes de avaliação patrimonial:*** São considerados nesta rubrica os efeitos das variações cambiais sobre investimentos em controladas no exterior e as perdas/ganhos atuariais sobre benefícios pós-emprego. ***Dividendos e juros sobre capital próprio:*** Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25 % do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária.

| | **31/12/21** |
|---|---|
| Lucro líquido do exercício | 418.219 |
| Reserva Legal - 5% | (20.911) |
| Base de cálculo dos dividendos | 397.308 |
| Percentual de aplicação para dividendos conforme estatuto | 25% |
| Dividendo mínimo obrigatório | 99.327 |
| Distribuição complementar | 575.611 |
| Dividendos propostos | 674.938 |

Em Assembleia Geral Extraordinária de 04 de novembro de 2021 foi deliberada a distribuição de R$ 323.288, a título de dividendos por conta dos resultados do ano e, adicionalmente, de R$ 351.650 a título de dividendos por conta de reserva de lucros. **20. Instrumentos financeiros: Derivativos:** A Companhia, através de suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2021, a controlada Fitesa *Simpsonville,* Inc. possui *swap* de fluxo de caixa para os contratos de financiamento em dólar estadunidense com indexador vinculado a LIBOR mais juros fixos de 1,8% a.a. para mesma moeda acrescida de juros fixos de 2,81% a.a.. A posição atual com relação a contratos de derivativos é conforme abaixo:

| | | | | | | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Valor reconhecido | | | Valor Justo | |
| **Contratos de *Swap*** | | **Indexador** | **Valor de referência** | | **No resultado** | | **Valor a receber (pagar), líquido** | |
| | | | **31/12/21** | **31/12/20** | **31/12/21** | **31/12/20** | **31/12/21** | **31/12/20** |
| | | | | | | | **Circulante** | **Circulante** |
| Swap de taxa de juros | Ponta ativa | Libor + 1,80% | – | – | – | – | 3.512 | – |
| Swap de taxa de juros | Ponta passiva | 2,81% | 158.684 | 153.529 | 2.655 | 1.274 | – | (4.670) |
| Total | | | | | | | 3.512 | (4.670) |

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: ***Risco de crédito:*** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco, sem concentração de recursos em uma ou em poucas instituições. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **31/12/21** | **31/12/20** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 415.546 | 489.966 |
| Contas a receber de clientes | 1.401.775 | 1.160.607 |
| Total | 1.817.321 | 1.650.573 |

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis entre mercado nacional e mercado externo está distribuída a seguir:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **31/12/21** | **31/12/20** |
| Nacional | 312.585 | 190.481 |
| Exterior | 1.089.190 | 970.126 |
| Total | 1.401.775 | 1.160.607 |

A composição dos recebíveis por faixa de vencimento nas demonstrações financeiras era:

| | | | | Consolidado |
|---|---|---|---|---|
| | **Contas a receber** | **Provisão para risco de crédito** | **Contas a receber** | **Provisão para risco de crédito** |
| | **31/12/21** | **31/12/21** | **31/12/20** | **31/12/20** |
| A vencer | 1.239.676 | – | 1.047.494 | – |
| Vencidos de 1 a 30 dias | 105.673 | – | 67.982 | – |
| Vencidos entre 31 e 180 dias | 57.950 | (1.524) | 47.924 | (2.793) |
| Vencidos há mais de 180 dias | 13.117 | (13.117) | 12.616 | (12.616) |
| | 1.416.416 | (14.641) | 1.176.016 | (15.409) |

***Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco de a Companhia e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamento de juros estimados até o vencimento final das obrigações:

| | | | | | | | Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **31 de dezembro de 2021** | **Valor contábil** | **Fluxo de caixa contratual** | **12 meses** | **2 anos** | **3 anos** | **4 anos** | **Mais que 4 anos** |
| **Passivos financeiros não derivativos** | | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos | 4.407.055 | 4.727.044 | 1.627.100 | 931.671 | 827.841 | 621.983 | 718.449 |
| Fornecedores | 734.089 | 734.089 | 734.089 | – | – | – | – |
| Arrendamentos | 49.884 | 59.883 | 9.609 | 8.302 | 9.865 | 4.984 | 27.123 |
| **Ativos financeiros derivativos** | | | | | | | |
| *Swap* de taxas de moedas utilizados para *hedge* | 3.512 | 3.512 | 3.512 | – | – | – | – |
| Total | 5.194.540 | 5.524.528 | 2.374.310 | 939.973 | 837.706 | 626.967 | 745.572 |

***Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos***

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pelas controladas da Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos dessas controladas e no resultado de equivalência da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços e em parcela significativa de suas vendas há contratos com clientes que possuem cláusulas regulando repasses ao preço dos produtos decorrentes de oscilações nos preços das principais matérias-primas e insumos de produção. ***Risco de taxas de câmbio:*** Decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. Em razão de seu volume de exportações, a manutenção de investimentos em controladas no exterior e ainda em função de parcela significativa das vendas possuírem contratos com clientes com cláusulas contratuais regulando o repasse ao preço dos produtos decorrentes de oscilação nos preços das principais matérias-primas e insumos de produção e também regulando o repasse de oscilação das taxas de câmbio, a Companhia e suas controladas possuem proteção natural contra seus passivos em Dólar e Euro, mantendo acompanhamento constante dos fluxos de entrada e saída em moeda estrangeira, de modo a evitar que haja exposição. Também para proteção destas oscilações, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. ***Exposição à moeda estrangeira - sobre instrumentos financeiros:*** A exposição efetiva ao risco de moeda diferente daquela onde estão as operações e consequentemente a geração de caixa está abaixo apresentada, com base em valores nominais, expressos em moeda estrangeira:

| | Consolidado | | |
|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | | |
| | **US$** | **Euro** | **SEK** |
| Contas a receber | 12.080 | – | – |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6.117 | 10.217 | – |
| Empréstimos e financiamentos | (175.993) | (296.325) | – |
| Fornecedores | (1.241) | (635) | (537) |
| Exposição Líquida do balanço patrimonial | (159.037) | (286.743) | (537) |

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

| | Taxa à vista na data das demonstrações contábeis | |
|---|---|---|
| | **31/12/21** | **31/12/20** |
| US$ (Dólar dos EUA) | 5,5805 | 5,1967 |
| Euro | 6,3210 | 6,3779 |
| SEK (Coroa Sueca) | 0,6162 | 0,6357 |

***Análise de sensibilidade - sobre instrumentos financeiros:*** As bases utilizadas para projeção dos efeitos sobre desvalorização cambial consideram apenas aqueles instrumentos efetivamente expostos a variação entre a moeda do instrumento e a moeda funcional da Companhia e suas controladas. A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia e suas controladas à variação de 25% e de 50% nas suas respectivas moedas funcionais em relação ao Dólar e ao Euro oficial de encerramento do exercício antes dos correspondentes efeitos do imposto de renda:

| | Consolidado |
|---|---|
| **31 de dezembro de 2021** | **Resultado do exercício em R$** |
| SEK/US$ (25%) | (117.388) |
| SEK/US$ (50%) | (234.775) |
| SEK/EUR (25%) | (315.372) |
| SEK/EUR (50%) | (630.743) |
| USD/EUR (25%) | (13.410) |
| USD/EUR (50%) | (26.820) |
| RMB/USD (25%) | 1.401 |
| RMB/USD (50%) | 2.803 |
| EUR/USD (25%) | 14 |
| EUR/USD (50%) | 28 |
| R$/US$ (25%) | (105.903) |
| R$/US$ (50%) | (211.810) |
| R$/SEK (25%) | (83) |
| R$/SEK (50%) | (166) |
| R$/EUR (25%) | (124.346) |
| R$/EUR (50%) | (248.694) |

As controladas no Brasil, Suécia, Estados Unidos e Peru possuem empréstimos em Dólar e Euro que geram riscos de câmbio em relação às moedas funcionais dessas entidades, que são, respectivamente Reais, Coroa Sueca e o Dólar, e estão incluídos na análise de sensibilidade detalhada na tabela acima. ***Risco de taxas de juros:*** Decorre da possibilidade da Companhia e as suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia mantém acompanhamento permanente do mercado e pode decidir, em determinadas circunstâncias, efetuar operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações. Na data das demonstrações financeiras consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | Valor Contábil | |
| | **31/12/21** | **31/12/20** |
| **Instrumentos de taxa fixa** | | |
| Ativos financeiros | 60.478 | 36.338 |
| Passivos financeiros | 1.799.003 | 1.585.732 |
| **Instrumentos de taxa variável** | | |
| Ativos financeiros | 14.812 | – |
| Passivos financeiros | 2.608.052 | 1.983.005 |

***Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável:*** Uma alteração de 10 pontos percentuais na base das taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, teria, antes dos correspondentes efeitos do imposto de renda, aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do período de acordo com os montantes mostrados a seguir. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto à moeda estrangeira, são mantidas constantes.

| | Efeito sobre Patrimônio líquido e resultado do período | |
|---|---|---|
| **Análise de sensibilidade de fluxo de caixa** | **31/12/21** | **31/12/20** |
| Alteração na taxa de juros sobre financiamentos | 9.568 | (106) |
| Alteração na taxa de juros sobre aplicações financeiras | 118 | – |

***Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):*** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações. ***Valor justo:*** Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

| | 31/12/21 | | 31/12/20 | |
|---|---|---|---|---|
| | **Valor contábil** | **Valor justo** | **Valor contábil** | **Valor justo** |
| **Ativos mensurados pelo valor justo** | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos (*Swap* de juros e de moeda) | 3.512 | 3.512 | – | – |
| **Ativos mensurados pelo custo amortizado** | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 415.546 | 415.546 | 489.966 | 489.966 |
| Contas a receber e outros recebíveis | 1.401.775 | 1.401.775 | 1.160.607 | 1.160.607 |

continua

continuação

**Notas explicativas às demonstrações financeiras da Fitesa S.A. *(Em milhares de Reais)***

| | 31/12/21 | | 31/12/20 | |
|---|---|---|---|---|
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| **Passivos mensurados pelo valor justo** | | | | |
| Instrumentos derivativos (*Swap* de juros e de moeda) | – | – | 4.670 | 4.670 |
| **Passivos mensurados pelo custo amortizado** | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 4.407.055 | 4.205.717 | 3.568.737 | 3.366.607 |
| Fornecedores | 734.089 | 734.089 | 595.381 | 595.381 |
| Mútuos | 70.575 | 70.575 | 47.525 | 47.525 |

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, estão baseadas na curva de rendimento de títulos do governo na data das demonstrações financeiras. O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos quando contratados pela Companhia e por suas controladas foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações sendo caracterizados como nível 2 na hierarquia de valor justo. Entretanto, uso de julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. **21. Cobertura de seguros:** A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A cobertura de seguros é composta conforme tabela abaixo:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/21 | 31/12/20 |
| Ativo imobilizado | 7.835.839 | 6.301.227 |
| Estoques | 642.034 | 382.508 |
| Lucros Cessantes | 2.436.172 | 1.866.374 |
| Risco de Engenharia e Responsabilidade Civil | 5.828.823 | 4.349.726 |

**22. Receitas por região geográfica:** A administração da Companhia, para a sua tomada de decisões, efetua a gestão ativa das receitas com vendas através das análises de vendas por região geográfica de suas controladas, tendo a seguinte segregação:

**Região geográfica**

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/21 | 31/12/20 |
| America Latina | 2.429.718 | 1.773.142 |
| America do Norte | 2.248.639 | 1.436.353 |
| Europa e China | 2.978.112 | 2.180.804 |
| Sudeste Asiático | 416.787 | 338.485 |
| **Total das receitas por região geográfica** | **8.073.256** | **5.728.784** |

**23. Receita de vendas:**

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/21 | 31/12/20 |
| Receita bruta de vendas | 8.359.776 | 5.920.357 |
| Impostos sobre vendas | (266.149) | (180.992) |
| Abatimentos e devoluções | (20.371) | (10.581) |
| **Receita líquida de vendas** | **8.073.256** | **5.728.784** |

**24. Despesas por natureza:** Os custos dos produtos vendidos e as despesas com vendas e administrativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são as seguintes:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/21 | 31/12/20 |
| Matérias-primas e materiais de consumo | 4.643.110 | 2.934.437 |
| Despesa com pessoal | 889.050 | 689.263 |
| Depreciação e amortização | 540.005 | 444.387 |
| Despesas de transporte | 250.765 | 165.748 |
| Outras despesas | 717.148 | 538.170 |
| **Total** | **7.040.078** | **4.772.005** |

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/21 | 31/12/20 |
| Custo dos produtos vendidos | 6.357.113 | 4.237.699 |
| Despesas com vendas | 407.079 | 290.131 |
| Despesas administrativas | 275.886 | 244.175 |
| **Total** | **7.040.078** | **4.772.005** |

As despesas da controladora não foram apresentadas por serem irrelevantes.

**25. Receitas e despesas financeiras:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/21 | 31/12/20 | 31/12/21 | 31/12/20 |
| Receitas financeiras | 302 | (3.848) | 10.744 | 19.573 |
| Variação cambial ativa | 113.480 | 105.880 | 542.059 | 704.982 |
| Total receitas | 113.782 | 102.032 | 552.803 | 724.555 |
| Despesas financeiras | (56.507) | (60.827) | (211.635) | (232.569) |
| Variação cambial passiva | (126.403) | (334.794) | (604.311) | (1.181.228) |
| Total despesas | (182.910) | (395.621) | (815.946) | (1.413.797) |
| Resultado financeiro líquido | (69.128) | (293.589) | (263.143) | (689.242) |

As variações cambiais líquidas são decorrentes principalmente de créditos com clientes no exterior e empréstimos e financiamentos captados nas diversas geografias de atuação das empresas e em moeda distinta da moeda funcional dessas geografias. **26. Transações que não afetam o caixa:** As transações que não transitaram pelo caixa e que, por consequência, não estão consideradas nas demonstrações dos Fluxos de caixa são as seguintes:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/21 | 31/12/20 |
| Direito de uso | 9.332 | 1.782 |
| PPA Freudenberg | – | 24.465 |
| PPA Divisão de filmes de Tredegar Corporation | (434) | 253.121 |
| PPA Fiber Dynamics | 1.561 | 106.220 |

**27. Eventos subsequentes:** Em janeiro de 2022 a Fitesa Nãotecidos S.A. incorporou sua controladora Fitesa S.A. e passou à condição de holding operacional controlando todas as operações dos negócios de nãotecidos no Brasil e exterior. Os ativos e passivos da Fitesa S.A. serão controlados pela Fitesa Nãotecidos S.A. e as condições contratuais e de liquidez serão mantidos com os terceiros sem prejuízo ao montante reconhecido no balanço patrimonial da controladora. Também em janeiro de 2022 a Fitesa Nãotecidos S.A. passou a deter o controle da Rio Novo Florestal Ltda. através da transferência de cotas de capital da Évora S.A., localizada no estado de Santa Catarina no bioma Mata Atlântica, especializada em reflorestamento de florestas de pinus e de eucalipto, cuja madeira é comercializada para múltiplos usos, além desse ativo florestal ser gerador de crédito de carbono a ser usado na compensação de suas operações industriais, crédito de carbono esse oriundo das suas florestas para corte e, principalmente, das áreas de reserva legal e também para preservação da biodiversidade da região. Em 08 de março de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada pela controlada Fitesa Naotecidos S.A. a 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, no valor de R$ 1.200.000. As debêntures serão colocadas de forma privada, subscritas e integralizadas em duas séries exclusivamente pelos debenturistas, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, e não serão registradas para distribuição e negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado. A 1ª Série, no valor de R$ 400.000 foi emitida em 09 de março de 2022 e a data de emissão da 2ª Série será 18 de maio de 2022, no valor de R$ 800.000. As datas de vencimento são, respectivamente, 09 de março de 2032 e 18 de maio de 2032.

**Silverio Luis Américo Baranzano Brutti -** Diretor
**Mateus Mesquita Inácio -** Diretor
**Lavínia Fraga Leite -** Diretora;
**Fernanda Gastal -** Diretora

**Gilson Renato Reis -** Contador - CRC RS nº 099190/O-6

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**Aos Acionistas e Administradores da Fitesa S.A. -** Gravataí - RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Fitesa S.A. (Companhia) identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Fitesa S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento da receita:** Veja as Notas 4.j, 22 e 23 das demonstrações financeiras consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** A receita de vendas das controladas da Companhia é reconhecida no momento específico no tempo em que há transferência do controle do produto para o cliente. Para fins de reconhecimento da receita é necessário exercer julgamento para avaliar o momento em que ocorre a transferência do controle sobre o produto ao cliente. Em razão da relevância dos valores envolvidos do volume de transações e da necessidade de julgamento para avaliar a determinação do momento de transferência de controle dos produtos vendidos ao cliente que pode impactar a determinação do momento de reconhecimento da receita e consequentemente o valor registrado nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento dos processos relevantes de venda relacionado ao momento do reconhecimento da receita; (ii) testes documentais, em base amostral, sobre o momento do reconhecimento das receitas de vendas pela transferência do controle do produto ao cliente, inspecionando os comprovantes de entrega dos produtos e prazos médios de entrega em diferentes localidades. (iii) testes documentais, com base em amostragem, das transações de receita contemplando todo o período, inspecionando as notas fiscais, pedidos de venda, comprovantes de recebimento e entrega dos produtos. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento da receita aceitável no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 31 de março de 2022
KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/F-7
André Luiz de Godoy - Contador - CRC PR-050218/O-0 T-SC

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

## FACTA SEGURADORA S.A. - MICROSSEGURADORA

CNPJ 33.493.756/0001-79 NIRE 43300063097

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2022**

**1. Data, Hora e Local:** Em 16 de março de 2022, às 09:00 horas, na sede da Companhia, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua dos Andradas, nº 1409, 4º andar, Sala 401, CEP 90020-011. **2. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. **3. Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença dos Acionistas e na presente Ata. **4. Mesa: Evaldo Francisco da Rosa**, Presidente; e **Everton Francisco da Rosa**, Secretário. **5. Ordem do Dia:** Na conformidade da Ordem do Dia e estando presentes às Assembleias os administradores da Companhia e o representante da empresa de auditoria externa independente Taticca Auditores Independentes S/S, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade de votos **6. Deliberações Ordinárias: (a) aprovar**, sem reservas, as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, documentos esses publicados no Jornal do Comércio - RS, na edição do dia 28 de fevereiro e 01 de março de 2022, tendo sido dispensada a publicação dos anúncios a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, conforme permitido pelo parágrafo 4º do mesmo artigo; **Após discutida, os acionistas deliberaram pela aprovação, por unanimidade, a matéria constante na Ordem do Dia** e deliberaram, também, pela publicação desta Ata na forma de extrato. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral Ordinária, da qual lavrou-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Porto Alegre, 16 de março de 2021. Assinaturas: **Mesa: Evaldo Francisco da Rosa**, Presidente; e **Everton Francisco da Rosa**, Secretário. **Acionistas: Evaldo Francisco da Rosa** e **Everton Francisco da Rosa**. **Carlos Edmundo Heyn** - OAB/SP nº 120795. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 8212968 em 28/03/2022 da Empresa Facta Seguradora S/A - Microsseguradora, CNPJ 33493756000179 e protocolo 220964360 - 24/03/2022. Autenticação: C92B1D8282A29D57F29BB296F9BCEBB347A7E7DB. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.


Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

**PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br

comercial@jornaldocomercio.com.br

(51) 3213-1333 / 3213-1338

(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

realize

Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

# REALIZE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

CNPJ nº 27.351.731/0001-38 - NIRE 43300060292 - Companhia Fechada

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

### APRESENTAÇÃO

A Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Realize CFI") é uma Instituição Financeira, controlada pela Lojas Renner S.A. ("Companhia"), que apoia o negócio de varejo do grupo através da gestão de produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes como instrumentos de conveniência e fidelização, alinhados com a proposta de valor da Companhia. Tem como propósito, encantar os clientes com experiências e soluções financeiras que impactem positivamente suas vidas.

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, a Realize CFI, apresenta, a seguir, o Relatório da Administração, comentando os resultados e as principais realizações de negócio relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Este relatório é parte integrante das Demonstrações Financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Ao longo de 2021, a Realize CFI acelerou sua atuação transversal no ecossistema de moda e *lifestyle* da Lojas Renner S.A., atuando cada vez mais integrada ao varejo físico e também ao digital, desenvolvendo soluções financeiras encantadoras, simples e inovadoras para o ecossistema e seus clientes.

Apresentamos a seguir, as conquistas desse processo de evolução:

- A Realize CFI avançou na priorização da oferta do Meu Cartão (*co-branded*) na Renner, com importante evolução junto ao ecossistema, expandindo atuação para Camicado, Youcom e Ashua, o que fez com que o Meu Cartão representasse 53% de nossa base ativa ao final do ano, um aumento de 68% comparado a 2020. O *spending off-us* teve um crescimento de mais 43% comparado ao ano anterior, com uma marca recorde de R$ 8,7 bilhões, sendo mais de R$ 1 bilhão somente em novembro e dezembro, outra importante marca conquistada para esse período do ano. Também em dezembro houve o maior número de clientes com compras no mês nos últimos 3 anos, favorecido por ações especiais na *Black Friday* e Natal que geraram um *spending* incremental de mais de R$ 200 milhões.
- Houve ampliação da oferta de soluções financeiras com entrega de valor diferenciada aos clientes, por meio da extensão do portfólio de Seguros e Assistências, das modalidades Pet, Bem Estar, Saúde do Corpo e Saúde da Mente, assim como do Garantia Estendida e serviços por assinaturas. Também foram lançadas soluções para negócios, com testes de operações de antecipação de recebíveis para *sellers* e financiamento de capital de giro e concessão de crédito para fornecedores Renner, com aproximadamente R$ 80 milhões em liberações no período. Ainda, as operações de investimento em CDB ofertadas aos clientes chegaram a R$ 161 milhões de captação ao final do exercício de 2021.
- A expansão no ecossistema também engloba o desenvolvimento de uma conta digital para potencializar a sinergia entre as soluções financeiras próprias e as operações de varejo da companhia, além de alavancar a fidelização e o aumento do tíquete médio. Conforme recente pesquisa da consultoria *Bain & Company*, com mais de 1,9 mil pessoas em todo o país, o gasto médio mensal por meio de contas digitais dobra quando elas estão associadas a cartões de créditos emitidos pela mesma instituição financeira. Uma das frentes mais relevantes da Realize CFI foi a operacionalização da Conta Digital. Com piloto nas lojas físicas de Sorocaba, ao final do ano, os testes ocorreram para validação de hipóteses de concessão no ambiente físico, além do digital. O objetivo com o resultado deste período é a expansão da operação, potencializando a sinergia entre os serviços financeiros oferecidos e as operações de varejo, além do fortalecimento da fidelização dos clientes, entre outros ganhos importantes para o Ecossistema.
- Os investimentos realizados ao longo de 2020 e 2021 na omnicanalidade da jornada dos clientes proporcionaram uma importante marca de cerca de 90% da base de clientes interagindo digitalmente com a Realize CFI, com aumento de 29% nos acessos únicos aos canais *versus* 2020, comportamento fundamental para potencialização de uma agenda mais acelerada de ofertas digitais no ecossistema.
- A agenda ESG também foi destaque em 2021 para o fortalecimento da proposta de valor do Meu Cartão: os novos clientes captados na Lojas Renner com certificação LEED receberam uma versão reciclada do cartão de crédito e do *kit* de boas-vindas. Além disso, no período, 99% das faturas passaram a ser digitais, reduzindo o consumo de papel e evoluindo a experiência para o cliente.
- Como resultado de todas as iniciativas do período, as receitas de serviço tiveram um crescimento de 42% *versus* 2020. Com isso, mesmo com crescimento da receita de juros no período, a receita de serviços passou a representar 24,2% da receita da Realize CFI no ano.
- Por fim, destacam-se também a conquista da certificação *Great Place to Work* da Realize CFI, um importante marco para Companhia, bem como a permanência da empresa entre as 10 primeiras posições no *ranking* de qualidade das ouvidorias do Banco Central.

### DESEMPENHO OPERACIONAL

A carteira de crédito atingiu o total de R$ 4.866,2 milhões, crescimento de 37,6% quando comparado ao exercício anterior. Este crescimento é impulsionado pelo portfólio do Meu Cartão, que alcançou R$ 3.693,7 milhões no período, resultado da estratégia de priorização da oferta deste produto, bem como o maior *spending*.

O Resultado Bruto da Intermediação Financeira foi de R$ 521,3 milhões, com 113,4% de aumento em relação ao exercício anterior, destaque para o crescimento de 16,3% das receitas de operações de crédito, que totalizaram R$ 1.027,8 milhões e das despesas com Provisões para Perdas Esperadas, totalizando R$ 486,2 milhões que representa uma redução de 21,4%.

Entre as ações que contribuíram para este incremento, estão a evolução nos volumes da carteira, em conjunto com a recuperação do desempenho do varejo e da estratégia de maior oferta em todo o Ecossistema, bem como às menores provisões constituídas no período, atreladas a melhora da qualidade de crédito, assim como dos maiores níveis de recuperação.

Dessa forma, o Lucro Líquido apurado no período foi de R$ 150,5 milhões, demonstrando uma forte recuperação quando comparado ao ano de 2020 que foi de R$ 13,6 milhões, sendo que o Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) atingiu 22,7% (9 p.p. a mais na comparação com o exercício anterior).

Em 31 de dezembro de 2021, o Índice de Basiléia apurado foi de 12,7% (redução de 0.9 p.p. em relação a dezembro de 2020).

O resultado apresentado para o período está aderente aos objetivos estratégicos estabelecidos no Plano de Negócios da Companhia.

### CENÁRIO MACROECONÔMICO

As adversidades provocadas pela pandemia do Covid-19 continuaram uma realidade no cenário macroeconômico ao longo de 2021. Os reflexos foram observados diretamente no consumo das famílias, no emprego, no aumento da dívida pública e na retração de ofertas e demandas em diversos setores da economia brasileira e mundial. Desta forma, o PIB nacional em 2021, foi de crescimento de 4,6%.

Para 2022, a perspectiva do mercado é de crescimento do PIB de 0,50%. O avanço nas agendas econômicas de política fiscal, monetária e eleições presidenciais serão um dos fatores analisados pelo mercado ao longo do ano para permitir uma retomada econômica.

Em relação a inflação, conforme Boletim Focus do Bacen, o IPCA esperado para o final do ano de 2022 é de 6,86%, acima da meta do Banco Central do Brasil. A elevação nos preços da economia estão impactando principalmente os setores de alimentação e combustíveis. Tendo em vista o nível elevado de inflação, a autoridade monetária (COPOM) está atuando com uma política contracionista, de aumento na taxa básica de juros para conter o avanço nos preços da economia brasileira.

Conforme dados divulgados pelo Bacen, o volume de crédito à pessoas físicas apresentou crescimento de 21% para o ano de 2021, enquanto que nas modalidades de cartão de crédito para pessoas físicas, o crescimento foi de 37,5%, mostrando uma forte contratação de crédito para 2021.

A inadimplência do crédito geral atingiu 2,3% em dezembro, muito próximo ao menor valor da série observado ao final de 2020 (2,1%). No crédito livre, esse indicador aumentou 0,2 p.p. em 2021, encerrando o ano em 3,1%, enquanto nas operações direcionadas houve estabilidade (+0,1 p.p.) em 2021, finalizando em 1,2%. O cenário de inadimplência em 2021 no cartão de crédito de pessoa física, composto por Rotativo e Parcelado, mostrou aumento, de 32,7% para 35,7% e de 5,5% para 6,1%, respectivamente. Portanto, a inadimplência total no cartão de crédito PF mostrou aumento de 4,5% para 5,0%.

Desde o início de 2020, o cenário macroeconômico levou a autoridade monetária (COPOM) a promover uma forte redução na taxa básica de juros (Selic), que atingiu seu menor índice histórico, chegando a 2% a.a. Em 2021, o COPOM iniciou aumentos graduais na Selic para conter a inflação e fechou o ano em 9,25%. Atualmente a taxa básica de juros (Selic) encontra-se em 11,75% a.a. e de acordo com o Boletim Focus do BACEN, a previsão para dezembro de 2022 é que atinja o patamar de 13% a.a..

Em relação a inflação, a expectativa de mercado é de que haja pressão dos alimentos, vestuário e preços administrados, sendo que no último semestre observou-se forte pressão dos preços administrados (gasolina e energia elétrica). A meta do governo para 2022 está fixada em 3,5%, com tolerância de 1,5% para cima ou para baixo. Atualmente, a previsão de mercado para inflação (IPCA) este ano é aproximadamente 5,56%.

Uma política monetária de forte controle da inflação, com a devida manutenção do nível da taxa de juros em patamares equilibrados será primordial para a retomada dos investimentos e do consumo na economia brasileira ao longo de 2022 e 2023.

### GOVERNANÇA CORPORATIVA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Realize CFI está inserida dentro do modelo de governança corporativa das Lojas Renner, cujas diretrizes são estabelecidas pelo Conselho de Administração, que conta com o apoio de Comitês Estatutários: Pessoas, Sustentabilidade, Auditoria e Gestão de Riscos e Estratégico. A Renner conta também com um Conselho Fiscal permanente. As atividades operacionais são conduzidas pela Diretoria Executiva, seguindo as orientações da controladora Renner.

No gerenciamento de riscos, conta com uma estrutura dedicada para avaliação, controle e mitigação dos riscos financeiros, não-financeiros e de conformidade, que inclui a atuação em *compliance*, controles internos, prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo.

Além de uma estrutura dedicada, a Realize CFI se utiliza do Comitê de Caixa, Comitê de Ativos e Passivos, Comitê de Crédito e Cobrança e do Comitê de Riscos, para tomada de decisões e mitigação de riscos.

### GESTÃO DE PESSOAS

A Realize CFI acredita no valor gente, numa cultura focada no desenvolvimento das pessoas e no ambiente colaborativo. A empresa busca incentivar o trabalho em equipe e estimular a criatividade, inovação e protagonismo, proporcionando condições iguais para todos desenvolverem suas potencialidades. Ao todo, são 270 colaboradores dedicados à Empresa, que levam o encantamento a todos os públicos de relacionamento. Foi assim que o nível de engajamento dos colaboradores chegou ao patamar de 88%, o que nos coloca em zona de alto desempenho no Mercado Brasileiro, segundo dados da *Willis Towers Watson*.

### PERSPECTIVAS

A Realize vem se mostrando cada vez mais preparada e atenta às oportunidades que se configuram e continuará focada no avanço da ocupação do ecossistema, através de uma oferta cada vez mais ampla e alinhada as necessidades de seus clientes e, assim, gerar maiores volumes de carteira e rentabilização do negócio. Entretanto, o ano de 2022 se inicia desafiador em relação ao cenário econômico e também de saúde o que exigirá muito esforço e competência para continuidade da retomada de crescimento e expansão dos negócios.

### AGRADECIMENTOS

A Realize CFI faz um agradecimento especial aos seus colaboradores, que seguiram fortemente engajados no exercício de suas funções, mesmo diante de tantos desafios, não só profissionais, como também em suas vidas pessoais e também aos seus clientes e fornecedores pela confiança e parceria ao longo desse período.

Porto Alegre, 30 de março de 2022.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

*(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)*

| | Nota | 2021 2º Sem. | 2021 31/12/2021 | 2020 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|
| **Receita da intermediação financeira** | | **585.545** | **1.048.848** | 945.223 |
| Receita de operações de crédito | | 571.084 | 1.027.851 | 883.454 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | | 14.461 | 20.997 | 11.996 |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos | | - | - | 49.773 |
| **Despesa da intermediação financeira** | | **(28.618)** | **(41.417)** | (82.679) |
| Despesas de captação | | (26.140) | (37.606) | (23.481) |
| Despesas de empréstimos e repasses | | (2.478) | (3.811) | (59.198) |
| **Resultado da intermediação financeira** | | **556.927** | **1.007.431** | 862.544 |
| **Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito** | | **(309.197)** | **(485.532)** | (618.267) |
| Operações de Crédito | | **(302.579)** | **(478.836)** | (617.664) |
| Títulos e créditos a receber | | **(6.618)** | **(6.696)** | (603) |
| **Resultado bruto da intermediação financeira** | | **247.730** | **521.899** | 244.277 |
| **Outras receitas (despesas) operacionais** | | **(145.929)** | **(274.602)** | (245.056) |
| Receitas de prestação de serviços | **19** | 79.268 | 140.843 | 104.516 |
| Rendas de tarifas bancárias | **20** | 102.946 | 187.345 | 126.210 |
| Despesas de pessoal | | (33.312) | (53.782) | (34.373) |
| Outras despesas administrativas | **21** | (165.843) | (311.758) | (269.473) |
| Despesas tributárias | | (42.572) | (75.822) | (60.094) |
| Outras receitas operacionais | **22** | 3.880 | 5.726 | 9.213 |
| Outras despesas operacionais | **23** | (90.296) | (167.154) | (121.055) |
| **Resultado antes dos tributos** | | **101.801** | **247.297** | (779) |
| **Tributos sobre o lucro** | **18.a** | **(50.301)** | **(96.742)** | 14.412 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | | **(42.001)** | **(103.621)** | (19.185) |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | | **(8.300)** | **6.879** | 33.597 |
| **Lucro líquido do semestre/exercícios** | | **51.500** | **150.555** | 13.633 |
| Quantidade de ações do capital social | | 662.531 | 662.531 | 200.001 |
| Lucro líquido por lote de mil ações | | 0,08 | 0,23 | 0,07 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

*(Em milhares de reais)*

| | Nota | 2021 2º Sem. | 2021 31/12/2021 | 2020 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|
| Lucro líquido do semestre/exercícios | | **51.500** | **150.555** | 13.633 |
| Itens que podem ser reclassificados para a demonstração do resultado | | | | |
| Títulos disponíveis para venda | | **241** | **386** | (975) |
| Variação a valor de mercado | | **527** | **643** | (1.625) |
| Efeitos fiscais | | **(286)** | **(257)** | 650 |
| Resultado abrangente do semestre/exercícios | | **51.741** | **150.941** | 12.658 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de reais)*

| | 2021 2º Sem. | 2021 31/12/2021 | 2020 31/12/2020 (reapresentado) |
|---|---|---|---|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro antes dos tributos | 101.801 | 247.297 | (779) |
| Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais: | 320.017 | 508.311 | 627.403 |
| Depreciações e amortizações | 7.795 | 16.767 | 10.856 |
| Resultado para títulos e valores mobiliários | 241 | 386 | (975) |
| Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 307.720 | 485.532 | 618.267 |
| Provisão para passivos cíveis e tributários | 3.599 | 4.424 | 4.517 |
| Baixa de imobilizado e intangível | 662 | 1.202 | - |
| Variação cambial | | - | (5.262) |
| Variações nos ativos e passivos | (303.992) | (563.691) | (450.406) |
| (Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez | 226.997 | 223.995 | (154.981) |
| (Aumento) redução em títulos e valores mobiliários | (4.333) | 71.922 | (132.867) |
| (Aumento) em operações de crédito | (503.211) | (809.880) | (366.457) |
| (Aumento) em outros ativos financeiros | (1.106.783) | (1.016.720) | (156.262) |
| (Aumento) em ativos fiscais correntes e diferidos | (17.318) | (59.464) | (5.381) |
| (Aumento) em outros ativos | (26.998) | (32.069) | (7.819) |
| Aumento (redução) em depósitos interfinanceiros | (27.123) | 25.434 | 395.492 |
| (Redução) em instrumentos financeiros derivativos | - | - | (5.704) |
| Aumento em recursos de letras financeiras, hipotecárias, de créditos e similares | 10.270 | 14.434 | 8.832 |
| Aumento (redução) em obrigações por empréstimos e repasses | 1.241 | 854 | (85.005) |
| Aumento (redução) em obrigações fiscais correntes | 28.703 | 97.063 | (110.100) |
| Aumento em outros passivos | 1.115.894 | 922.286 | 171.705 |
| (Redução) em resultado de exercícios futuros | (1.331) | (1.546) | (1.859) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 117.826 | 191.917 | 176.218 |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social | (25.624) | (77.929) | (57.594) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | |
| Aquisição de imobilizado | (518) | (1.099) | (616) |
| Aquisição de intangível | (35.602) | (56.565) | (29.587) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | (36.120) | (57.664) | (30.203) |
| Variação cambial sobre disponibilidades em moeda estrangeira | (48) | (60) | 56 |
| Aumento no caixa e equivalentes de caixa | 56.034 | 56.264 | 88.477 |
| No início do semestre/exercício | 90.535 | 90.305 | 1.828 |
| No fim do semestre/exercício | 146.569 | 146.569 | 90.305 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de Reais)*

| Ativo | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | **4.760.779** | 3.582.543 |
| **Disponibilidades** | **4** | **92.050** | 2.591 |
| **Instrumentos financeiros** | | **5.048.445** | 4.050.267 |
| **Aplicações interfinanceiras de liquidez** | **5** | **177.516** | 434.706 |
| Aplicações em operações compromissadas | | **122.997** | 346.992 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | | **54.519** | 87.714 |
| **Títulos e valores mobiliários** | | **267** | 77.926 |
| Carteira própria | **6** | **267** | 77.926 |
| **Operações de crédito** | **7.a** | **1.510.232** | 1.192.428 |
| Operações de crédito | | **1.510.232** | 1.192.428 |
| **Outros ativos financeiros** | | **3.360.430** | 2.345.207 |
| Títulos e créditos a receber | **7.a** | **3.309.638** | 2.322.893 |
| Títulos e créditos a receber - partes relacionadas | **24** | **26.299** | - |
| Valores a receber - partes relacionadas | **24** | **24.493** | 22.314 |
| **Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito** | **7.a** | **(523.577)** | (529.266) |
| Operações de crédito | | **(502.325)** | (514.702) |
| Títulos e créditos a receber | | **(21.252)** | (14.564) |
| **Impostos e contribuições** | | **78.319** | 25.477 |
| Impostos e contribuições a recuperar | **8** | **78.319** | 25.477 |
| **Outros ativos** | | **65.542** | 33.474 |
| Adiantamentos | | **210** | 109 |
| Devedores diversos | | **59.923** | 31.000 |
| Despesas antecipadas | | **5.409** | 2.365 |
| **Não circulante** | | **251.164** | 236.452 |
| **Instrumentos financeiros** | | **145.131** | 139.884 |
| **Títulos e valores mobiliários** | | **125.106** | 119.369 |
| Carteira própria | **6** | **125.106** | 119.369 |
| **Operações de crédito** | | **18.002** | 19.990 |
| Operações de crédito | **7.a** | **18.002** | 19.990 |
| **Outros ativos financeiros** | | **2.023** | 525 |
| Títulos e créditos a receber | **7.a** | **2.023** | 525 |
| **Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito** | **7.a** | **(5.636)** | (8.479) |
| Operações de crédito | | **(5.625)** | (8.476) |
| Títulos e créditos a receber | | **(11)** | (3) |
| **Ativos fiscais correntes e diferidos** | | **111.669** | 105.047 |
| Crédito tributário | **18.b** | **111.669** | 105.047 |
| **Imobilizado de uso** | **9.a** | **4.083** | 3.904 |
| Imobilizado de uso | | **6.534** | 5.547 |
| Depreciações acumuladas | | **(2.451)** | (1.643) |
| **Intangível** | **9.b** | **140.499** | 100.983 |
| Intangível | | **173.702** | 118.227 |
| Amortizações acumuladas | | **(33.203)** | (17.244) |
| **Total do ativo** | | **5.156.525** | 3.923.882 |

| Passivo | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | **4.050.322** | 2.878.023 |
| **Depósitos e demais instrumentos financeiros** | | **475.526** | 341.389 |
| **Depósitos** | **10** | **93.825** | 340.306 |
| Depósitos interfinanceiros | | **-** | 268.880 |
| Depósitos a prazo | | **93.821** | 71.426 |
| Outros depósitos | | **4** | - |
| **Recursos de aceites e emissão de títulos** | **11** | **329.637** | - |
| Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares | | **329.637** | - |
| **Obrigações por empréstimos e repasses** | **12** | **52.064** | 1.083 |
| Empréstimos no país | | **52.064** | 1.083 |
| **Obrigações fiscais correntes** | | **124.535** | 8.659 |
| Fiscais e previdenciárias | **13** | **124.535** | 8.659 |
| **Outros passivos** | | **3.450.261** | 2.527.975 |
| Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados | | **1.413** | 301 |
| Sociais e estatutárias | | **3.244** | 285 |
| Obrigações por aquisição de bens e direitos | | **2.535** | 6.095 |
| Obrigações trabalhistas | | **7.888** | 5.430 |
| Outros credores | | **22.236** | 15.689 |
| Valores a pagar sociedades ligadas | **24** | **1.478.617** | 1.213.585 |
| Credores diversos | **14** | **1.934.328** | 1.286.590 |
| **Passivo Não Circulante** | | **343.413** | 432.464 |
| **Depósitos e demais instrumentos financeiros** | | **327.101** | 420.576 |
| **Depósitos** | **10** | **327.101** | 55.186 |
| Depósitos interfinanceiros | | **260.083** | - |
| Depósitos a prazo | | **67.018** | 55.186 |
| **Recursos de aceites e emissão de títulos** | **11** | **-** | 315.203 |
| Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares | | **-** | 315.203 |
| **Obrigações por empréstimos e repasses** | **12** | **-** | 50.187 |
| Empréstimos no país | | **-** | 50.187 |
| **Provisões** | | **16.312** | 11.888 |
| Provisões para passivos cíveis e tributários | **15** | **16.312** | 11.888 |
| **Resultado de exercícios futuros** | **16** | **24.992** | 26.538 |
| **Patrimônio Líquido** | | **737.798** | 586.857 |
| Capital social | **17** | **662.531** | 200.001 |
| Reservas de lucros | | **75.857** | 387.832 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | **(590)** | (976) |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **5.156.525** | 3.923.882 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

realize
Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

# REALIZE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

CNPJ nº 27.351.731/0001-38 - NIRE 43300060292 - Companhia Fechada

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de reais)*

| | | Reservas de Lucros | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Capital social | Reserva legal | Reserva estatutária | Reserva de expansão | Ajuste de avaliação patrimonial | Lucros acumulados | Total |
| Saldos em 1° de janeiro de 2020 | 200.001 | 18.723 | - | 355.476 | (1) | - | 574.199 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | - | - | - | - | (975) | - | (975) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 13.633 | 13.633 |
| Destinação do lucro | - | 681 | - | 12.952 | - | (13.633) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 200.001 | 19.404 | - | 368.428 | (976) | - | 586.857 |
| Saldos em 1° de janeiro de 2021 | 200.001 | 19.404 | - | 368.428 | (976) | - | 586.857 |
| Aumento de capital social | 462.530 | - | - | (462.530) | - | - | - |
| Ajuste de avaliação patrimonial | - | - | - | - | 386 | - | 386 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 150.555 | 150.555 |
| Destinação do lucro | - | 7.528 | 48.925 | 94.102 | - | (150.555) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 662.531 | 26.932 | 48.925 | - | (590) | - | 737.798 |
| Saldos em 1° de julho de 2021 | **200.001** | **24.357** | **-** | **462.530** | **(831)** | **-** | **686.057** |
| Aumento de capital social | **462.530** | **-** | **-** | **(462.530)** | **-** | **-** | **-** |
| Ajuste de avaliação patrimonial | **-** | **-** | **-** | **-** | **241** | **-** | **241** |
| Lucro líquido do semestre | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **51.500** | **51.500** |
| Destinação do lucro | **-** | **2.575** | **48.925** | **-** | **-** | **(51.500)** | **-** |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | **662.531** | **26.932** | **48.925** | **-** | **(590)** | **-** | **737.798** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Instituição" ou "Realize"), com sede na Rua Dolores Alcaraz Caldas, nº 90 em Porto Alegre - RS, foi constituída em 21 de março de 2017.

Em 24 de março de 2017, foi protocolado junto ao Banco Central do Brasil (BACEN) o requerimento de inspeção da estrutura organizacional implementada, sendo esse ato o requerimento prévio à autorização de funcionamento da Instituição. O ato de autorização de funcionamento foi emitido em 27/06/2017 através do Ofício 12.314/2017 BCB/Deorf GTPAL.

A Realize, controlada indireta das Lojas Renner S.A, tem como objeto social: (i) a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às Companhias de Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e (ii) a disponibilização de serviço de aporte ou saque de recursos mantidos em conta de pagamento, a gestão de conta de pagamento, a emissão de instrumento de pagamento, a execução de remessa de fundos, a conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa.

### 2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, alterações previstas na Resolução BCB nº 02/20 e normas estabelecidas pelo BACEN, que inclui a apresentação em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo BACEN.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são: provisões de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para passivos cíveis e tributários, valor justo dos instrumentos financeiros, impostos diferidos e vida útil do ativo imobilizado e intangível.

Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

Em 25 de março de 2022, a Administração aprovou a emissão das demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las, a partir dessa data.

Reapresentação dos valores correspondentes

A administração está reapresentando os saldos das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, decorrentes de ajustes de retificação de erro de acordo com o disposto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, conforme abaixo:

| **Demonstrações dos fluxos de caixa** | **Anteriormente Apresentado 31/12/2020** | **Reclas-sificação Ajuste** | **Reapre-sentado 31/12/2020** |
|---|---|---|---|
| **Variações nos ativos e passivos** | (538.120) | 87.714 | (450.406) |
| (Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez | (242.695) | 87.714 | (154.981) |
| **Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa** | 763 | 87.714 | 88.477 |
| No início do exercício | 1.828 | - | 1.828 |
| No fim do exercício | 2.591 | 87.714 | 90.305 |

| **Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa** | **Anteriormente Apresentado 31/12/2020** | **Reclas-sificação Ajuste** | **Reapre-sentado 31/12/2020** |
|---|---|---|---|
| Depósitos bancários | 1.291 | - | 1.291 |
| Disponibilidade em moeda estrangeira | 1.300 | - | 1.300 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | - | 87.714 | 87.714 |
| **Total** | 2.591 | 87.714 | 90.305 |

Foram identificadas reclassificações relacionadas ao reconhecimento de aplicações interfinanceiras de liquidez como caixa e equivalentes de caixa, as quais possuem conversibilidade imediata em montante conhecido e sujeitos a um risco insignificante de redução de valor, sendo adequada a classificação como caixa e equivalente de caixa, de acordo com as premissas do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A referida correção afetou o caixa e equivalente de caixa inicial e final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, assim como a movimentação das aplicações interfinanceiras de liquidez onde estavam sendo apresentadas anteriormente.

### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Realize. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Apuração de resultados

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, exceto quando aplicada a Resolução 2.682/99, que abrange a apuração de receitas por regime de caixa quando ocorrer operações renegociadas e em atraso superior a 59 dias.

c) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Instituição (Reais) utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Saldos patrimoniais são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio no final de cada período.

d) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira cujo vencimento das operações na data efetiva seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Realize para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

*(i) Títulos para negociação* - adquiridos com a intenção de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

*(ii) Títulos disponíveis para a venda* - que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e

*(iii) Títulos mantidos até o vencimento* - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

f) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. A classificação do risco das operações de crédito e a constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, observando os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso normal.

A provisão foi constituída de acordo com os critérios de classificação das operações de crédito com base na Resolução nº 2.682/99 do CMN, e legislação complementar.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no *rating* H, desde que apresentem atraso superior a 360 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

g) Operações com cartão de crédito

Os valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização dos cartões para pagamento em estabelecimentos conveniados são contabilizados em "Títulos e créditos a receber", com característica de crédito. As operações de compra parceladas e o saldo devedor das operações cujos pagamentos foram efetuados pelo valor igual ou menor que o mínimo da fatura (rotativo), são reclassificados para "Operações de crédito".

h) Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso e o intangível estão registrados pelos valores de custo/aquisição.

As depreciações dos ativos imobilizados são registradas pelo método linear pelo prazo de vida útil atribuído.

O ativo intangível está representado por gastos com desenvolvimento de software, projetos (Intangível em andamento) e sistemas corporativos (Softwares). A amortização para esses intangíveis é calculada pelo método linear pelo prazo de vida útil ou dos benefícios futuros definidos.

Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável (*impairment*) no período ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem possibilidade de redução do valor de recuperação dos mesmos.

A Financeira avaliou e não identificou eventos ou condições nas circunstâncias que indicassem necessidade de *impairment.*

A vida útil do ativo imobilizado e do intangível é revisada anualmente, com base em avaliações técnicas de especialistas.

i) Depósitos, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro-rata*".

j) Passivos circulante e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

*Ativos contingentes* - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre os quais não cabem mais recursos; e

*Provisões para passivos fiscais, cíveis e trabalhistas* - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

l) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

| **Tributos** | **Base de incidência** | **Alíquotas vigentes** |
|---|---|---|
| Imposto de Renda | Lucro | 25% |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (*) | Lucro | 15% |
| PIS/PASEP | Receita | 0,65% |
| Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS | Receita | 4% |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN | Prest. Serviços | 5% |

As alíquotas aplicáveis são de 15% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no exercício, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis. A realização desses ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis.

(*) A alíquota de CSLL no período de 07/2021 à 12/2021 foi de 20% conforme artigo 1º da Lei 14.183 de 14/07/2021.

m) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais no final do exercício.

n) Resultados não recorrentes

A instituição considera como resultado não recorrente aquele que não estiver relacionado as atividades usuais da Realize conforme o seu objeto social ou que não houver previsibilidade de ocorrência nos próximos exercícios.

### 4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA - DISPONIBILIDADES

| | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
|---|---|---|
| Depósitos bancários | **89.608** | 1.291 |
| Disponibilidades em moeda estrangeira | **2.442** | 1.300 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | **54.519** | 87.714 |
| **Total** | **146.569** | 90.305 |

Os valores de disponibilidades em moeda estrangeira (dólar) referem-se à garantia da operação com credenciadora de cartão de crédito.

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 e CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, são considerados como disponibilidade: dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

### 5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

| | **Rentabilidade (% CDI)** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
|---|---|---|---|
| Letras financeiras do tesouro (LFT) | 100,00% | **-** | 176.992 |
| Letras do tesouro nacional (LTN) | 92,17% a 100,00% | **-** | 170.000 |
| Notas do tesouro nacional (NTN) | 100,00% | **122.997** | - |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 100,00 a 103,00% | **54.519** | 87.714 |
| **Total** | | **177.516** | 434.706 |

### 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

| | | | | | **31/12/2021** | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Títulos disponíveis para venda** | **Rentabilidade (% CDI)** | **Valor de custo** | **Marcação a mercado** | **Valor de mercado (contábil)** | **Até 12 meses** | **Acima de 12 meses** |
| **Carteira própria** | | | | | | |
| Letra financeira do tesouro | 101,58% a 102,09% | 126.357 | (984) | 125.373 | **267** | **125.106** |
| **Total** | | 126.357 | (984) | 125.373 | **267** | **125.106** |

| | | | | | **31/12/2020** | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Títulos disponíveis para venda** | **Rentabilidade (% CDI)** | **Valor de custo** | **Marcação a mercado** | **Valor de mercado (contábil)** | **Até 12 meses** | **Acima de 12 meses** |
| **Carteira própria** | | | | | | |
| Letra financeira do tesouro | 101,58% a 102,09% | 120.996 | (1.627) | 119.369 | **-** | **119.369** |
| Cotas de fundo de investimento | 17,05% | - | - | 77.926 | **77.926** | **-** |
| **Total** | | 120.996 | (1.627) | 197.295 | **77.926** | **119.369** |

As cotas de fundo de investimento foram registradas como carteira própria, valorizadas diariamente com base no valor da cota divulgada pelo administrador do Fundo.

As Letras Financeiras do Tesouro classificadas como "Títulos disponíveis para venda" são marcadas a mercado, refletindo a precificação atribuída pelos operadores que levam em conta demanda e oferta do papel.

### 7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

São compostas de empréstimos concedidos a pessoas físicas e jurídicas, decorrentes de operações de crédito, capital de giro, risco sacado e cartão de crédito.

a) Composição das operações de crédito e títulos e créditos a receber por tipo de operações:

| | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
|---|---|---|
| Cartão bandeira (Meu Cartão) | **1.112.717** | 797.153 |
| Cartão de crédito Renner (Private Label) | **365.057** | 390.622 |
| Empréstimo crédito pessoal (Saque Rápido) | **22.232** | 24.643 |
| Capital de giro | **28.228** | - |
| **Total operações de crédito** | **1.528.234** | 1.212.418 |
| Circulante | **1.510.232** | 1.192.428 |
| Realizável a longo prazo | **18.002** | 19.990 |
| **Total** | **1.528.234** | 1.212.418 |
| Cartão bandeira (Meu Cartão) | **2.581.028** | 1.558.763 |
| Cartão de crédito Renner (Private Label) | **730.633** | 764.655 |
| Risco sacado | **26.299** | - |
| **Total operações com características de concessão de crédito** | **3.337.960** | 2.323.418 |
| Circulante | **3.335.937** | 2.322.893 |
| Realizável a longo prazo | **2.023** | 525 |
| **Total** | **3.337.960** | 2.323.418 |
| **Total operações de crédito e operações com características de concessão de crédito** | **4.866.194** | 3.535.836 |
| Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - operações de crédito | **(507.950)** | (523.178) |
| Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - títulos e créditos a receber | **(21.263)** | (14.567) |
| **Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito** | **(529.213)** | (537.745) |
| Circulante | **(523.577)** | (529.266) |
| Realizável a longo prazo | **(5.636)** | (8.479) |
| **Total** | **(529.213)** | (537.745) |

b) Composição da carteira de operações de crédito por níveis de risco e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

i) *Cartão bandeira (Meu cartão)*

| | | **31/12/2021** | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | **Carteira** | **Provisão** |
| **Nível de risco** | **% de provisão** | **A vencer** | **Vencida** | **Total** | **Total** |
| A | 0,50% | **2.883.122** | **57.166** | **2.940.288** | **(14.701)** |
| B | 1,00% | **64.263** | **36.281** | **100.544** | **(1.005)** |
| C | 3,00% | **48.666** | **66.244** | **114.910** | **(3.447)** |
| D | 10,00% | **37.066** | **73.688** | **110.754** | **(11.076)** |
| E | 30,00% | **15.619** | **58.198** | **73.817** | **(22.145)** |
| F | 50,00% | **8.978** | **53.814** | **62.792** | **(31.396)** |
| G | 70,00% | **5.957** | **41.873** | **47.830** | **(33.481)** |
| H | 100,00% | **39.845** | **202.965** | **242.810** | **(242.810)** |
| **Total** | | **3.103.516** | **590.229** | **3.693.745** | **(360.061)** |

| | **31/12/2020** | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | **Carteira** | **Provisão** |
| | **A vencer** | **Vencida** | **Total** | **Total** |
| **Total** | 2.030.499 | 325.417 | 2.355.916 | (342.396) |

ii) *Empréstimo pessoal (Saque Rápido)*

| | | **31/12/2021** | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | **Carteira** | **Provisão** |
| **Nível de risco** | **% de provisão** | **A vencer** | **Vencida** | **Total** | **Total** |
| A | 0,50% | **14.415** | **350** | **14.765** | **(74)** |
| B | 1,00% | **681** | **240** | **921** | **(9)** |
| C | 3,00% | **447** | **436** | **883** | **(27)** |
| D | 10,00% | **278** | **474** | **752** | **(75)** |
| E | 30,00% | **146** | **481** | **627** | **(188)** |
| F | 50,00% | **91** | **479** | **570** | **(285)** |
| G | 70,00% | **67** | **427** | **494** | **(346)** |
| H | 100,00% | **148** | **3.072** | **3.220** | **(3.220)** |
| **Total** | | **16.273** | **5.959** | **22.232** | **(4.224)** |

| | **31/12/2020** | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | **Carteira** | **Provisão** |
| | **A vencer** | **Vencida** | **Total** | **Total** |
| **Total** | 13.946 | 10.697 | 24.643 | (9.279) |

iii) *Cartão de crédito Renner (Private Label)*

| | | **31/12/2021** | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | **Carteira** | **Provisão** |
| **Nível de risco** | **% de provisão** | **A vencer** | **Vencida** | **Total** | **Total** |
| A | 0,50% | **795.131** | **14.977** | **810.108** | **(4.051)** |
| B | 1,00% | **28.429** | **8.280** | **36.709** | **(367)** |
| C | 3,00% | **21.406** | **14.716** | **36.122** | **(1.084)** |
| D | 10,00% | **10.372** | **14.554** | **24.926** | **(2.492)** |
| E | 30,00% | **5.857** | **15.460** | **21.317** | **(6.395)** |
| F | 50,00% | **3.592** | **17.524** | **21.116** | **(10.558)** |
| G | 70,00% | **2.227** | **16.726** | **18.953** | **(13.267)** |
| H | 100,00% | **7.333** | **119.106** | **126.439** | **(126.439)** |
| **Total** | | **874.347** | **221.343** | **1.095.690** | **(164.653)** |

| | **31/12/2020** | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | **Carteira** | **Provisão** |
| | **A vencer** | **Vencida** | **Total** | **Total** |
| **Total** | 933.555 | 221.722 | 1.155.277 | (186.070) |

continua

realize
Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

# REALIZE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

CNPJ nº 27.351.731/0001-38 - NIRE 43300060292 - Companhia Fechada

iv) *Capital de Giro*

| | | 31/12/2021 | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Carteira | Provisão |
| Nível de risco | % de provisão | A vencer | Vencida | Total | Total |
| A | 0,50% | 27.750 | - | 27.750 | (139) |
| B | 1,00% | 478 | - | 478 | (5) |
| **Total** | | 28.228 | - | 28.228 | (144) |

v) *Risco Sacado*

| | | 31/12/2021 | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Carteira | Provisão |
| Nível de risco | % de provisão | A vencer | Vencida | Total | Total |
| A | 0,50% | 26.299 | - | 26.299 | (131) |
| **Total** | | 26.299 | - | 26.299 | (131) |

c) Composição da carteira por vencimento

As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento das parcelas:

| | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|---|---|---|---|---|
| | Carteira | Provisão | Carteira | Provisão |
| Vencidos | 817.531 | (436.735) | 557.838 | (390.371) |
| A vencer até 3 meses | 2.784.917 | (51.590) | 2.081.779 | (96.141) |
| A vencer de 3 até 12 meses | 1.243.721 | (35.252) | 875.704 | (42.754) |
| A vencer de 1 a 3 anos | 20.025 | (5.636) | 20.515 | (8.479) |
| **Total** | 4.866.194 | (529.213) | 3.535.836 | (537.745) |

d) Concentração dos maiores tomadores de crédito

| | 31/12/2021 | % | 31/12/2020 | % |
|---|---|---|---|---|
| 10 maiores | 54.993 | 1,13 | 547 | 0,02 |
| 50 maiores seguintes | 1.248 | 0,02 | 1.473 | 0,04 |
| 100 maiores seguintes | 2.152 | 0,05 | 2.080 | 0,06 |
| Demais | 4.807.801 | 98,80 | 3.531.736 | 99,88 |
| **Total** | 4.866.194 | 100,00 | 3.535.836 | 100,00 |

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Saldo inicial | (537.745) | (355.819) |
| Constituição de provisão | (485.532) | (617.412) |
| Baixa por perdas (compensação) | 494.064 | 435.486 |
| **Total** | (529.213) | (537.745) |

Em 2021, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R$105.408 (R$70.267 em 31 de dezembro de 2020) e foram renegociadas operações no total de R$ 703.032 (R$755.371 em 31 de dezembro de 2020).

## 8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Impostos a compensar | 8.424 | 25.477 |
| Antecipação de IR e CS | 69.895 | - |
| **Total** | 78.319 | 25.477 |

## 9. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado de uso

| | | 31/12/2021 | | | | | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Taxa anual de depreciação | Saldo inicial | Adição | Baixas | Depreciação | Valor contábil líquido | Valor contábil líquido |
| Instalações | 10% | 2.589 | - | - | (309) | 2.280 | 2.589 |
| Móveis e equipamentos | 10% | 328 | - | (65) | (21) | 242 | 328 |
| Equipamentos de comunicação e informática | 20% | 987 | 1.099 | (47) | (478) | 1.561 | 987 |
| **Total** | | 3.904 | 1.099 | (112) | (808) | 4.083 | 3.904 |

b) Intangível

| | | 31/12/2021 | | | | | | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Taxa anual de amortização | Saldo inicial | Transferência | Adição | Baixas | Amortização | Valor contábil líquido | Valor contábil líquido |
| Desenvolvimento de software | 12,5% | 16.009 | 23.043 | 16.353 | (1.090) | (7.801) | 46.514 | 16.009 |
| Intangível em andamento | - | 51.506 | (23.043) | 40.212 | - | - | 68.675 | 51.506 |
| Softwares | 20% | 33.468 | - | - | - | (8.158) | 25.310 | 33.468 |
| **Total** | | 100.983 | - | 56.565 | (1.090) | (15.959) | 140.499 | 100.983 |

As linhas de desenvolvimento de software e intangível em andamento referem-se à aquisição e desenvolvimento de novas tecnologias, através de licenças adquiridas e serviços de terceiros, com o intuito de prover novas soluções digitais relacionadas ao negócio.

## 10. DEPÓSITOS

| | 31/12/2021 | | | | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| | Sem vencimento e até 3 meses | De 3 a 12 meses | Acima de 12 meses | Total | Total |
| Depósitos interfinanceiros | - | - | 260.083 | 260.083 | 268.880 |
| Depósitos a prazo | 17.543 | 76.278 | 67.018 | 160.839 | 126.612 |
| Outros depósitos | 4 | - | - | 4 | - |
| **Total** | 17.547 | 76.278 | 327.101 | 420.926 | 395.492 |

Os depósitos interfinanceiros consistem em título pós-fixado, vinculado à variação diária do CDI - CETIP com remuneração básica entre 116% e 131% (100% a 240% em dezembro de 2020) da variação do CDI. Os vencimentos ocorrem entre junho de 2023 e fevereiro de 2024.

## 11. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

| | Encargos médios ponderados (%) | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| Letras financeiras (pós fixada) | 104,10% do CDI | 329.637 | 315.203 |
| **Total** | | 329.637 | 315.203 |

As Letras financeiras têm vencimento em agosto de 2022.

## 12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Empréstimo no país | 52.064 | 51.270 |
| **Total** | 52.064 | 51.270 |
| Circulante | 52.064 | 1.083 |
| Exigível a longo prazo | - | 50.187 |

As operações de empréstimo no país foram captadas, em 2020, a taxas que variam de 100% a 160% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2021, a Realize apresenta contratos de empréstimos com cláusulas restritivas ("*covenants*") que incluem a manutenção de índices mínimos de cobertura da dívida e coeficiente de endividamento, apurados ao final de cada exercício social, das quais destacamos:

• (Dívida Líquida Consolidada)/(EBITDA) menor ou igual a 3,0x
• (EBITDA)/(Despesas financeiras líquidas) maior ou igual a 2,0x

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos estão sendo cumpridos pela Financeira em 31 de dezembro de 2021.

## 13. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Imposto de renda e contribuição social | 110.426 | - |
| PIS/COFINS a recolher | 5.958 | 3.426 |
| Imposto sobre serviços (ISS) | 2.824 | 2.148 |
| Fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) | 634 | 245 |
| Contribuição previdenciária (INSS) | 1.670 | 686 |
| Outros impostos e contribuições a recolher | 3.023 | 2.154 |
| **Total** | 124.535 | 8.659 |

## 14. CREDORES DIVERSOS

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Valores a pagar bandeiras | 1.865.360 | 1.212.334 |
| Outros | 68.968 | 74.256 |
| **Total** | 1.934.328 | 1.286.590 |

O montante principal deste grupo de contas refere-se aos valores a repassar às bandeiras de cartão de crédito. As bandeiras são responsáveis pelo repasse dos valores aos adquirentes, que por sua vez, pagam às Empresas conveniadas. A operação é registrada na data da compra e repassada em 27 dias para operações nacionais e no dia seguinte para operações internacionais.

## 15. PROVISÕES PARA PASSIVOS CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

| Natureza | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Cível | 15.188 | 11.776 |
| Fiscais e tributários | 1.124 | 112 |
| **Total** | 16.312 | 11.888 |

Para processos cíveis, considera-se o histórico de obrigações efetivamente liquidadas para constituição da provisão, pois trata-se de processos massificados, em que o valor da causa frequentemente não reflete o valor da contingência, portanto, a Administração entende que a provisão é a informação que melhor reflete a exposição a essa natureza de risco.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, para as causas cíveis, fiscais e tributárias, com probabilidade de perda provável, a Instituição provisionou 100% do risco envolvido nos processos judiciais existentes.

Para as causas com probabilidade de perda possível, em 31 de dezembro de 2021, a Realize é parte passiva em 810 processos cíveis (568 em 31 de dezembro de 2020), no montante de R$ 4.358 (R$ 2.974 em 31 de dezembro de 2020) e em 1 processo de natureza tributária no montante de R$ 25.296.

O processo de natureza tributária está baseado em manifestação de inconformidade apresentada pela Realize junto à Receita Federal ao final do exercício de 2021, em função da discordância sobre o despacho decisório emitido pelo órgão fiscal, não homologando compensações de tributos federais realizadas pela companhia em exercícios anteriores. A não homologação das referidas compensações está fundamentada pelo atendimento parcial de intimação de apresentação de evidências de contratos de operações de crédito, dentro do prazo original estabelecido pelo agente fiscal, o que se deu de forma integral em momento seguinte, juntamente com a manifestação de conformidade.

## 16. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se, principalmente, a receita recebida antecipadamente decorrente de bonificação na venda de seguros a ser apropriada no resultado na competência.

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Realize em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 662.531 (R$200.001 em 2020), pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país, correspondendo a 662.531.000 (200.001.000 em 2020) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. A controladora direta da Instituição é a Realize Participações S.A. e a controladora indireta final é a Lojas Renner S.A.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de setembro de 2021, foi aprovado o aumento do capital da Financeira mediante a capitalização da reserva de expansão no valor de R$ 462.530, correspondendo a 462.530.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este processo foi aprovado pelo BACEN em 19 de outubro de 2021.

b) Reserva legal

É constituída, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 26.932 (R$19.404 em 2020).

c) Outras reservas de lucros

O saldo remanescente de lucros acumulados ao final de cada exercício, após a constituição da Reserva legal, deverá ser integralmente destinado. Tal reserva poderá ser utilizada para compensar eventuais prejuízos futuros, no aumento de capital da Instituição e/ou pagamento de dividendos adicionais.

d) Distribuição de dividendos

Conforme descrito em estatuto social da Realize, capítulo VII, artigo 30, "O dividendo não será obrigatório no exercício social em que a Administração julgá-lo incompatível com a situação financeira, podendo a Diretoria propor à Assembleia Geral Ordinária que se distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo.".

Em ata de reunião de diretoria, realizada em 28 de dezembro de 2017 e conforme previsto em "Plano de Negócio", foi aprovado que os acionistas da Instituição deliberassem em Assembleia de Acionistas pela não distribuição de dividendos. O resultado apurado em 31 de dezembro de 2021 foi destinado a Reserva legal e Outras reservas de lucros, conforme ata de reunião de diretoria, em 25 de março de 2022.

## 18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrado como segue:

| | 2021 | | 2020 |
|---|---|---|---|
| | 2º Sem. | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| **Resultado antes do IRPJ e CSLL** | 101.801 | 247.297 | (779) |
| Alíquota fiscal combinada | 40% | 40% | 40% |
| **Despesa de tributos à alíquota nominal** | (40.720) | (98.919) | 311 |
| **(Adições) exclusões permanentes** | | | |
| Brindes | (12) | (27) | (12) |
| Multas indedutíveis | - | (13) | (10) |
| Alimentação do trabalhador | 369 | 654 | 126 |
| Doações indedutíveis | - | - | (186) |
| Incentivo de Inovação Tecnológica (Lei 11.196/2005) | 6.805 | 6.805 | 2.108 |
| Ajuste Base de Créditos Recuperados | 1.146 | 199 | 12.051 |
| Efeito Majoração Alíquota CSLL - Diferido 5% | (12.436) | - | - |
| Efeito Majoração Alíquota CSLL - Corrente 5% | (5.465) | (5.465) | - |
| Parcela isenta do adicional de 10% | 12 | 24 | 24 |
| **IRPJ e CSLL no resultado do exercício** | (50.301) | (96.742) | 14.412 |
| Corrente | (42.001) | (103.621) | (19.185) |
| Diferido | (8.300) | 6.879 | 33.597 |
| **Alíquota efetiva** | 49% | 39% | 1.852% |

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo fiscal diferido líquido registrado no grupo "Ativos fiscais correntes e diferidos - Crédito Tributário" é assim representado:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **Base de cálculo IRPJ CSLL diferidos** | | |
| Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (*) | 258.604 | 248.818 |
| Provisões para passivos contingentes - Cíveis | 15.188 | 11.776 |
| Provisões para passivos contingentes - Tributárias | 1.124 | 112 |
| Títulos e valores mobiliários - marcação à mercado | 984 | 1.627 |
| Provisão para programa de participação nos resultados | 3.244 | 285 |
| Provisão Prudencial | 28 | - |
| **Total** | 279.172 | 262.618 |
| Alíquota nominal | 40% | 40% |
| **Imposto de renda e contribuição social diferidos** | 111.669 | 105.047 |

(*) A base de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito está líquida do valor de R$ 270.608 (R$ 288.297 em 2020) referente a exclusão de créditos atrasados entre 181 e 360 dias da Base do IR e CS correntes e também dos créditos baixados e renegociados e não recebidos no exercício.

Valor presente dos créditos tributários

De acordo com o estabelecido no inciso V do artigo 3º da circular nº 3.171 emitida pelo Banco Central do Brasil, o valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa SELIC de 9,25% a.a. está representado por R$ 67.882 referentes ao imposto de renda e R$ 40.730 referentes a contribuição social.

O saldo de créditos tributários refere-se ao imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados para refletir os efeitos futuros atribuíveis, à provisão para perdas associadas ao risco de crédito, provisão de passivos contingentes (cíveis e tributários) e Títulos e valores mobiliários - marcação a mercado, provisão para participação em resultados e provisão prudencial. De acordo com a legislação vigente foram atendidas todas as premissas necessárias para constituição e a manutenção dos créditos tributários.

Realização

Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais de R$111.669 e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, a expectativa é que ocorra nos próximos exercícios, conforme abaixo:

| | Valor nominal | Valor presente |
|---|---|---|
| Em 2022 | 105.594 | 102.990 |
| Em 2023 | 6.075 | 5.491 |
| | 111.669 | 108.612 |

## 19. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

| | 2021 | | 2020 |
|---|---|---|---|
| | 2º Sem. | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Taxa de administração de cartão | 65.177 | 113.402 | 80.859 |
| Receita com seguros | 14.091 | 27.441 | 23.657 |
| **Total** | 79.268 | 140.843 | 104.516 |

## 20. RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

| | 2021 | | 2020 |
|---|---|---|---|
| | 2º Sem. | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Anuidade | 81.272 | 146.599 | 93.914 |
| Tarifa de avaliação emergencial | 18.505 | 34.866 | 27.659 |
| Outras tarifas | 3.169 | 5.880 | 4.637 |
| **Total** | 102.946 | 187.345 | 126.210 |

## 21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

| | 2021 | | 2020 |
|---|---|---|---|
| | 2º Sem. | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Despesas com processamento de dados | 37.313 | 73.463 | 66.056 |
| Despesas com correspondente bancário | 46.658 | 78.349 | 55.946 |
| Despesas com cobrança | 28.837 | 55.179 | 50.422 |
| Despesas com correios, telégrafos e telefone | 938 | 3.649 | 8.107 |
| Despesas de serviços compartilhados | 16.685 | 31.872 | 29.440 |
| Despesas com publicidade e propaganda | 7.416 | 11.680 | 11.457 |
| Despesas com "Meu Cartão" | 2.410 | 5.405 | 4.646 |
| Despesas com depreciação e amortização | 7.795 | 16.767 | 10.856 |
| Despesas de serviços de terceiros | 8.153 | 14.783 | 14.703 |
| Despesas de serviços técnicos | 3.142 | 7.709 | 4.642 |
| Despesas serviços creditícios | 3.038 | 5.888 | 4.507 |
| Despesas de serviços do sistema financeiro | 939 | 2.429 | 2.621 |
| Despesas judiciais | 339 | 751 | 643 |
| Despesas com aluguéis | 585 | 1.129 | 1.052 |
| Despesas com condomínio | 212 | 437 | 509 |
| Mensalidades | 266 | 557 | 422 |
| Outras despesas | 1.117 | 1.711 | 3.444 |
| **Total** | 165.843 | 311.758 | 269.473 |

## 22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

| | 2021 | | 2020 |
|---|---|---|---|
| | 2º Sem. | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Variação cambial | 1.708 | 2.661 | 5.262 |
| Atualização de tributos - SELIC | 343 | 652 | 3 |
| Rendas de comissões e bonificações na venda de seguros | 1.307 | 1.708 | 1.859 |
| Outras receitas | 522 | 705 | 2.089 |
| **Total** | 3.880 | 5.726 | 9.213 |

## 23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

| | 2021 | | 2020 |
|---|---|---|---|
| | 2º Sem. | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Descontos concedidos | 66.440 | 122.497 | 90.183 |
| Perdas operacionais | 16.456 | 30.901 | 19.831 |
| Indenizações cíveis | 3.128 | 5.340 | 4.595 |
| Passivos contingentes | 3.598 | 4.424 | 4.517 |
| Outras despesas | 674 | 3.369 | 1.929 |
| **Total** | 90.296 | 166.531 | 121.055 |

## 24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2021, os principais saldos de ativos e passivos, bem como das transações que influenciaram o resultado, ou de prestação de serviços de acordo com as condições estabelecidas entre as partes, são os seguintes:

| | 31/12/2021 | | | | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| | Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. | Lojas Renner S.A. | Maxmix Comercial Ltda. | Total | Total |
| **Ativo** | 123 | 50.616 | 53 | 50.792 | 22.314 |
| Operações de Crédito - Risco Sacado | - | 26.299 | - | 26.299 | - |
| Valores a receber - operações de crédito ("Meu Cartão") | - | 19.152 | - | 19.152 | 14.334 |
| Valores a receber - operações de crédito ("Empréstimo Pessoal") | - | 342 | - | 342 | 161 |
| Valores a receber - operações de crédito ("Private Label") | - | 4.656 | 53 | 4.709 | 7.814 |
| Valores a receber - "Outros" | 123 | 167 | - | 290 | 5 |
| **Passivo** | - | 1.441.747 | 36.870 | 1.478.617 | 1.213.585 |
| Compartilhamento de despesas (a) | - | 5.160 | 83 | 5.243 | 8.995 |
| Valores a pagar - operações de crédito ("Meu Cartão") | - | 703.918 | 16.189 | 720.107 | 370.555 |
| Valores a pagar - operações de crédito ("Empréstimo Pessoal") | - | 1.732 | - | 1.732 | 1.836 |
| Valores a pagar - operações de crédito ("Private Label") | - | 730.937 | 20.598 | 751.535 | 832.199 |
| **(Resultado)** | (227) | (113.661) | 142 | (113.746) | (98.136) |
| Antecipações de recebíveis | - | - | 225 | 225 | - |
| Rateio de despesas corporativas (a) | (227) | (35.396) | - | (35.623) | (42.190) |
| Despesa com prestação de serviços (b) | - | (78.265) | (83) | (78.348) | (55.946) |

(a) Despesas administrativas a pagar referem-se a despesas incorridas na Instituição, que foram custeadas pela Lojas Renner S.A., Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. e Maxmix Comercial Ltda e serão reembolsadas e despesas compartilhadas entre a Instituição e a Controladora Indireta (Lojas Renner S.A.).

(b) Refere-se a remuneração paga à Lojas Renner S.A. e Maxmix Comercial Ltda pela prestação de serviço de correspondente bancário.

## 25. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Em 31 de dezembro de 2021, os benefícios proporcionados pela Instituição, na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus Administradores estavam assim compostas:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Remuneração | 1.803 | 1.316 |
| Encargos | 406 | 296 |
| **Total** | 2.209 | 1.612 |

A Realize não concede benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações para o pessoal chave da Administração.

Conforme Legislação vigente, não foram concedidos empréstimos ou adiantamentos para: (i) Diretores e membros do Conselho, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2° grau; (ii) Às pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10% (dez por cento), salvo autorização específica do Banco Central do Brasil, em cada caso, quando se tratar de operações lastreadas por efeitos comerciais resultantes de transações de compra e venda ou penhor de mercadorias, em limites que forem fixadas pelo CMN, em caráter geral; (iii) Às pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10% (dez por cento); (iv) Às pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento), quaisquer dos diretores ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau.

continua

realize
Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

# REALIZE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

CNPJ nº 27.351.731/0001-38 - NIRE 43300060292 - Companhia Fechada

**26. GERENCIAMENTO DE RISCOS**

A Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A. possui estrutura, alocada na Gerência de Riscos e Compliance, dedicada ao gerenciamento contínuo e integrado dos riscos. Estrutura em constante desenvolvimento e com o propósito de ser uma importante ferramenta na condução das oportunidades e ameaças do negócio, organiza-se coordenando três grandes grupos, os riscos de conformidade, os riscos financeiros e os riscos não-financeiros.

Riscos de conformidade: compreendendo as unidades de compliance, controles internos e prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo (PLD/CFT), atua com a missão de manter a Realize CFI em pleno atendimento das regras e regulamentações que permeiam a atividade de intermediação financeira. Através do monitoramento da regulamentação interna e externa, incluindo assessoria as demais áreas para o seu efetivo atendimento, revisão e publicação de normas, além de ativa e importante participação durante o processo de desenvolvimento de novos produtos e serviços. No âmbito de PLD/CFT monitora tanto as propostas dos clientes em potencial, quanto as movimentações atípicas ou suspeitas dos clientes utilizando-se de processos automatizados e das melhores práticas de mercado.

Riscos financeiros: contemplando os riscos de mercado, liquidez, crédito e gerenciamento de capital, atua com a missão de manter a exposição aos riscos compatível com o tamanho e complexidade da operação, respeitando o apetite a risco da instituição. No monitoramento do risco de mercado são utilizados o *Value at Risk* (VAR) para os cenários de normalidade e testes de sensibilidade e variações históricas extremas para a elaboração de cenários de estresse. Para o risco de liquidez são monitorados indicadores diários para os cenários de curto prazo, e projetados necessidade de captação de recursos com horizonte de 6 e 12 meses para os cenários de longo prazo. No risco de crédito existe a busca constante na adoção das melhores práticas nos processos de cadastro, modelagem e recuperação de créditos sob a responsabilidade das Gerências de Cadastro, Crédito e Cobrança, além do monitoramento, executado pela Gerência de Riscos e Compliance adotando as melhores práticas na segregação das funções. E o gerenciamento de capital consiste no constante monitoramento dos fatores determinantes a exigência de capital esperada, definida pelos ativos ponderados pelos riscos (RWA), bem como pela própria formação do capital, de acordo com a regulamentação vigente. Também torna-se fundamental a construção de cenários prospectivos considerando premissas normais e estressadas, que serão determinantes na realização de ações preventivas à insuficiência de capital. Em 31 de dezembro de 2021, o Índice de Basileia apurado para a Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A. foi de 12,7%, uma queda de 0,9 p.p. em relação a dezembro de 2020. Com a retomada das atividades econômicas, os ativos ponderados pelos riscos (RWA) foram impactados positivamente, principalmente em função de uma maior carteira de crédito, dentro da banda de expectativas da instituição. Destaca-se que a Realize CFI atua constantemente no monitoramento do seu Plano de Capital, principalmente diante de cenários de crise.

Riscos não-financeiros: representado pelos riscos operacionais, incluindo os planos de continuidade de negócios, riscos cibernéticos, riscos socioambientais e risco de reputação (imagem), são monitorados através de ciclos regulares contemplando mapeamentos, investigações, testes, análises e relatórios tempestivos de acordo com a exposição ao risco considerando os impactos e probabilidades estimados bem como os cenários previstos.

Por fim, através da governança exercida em conjunto com a realização do Comitê de Caixa, Comitê de Ativos e Passivos, Comitê de Crédito e Cobrança e do Comitê de Riscos a Realize Crédito, Financiamento e Investimento busca o equilíbrio entre as exposições aos riscos e a lucratividade, sempre em conformidade com a legislação vigente.

**27. COBERTURA DE SEGUROS**

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos patrimoniais era composta por R$4.616. Para o risco de responsabilidade civil, a Realize é cossegurada na Apólice da Lojas Renner S.A.

**28. RESULTADO NÃO RECORRENTE**

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Eventos não recorrentes | | |
| Efeito da alteração de alíquota de CSLL | **5.465** | - |
| **Resultado não recorrente** | **5.465** | - |

**29. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em 09 de fevereiro de 2022, foi realizado o pagamento antecipado de operação de CDI no montante de R$ 53,3 milhões (Nota 10 ) com taxa contratada de 131%, cujo vencimento original era fevereiro de 2024. Na mesma data, foi realizada uma nova captação de R$ 53 milhões com taxa de 112,70%, com vencimento para 09 de fevereiro de 2024.

## DIRETORIA

**Gustavo Guedes Maniero** - Diretor Presidente

**Carlos Roberto Medina** - Diretor

## DADOS DO CONTADOR

**Alexandre Henrique Martins** - CRC 1SP207559/O-6

## RELATÓRIO DOS AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
**Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A.**
Porto Alegre - RS

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Financeira") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

*Reapresentação dos valores correspondentes*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2, às demonstrações financeiras, a qual descreve a reapresentação efetuada sobre os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, relacionada a reclassificação de saldos de aplicações em depósitos interfinanceiros para caixa e equivalentes de caixa, em função de sua conversibilidade imediata e decorrência da natureza das operações. Nesse contexto, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 30 de março de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC SP-015199/F

Américo F. Ferreira Neto
Contador
CRC-1SP192685/O-9

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

# BORRACHAS VIPAL S.A.

**CNPJ Nº 87.870.952/0001-44 • NIRE Nº 43 3 0002911 5 - "CAPITAL FECHADO"**

**Rua Buarque de Macedo, 365 - Nova Prata RS** **WWW.VIPAL.COM.BR**

## Relatório da Administração 2021

### Mensagem da Administração - Relatório Anual 2021

### Caminhos Estratégicos e Iniciativas-Chave

O ano de 2021 seguiu com alguns desafios apresentados no período pandêmico, como a quebra da cadeia de suprimentos, aumento dos custos de fretes, que refletiram na elevação dos níveis de inflação a nível mundial. As contínuas incertezas sobre o COVID-19 e suas novas variantes, com destaque para a Ômicron, deixaram o mundo em alerta, mas a situação não foi tão extrema quanto em 2020. As características da nova variante, como menor agressividade e maior rapidez na recuperação, evitaram paralisações das nossas fábricas, de modo que a produção não foi afetada. No ano que passou, através da readequação das linhas de produção e visando especialização das plantas de produtos para reforma, atingimos níveis de eficiência operacional e patamares de receita que superaram a expectativa para o ano. Nossa linha de pneus novos para motos é outro ponto que merece destaque, com crescimento constante e investimentos em expansão da capacidade produtiva visando atender a demanda latente. Além disso, demos sequência a integração operacional da Marangoni North America, apesar das adversidades oriundas das restrições do período de pandemia. As diversas medidas que tomamos já estão surtindo efeito e estamos com maior controle da operação, preparando-a para um novo ciclo de crescimento. Para encerrar esta seção de Caminhos Estratégicos e Iniciativas-Chave gostaríamos de reafirmar nosso compromisso com a economia circular, conceito que associa desenvolvimento econômico a um melhor uso de recursos naturais. Ela está no DNA da Borrachas Vipal e do seguimento em que atua. As características da Companhia e dos produtos nos indicam que estamos bem-posicionados para aproveitarmos as novas tendências do mercado.

### Mercado e Desempenho

O ano de 2021 começou desafiador, por causa das novas variantes da COVID-19. Aos poucos fomos entendendo suas características menos agressivas e decidimos que não seria necessário paralisar nossa produção, como em 2020. No mercado de produtos para reforma atingimos volume recorde em bandas para reforma a frio e a quente. Isto foi possível pelo aumento do fluxo nas estradas, maior volume de cargas fracionadas e maior custo-benefício da reforma quando comparada com o pneu novo. Nosso segmento de pneus novos para motos atingiu novo recorde de volume e receita. Lançada em 2012, nossa linha de pneus para motos rapidamente foi aceita pelo mercado. É importante notar que já estamos trabalhando para ampliar cada vez mais nossa capacidade produtiva e esperamos anunciar novos recordes na mensagem do próximo ano. Nossa operação mais recente, a Marangoni US, adquirida em 2019, teve aumento de 10% em seu principal produto vendido. Isso mostra que nossas ações operacionais de integração estão surtindo efeito e acreditamos que um valor importante será acrescido nos próximos anos. A Vipal Máquinas, outra operação com um lugar estratégico muito claro na Companhia, está conquistando espaço relevante no mercado brasileiro e no exterior. Convidamos todos a acessar os vídeos destes produtos no nosso site, para verificarem o salto tecnológico que a Borrachas Vipal trouxe para os clientes nos últimos anos. A adversidade observada ao longo de 2021 foi a pressão dos preços das matérias primas e do dólar. Isto impactou diretamente as margens da Companhia. Devido a nossa posição de liderança no mercado e posicionamento de marca, conseguimos equalizar o aumento do custo com maior eficiência produtiva e repasse gradativo ao preço do produto. Como resultado geral, apesar da pressão em margens, o controle dos custos gerais e das despesas conduziram a um a lucro líquido consolidado de R$ 202.651 mil e um EBITDA recorde de R$ 358 milhões em 2021.

### Desafios e Expectativas para 2022

O Ano de 2022 começou desafiador. A invasão da Ucrânia pela Rússia levou a um isolamento dos países e consequente quebra no suprimento de importantes matérias primas e consequente aumento nos preços. A inflação mundial parece que seguirá em patamares elevados, assim como as taxas de juros. Nós teremos, neste ano, o desafio de encontrar soluções que possam manter equalizada a relação custo versus preço de venda, objetivando a maximização dos resultados para a Companhia e para nossos clientes. Para a Marangoni North America, continuaremos empregando todos os esforços para alcançar a máxima sinergia operacional focados no aumento progressivo de *market share* na América do Norte. No segmento de pneus novos para motos trabalharemos para aumentar a eficiência de nosso processo produtivo e continuaremos a investir em aumento de capacidade para atender à crescente demanda. Temos o desafio de dar sequência a internacionalização da Companhia no médio/longo prazo. Nossas marcas já estão presentes nos principais mercado globais figurando entre as mais reconhecidas por desempenho e qualidade de serviços. Manteremos o foco no core business da Companhia perseguindo a expansão de mercados e mantendo o equilíbrio adequado da sua estrutura de capitais.

### Mensagem Final e Agradecimentos

Hoje, os produtos Vipal estão presentes em todos os continentes em mais de 90 países. Mais do que isto, estão presentes no dia a dia das pessoas, na moto do entregador de aplicativo, no motorista que leva milhares de pessoas para o trabalho, no ônibus de viagem urbana ou interestadual, no transporte geral de cargas ou nas máquinas de grandes obras civis, de mineradoras e indústria, bem como nas máquinas agrícolas. Por fim, nada seríamos sem o contato diário com o homem da estrada, o usuário de nossos produtos, com a equipe de mais de 2,5 mil colaboradores que inova e supera os desafios do dia a dia e com nossos clientes reformadores. A estes devemos a nossa posição consolidada entre os maiores fabricantes de borracha do mundo e referência no seguimento de reforma de pneus. A Administração da Vipal vem aqui para expressar o seu agradecimento. Muito obrigado, A Administração.

### VIPAL gera uma receita líquida consolidada de R$ 2.280.986 mil e um EBITDA de R$ 358.579 mil.

Porto Alegre (RS), 23 de março de 2022 – A Borrachas Vipal S.A. ("Vipal" ou "Companhia") divulga os seus resultados consolidados do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os saldos de 2021 estão comparados com os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, exceto se indicado de outra forma. Certas informações financeiras aqui apresentadas foram derivadas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e apresentadas em reais mil.

### 1. DESTAQUES

- Receita operacional líquida consolidada totalizou R$ 2.280.986 mil, R$ 1.804.362 mil e R$ 1.668.588 mil, nos anos de 2021, 2020 e 2019 respectivamente (+26,4% em 2021 com relação a 2020 e +8,1% em 2020 com relação a 2019);
- Lucro bruto consolidado de R$ 691.919 mil, R$ 644.834 mil e R$ 506.917 mil, nos anos de 2021, 2020 e 2019, respectivamente (+7,3% em 2021 com relação a 2020 e +27,2% em 2020 com relação a 2019);
- O EBITDA consolidado atingiu o valor R$ 358.579 mil, R$ 356.166 mil e R$ 197.894 mil, nos anos de 2021, 2020 e 2019 respectivamente (+0,7% em 2021 com relação a 2020 e +80,0% em 2020 com relação a 2019);
- Lucro líquido consolidado de R$ 202.651 mil, R$ 95.656 mil e R$ 24.104 mil, nos anos de 2021, 2020 e 2019 respectivamente (+111,9% em 2021 com relação a 2020 e +296,8% em 2020 com relação a 2019);
- Investimentos consolidados em ativo imobilizado totalizaram R$ 56.966 mil, R$ 20.853 mil e R$ 24.383 mil, nos anos de 2021, 2020 e 2019 respectivamente (+173,5% em 2021 com relação a 2020, e -14,5% em 2020 com relação a 2019).

### 2. COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO DOS ANOS DE 2021, 2020 E 2019

### PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS (CONSOLIDADO)

| (Em milhares de Reais, exceto os percentuais) | 2021 | Δ % | 2020 | Δ % | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Receita operacional líquida** | 2.280.986 | 26,4% | 1.804.362 | 8,1% | 1.668.588 |
| **Lucro bruto** | 691.919 | 7,3% | 644.834 | 27,2% | 506.917 |
| ***Margem Bruta*** | *30,3%* | *-5,4p.p.* | *35,7%* | *+5,3p.p.* | *30,4%* |
| **EBITDA** | 358.579 | 0,7% | 356.166 | 80,0% | 197.894 |
| **Margem EBITDA** | *15,7%* | *-4,0p.p.* | *19,7%* | *+7,8p.p.* | *11,9%* |
| **Lucro líquido** | 202.651 | 111,9% | 95.656 | 296,8% | 24.104 |
| ***Margem Líquida*** | *8,9%* | *+3,5p.p.* | *5,3%* | *+3,9p.p.* | *1,4%* |
| **Lucro líquido, por ação *ordinária – R$*** | *582,88* | *120,8%* | *264,04* | *362,7%* | *57,07* |

### 3. COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

### RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS (CONSOLIDADO)

As receitas operacionais líquidas da Companhia totalizaram R$ 2.280.986 mil no ano de 2021, representando um aumento de R$ 476.624 mil ou 26,4%, quando comparado a 2020. A receita líquida em 2020 alcançou R$ 1.804.362 mil, aumento de R$ 135.804 mil ou 8,1%, quando comparado a 2019. As receitas operacionais líquidas da Vipal estão assim detalhadas:

| (Em milhares de Reais, exceto os percentuais) | 2021 | Δ % | 2020 | Δ % | 2019 | Δ % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Receita bruta de vendas** | **2.892.520** | **126,8%** | **2.299.638** | **127,4%** | **2.076.850** | **124,5%** |
| Deduções de vendas | (44.761) | -2,0% | (31.778) | -1,8% | (26.977) | -1,6% |
| Impostos sobre a venda | 566.773) | -24,8% | (463.498) | -25,7% | (381.285) | -22,9% |
| **Total receita líquida** | **2.280.986** | **100,0%** | **1.804.362** | **100,0%** | **1.668.588** | **100,0%** |

O aumento das receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, quando comparado ao exercício anterior, foi devido a um aumento no preço médio dos produtos da Companhia, combinado com expansão de volumes vendidos. O aumento nos volumes totais vendidos em 2021, ante os volumes negociados em 2020, foi de 12,4%. Tal crescimento de volumes deve-se ao resultado das iniciativas comerciais da Companhia para expansão de vendas e, também, pela recuperação no consumo após o primeiro ano da pandemia do COVID-19. O aumento no preço médio no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de 14,9%. No ano de 2020 tivemos um crescimento de 10,7% nas vendas sobre as vendas do ano de 2019. Apesar deste ano se caracterizar por diversas paralisações, o setor de transportes foi pouco afetado e isso fez com que a demanda pelos nossos produtos não fosse significativamente afetada. Além disso, a alta do USD em 2020 vs 2019 também contribui para aumentar nosso faturamento, mesmo com as dificuldades para embarques devido às restrições em portos no mundo.

### 4. LUCRO BRUTO

| (Em milhares de Reais, exceto os percentuais) | 2021 | Δ % | 2020 | Δ % | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Receita operacional líquida** | 2.280.986 | 26,4% | 1.804.362 | 8,1% | 1.668.588 |
| **Custo dos produtos vendidos** | (1.589.067) | 37,0% | (1.159.528) | -0,2% | (1.161.671) |
| **Lucro bruto** | **691.919** | **7,3%** | **644.834** | **27,2%** | **506.917** |

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços da Companhia totalizaram R$ 1.589.067 mil, R$ 1.159.528 mil e R$ 1.161.671 mil, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 respectivamente, representando um aumento de R$ 429.539 mil ou 37,0%, quando comparado a 2020. Em 2020 por sua vez verifica-se uma redução dos custos de R$ 2.143 mil ou 0,2%, quando comparado com custo incorrido no ano de 2019. O custo representa 69,7 % da nossa receita líquida em 2021 (64,3% em 2020 e 69,6% em 2019). O aumento verificado nos custos dos produtos vendidos no ano de 2021 foi baseado no aumento dos volumes vendidos no mesmo período, na ordem de 12,4%, e aumento do custo médio de aquisição de matéria prima em 17,98%. O incremento do custo de matéria prima foi ocasionado pela depreciação do Real frente ao Dólar e aumento do preço das *commodities*, indicadores que impactam diretamente a formação de preço das principais matérias primas utilizadas pela Companhia em seus processos produtivos. A variação de custos de apenas -0,2% entre os anos de 2020 e 2019 foi resultado de controles mais rígidos pela área de suprimentos, causados especialmente pelo ambiente de incertezas gerados durante a pandemia. As variações de preços de insumo também se mantiveram sem grandes oscilações ao longo de 2020, quando comparados ao exercício findo em 2019.

### 5. DESPESAS OPERACIONAIS

| (Em milhares de Reais, exceto os percentuais) | 2021 | 2021(1) | 2020 | 2020(1) | Δ % | Δ R$ | 2019 | 2019(1) | Δ % | Δ R$ |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Despesas comerciais | (203.368) | 8,9% | (176.373) | 9,8% | 15,3% | (26.995) | (188.553) | 11,3% | -6,5% | 12.180 |
| Despesas gerais e administrativas | (183.399) | 8,0% | (164.709) | 9,1% | 11,3% | (18.690) | (169.780) | 10,2% | -3,0% | 5.071 |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 3.993 | -0,2% | 2.847 | -0,2% | 40,3% | 1.146 | (955) | 0,1% | -398,1% | 3.802 |
| **Total** | **(382.774)** | **16,8%** | **(338.235)** | **18,7%** | **13,2%** | **(44.539)** | **(359.288)** | **21,5%** | **-5,9%** | **21.053** |

(1) Representatividade da despesa em relação à receita líquida.

As despesas comerciais em 2021 apresentaram um aumento de 15,3% com relação a 2020, representando 8,9% das receitas líquidas em 2021. Em 2020 apresentaram uma redução de -6,5% com relação às despesas de 2019, representando 9,8% das receitas operacionais líquidas em 2020. A elevação dos gastos comerciais no ano de 2021 decorreu de diversos fatores, em especial o aumento de despesas com fretes por conta da falta de *containers* no setor para suprir a demanda do mercado. A redução verificada em 2020 quando comparada ao ano de 2019, por sua vez, é explicada pela redução de despesas com perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, redução de despesas com viagens e estadias e redução das despesas com publicidade institucional e promocional. As reduções de gastos com viagem e publicidade foram por conta das restrições impostas pela pandemia do COVID-19 e programas de redução de custos implementados pela Companhia. As despesas gerais e administrativas, por sua vez, apresentaram em 2021 um aumento de 11,3% em relação a 2020, e uma redução de 3,0% em 2020 com relação a 2019, representando 9,1% e 10,2% da Receita operacional líquida em 2021 e 2020, respectivamente. O aumento das despesas administrativas no ano de 2021 deve-se, principalmente pelo aumento de despesas com pessoal por conta de dissídio coletivo, aumento de despesas com tecnologia da informação, relativo a manutenções e suporte à sistemas, e aumento de despesas com serviços de terceiros na contratação de consultorias e assessorias tributárias, contábeis e financeiras. A redução que se verifica no ano de 2020 comparado ao ano anterior, deve-se substancialmente pela redução de despesas com consultoria e auditoria em decorrência das despesas incorridas em 2019 principalmente referentes a honorários advocatícios e assessorias financeiras e amortização de mais valia dos ativos identificados na aquisição da MTNA em 2019.

### 6. EBITDA

| (Em milhares de Reais, exceto os percentuais) | 2021 | 2020 | Δ % | Δ R$ | 2019 | Δ % | Δ R$ |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Lucro líquido** | **202.651** | **95.656** | **111,9%** | **106.995** | **24.104** | **296,8%** | **71.552** |
| (-/+) Receitas e Despesas financeiras | 110.466 | 191.447 | -42,3% | (80.981) | 113.999 | 67,9% | 77.448 |
| (+) Depreciações e Amortizações | 48.744 | 49.004 | -0,5% | (260) | 49.542 | -1,1% | (538) |
| (+) Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente e diferido) | (3.282) | 20.059 | -116,4% | (23.341) | 10.249 | 95,7% | 9.810 |
| **(=) EBITDA (*)** | **358.579** | **356.166** | **0,7%** | **2.413** | **197.894** | **80,0%** | **158.272** |
| **Receita líquida total** | **2.280.986** | **1.804.362** | **26,4%** | **476.624** | **1.668.588** | **8,1%** | **135.774** |
| **Margem EBITDA (*)** | **15,7%** | **19,7%** | **-20,4%** | | **11,9%** | **66,4%** | |

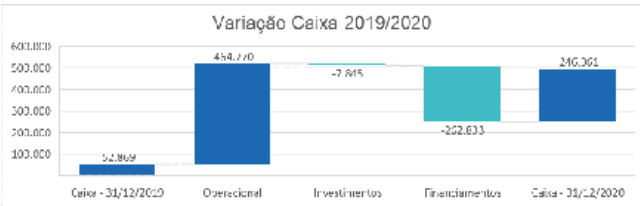
*(*) O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BRGAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicadores de liquidez da Companhia ou base para distribuição de dividendos ou outras medições de desempenho operacional ou liquidez determinadas de acordo com o BRGAAP ou o IFRS. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.*

O EBITDA gerado foi de R$ 358.579 (R$ 356.166 mil em 2020 e R$ 197.894 mil em 2019), apresentando um aumento de R$ 2.413 mil ou 0,7%, em relação ao gerado em 2020. A comparação de EBITDA de 2020 em relação a 2019 demonstra um aumento de R$ 158.272 mil ou 80,0%. A margem EBITDA de 2021 foi de 15,7%, ante 19,7% em 2020 e 11,9% em 2019. O aumento de EBITDA no ano de 2020 quando comparado ao ano anterior de R$158.272 mil é resultado substancialmente dos esforços de melhoria de margem bruta. Um controle mais rígido sobre despesas também foi importante para assegurar o incremento do EBITDA. O EBITDA obtido em 2021 se manteve praticamente sem alterações quando comparada a 2020. Apesar do aumento das vendas que obtivemos, tivemos uma redução na margem EBITDA sendo principalmente causada pelo efeito da alta nos custos com matérias primas, um aumento de 5,4 p.p. da receita líquida, reflexo da alta do petróleo e reflexo da alta nos custos com transportes marítimos internacionais devido à crise pela falta de *containers*.

### 7. POSIÇÃO DO CAIXA

A Vipal busca manter uma posição de caixa robusta como parte de nossa estratégia de gestão de capital.

A geração de caixa operacional de R$ 113.355 mil em 2021 resulta, principalmente, pelo lucro gerado pelas atividades operacionais da Companhia, como já mencionado nas seções anteriores. As atividades de investimento consumiram R$38.910 mil da geração de caixa no ano, substancialmente por aplicações em projetos de expansão e otimização das nossas unidades industriais. Os recursos aplicados as atividades de financiamento estão substancialmente associadas ao pagamento de dívidas bancárias, em linha com nossos cronogramas de pagamento.




A geração de caixa operacional de R$ 464.770 mil é resultado dos resultados operacionais consolidados da Companhia. Durante o exercício de 2020 reduzimos significativamente os investimentos por conta das incertezas relacionadas a pandemia do COVID-19, o que pode ser visto pela aplicação de caixa de R$7.845 mil em nossas atividades de investimento. As atividades de financiamento consumiram R$262.833 mil da nossa geração de caixa por conta das amortizações de endividamento em linha com nossos cronogramas de pagamento.

### 8. RELACIONAMENTO COM AUDITORES

### RELACIONAMENTO COM AUDITORES

A Companhia informa que a sua política de contratação de serviços não relacionados a auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor, adotando, como procedimento assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar a independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S prestou apenas o serviço de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, não tendo prestado nenhum outro serviço não relacionado a auditoria.

### Avisos legais

Algumas das afirmações realizadas nesse documento foram baseadas em hipóteses, premissas e perspectivas da Administração da Companhia, levando-se em conta dados e informações disponíveis na data de elaboração do documento. Os resultados reais, desempenho e eventos podem divergir significativamente daqueles aqui expressos, como um resultado de diversos fatores, tais como condições gerais e econômicas no Brasil e outros países; níveis de câmbio, entre outros. ***Certas informações percentuais e valores divulgados neste documento podem ter sido arredondados para fins de divulgação, assim, totais em algumas tabelas podem não representar a soma aritmética dos números que os precedem e podem diferir daqueles apresentados nas demonstrações financeiras. O presente relatório de desempenho pode incluir dados contábeis e não contábeis tais como, operacionais, financeiros proforma e projeções com base na expectativa da Administração da Companhia. Os dados não contábeis não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes da Companhia.*** O EBITDA (lucro antes de juros, imposto de renda e contribuição social, receitas e despesas financeiras, depreciação e amortização) não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil. Por não considerar despesas intrínsecas ao negócio, o EBITDA apresenta limitações que afetam seu uso como indicador de rentabilidade ou liquidez. O EBITDA não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido ou fluxo de caixa operacional. Além disso, o EBITDA não possui significado padrão, e nossa definição pode não ser comparável com a definição adotada por outras Companhias. Os resultados extraordinários considerados para efeito de cálculo do EBITDA Ajustado e do Lucro Líquido Ajustado também não devem ser considerados como alternativa ao EBITDA e ao lucro líquido, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### ANEXO I – BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO

| (Em milhares de Reais, exceto os percentuais) | 31/12/2021 | AV(%) | 31/12/2020 | AV(%) | 31/12/2019 | AV(%) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **ATIVO CIRCULANTE** | | | | | | |
| **Caixa e equiv. de caixa** | 246.850 | 11,09% | 246.961 | 12,28% | 52.869 | 3,03% |
| **Aplicações financeiras** | - | 0,00% | 5.445 | 0,27% | 2.079 | 0,12% |
| **Contas a receber de clientes** | 407.333 | 18,30% | 368.627 | 18,32% | 375.197 | 21,49% |
| **Ativo de contrato** | 3.902 | 0,18% | 3.340 | 0,17% | 2.528 | 0,14% |
| **Contas a receber de partes relacionadas** | 3.384 | 0,15% | 4.225 | 0,21% | 1.645 | 0,09% |
| **Estoques** | 535.084 | 24,03% | 342.081 | 17,00% | 301.543 | 17,27% |
| **Impostos a recuperar** | 85.824 | 3,85% | 52.079 | 2,59% | 70.150 | 4,02% |
| **Despesas antecipadas** | 10.486 | 0,47% | 9.741 | 0,48% | 7.188 | 0,41% |
| **Adiantamento de fornecedores** | - | 0,00% | 143.006 | 7,11% | - | 0,00% |
| **Outros ativos circulantes** | 86.759 | 3,90% | 61.435 | 3,05% | 54.577 | 3,13% |
| **Total de ativo circulante** | **1.379.622** | **61,97%** | **1.236.940** | **61,48%** | **867.776** | **49,71%** |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** | | | | | | |
| **Aplicações financeiras** | 2.044 | 0,09% | 2.005 | 0,10% | 4.695 | 0,27% |
| **Contas a receber de clientes** | 37.417 | 1,68% | 29.020 | 1,44% | 36.842 | 2,11% |
| **Ativo de contrato** | 2.824 | 0,13% | 3.754 | 0,19% | 4.616 | 0,26% |
| **Contas a receber de partes relacionadas** | 31.901 | 1,43% | 39.516 | 1,96% | 39.703 | 2,27% |
| **Imposto a recuperar** | 6.547 | 0,29% | 6.224 | 0,31% | 87.719 | 5,03% |
| **Créditos c/partes relac.** | 137.811 | 6,19% | 133.571 | 6,64% | 119.775 | 6,86% |
| **Impostos diferidos** | 843 | 0,04% | 2.017 | 0,10% | 1.184 | 0,07% |
| **Outros créditos** | 33.404 | 1,50% | 3.989 | 0,20% | 11.497 | 0,66% |
| **Investimentos** | 2.738 | 0,12% | 16.107 | 0,80% | 14.971 | 0,86% |
| **Propriedades p/invest.** | 9.440 | 0,42% | 10.540 | 0,52% | 21.151 | 1,21% |
| **Imobilizado** | 515.043 | 23,13% | 485.502 | 24,13% | 488.431 | 27,98% |
| **Intangível** | 35.792 | 1,61% | 35.173 | 1,75% | 35.809 | 2,05% |
| **Ativo de direito de uso** | 30.892 | 1,39% | 7.507 | 0,37% | 11.388 | 0,65% |
| **Total do ativo não circ.** | **846.696** | **38,03%** | **774.925** | **38,52%** | **877.781** | **50,29%** |
| **TOTAL DE ATIVO** | **2.226.318** | **100,00%** | **2.011.865** | **100,00%** | **1.745.557** | **100,00%** |

### ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO

| (Em milhares de Reais, exceto os percentuais) | 31/12/2021 | AV(%) | 31/12/2020 | AV(%) | 31/12/2019 | AV(%) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **PASSIVO CIRCULANTE** | | | | | | |
| **Empréstimos e financiamentos** | 477.450 | 21,45% | 323.838 | 16,10% | 362.852 | 20,79% |
| **Fornecedores** | 223.597 | 10,04% | 139.791 | 6,95% | 148.129 | 8,49% |
| **Contas a pagar a partes relacionadas** | - | 0,00% | 22 | 0,00% | 4.179 | 0,24% |
| **Obrigações fiscais e sociais** | 88.167 | 3,96% | 66.259 | 3,29% | 45.567 | 2,61% |
| **Obrigações e provisões trabalhistas** | 23.311 | 1,05% | 21.418 | 1,06% | 18.073 | 1,04% |
| **Dividendos a pagar** | 51.101 | 2,30% | 29.700 | 1,48% | 26.155 | 1,50% |
| **Débitos com partes relacionadas** | 120 | 0,01% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| **Provisão para avais de terceiros** | - | 0,00% | 2.883 | 0,14% | 5.352 | 0,31% |
| **Passivo de arrendamento** | 8.223 | 0,37% | 2.792 | 0,14% | 2.663 | 0,15% |
| **Adiantamentos de clientes** | - | 0,00% | 145.893 | 7,25% | - | 0,00% |
| **Outras contas a pagar** | 60.767 | 2,73% | 55.760 | 2,77% | 50.734 | 2,91% |
| **Total do passivo circulante** | **932.736** | **41,90%** | **788.356** | **39,19%** | **663.704** | **38,02%** |
| **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** | | | | | | |
| **Empréstimos e financiamentos** | 699.506 | 31,42% | 772.761 | 38,41% | 663.192 | 37,99% |
| **Obrigações fiscais e sociais** | 201 | 0,01% | 743 | 0,04% | 3.414 | 0,20% |
| **Impostos diferidos** | 39.278 | 1,76% | 44.865 | 2,23% | 61.791 | 3,54% |
| **Provisão para litígios** | 1.468 | 0,07% | 1.283 | 0,06% | 894 | 0,05% |
| **Débitos com partes relacionadas** | 11.969 | 0,54% | 15.753 | 0,78% | 10.045 | 0,58% |
| **Passivo de arrendamento** | 23.877 | 1,07% | 5.363 | 0,27% | 9.373 | 0,54% |
| **Outras contas a pagar** | 427 | 0,02% | 509 | 0,03% | 513 | 0,03% |
| **Total do passivo não circulante** | **776.726** | **34,89%** | **841.277** | **41,82%** | **749.222** | **42,92%** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | | | | |
| **Capital social** | 43.646 | 1,96% | 57.894 | 2,88% | 57.894 | 3,32% |
| **Reservas de lucros** | 329.427 | 14,80% | 179.891 | 8,94% | 106.775 | 6,12% |
| **Transações com sócios** | (12.144) | -0,55% | (12.144) | -0,60% | - | 0,00% |
| **Outros resultados abrangentes** | 110.989 | 4,99% | 117.476 | 5,84% | 93.150 | 5,34% |
| **Total de participação dos controladores** | **471.918** | **21,20%** | **343.117** | **17,05%** | **257.819** | **14,77%** |
| **Participação de acionistas não controladores** | 44.938 | 2,02% | 39.115 | 1,94% | 74.812 | 4,29% |
| **Total do patrimônio líquido** | **516.856** | **23,22%** | **382.232** | **19,00%** | **332.631** | **19,06%** |
| **TOTAL DO PASSIVO** | **2.226.318** | **100,00%** | **2.011.865** | **100,00%** | **1.745.557** | **100,00%** |

### ANEXO III – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADA

| (Em milhares de Reais, exceto os percentuais) | 2021 | AV (%) | 2020 | AV (%) | AH (%) | 2019 | AV (%) | AH (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Receita operacional líquida** | **2.280.986** | **100,0%** | **1.804.362** | **100,0%** | **26,4%** | **1.668.588** | **100,0%** | **8,1%** |
| Custo dos produtos vendidos | (1.589.067) | -69,7% | (1.159.528) | -64,3% | 37,0% | (1.161.671) | -69,6% | -0,2% |
| **Lucro bruto** | **691.919** | **30,3%** | **644.834** | **35,7%** | **7,3%** | **506.917** | **30,4%** | **27,2%** |
| Despesas com vendas | (203.368) | -8,9% | (176.373) | -9,8% | 15,3% | (188.553) | -11,3% | -6,5% |
| Despesas gerais e administrativas | (183.399) | -8,0% | (164.709) | -9,1% | 11,3% | (169.780) | -10,2% | 3,0% |
| Equivalência patrimonial | 690 | 0,0% | 563 | 0,0% | 22,6% | 723 | 0,0% | -22,1% |
| Outras (despesas)/receitas operacionais, liquidas | 3.993 | 0,2% | 2.847 | 0,2% | 40,3% | (955) | -0,1% | -398,1% |
| **Lucro antes do resultado financeiro e impostos** | **309.835** | **13,6%** | **307.162** | **17,0%** | **0,9%** | **148.352** | **8,9%** | **107,0%** |
| Receitas financeiras | 248.000 | 10,9% | 353.082 | 19,6% | -29,8% | 244.864 | 14,7% | 44,2% |
| Despesa financeiras | (358.466) | -15,7% | (544.529) | -30,2% | -34,2% | (358.863) | -21,5% | 51,7% |
| **Lucro líquido antes do I.R. e da contribuição social** | **199.369** | **8,7%** | **115.715** | **6,4%** | **72,3%** | **34.353** | **2,1%** | **236,8%** |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (4.390) | -0,2% | (43.134) | -2,4% | -89,8% | (31.966) | -1,9% | 34,9% |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 7.672 | 0,3% | 23.075 | 1,3% | -66,8% | 21.717 | 1,3% | 6,3% |
| **Lucro líquido do exercício** | **202.651** | **8,9%** | **95.656** | **5,3%** | **111,9%** | **24.104** | **1,4%** | **296,8%** |
| **Atribuível aos:** | | | | | | | | |
| **Acionistas controladores** | **193.333** | **8,5%** | **87.579** | **4,9%** | **120,8%** | **18.929** | **1,1%** | **362,7%** |
| **Acionistas não controladores** | **9.318** | **0,4%** | **8.077** | **0,4%** | **15,4%** | **5.175** | **0,4%** | **56,1%** |

continua

continuação

**DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 DA BORRACHAS VIPAL S.A. - CNPJ Nº. 87.870.952/0001-44 NIRE: Nº. 43 3 0002911 5 - "CAPITAL FECHADO" - RUA BUARQUE DE MACEDO, 365 - NOVA PRATA RS** página 02

## Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

| ATIVO | | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo circulante** | Nt. | 2021 | 2020 | 2019 | 2021 | 2020 | 2019 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | **82.192** | 99.864 | 10.357 | **246.850** | 246.961 | 52.869 |
| Aplicações financeiras | 5 | **-** | 2.257 | 2.079 | - | 5.445 | 2.079 |
| Contas a receber de clientes | 6 | **142.952** | 138.874 | 164.657 | **407.333** | 368.627 | 375.197 |
| Ativo de contrato | | **1.951** | 1.670 | 1.264 | **3.902** | 3.340 | 2.528 |
| Contas a receber de partes relacionadas | 9 | **224.315** | 219.183 | 185.761 | **3.384** | 4.225 | 1.645 |
| Estoques | 7 | **245.521** | 150.692 | 142.570 | **535.084** | 342.081 | 301.543 |
| Impostos a recuperar | 8 | **45.910** | 34.128 | 29.766 | **85.824** | 52.079 | 70.150 |
| Despesas antecipadas | | **7.833** | 7.836 | 6.603 | **10.486** | 9.741 | 7.188 |
| Dividendos a receber | 9 | **26.496** | 19.855 | 22.497 | **-** | - | - |
| Adiantamento de fornecedores | 15.b | **-** | 143.006 | - | **-** | 143.006 | - |
| Outros ativos circ. | | **47.510** | 34.007 | 36.606 | **86.759** | 61.435 | 54.577 |
| **Total do ativo circ.** | | **824.680** | 851.372 | 602.160 | **1.379.622** | 1.236.940 | 867.776 |
| **Ativo não circulante** | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 5 | **2.044** | 2.005 | - | **2.044** | 2.005 | 4.695 |
| Contas a receber de clientes | 6 | **13.736** | 16.166 | 11.757 | **37.417** | 29.020 | 36.842 |
| Ativo de contrato | | **1.412** | 1.877 | 2.308 | **2.824** | 3.754 | 4.616 |
| Contas a receber de partes relacionadas | 9 | **48.026** | 59.531 | 39.703 | **31.901** | 39.516 | 39.703 |
| Imposto a recuperar | 8 | **4.583** | 4.616 | 63.573 | **6.547** | 6.224 | 87.719 |
| Créditos com partes relacionadas | 9 | **138.411** | 133.577 | 96.687 | **137.811** | 133.571 | 119.775 |
| Impostos diferidos | 25 | **111** | 163 | - | **843** | 2.017 | 1.184 |
| Outros créditos | 10 | **32.981** | 3.593 | 11.381 | **33.404** | 3.989 | 11.497 |
| | | **241.304** | 221.528 | 225.409 | **252.791** | 220.096 | 306.031 |
| Investimentos | 11 | **1.116.247** | 996.124 | 882.287 | **2.738** | 16.107 | 14.971 |
| Propriedades para investimento | 12 | **9.440** | 10.540 | 21.151 | **9.440** | 10.540 | 21.151 |
| Imobilizado | 13 | **197.058** | 182.846 | 197.453 | **515.043** | 485.502 | 488.431 |
| Intangível | 14 | **1.925** | 2.539 | 4.569 | **35.792** | 35.173 | 35.809 |
| Ativo de direito de uso | 18 | **24.942** | 6.571 | 10.078 | **30.892** | 7.507 | 11.388 |
| **Total do ativo não circulante** | | **1.590.916** | 1.420.148 | 1.340.947 | **846.696** | 774.925 | 877.781 |
| **Total do ativo** | | **2.415.596** | 2.271.520 | 1.943.107 | **2.226.318** | 2.011.865 | 1.745.557 |

| PASSIVO | | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Passivo circulante** | Nt. | 2021 | 2020 | 2019 | 2021 | 2020 | 2019 |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | **358.719** | 231.273 | 207.301 | **477.450** | 323.838 | 362.852 |
| Fornecedores | | **136.031** | 79.282 | 86.131 | **223.597** | 139.791 | 148.129 |
| Contas a pagar a partes relacionadas | 9 | **333.060** | 116.977 | 70.140 | **-** | 22 | 4.179 |
| Obrigações fiscais e sociais | 16 | **39.893** | 27.083 | 19.580 | **88.167** | 66.259 | 45.567 |
| Obrigações e provisões trabalhistas | | **15.953** | 15.073 | 12.940 | **23.311** | 21.418 | 18.073 |
| Dividendos a pagar | 9 | **48.333** | 27.812 | 23.525 | **51.101** | 29.700 | 26.155 |
| Débitos com partes relacionadas | 9 | **120** | - | - | **120** | - | - |
| Provisão para avais de terceiros | 9.d | **-** | 2.883 | 5.352 | **-** | 2.883 | 5.352 |
| Passivo de arrendamento | 18 | **6.258** | 2.792 | 2.663 | **8.223** | 2.792 | 2.663 |
| Adiantamentos de clientes | 15.b | **-** | 145.893 | - | **-** | 145.893 | - |
| Outras contas a pagar | | **43.490** | 34.040 | 33.311 | **60.767** | 55.760 | 50.734 |
| **Total do passivo circulante** | | **981.857** | 683.108 | 460.943 | **932.736** | 788.356 | 663.704 |
| **Passivo não circulante** | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | **575.269** | 649.384 | 560.184 | **699.506** | 772.761 | 663.192 |
| Contas a pagar a partes relacionadas | 9 | **-** | 5.785 | - | **-** | - | - |
| Obrigações fiscais e sociais | 16 | **-** | 743 | 1.682 | **201** | 743 | 3.414 |
| Impostos diferidos | 25 | **4.307** | 11.836 | 30.940 | **39.278** | 44.865 | 61.791 |
| Provisão para litígios | 17 | **672** | 586 | 643 | **1.468** | 1.283 | 894 |
| Débitos com partes relacionadas | 9 | **361.416** | 572.103 | 622.377 | **11.969** | 15.753 | 10.045 |
| Passivo de arrendamento | 18 | **19.730** | 4.349 | 8.010 | **23.877** | 5.363 | 9.373 |
| Outras contas a pagar | | **427** | 509 | 509 | **427** | 509 | 513 |
| **Total do passivo não circulante** | | **961.821** | 1.245.295 | 1.224.345 | **776.726** | 841.277 | 749.222 |
| **Patrimônio líquido** | 19 | | | | | | |
| Capital social | | **43.646** | 57.894 | 57.894 | **43.646** | 57.894 | 57.894 |
| Reservas de lucros | | **329.427** | 179.891 | 106.775 | **329.427** | 179.891 | 106.775 |
| Transações c/sócios | | **(12.144)** | (12.144) | - | **(12.144)** | (12.144) | - |
| Outros resultados abrangentes | | **110.989** | 117.476 | 93.150 | **110.989** | 117.476 | 93.150 |
| **Total de participação dos controladores** | | **471.918** | 343.117 | 257.819 | **471.918** | 343.117 | 257.819 |
| Participação de acionistas não controladores | | **-** | - | - | **44.938** | 39.115 | 74.812 |
| **Total do patrimônio líq.** | | **471.918** | 343.117 | 257.819 | **516.856** | 382.232 | 332.631 |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **2.415.596** | 2.271.520 | 1.943.107 | **2.226.318** | 2.011.865 | 1.745.557 |

## Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais)

| | | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nt. | 2021 | 2020 | 2019 | 2021 | 2020 | 2019 |
| Receita líq. de vendas | 21 | **1.299.359** | 1.000.784 | 991.471 | **2.280.986** | 1.804.362 | 1.668.588 |
| Custo dos produtos vendidos | 22 | **(1.028.876)** | (728.442) | (780.129) | **(1.589.067)** | (1.159.528) | (1.161.671) |
| Lucro bruto | | **270.483** | 272.342 | 211.342 | **691.919** | 644.834 | 506.917 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | | | |
| Despesas c/vendas | 22 | **(103.115)** | (90.892) | (115.821) | **(203.368)** | (176.373) | (188.553) |
| Despesas administr. e gerais | 22 | **(114.521)** | (100.623) | (106.887) | **(183.399)** | (164.709) | (169.780) |
| Resultado da equiv. patrimonial | 11 | **227.597** | 167.575 | 96.269 | **690** | 563 | 723 |
| Outras receitas (desp.), líquidas | 22 | **5.334** | 1.905 | 4.590 | **3.993** | 2.847 | (955) |
| Resultado operacional | | **285.778** | 250.307 | 89.493 | **309.835** | 307.162 | 148.352 |
| Receitas financeiras | 23 | **173.335** | 315.459 | 213.205 | **248.000** | 353.082 | 244.864 |
| Despesas financeiras | 23 | **(274.782)** | (477.981) | (290.529) | **(358.466)** | (544.529) | (358.863) |
| Resultado financeiro, líquido | | **(101.447)** | (162.522) | (77.324) | **(110.466)** | (191.447) | (113.999) |
| Resultado antes dos impostos /o lucro | | **184.331** | 87.785 | 12.169 | **199.369** | 115.715 | 34.353 |
| I.R. e contribuição social - corrente | 25 | **1.473** | (19.432) | (59) | **(4.390)** | (43.134) | (31.966) |
| I.R. e contribuição social - diferido | 25 | **7.529** | 19.226 | 6.819 | **7.672** | 23.075 | 21.717 |
| Lucro líq. do exercício | | **193.333** | 87.579 | 18.929 | **202.651** | 95.656 | 24.104 |
| Acionistas controladores | | | | | **193.333** | 87.579 | 18.929 |
| Acionistas não controladores | | | | | **9.318** | 8.077 | 5.175 |
| | | | | | **202.651** | 95.656 | 24.104 |
| Lucro básico e diluído p/ ação do capital social (em R$) | 20 | **582,88** | 264,04 | 57,07 | | | |

## Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2019 | 2021 | 2020 | 2019 |
| Resultado do exercício | **193.333** | 87.579 | 18.929 | **202.651** | 95.656 | 24.104 |
| Outros resultados abrangentes a serem classificados p/resultado do exercício em exercícios subsequentes: | | | | | | |
| Variação cambial de filiais e controladas no exterior | **(4.804)** | 27.849 | (6.802) | **(4.804)** | 37.017 | (4.524) |
| Efeito ajuste economia hiperinflacionária de filiais no exterior | **906** | 733 | 2.248 | **906** | 733 | 2.248 |
| Efeito ajuste economia hiperinflacionária de controladas no exterior | **1.947** | 2.044 | 5.358 | **1.947** | 2.044 | 5.358 |
| **Resultado abrangente total** | **191.382** | 118.205 | 19.733 | **200.700** | 135.450 | 27.186 |
| Acionistas controladores | | | | **191.382** | 118.205 | 19.733 |
| Acionistas não controladores | | | | **9.318** | 17.245 | 7.453 |
| Resultado abrangente total | | | | **200.700** | 135.450 | 27.186 |

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

| | Nt. | Capital social | Reservas de Lucros: Reserva legal | Reservas de Lucros: Reserva especial | Transações com sócios | Outros resultados abrangentes | Lucros acumulados | Total | Participação de acionistas não controladores | Total Patrim. líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2018** | | 57.894 | 6.060 | 99.361 | - | 96.950 | - | 260.265 | 32.517 | 292.782 |
| Participação minoritária oriunda da consolidação MTNA | 1.3 | - | - | - | - | - | - | - | 40.483 | 40.483 |
| Realização da deprec. do custo atribuído, líquido de tributos | | - | - | - | - | (4.604) | 4.604 | - | | - |
| Efeito ajuste economia hiperinflacionária em filiais no exterior | | - | | - | - | 2.248 | - | 2.248 | - | 2.248 |
| Efeito ajuste economia hiperinflacionária em controladas no exterior | | - | - | - | - | 5.358 | - | 5.358 | - | 5.358 |
| Variação cambial de filiais e controladas no exterior | 19.c | - | - | - | - | (6.802) | - | (6.802) | 2.278 | (4.524) |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 18.929 | 18.929 | 5.175 | 24.104 |
| Destinações | | | | | | | | | | |
| Dividendos | 19 | - | - | - | - | - | (22.179) | (22.179) | (1.040) | (23.219) |
| Reserva legal | | - | 946 | - | - | - | (946) | - | - | - |
| Reserva especial | | - | - | 408 | - | - | (408) | - | - | - |
| Distribuição de dividendos de exercícios anteriores | | - | - | - | - | - | - | - | (4.601) | (4.601) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** | | 57.894 | 7.006 | 99.769 | - | 93.150 | - | 257.819 | 74.812 | 332.631 |
| Aquisição da participação minoritária em controlada | 1.3 | - | - | - | - | - | - | - | (48.367) | (48.367) |
| Retificação de dividendos obrigatórios propostos | | - | - | - | - | - | - | - | 26 | 26 |
| Transação de capital entre sócios | 1.3 | - | - | - | (12.144) | - | - | (12.144) | - | (12.144) |
| Realização da deprec. do custo atribuído, líquida de tributos | | - | - | - | - | (6.300) | 6.300 | - | - | - |
| Efeito ajuste economia hiperinflacionária em filiais no exterior | | - | - | - | - | 733 | - | 733 | - | 733 |
| Efeito ajuste economia hiperinflacionária em controladas no exterior | | - | - | - | - | 2.044 | - | 2.044 | - | 2.044 |
| Variação cambial de filiais e controladas no exterior | 19.c | - | - | - | - | 27.849 | - | 27.849 | 9.168 | 37.017 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 87.579 | 87.579 | 8.077 | 95.656 |
| Destinações | | | | | | | | | | |
| Dividendos | 19 | - | - | - | - | - | (20.763) | (20.763) | (835) | (21.598) |
| Reserva legal | | - | 4.379 | - | - | - | (4.379) | - | - | - |
| Reserva especial | | - | - | 68.737 | - | - | (68.737) | - | - | - |
| Distribuição de dividendos de exercícios anteriores | | - | - | - | - | - | - | - | (3.766) | (3.766) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | | 57.894 | 11.385 | 168.506 | (12.144) | 117.476 | - | 343.117 | 39.115 | 382.232 |
| Redução de capital | 11 | **(14.248)** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **(14.248)** | **-** | **(14.248)** |
| Realização da deprec. do custo atribuído, líquida de tributos | | **-** | **-** | **-** | **-** | **(4.536)** | **4.536** | **-** | **-** | **-** |
| Efeito ajuste economia hiperinflacionária em filiais no exterior | | **-** | **-** | **-** | **-** | **906** | **-** | **906** | **-** | **906** |
| Efeito ajuste economia hiperinflacionária em controladas no exterior | | **-** | **-** | **-** | **-** | **1.947** | **-** | **1.947** | **-** | **1.947** |
| Variação cambial de filiais e controlada no exterior | 19.c | **-** | **-** | **-** | **-** | **(4.804)** | **-** | **(4.804)** | **-** | **(4.804)** |
| Lucro líquido do exercício | | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **193.333** | **193.333** | **9.318** | **202.651** |
| Dividendos obrigatórios | 19 | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **(48.333)** | **(48.333)** | **(1.067)** | **(49.400)** |
| Reserva especial | | **-** | **-** | **149.536** | **-** | **-** | **(149.536)** | **-** | **-** | **-** |
| Distribuição de dividendos de exercícios anteriores | | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **(2.428)** | **(2.428)** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | | **43.646** | **11.385** | **318.042** | **(12.144)** | **110.989** | **-** | **471.918** | **44.938** | **516.856** |

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

| | | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | Nt. | 2021 | 2020 | 2019 | 2021 | 2020 | 2019 |
| Resultado do exercício antes dos impostos s/o lucro | | **184.331** | 87.785 | 12.169 | **199.369** | 115.715 | 34.353 |
| Ajustes para conciliar o resultado às disponib. geradas pelas atividades operacionais: | | | | | | | |
| Depreciação e amort. | 11, 12, 13, 14, 18 | **26.183** | 24.354 | 26.293 | **48.744** | 49.004 | 49.542 |
| Ganho c/venda de propriedade p/investimento | | **(244)** | - | - | **(244)** | - | - |
| Juros sobre passivos de arrendamento | 18 | **1.593** | 431 | 845 | **1.757** | 431 | 845 |
| Efeito hiperinflação - CPC 42 / IAS 29 | | **906** | 733 | 2.248 | **(11.282)** | (5.698) | 1.551 |
| Resultado nas baixas do imobilizado | | **150** | 5.715 | 5.174 | **1.955** | 6.527 | 5.760 |
| Resultado de equiv. patrimonial | 11 | **(227.597)** | (167.575) | (96.269) | **(690)** | (563) | (723) |
| Provisão p/perdas de crédito esperadas s/ contas a receber de clientes | 6 | **2.298** | 4.693 | 11.811 | **11.094** | 13.356 | 19.781 |
| Provisão para estoques obsoletos | 7 | **214** | 38 | 103 | **1.413** | (340) | 3.659 |
| Realização do lucro na integralização do capital | 11 | **(618)** | (615) | (691) | **-** | - | - |
| Provisão (reversão) de provisão para litígios | 17 | **86** | (57) | 159 | **185** | 389 | 37 |
| Reversão para avais em terceiros | | **(2.883)** | (2.469) | (4.849) | **(2.883)** | (2.469) | (4.848) |
| Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos | 15 | **90.191** | 225.442 | 81.850 | **110.345** | 243.340 | 92.793 |
| Juros e descontos *intercompany* | | **22.979** | - | - | **7.615** | - | - |
| | | **97.589** | 178.475 | 38.843 | **367.378** | 419.692 | 202.750 |
| **Variações no ativo e no passivo** | | | | | | | |
| Contas a receber | | **14.442** | 16.706 | (68.705) | **(57.829)** | (11.406) | (34.721) |
| Estoques | | **(95.043)** | (8.160) | 13.629 | **(194.416)** | (40.198) | 29.486 |
| Impostos a recuperar | | **(46.181)** | 54.595 | 50.099 | **(70.486)** | 99.566 | 107.269 |
| Outras contas a receber | | **(47.634)** | (5.801) | (16.741) | **(57.197)** | (5.010) | (5.842) |
| Dividendos recebidos | | **2.081** | - | 2.447 | **-** | - | - |
| Fornecedores | | **56.749** | (6.849) | 90 | **83.806** | (8.338) | 7.419 |
| Obrigações fiscais e sociais | | **55.370** | 6.564 | (10.827) | **95.577** | 9.398 | (31.773) |
| Outras contas a pagar | | **(23.714)** | 4.102 | 17.923 | **(6.703)** | 18.995 | (14.370) |
| I.R. e contrib. social pagos | | **(9.957)** | - | - | **(37.748)** | (3.869) | (1.869) |
| **Caixa e equivalentes de caixa líq. gerados nas atividades operacionais** | | **3.702** | 239.632 | 26.758 | **122.382** | 478.830 | 258.349 |
| **Fluxo de caixa das atividades de investim.** | | | | | | | |
| Em aplicações financeiras | | **2.218** | (2.183) | (2.079) | **5.406** | (676) | (2.062) |
| Em propriedade p/investim. | 12 | **(400)** | - | (7.645) | **(400)** | - | (7.645) |
| Em investimentos em controladas/coligadas | 11 | **6.425** | (10.393) | (79.336) | **-** | - | (53.023) |
| Recebimento na venda de ativos | | **2.311** | - | - | **4.732** | - | - |
| Em imobilizado | 13 | **(29.831)** | (6.165) | (5.909) | **(56.966)** | (20.853) | (24.383) |
| No intangível | 14 | **(240)** | (327) | (2.506) | **(709)** | (376) | (3.242) |
| **Caixa e equivalentes de caixa líq. aplicados nas atividades de investim.** | | **(19.517)** | (19.068) | (97.475) | **(47.937)** | (21.905) | (90.355) |
| **Fluxo de caixa das ativid. de financiamentos** | | | | | | | |
| Aquisição de partic. de não controladores | 1.3 | **-** | (38.757) | - | **-** | (60.511) | - |
| Empréstimos e financiam. – captação | 15 | **317.552** | 435.148 | 630.566 | **435.443** | 522.223 | 773.145 |
| Empréstimos e financiam. – pagamentos | 15 | **(293.981)** | (492.809) | (727.904) | **(387.965)** | (625.510) | (831.746) |
| Juros de emprést. pagos | 15 | **(60.431)** | (54.609) | (30.875) | **(77.466)** | (69.498) | (45.098) |
| Créditos c/partes relac. | | **(5.108)** | (60.953) | (23.222) | **(4.240)** | (16.189) | 6.264 |
| Débitos c/partes relac. | | **73.925** | 90.135 | 245.722 | **(2.944)** | 1.529 | - |
| Pagamentos realizados arrendamento | 18 | **(6.002)** | (3.136) | (3.077) | **(6.957)** | (3.485) | (3.077) |
| Pagamentos de dividendos | | **(27.812)** | (6.076) | (16.411) | **(30.427)** | (11.392) | (38.186) |
| **Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas (aplicados nas) atividades de financ.** | | **(1.857)** | (131.057) | 74.799 | **(74.556)** | (262.833) | (138.698) |
| **Aumento (redução) no caixa e equiv. de caixa** | | **(17.672)** | 89.507 | 4.082 | **(111)** | 194.092 | 29.296 |
| **Variação no caixa e equivalentes de caixa** | | | | | | | |
| Caixa e equiv. de caixa - no início do exercício | | **99.864** | 10.357 | 6.275 | **246.961** | 52.869 | 23.573 |
| Caixa e equiv. de caixa - no final do exercício | | **82.192** | 99.864 | 10.357 | **246.850** | 246.961 | 52.869 |
| **Aumento (redução) no caixa e equiv. de caixa** | | **(17.672)** | 89.507 | 4.082 | **(111)** | 194.092 | 29.296 |
| **Itens que não afetam caixa:** | | | | | | | |
| Efeito de variação cambial s/o caixa e equiv. de caixa | | **-** | (59) | (49) | **-** | 368 | (10.169) |
| Variação cambial sobre investidas no exterior | | **(4.804)** | 27.849 | (6.802) | **(4.804)** | 37.017 | (4.524) |
| Redução de capital e investimento – Nota | 11 | **14.248** | - | - | **14.248** | - | - |
| Compensação de dividendos a receber c/débitos com partes Relacionadas | | **72.290** | 88.337 | 50.930 | **(694)** | 88.337 | - |
| Compensação de dividendos a pagar c/partes relacionadas | | **-** | (10.400) | 14.998 | **-** | (10.400) | 14.998 |
| Compra de imobilizado de controlada | | **274** | - | - | **-** | - | - |

## Demonstrações de valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2019 | 2021 | 2020 | 2019 |
| **Receitas** | **1.585.032** | 1.221.109 | 1.220.734 | **2.900.090** | 2.298.789 | 2.065.547 |
| Vendas de mercadorias, produtos e serviços | **1.578.805** | 1.215.557 | 1.224.414 | **2.892.520** | 2.299.638 | 2.076.850 |
| Perda de crédito esperadas s/contas a receber de clientes | **2.445** | 160 | (10.233) | **(2.040)** | (7.419) | (17.856) |
| Outras receitas | **3.782** | 5.392 | 6.553 | **9.610** | 6.570 | 6.553 |
| **Insumos adquiridos de terceiros** | **(1.066.385)** | (762.239) | (746.020) | **(1.753.696)** | (1.240.302) | (1.155.982) |
| Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos | **(863.335)** | (653.255) | (620.080) | **(1.360.687)** | (1.039.898) | (1.002.091) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | **(203.050)** | (108.984) | (125.940) | **(393.009)** | (200.404) | (153.891) |
| **Valor adicionado bruto** | **518.647** | 458.870 | 474.714 | **1.146.394** | 1.058.487 | 909.565 |
| Depreciação e amortização | **(26.183)** | (24.354) | (26.293) | **(48.744)** | (49.004) | (49.542) |
| **Valor adicionado líquido produzido pela entidade** | **492.464** | 434.516 | 448.421 | **1.097.650** | 1.009.483 | 860.023 |
| **Valor adicionado recebido em transferência** | **400.932** | 483.034 | 309.474 | **248.690** | 353.645 | 245.587 |
| Resultado da equiv. patrimonial | **227.597** | 167.575 | 96.269 | **690** | 563 | 723 |
| Receitas financeiras | **173.335** | 315.459 | 213.205 | **248.000** | 353.082 | 244.864 |
| **Valor adicionado total a distribuir** | **893.396** | 917.550 | 757.895 | **1.346.340** | 1.363.128 | 1.105.610 |
| **Distribuição do valor adicionado** | **(893.396)** | (917.550) | (757.895) | **(1.346.340)** | (1.363.128) | (1.105.610) |
| Pessoal e encargos | **(157.335)** | (139.410) | (147.021) | **(269.929)** | (245.452) | (252.974) |
| Impostos, taxas e contribuições | **(264.429)** | (208.069) | (228.437) | **(500.175)** | (478.614) | (480.156) |
| Juros, aluguéis e outras despesas operacionais | **(278.317)** | (482.980) | (293.702) | **(373.585)** | (544.019) | (348.376) |
| Dividendos | **(48.333)** | (20.763) | (22.179) | **(49.400)** | (21.598) | (23.219) |
| Participação de não controladores | **-** | - | - | **(9.318)** | (8.077) | (5.175) |
| Lucros retidos | **(144.982)** | (66.328) | (66.556) | **(143.933)** | (65.368) | 4.290 |

continua

## Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A Borrachas Vipal S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações, de capital fechado, que em conjunto com suas controladas designadas neste relatório na nota 2.2, é controlada pela empresa Paludo Participações S.A. que detém 99,99% do seu capital social. A Companhia tem sede na Rua Buarque de Macedo, 365, Nova Prata/RS, tem como objetivo a industrialização, comércio, importação e exportação de reparos a frio, vulcanizantes e auto vulcanizantes para pneus e câmaras de ar, industrialização, comercialização e prestação de serviços em borracha e seus artefatos, produtos para os ramos automotivo, esportivo e industrial, adesivos, colas e produtos de limpeza em geral, assim como fabricação de máquinas-ferramenta, atuação em comércio, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral, administração de negócios e participações em outras sociedades. **1.1. Impactos do Covid-19 -** A Companhia continua monitorando os impactos decorrentes da pandemia do COVID-19 e mantém medidas preventivas e mitigadoras adotadas em 2020 em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores e continuidade de suas operações. Abaixo detalhamos algumas medidas adotadas pela Companhia durante o exercício de 2020: (i) renegociação de fornecedores; (ii) prorrogação de pagamento de empréstimos e reparcelamento dos juros do contrato global de empréstimos; (iii) readequação de linhas de produção e do setor administrativo de forma a reduzir contato e aglomerações de trabalhadores; (iv) redução no quadro de funcionários; (v) adesão às medidas de assistência governamental como postergação do recolhimento do PIS/COFINS, Contribuição Previdenciária, parcelamento do FGTS, redução das alíquotas da contribuição aos serviços sociais autônomos; (vi) adesão ao programa emergencial de manutenção do emprego e renda nos termos da Medida Provisória nº 936, aplicando nos meses de abril a junho com redução na jornada de trabalho e salário base. A continuidade das operações e preservação da sustentabilidade do negócio e da nossa rede de reformadores é prioridade da Administração da Companhia e a mesma não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando. Diante do cenário atual de incertezas na economia, ocasionado pela pandemia do COVID-19 e em atendimento aos Ofícios Circulantes CVM/SNC/SEP/n° 02/2020 e n° 03/2020, a Companhia revisou as principais estimativas contábeis e estão apresentadas ao longo das notas explicativas, com destaque: 1.1.1. Avaliação de provisão para perda esperada - A Companhia avalia as variáveis que compõem a metodologia de mensuração das perdas estimadas, através da projeção das rolagens de cada faixa da carteira, capturando as estimativas de reflexos na inadimplência e recuperação dos créditos para os próximos meses. Com base nesta análise não foi identificado nenhuma necessidade de provisionamento adicional. Cabe ressaltar que a Administração permanece acompanhando o cenário econômico e avaliando eventuais impactos que podem causar reflexo na mensuração das perdas estimadas. 1.1.2. Recuperabilidade dos ativos - A recuperabilidade dos ativos, em particular os ativos com vida útil indefinida, é revisada anualmente. Na avaliação da Administração, o atual cenário, impactado pelo COVID-19, não afetou as projeções de lucros futuros, permitindo a recuperabilidade dos ativos. 1.1.3. Principais fatores de risco relacionados a pandemia - Os principais riscos que a pandemia representou aos negócios da Companhia são, na avaliação da Administração, a redução da liquidez, por restrições de crédito ou atraso de pagamentos de clientes; ou um fechamento de cidades (*lockdown*) mais rigoroso; e o risco de *impairment* de ativos por conta dos fatores já citados. Conforme mencionado acima, até o presente momento nenhum desses potenciais riscos foi verificado. A Administração está atenta e realizando os esforços necessários para o enfrentamento da crise. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as operações da Companhia e de suas subsidiárias seguem funcionando regularmente, sem interrupções ou paralisações. **1.2. Transações societárias relevantes -** Em 02 de janeiro de 2019, a Companhia adquiriu 51% das ações ordinárias emitidas da empresa Marangoni Trade North America, Inc. ("MTNA"), localizada em Madison, Tennessee, EUA. Em 30 de junho de 2020 a Companhia adquiriu uma participação adicional de 30% do capital da controlada. No mesmo mês a MTNA reduziu seu capital social tendo o sócio não controlador se retirado da sociedade. Com esse movimento a Companhia passou a deter 100% do capital social da controlada. Em 30 de junho de 2021 foi aprovado em assembleia geral extraordinária a redução de capital da Companhia e a restituição do valor à sua controladora Paludo Participações S.A., no montante de R$ 14.248. O capital reduzido foi quitado pela Companhia ao seu controlador mediante a transferência de 510.510 ações de emissão da Fate Pneus do Brasil S.A., até então detidas pela Companhia. Dessa forma esta empresa passou a não ser mais investida da Companhia a partir dessa data. **1.3. Combinação de negócios - aquisição de participação societária pela Controladora -** Como mencionado na Nota 1.2 a Companhia adquiriu 51% das ações ordinárias emitidas da empresa Marangoni Trade North America, Inc. ("MTNA"). A aquisição da participação foi considerada pela Administração uma combinação de negócios, em função da transferência do controle desta empresa para Borrachas Vipal S.A. a partir de 2 de janeiro de 2019, além do cumprimento dos demais pré-requisitos previstos no CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinações de negócio. A data de aquisição foi estabelecida contratualmente entre as partes como sendo 2 de janeiro de 2019, com o balanço de abertura definido como aquele levantado em 31 de dezembro de 2018, visto não terem ocorrido alterações relevantes entre essa data e a data de aquisição. O valor total do negócio foi de € 12.000 (doze milhões de Euros), equivalentes a R$ 53.250, sendo € 5.000 (cinco milhões de Euros), ou R$ 22.188, em créditos

que a Companhia detinha contra a Marangoni S.p.A (Itália) por antecipações efetuadas no exercício anterior, € 5.000 (cinco milhões de Euros), representando R$ 22.188, até julho de 2019 e € 2.000 mil (dois milhões de Euros), equivalentes a R$ 8.874 liquidados através de fornecimento de matéria-prima. Abaixo demonstramos o valor justo do balanço patrimonial da MTNA na data de aquisição (valores em reais):

| | Valor justo reconhecido na aquisição |
|---|---|
| Estoques | 26.623 |
| Carteira de clientes | 17.874 |
| Ativo imobilizado | 67.679 |
| Imposto de renda e contribuição social | 34 |
| Impostos diferidos sobre mais valia | (18.448) |
| Outros (passivos)/ativos líquidos | (11.145) |
| Total de ativos identificáveis líquidos, a valor justo | **82.617** |
| Participação de não controladores | (40.483) |
| Ágio por expectativa de rentabilidade futura | 11.116 |
| Contraprestação transferida | **53.250** |

A contraprestação transferida, líquida do caixa adquirido, foi determinada conforme segue:

| | |
|---|---|
| Contraprestação transferida | 53.250 |
| Caixa da controlada na data de aquisição | (227) |
| Contraprestação transferida, líquida do caixa adquirido | **53.023** |

O valor justo das mais valias de estoques totalizou R$ 6.013 e o ativo imobilizado R$ 30.373. A técnica de avaliação utilizada para mensurar o valor justo da carteira de clientes foi o método de renda (*Multi-Period Excess Earnings Method* - MPEEM), que possui como objetivo isolar o fluxo de caixa atribuível a um ativo intangível específico do fluxo de caixa total. Nesse método, são feitas eliminações contra o lucro líquido total, pelo uso dos ativos contribuintes, alocando o lucro excedente ao ativo intangível em avaliação. As principais premissas utilizadas foram: (i) taxa de retenção (churn rate), (ii) rentabilidade atribuída a carteira (EBITDA da empresa adquirida, retornando o percentual de despesas com publicidade e propaganda), (iii) ativos contributivos, (iv) taxa de desconto WARA formado pelo WACC adicionando um ajuste pelo risco do referido ativo, e (v) vida útil estimada. O ativo imobilizado foi avaliado pelo Método Comparativo Direto de Dados de Mercado para terrenos e pelo Método da Quantificação de Custo para benfeitorias e para Máquinas, Equipamentos, Instalações e Bens Industriais em Geral seguiu-se o estabelecido nas normas brasileiras de avaliação. Os produtos em estoque foram avaliados ao valor justo considerando o preço de venda menos a soma de seus custos para conclusão, custos de venda e uma previsão de lucro razoável para a conclusão dos esforços de venda da entidade adquirente com base no lucro de produtos semelhantes. Os produtos acabados foram avaliados ao valor justo considerando o preço de venda deduzidos dos custos para a comercialização. Desde a data de aquisição, a MTNA contribuiu para o Consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 com receita líquida de R$ 116.920 e lucro antes dos impostos de R$ 8.165. Em 30 de junho de 2020, a Companhia assinou o segundo acordo de compra de ações da controlada MTNA, com a Marangoni S.p.A (Itália), para a aquisição da participação de 24.600 ações, equivalentes a 30% do capital da investida. O preço estabelecido para a compra das ações foi de € 6.300 (seis milhões e trezentos mil Euros), equivalente a R$ 38.757, sendo € 5.000 (cinco milhões de Euros), ou R$ 30.760, em créditos que a Companhia detinha contra a Marangoni S.p.A (Itália) por antecipações efetuadas no exercício anterior e € 1.300 mil (um milhão e trezentos mil Euros), equivalentes a R$ 7.997 liquidados através de fornecimento de matéria-prima. Ainda de acordo com o contrato, a MTNA recomprou o saldo remanescente de ações que a Marangoni S.p.A (Itália) detinha do seu capital, representado por 15.580 ações. O preço estabelecido para a recompra das ações foi de € 3.700 (três milhões e setecentos mil Euros), equivalentes a R$ 21.754, sendo € 1.000 (um milhão de Euros), representando R$ 5.879, na data do fechamento, € 1.430 (um milhão, quatrocentos e trinta mil Euros), ou R$ 8.408, compensados com débitos da Marangoni S.p.A (Itália) pendentes de pagamento à MTNA e € 1.270 (um milhão, duzentos e setenta mil Euros), equivalentes a R$ 7.467, pagos em setembro de 2020. A data de fechamento para ambas as operações estabelecida foi julho de 2020. Após estas transações a Companhia passou a deter 100% de participação na controlada. Por se tratar de transações entre sócios, o impacto da mais valia paga pela Controladora e da recompra de ações foi tratado no patrimônio líquido da Controladora, como uma transação entre acionistas, conforme orienta o CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas. Abaixo demonstramos os valores registrados na data de aquisição (valores em reais):

| Etapas | Contraprestação | PL adquirido | Mais valia |
|---|---|---|---|
| Compra de 30% ações pela Controladora | 38.757 | 29.612 | 9.145 |
| Recompra de 19% de ações pela subsidiária MTNA | 21.754 | 18.755 | 2.999 |
| Total apropriado em transações com sócios | | | **12.144** |

**2. Sumário das principais políticas contábeis: 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras -** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelos órgãos institucionais CPC e IASB, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis, sendo as mais relevantes divulgadas na Nota 3. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: provisão para perdas de crédito esperadas sobre contas a receber de clientes, a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativo intangível, a provisão para litígios e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, quando aplicável e da análise da recuperação de ativos não monetários (impairment). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente. A Companhia está reapresentando neste conjunto de demonstrações financeiras, os dois últimos exercícios comparativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, para permitir ampla comparabilidade de suas informações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"). A conclusão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi autorizada em reunião de diretoria realizada em 16 de março de 2022. **2.2. Bases de consolidação -** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

| | País | Moeda Funcional | Percentual de participação 2021 Direta | 2021 Indireta | 2020 Direta | 2020 Indireta | 2019 Direta | 2019 Indireta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Empresas no Brasil** | | | | | | | | |
| Borrachas Vipal Nordeste S.A. | Brasil | Reais | **95,58** | **-** | 95,58 | - | 95,58 | - |
| Vipal Indústria de Máquinas Ltda | Brasil | Reais | **100** | **-** | 100 | - | 100 | - |
| Caravaggio Empreendimentos e Incorporações Ltda. | Brasil | Reais | **-** | **-** | - | - | 99,86 | - |
| Vipaltec Pesq.Desenv.Tec. Ltda. | Brasil | Reais | **99,99** | **-** | 99,99 | - | 99,99 | - |
| **Empresas no exterior** | | | | | | | | |
| Marangoni Trade North American Inc. | Estados Unidos | Dólar Americano | **100** | **-** | 100 | - | 51 | - |
| Vipal Participadas Espana S.L. | Espanha | Euro | **100** | **-** | 100 | - | 100 | - |
| Karlevi S.A. | Uruguai | Pesos Uruguaios | **-** | **100** | - | 100 | - | 100 |
| Vipal Rubber Corporation | Estados Unidos | Dólar Americano | **-** | **100** | - | 100 | - | 100 |
| Vipal Chile S.A. | Chile | Pesos Chilenos | **-** | **100** | - | 100 | - | 100 |
| Vipal Colômbia S.A. | Colômbia | Pesos Colombianos | **-** | **100** | - | 100 | - | 100 |
| Vipal S.A. | Argentina | Pesos Argentinos | **22,16** | **77,84** | 22,16 | 77,84 | 42,03 | 57,97 |
| Cauchos Vi-pal, S.A de C.V. | México | Pesos Mexicanos | **-** | **100** | - | 100 | - | 100 |
| Vipal Europe GmbH | Alemanha | Euro | **-** | **100** | - | 100 | - | 100 |
| Vipal Europe, S.L. | Espanha | Euro | **-** | **100** | - | 100 | - | 100 |
| Vipal Europe, S.L. – D.o.o. | Eslovênia | Euro | **-** | **100** | - | 100 | - | 100 |
| Vipal Europe Limited | Reino Unido | Libra Esterlina | **-** | **100** | - | 100 | - | 100 |
| Vipal Italia Società a Responsabilità Limitata | Itália | Euro | **-** | **100** | - | 100 | - | 100 |

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas, e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre elas, são eliminados por completo. **2.3. Reconhecimento de receita -** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: Venda de produtos - As receitas da Companhia e suas controladas são auferidas com a venda de produtos de borracha para vulcanizações de pneus, bem como produtos correlatos para reforma e reparos de pneus, para os segmentos automotivo, esportivo e industrial. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente, geralmente na entrega dos produtos nas localidades do cliente e, portanto, a obrigação de performance é atendida. Não há outras promessas nos contratos com clientes que representem obrigações de performance distintas, e que poderiam requerer que uma parcela do preço da transação fosse alocada separadamente. A Companhia e suas controladas avaliam ao determinar o preço da transação se há efeitos de contraprestação variável, componente de financiamento, contraprestação não monetária ou devida ao cliente. As receitas são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável; os produtos foram efetivamente entregues e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa de sua realização. *Abatimentos por volume (bonificação por performance comercial)* - A Companhia e suas controladas oferecem abatimentos por volume para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente. O método do "valor mais provável" é adotado pela Companhia para estimar a contraprestação variável em um contrato. O método selecionado é o que melhor prediz o montante de contraprestação variável, principalmente pelo fato de os contratos incluírem apenas uma única meta, em sua grande maioria. Um passivo de restituição é reconhecido para os abatimentos futuros esperados e neste caso tais valores não são incluídos no preço da transação. A Companhia e suas controladas também são partes de contratos nos quais entregam cargas bonificadas de produtos a clientes, tendo como contrapartida por parte desses clientes o atingimento de metas de compras durante um período de tempo determinado contratualmente. Os custos incorridos a título de bonificação são considerados custos incrementais necessários para a obtenção de um contrato com cliente e, portanto, são registrados como despesa antecipada no momento da entrega dos produtos e amortizado pelo tempo do contrato e conforme o atingimento das metas pelo cliente. Receita de juros - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **2.4. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira -** Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia, bem como da investida de controle conjunto (joint venture), que são utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade, e posteriormente convertidas para Reais. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para Reais (BRL) pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pelas taxas médias mensais dos exercícios, sendo os efeitos dessa conversão registrados em conta específica do patrimônio líquido da controladora. Economia hiperinflacionária - Para fins de conversão dos saldos contábeis das unidades na Argentina para a moeda de apresentação (Reais (BRL)) utilizada nas demonstrações financeiras contábeis individuais e consolidadas da Companhia, foram adotados os seguintes procedimentos requeridos pelo CPC 02 (R2) (IAS 21) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras: • Os montantes de ativos, passivos e itens do patrimônio líquido foram convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento do exercício (0,05437 peso argentino por reais em dezembro de 2021); e • Os montantes de receitas e despesas do exercício foram convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento do exercício (0,05437 peso argentino por reais em dezembro de 2021), ao invés da taxa de câmbio média do período, que é utilizada na conversão de moeda de economia não hiperinflacionária. Correção monetária por hiperinflação - CPC 42/IAS 29 - Com inflação acumulada superior a 100% nos últimos três anos na Argentina, a aplicação do CPC 42 / IAS 29 - Contabilidade em economia hiperinflacionária - passou a ser requerida no exercício de 2018 para as unidades da Companhia nesse país. De acordo com a norma, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de investidas que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços ao consumidor "IPC". A inflação acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de 50,9% (36,1% em 31 de dezembro de 2020 e 54,5% em 31 de dezembro de 2019), conforme IPC. A Companhia efetuou a correção monetária na sua controlada Vipal S.A., sediada na Argentina, e em sua filial Borrachas Vipal Argentina. Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico e o patrimônio líquido foram atualizados pela inflação. Os impactos da correção monetária até o exercício de 2017 foram registrados em "outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido. O efeito em 2021 na controladora foi uma perda de R$ 17 (ganho de R$ 47 em 2020 e perda de R$ 959 em 2019) e no consolidado uma perda de R$ 15.148 (perda de R$ 9.120 em 2020 e perda de R$ 11.024 em 2019). Transações denominadas em moeda estrangeira - Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.5. Estoques -** Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. Matérias primas - Valorizadas ao custo de aquisição. Produtos acabados e em elaboração - Custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional dos gastos gerais indiretos de fabricação com base na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. **2.6. Investimentos -** Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) / IAS 28, para fins de preparação das demonstrações financeiras da controladora. Este investimento é deduzido de provisão para perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Após reduzir até zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o CPC 18 (R2) / IAS 28 determina que a Companhia deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas. **2.7. Imobilizado -** Imobilizados são mensurados ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por impairment, quando aplicável. Métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada data de relatório e ajustados, se apropriado. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.8. Ágio, mais valia e outros ativos intangíveis -** *Goodwill* - O *goodwill* apurado em aquisição de investimento é inicialmente mensurado como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos a valor justo adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). O goodwill não é amortizado, sendo sujeito a testes de impairment anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. O goodwill é registrado como ativo e incluído nas contas de "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial", na controladora, e "intangível", no consolidado. Em situações de venda de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, o goodwill será incluído na determinação dos ganhos e perdas. Mais valia de ativos - Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, no reconhecimento inicial, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. A mais valia de ativos é registrada como ativo e incluído nas contas "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial", na controladora, e reclassificado para as rubricas correspondentes, no consolidado. Outros ativos intangíveis - São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos principalmente por *software* e outros. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. Vide detalhes na nota 14. Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos. **2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros -** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa estimados são descontados a valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento que opera o ativo. O teste de perda ao valor recuperável (impairment) do ágio é feito anualmente ao final do exercício. **2.10. Provisões -** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **2.11. Tributação -** Impostos sobre vendas - Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

| | Alíquotas Controladora | Alíquotas Consolidado |
|---|---|---|
| ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços | 7% a 18% | 7% a 18% |
| IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados | 0% a 18% | 0% a 18% |
| COFINS - Contribuição para Seguridade Social | 7,60% a 9,50% | 3,00% a 9,50% |
| PIS - Programa de Integração Social | 1,65% a 2% | 0,65% a 2% |
| IVA - Imposto sobre Valor Adicionado (Exterior) | - | 0,5% a 22% |

As vendas são apresentadas pelos valores líquidos destes impostos na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. Imposto de renda e contribuição social correntes - A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil na data de apresentação das demonstrações financeiras e nos países onde as controladas da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. Impostos diferidos - Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal). • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os impostos diferidos ativos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **2.12. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -** Reconhecimento inicial e mensuração - Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios adotado pela Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais. Mensuração subsequente - A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros: Ativo financeiro: ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganho e perdas acumuladas (instrumento de dívidas; Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros ao custo amortizado. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, outros créditos, contas a receber de partes relacionadas e créditos a receber de parte relacionadas e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e ativos mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros, classificados como a custo amortizado, são: fornecedores, contas a pagar partes relacionadas, dividendos a pagar, passivo de arrendamento, débitos com partes relacionadas, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. **2.13. Subvenções governamentais -** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. **2.14. Arrendamento mercantil -** Na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamento Mercantil, a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente. A Companhia reconhece o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data da assinatura do contrato de arrendamento. A administração da Companhia considera como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, ajustado a valor presente, considerando a taxa incremental de juros para fins de desconto. Os contratos que atendem a esta norma são de aluguel de imóvel e da frota de veículos. Para cálculo do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento foi aplicado uma taxa de 10,5% a.a. para o aluguel do imóvel e 4,1% a.a. para frota de veículos. Essas taxas foram utilizadas com base em simulação junto aos bancos que a Companhia opera. A Companhia analisou os contratos existentes e identificou cinco enquadrados no CPC 06 (R2) / IFRS 16. Os demais não se enquadraram à norma por serem considerados de baixo valor como definidos pela Companhia, variabilidade na mensuração dos valores ou por terem prazo inferior a 12 meses. **2.15 Informação por segmento -** A administração da Companhia é responsável por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho. As informações apresentadas à administração com o respectivo desempenho de cada segmento são derivadas dos registros mantidos de acordo com as práticas contábeis. Os segmentos reportáveis da companhia estão descritos na nota explicativa 24. **2.16 Lucro por ação -** O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias (o denominador) durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados em ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação. **2.17 Fluxo de caixa -** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/ IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitidos pelos CPC/IFRS. A Companhia e suas controladas classificam dividendos recebidos como fluxos de caixa de atividades operacionais. Os dividendos pagos são demonstrados como fluxos de caixa de financiamento. **2.18 Demonstração do valor adicionado -** Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelas empresas e sua distribuição durante determinado exercício. É apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"). **2.19 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021 -** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. *Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da taxa de juros de referência* - As alterações fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados nas taxas de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras tomadas em conjunto da Companhia. *Alterações ao CPC 06 (R2): Benefícios relacionados a COVID-19, concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento* - As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia COVID-19. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras tomadas em conjunto da Companhia. **2.20. Normas emitidas, mas ainda não vigentes -** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e que lhe são aplicáveis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. *Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante* - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) O que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação, (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. *Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis* - Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem

continua

como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. A Companhia e suas controladas não adotaram de forma antecipada a norma e não se espera haver impactos relevantes nas demonstrações financeiras. *Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia e suas controladas não adotaram de forma antecipada a norma e não se espera haver impactos relevantes nas demonstrações financeiras. A Administração não espera incorrer em alterações relevantes às demonstrações financeiras com a implementação desse normativa. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **3.1. Estimativas e premissas -** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir: **3.1.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("*impairment*") -** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **3.1.2 Impostos -** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. **3.1.3 Provisões para litígios -** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **3.1.4 Arrendamentos - determinação do prazo de arrendamento -** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. **3.1.5 Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos -** A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental nominal sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia. **3.1.6 Provisão para perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes -** A Companhia utiliza julgamento profissional para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato da Companhia estão divulgadas na nota explicativa. **3.1.7 Tributos -** Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte da Companhia. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Essas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de ativo fiscal diferido. **3.1.8 Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros -** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os *inputs* considerados nestes modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que estes inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a estes fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A contraprestação contingente, resultante de combinações de negócios, é avaliada pelo valor justo na data da aquisição como parte da combinação de negócios. **3.1.9 Definição de vidas úteis de ativo imobilizado e intangível -** Os ativos imobilizados e intangíveis são depreciados e amortizados, respectivamente, de forma linear ao longo da vida útil esperada do ativo. As taxas de depreciação e amortização são baseadas em informações históricas e projeções futuras que se baseiam em estimativas que podem a vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado. As vidas úteis de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios são definidas com base em técnicas de avaliação que incluem a determinação de premissas e critérios que consideram o histórico da entidade, o setor em que está inserida, as projeções de mercado para a entidade combinada. As premissas adotadas podem variar em relação às efetivamente incorridas, gerando variações em relação aos valores alocados quando da combinação. **3.1.10 Valor justo de ativos intangíveis advindos de combinação de negócios -** Como determinado pelo CPC 15 (R1) (IFRS 3) – combinação de negócios, requer que os ativos e passivos adquiridos sejam avaliados a valor justo na data da aquisição. Bem como ativos intangíveis identificados em combinação sejam avaliados a valor justo. Julgamento é necessário para identificar os ativos identificáveis e os critérios para apurar o valor justo. O processo de mensuração a valor justo requer a assunção de premissas e estimativas que podem gerar variações em relação aos valores efetivamente incorridos. As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir: Receitas: Projetadas com base nos planos de negócios da empresa adquirida, conforme conceitos definidos no CPC 46 (IFRS 13) foram considerados crescimentos decorrentes de expansão orgânica. Ajustes foram realizados para sensibilizar as premissas adotadas no plano de negócios a dados comparáveis de mercado, quando aplicável. Custos e despesas operacionais: Projetados com base no desempenho histórico da adquirida, e em concordância com o modelo de crescimento do plano de negócios, considerando, também ajustes com dados comparáveis de mercado, quando aplicável. Investimentos de capital: Os investimentos foram estimados com base nos planos de negócio das empresas adquiridas, sendo aqueles necessários para suportar e manter o crescimento da adquirida. Taxa de desconto: Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (WACC, na sua sigla em inglês). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado dos riscos e rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes: Ativos imobilizados: Quando aplicável, foi utilizado a abordagem de custo, utilizando o método de comparação de mercado: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica. Intangível - Marca e *Softwares*: O método utilizado para a avaliação da Marca e Softwares foi o de *Relief-from-Royalty*. A premissa desta metodologia de avaliação é a suposição de que um participante de mercado seria obrigado a pagar ao proprietário do ativo intangível para ter o direito legal de utilizar sua marca ou seu *software*. Como a propriedade da Marca e do *Software* existente dispensa a empresa de fazer tais pagamentos (royalties), o desempenho financeiro da empresa é aumentado na medida em que tais pagamentos são evitados. As principais premissas foram: (i) projeção da receita, conforme plano de negócio da Companhia, ajustado ao mercado, (ii) taxa de royalties (*Royalties rate*) formada por elementos comparáveis, (iii) taxa de desconto WARA (*Weighted Average Return on Assets*) formado pelo WACC (*Weighted Average Capital Cost*) adicionando um ajuste pelo risco do referido ativo, e (iv) Vida útil esperada. Intangível - Acordo de não competição: O método utilizado para a avaliação, do acordo de não competição foi o *With and Without*. Essa metodologia tem como fundamento o cálculo do fluxo de caixa incremental de um determinado ativo. Para aplicação dessa metodologia compara-se (i) a estimativa do fluxo de caixa utilizando-se o ativo a ser avaliado com (ii) a estimativa do fluxo de caixa sem considerar a utilização do mesmo, sendo o fluxo incremental descontado a valor presente. As principais premissas foram: (i) projeção da receita, conforme plano de negócio da Companhia, ajustado ao mercado, (ii) Percentual das receitas expostas a competição, (iii) Probabilidade de competição, (iv) taxa de desconto WARA formado pelo WACC adicionando um ajuste pelo risco do referido ativo, e (v) Vida útil, considerando o prazo contratual de não competição estabelecido em cada operação. Intangível - Carteira de cliente: Foi utilizado o método de renda *Multi-Period Excess Earnings Method* - MPEEM, que possui como objetivo isolar o fluxo de caixa atribuível a um ativo intangível específico do fluxo de caixa total. Nesse método, são feitas eliminações contra o lucro líquido total, pelo uso dos ativos contribuintes, alocando o lucro excedente ao ativo intangível em avaliação. As principais premissas utilizadas foram: (i) taxa de retenção (churn rate), (ii) rentabilidade atribuída a carteira (EBITDA da empresa adquirida, retornando o percentual de despesas com publicidade e propaganda), (iii) ativos contributivos, (iv) taxa de desconto WARA formado pelo WACC adicionando um ajuste pelo risco do referido ativo, e (v) Vida útil estimada. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2021** | **2020** | **2019** | **2021** | **2020** | **2019** |
| Disponibilidades | **8.650** | 10.319 | 3.378 | **59.740** | 50.045 | 36.787 |
| Aplicações em moeda nacional | **73.542** | 89.545 | 6.979 | **185.374** | 195.881 | 15.468 |
| Aplicações em moeda estrangeira | **-** | - | - | **1.736** | 1.035 | 614 |
| Total | **82.192** | 99.864 | 10.357 | **246.850** | 246.961 | 52.869 |

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo representados, basicamente, por saldos de disponibilidades. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021 são remuneradas a taxas de 100% a 103% do CDI (100% a 105% do CDI em 31 de dezembro de 2020 e 99% a 99,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

**5. Aplicações financeiras:**

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2021** | **2020** | **2019** | **2021** | **2020** | **2019** |
| Aplicações financeiras – CDB | **2.044** | 4.262 | 2.079 | **2.044** | 7.450 | 6.774 |
| | **2.044** | 4.262 | 2.079 | **2.044** | 7.450 | 6.774 |
| Circulante | **-** | 2.257 | 2.079 | - | 5.445 | 2.079 |
| Não circulante | **2.044** | 2.005 | - | **2.044** | 2.005 | 4.695 |

Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), vinculadas a empréstimos e financiamentos, remuneradas as taxas de 100% a 103%, do CDI (98% a 100,4% do CDI em 31 de dezembro de 2020 e 99% a 99,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019). **6. Contas a receber de clientes:**

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2021** | **2020** | **2019** | **2021** | **2020** | **2019** |
| Clientes mercado interno | **144.086** | 145.052 | 167.919 | **450.250** | 411.932 | 399.766 |
| Clientes mercado externo | **43.494** | 42.249 | 41.057 | **79.706** | 65.513 | 81.180 |
| | **187.580** | 187.301 | 208.976 | **529.956** | 477.445 | 480.946 |
| (-) Provisão para perdas de crédito esperadas | **(30.892)** | (32.261) | (32.562) | **(85.206)** | (79.798) | (68.907) |
| Total contas a receber | **156.688** | 155.040 | 176.414 | **444.750** | 397.647 | 412.039 |
| Circulante | **142.952** | 138.874 | 164.657 | **407.333** | 368.627 | 375.197 |
| Não circulante | **13.736** | 16.166 | 11.757 | **37.417** | 29.020 | 36.842 |

Os valores classificados no ativo não circulante referem-se a renegociações de créditos junto a clientes. Essas novações, usualmente, possuem prazo superior a um ano, sendo os saldos atualizados monetariamente, acrescidos de juros compatíveis com os praticados no mercado. A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2021** | **2020** | **2019** | **2021** | **2020** | **2019** |
| Saldo no início do exercício | **(32.261)** | (32.562) | (22.288) | **(79.798)** | (68.907) | (47.455) |
| Adições | **(16.764)** | (14.850) | (15.192) | **(51.161)** | (31.038) | (36.189) |
| Saldo inicial de aquisição de controlada (Nota 1.3) | **-** | - | - | **-** | - | (959) |
| Recuperações | **14.466** | 10.157 | 3.381 | **40.067** | 17.682 | 16.408 |
| Realizações | **4.743** | 4.853 | 1.578 | **9.054** | 5.937 | 1.925 |
| Variação cambial | **(1.076)** | 141 | (41) | **(3.368)** | (3.472) | (2.637) |
| Saldo no final do exercício | **(30.892)** | (32.261) | (32.562) | **(85.206)** | (79.798) | (68.907) |

Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2021** | **2020** | **2019** | **2021** | **2020** | **2019** |
| A vencer | **158.956** | 155.823 | 158.989 | **426.676** | 375.403 | 360.538 |
| Vencidos | | | | | | |
| De 1 a 30 dias | **7.103** | 18.248 | 16.104 | **18.836** | 35.459 | 37.783 |
| De 31 a 60 dias | **630** | 9.536 | 5.237 | **17.902** | 17.856 | 16.040 |
| De 61 a 90 dias | **730** | 2.956 | 768 | **6.461** | 6.308 | 4.615 |
| Mais de 91 dias | **20.161** | 738 | 27.878 | **60.081** | 42.419 | 61.970 |
| | **187.580** | 187.301 | 208.976 | **529.956** | 477.445 | 480.946 |

**7. Estoques:**

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2021** | **2020** | **2019** | **2021** | **2020** | **2019** |
| Produtos prontos | **83.096** | 44.215 | 49.141 | **230.510** | 151.146 | 145.921 |
| Produtos em elaboração | **17.593** | 13.065 | 15.327 | **38.410** | 25.356 | 26.125 |
| Matérias-primas | **114.202** | 64.239 | 64.500 | **221.504** | 120.585 | 103.150 |
| Materiais de embalagens | **5.785** | 4.699 | 3.535 | **6.326** | 5.180 | 3.969 |
| Materiais intermediários e diversos | **25.905** | 25.320 | 10.875 | **44.273** | 44.340 | 27.244 |
| (-) Provisão para perdas | **(1.060)** | (846) | (808) | **(5.939)** | (4.526) | (4.866) |
| | 245.521 | 150.692 | 142.570 | **535.084** | 342.081 | 301.543 |
| | **Controladora** | | | **Consolidado** | | |
| | **2021** | **2020** | **2019** | **2021** | **2020** | **2019** |
| Saldo no início do exercício | **(846)** | (808) | (705) | **(4.526)** | (4.866) | (1.207) |
| Adições | **(2.074)** | (1.244) | (973) | **(7.045)** | (4.571) | (6.736) |
| Reversões | **1.860** | 1.206 | 870 | **5.800** | 5.648 | 2.862 |
| Variação cambial | **-** | - | - | **(168)** | (737) | 215 |
| Saldo no final do exercício | **(1.060)** | (846) | (808) | **(5.939)** | (4.526) | (4.866) |

**8. Impostos a recuperar:**

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2021** | **2020** | **2019** | **2021** | **2020** | **2019** |
| Imposto de renda (i) | **10.821** | 3.722 | 3.616 | **24.891** | 4.014 | 6.907 |
| Contribuição social | **3.621** | 1.137 | 1.165 | **6.907** | 1.245 | 1.266 |
| ICMS s/ativo imobilizado | **796** | 453 | 558 | **1.510** | 900 | 1.007 |
| PIS e COFINS sobre ativo imobilizado | **4.441** | 4.556 | 4.925 | **5.795** | 5.417 | 5.844 |
| ICMS | **8.338** | 11.028 | 3.570 | **9.049** | 11.515 | 3.827 |
| IPI | **119** | 4.251 | 4.878 | **1.447** | 5.589 | 9.285 |
| PIS e COFINS (ii) | **14.107** | 8.721 | 73.080 | **16.072** | 10.272 | 100.790 |
| Crédito presumido de IPI (nota 27) | **-** | - | - | **-** | - | 11.643 |
| Imposto s/Valor Agregado | **101** | - | - | **3.753** | - | - |
| Outros impostos | **8.149** | 4.876 | 1.547 | **22.947** | 19.351 | 17.300 |
| Total | **50.493** | 38.744 | 93.339 | **92.371** | 58.303 | 157.869 |
| Circulante | **45.910** | 34.128 | 29.766 | **85.824** | 52.079 | 70.150 |
| Não circulante | **4.583** | 4.616 | 63.573 | **6.547** | 6.224 | 87.719 |

(i) Em 24 de setembro de 2021, em decisão do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral reconhecida, foi declarada inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em razão desta decisão, a Companhia reconheceu o crédito tributário no valor de R$ 4.623 e atualização monetária de R$ 1.038 na Controladora e R$ 15.675 e atualização monetária de R$ 2.060 no Consolidado, bem como a exclusão permanente de tais valores de sua base de cálculo de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. (ii) Em 2018 transitou em julgado a ação judicial da Companhia e de sua controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A. para o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O montante de crédito fiscal registrados naquele exercício, em decorrência do trânsito em julgado, totalizou R$ 112.150 (R$228.193 no consolidado), sendo R$ 75.490 relativo ao valor original do crédito e R$ 36.660 relativo à atualização monetária (R$ 144.794 de valor original e atualização monetária de R$ 83.399 no Consolidado).

**9. Informação sobre partes relacionadas:** Os saldos e transações mantidos pela Companhia com suas controladas, controladora Paludo Participações S.A e demais partes relacionadas são apresentados a seguir:

| | 2021 | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ativo Circulante | | Ativo não circulante | | | Passivo circulante | | Passivo não circulante | | Transações | |
| | Contas a receber por venda (a) | Dividendos a receber (b) | Créditos c/partes relacionadas (b) | Contas a receber por vendas (a) | Contas a receber pela venda de ativo imobilizado (d) | Contas a pagar (a) | Débitos c/partes relacion. (c) | Dividendos a pagar (d) | Débitos c/partes relacionadas (c) | Receitas | Despesas |
| **Controladora:** | | | | | | | | | | | |
| Borrachas Vipal Nordeste S.A. | **4.049** | **23.086** | **-** | **-** | **-** | **333.060** | **-** | **-** | **349.446** | **66.141** | **(184.058)** |
| Cya Rubber Distribuidora Ltda. | **3.064** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **9.699** | **-** |
| Marpal Ltda. | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **100** | **-** | **-** | **-** | **(1.600)** |
| Paludo Participações S.A. | **-** | **-** | **137.811** | **-** | **31.901** | **-** | **-** | **48.333** | **-** | **-** | **-** |
| Pessoas físicas | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **20** | **-** | **11.970** | **-** | **-** |
| Subsidiárias no exterior | **217.131** | **1.910** | **-** | **16.125** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **327.131** | **-** |
| Vipal Indústria de Máquinas Ltda | **-** | **1.500** | **600** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Vicencio Paludo, Filhos & Cia. Ltda. | **71** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| | **224.315** | **26.496** | **138.411** | **16.125** | **31.901** | **333.060** | **120** | **48.333** | **361.416** | **402.971** | **(185.658)** |
| **Consolidado:** | | | | | | | | | | | |
| Marpal Ltda. | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **100** | **-** | **-** | **-** | **(1.600)** |
| Alpar Participações Ltda. | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **2.768** | **-** | **-** | **-** |
| Cya Rubber Distribuidora Ltda. | **3.209** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **9.699** | **-** |
| Paludo Participações S.A. | **-** | **-** | **137.811** | **-** | **31.901** | **-** | **-** | **48.333** | **-** | **-** | **-** |
| Pessoas físicas | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **20** | **-** | **11.969** | **-** | **-** |
| Vicencio Paludo, Filhos & Cia. Ltda. | **175** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| | **3.384** | **-** | **137.811** | **-** | **31.901** | **-** | **120** | **51.101** | **11.969** | **9.699** | **(1.600)** |

| | 2020 | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ativo Circulante | | Ativo não circulante | | | Passivo circulante | | Passivo não circulante | | Transações | |
| | Contas a receber por venda (a) | Dividendos a receber (b) | Créditos c/partes relacionadas (b) | Contas a receber por vendas (a) | Contas a receber pela venda de ativo imobilizado (d) | Contas a pagar (a) | Dividentos a pagar (d) | Contas a pagar (a) | Débitos c/partes relacionadas (c) | Receitas | Despesas |
| **Controladora:** | | | | | | | | | | | |
| Controladora: | | | | | | | | | | | |
| Borrachas Vipal Nordeste S.A. | 27.934 | 18.073 | 6 | - | - | 116.955 | - | 5.785 | 548.058 | 31.980 | (143.671) |
| Cya Rubber Distribuidora Ltda. | 3.913 | - | - | - | - | - | - | - | - | 4.521 | - |
| Marpal Ltda. | - | - | 135 | - | - | - | - | - | - | - | (930) |
| Paludo Participações S.A. | - | - | 133.436 | - | 39.516 | - | 27.812 | - | 4.949 | 6.860 | - |
| Pessoas físicas | - | - | - | - | - | 11 | - | - | 10.804 | - | (368) |
| Subsidiárias no exterior | 187.259 | 1.782 | - | 20.015 | - | - | - | - | 8.292 | 251.754 | - |
| Vicencio Paludo, Filhos & Cia. Ltda. | 77 | - | - | - | - | 11 | - | - | - | 1.350 | (46) |
| | 219.183 | 19.855 | 133.577 | 20.015 | 39.516 | 116.977 | 27.812 | 5.785 | 572.103 | 296.465 | (145.015) |
| **Consolidado:** | | | | | | | | | | | |
| Alpar Participações Ltda. | - | - | - | - | - | - | 1.888 | - | - | - | - |
| Cya Rubber Distribuidora Ltda. | 3.913 | - | - | - | - | - | - | - | - | 4.521 | - |
| Pessoas físicas | - | - | - | - | - | 11 | - | - | 10.804 | - | (368) |
| Marpal Ltda. | - | - | 135 | - | - | - | - | - | - | - | (930) |
| Paludo Participações S.A. | - | - | 133.436 | - | 39.516 | - | 27.812 | - | 4.949 | 6.860 | - |
| Vicencio Paludo, Filhos & Cia. Ltda. | 312 | - | - | - | - | 11 | - | - | - | 4.241 | (48) |
| | 4.225 | - | 133.571 | - | 39.516 | 22 | 29.700 | - | 15.753 | 15.622 | (1.346) |

| | 2019 | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ativo Circulante | | Ativo não circulante | | Passivo circulante | | Passivo não circulante | Transações | |
| | Contas a a receber p/venda (a) | Dividendos a receber (d) | Créditos com partes relacionadas (b) | Conta a receber pela venda de ativo Imobiliz. (d) | Contas a pagar (a) | Dividendos a pagar (d) | Débitos c/partes relacionadas (c) | Receitas | Despesas |
| **Controladora:** | | | | | | | | | |
| Alpar Participações Ltda. | - | - | - | - | - | - | 10.008 | - | - |
| Borrachas Vipal Nordeste S.A. | 11.634 | 22.497 | 220 | - | 65.984 | - | 604.868 | 32.701 | (148.096) |
| Cya Rubber Distribuidora Ltda. | 891 | - | - | - | - | - | 37 | 6.991 | - |
| Marpal Ltda. | - | - | - | - | 20 | - | - | - | (185) |
| Fate Brasil | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Paludo Agropecuária Ltda. | - | - | - | - | - | - | - | - | (51) |
| Paludo Participações S.A. | - | - | 96.467 | 39.703 | 4.106 | 23.525 | - | - | (5.243) |
| Subsidiárias no exterior | 173.142 | - | - | - | - | - | 7.464 | 197.347 | - |
| Vicencio Paludo, Filhos & Cia. Ltda. | 93 | - | - | - | - | - | - | 1.446 | - |
| Vipal Indústria de Máquinas Ltda. | - | - | - | - | 30 | - | - | - | - |
| | 185.761 | 22.497 | 96.687 | 39.703 | 70.140 | 23.525 | 622.377 | 238.485 | (153.575) |
| **Consolidado:** | | | | | | | | | |
| Alpar Participações Ltda. | - | - | - | - | - | 2.630 | 10.008 | - | - |
| Cya Rubber Distribuidora Ltda. | 898 | - | - | - | 52 | - | 37 | 6.991 | - |
| Fate Brasil | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Marpal Ltda. | - | - | - | - | 20 | - | - | - | (185) |
| Paludo Agropecuária Ltda. | - | - | - | - | - | - | - | - | (51) |
| Paludo Participações S.A. | - | - | 119.775 | 39.703 | 4.107 | 23.525 | - | 4.837 | (5.243) |
| Vicencio Paludo, Filhos & Cia. Ltda. | 746 | - | - | - | - | - | - | 4.134 | - |
| | 1.645 | - | 119.775 | 39.703 | 4.179 | 26.155 | 10.045 | 15.962 | (5.479) |

Termos e condições de transações com partes relacionadas - a) *Transações comerciais* - As transações com as partes relacionadas Borrachas Vipal Nordeste S.A., Vicencio Paludo, Filhos, Cia Ltda., Cya Rubber Distribuidora Ltda. e Paludo Agropecuária Ltda. Referem-se a compras e vendas de mercadorias e serviços efetuados a condições estabelecidas entre as partes. Os saldos com as subsidiárias no exterior referem-se a vendas de produtos efetuadas a condições estabelecidas entre as partes e incluem as seguintes subsidiárias: Maranguni Trade North America Inc., Vipal Rubber Corporation, Vipal Chile S.A., Cauchos Vi-pal, S.A. de C.V., Vipal Europe GmbH, Vipal Europe, S.L., Vipal Europe, S.L. – D.o.o., Vipal S.A., Vipal Colômbia S.A. e Vipal Europe Limited. Essas transações são registradas como Contas a receber por vendas e Contas a pagar conforme a sua natureza. b) *Crédito com partes relacionadas* - A controladora Paludo Participações S.A. possui contratos de mútuos com a Borrachas Vipal S.A. no montante de R$ 114.504 (R$ 110.129 em 31 de dezembro de 2020 e R$ 62.592 em 31 de dezembro de 2019) com o prazo de 60 meses. A partir de 2020, os saldos de mútuos estão sujeitos a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI e o inadimplente está sujeito a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total da dívida, além dos juros de mora e demais despesas. O saldo remanescente de crédito com esta parte relacionada, no montante de R$ 23.307 (R$ 23.307 em 31 de dezembro de 2020 e R$ 33.875 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a uma transação de conta corrente, a qual não está sujeita a encargos financeiros. c) *Débitos com partes relacionadas* - O saldo de débitos com partes relacionadas da controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A. refere-se ao contrato de mútuo, com vencimento para julho de 2025. A partir de 2020 a dívida está sujeita a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI e o inadimplente está sujeito a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total da dívida, além dos juros de mora e demais despesas. O saldo de débitos com partes relacionadas pessoas físicas refere-se ao mútuo com acionista do grupo, com vencimento para julho de 2024. A partir de 2020 a dívida está sujeita a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI mais 6% a.a. e o inadimplente está sujeito a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total da dívida, além dos juros de mora e demais despesas. d) *Outras operações* - A Companhia possui um contrato de aluguel com partes relacionadas, pessoas físicas referente ao centro administrativo de Porto Alegre no valor de R$ 233 ao mês. Este contrato atende a norma

continua

de arrendamento mercantil CPC 06 (R2) / IFRS 16 e está registrado no passivo de arrendamento e ativo de direito de uso. A Companhia possuía um contrato com a controladora Paludo Participações com o objetivo de receber assessoramento na área administrativa e financeira prestado por especialistas firmado em 2006 e com renovação automática. O último aditivo, datado em julho de 2008 estabeleceu o preço de R$ 4.200 ao ano para a prestação dos serviços. Este contrato foi encerrado em 31 de dezembro de 2021, não havendo saldos a pagar naquela data. O saldo de contas a receber pela venda de ativo imobilizado entre a Companhia e sua controladora Paludo Participações S.A. refere-se à alienação de itens do ativo imobilizado da Companhia. No exercício de 2011 a Companhia vendeu para sua controladora, Paludo Participações S.A., imóveis que não vinham sendo utilizados pela Borrachas Vipal S.A. em suas atividades operacionais. O preço de venda foi estabelecido com base em avaliação de mercado realizada por empresa de avaliação independente. O contrato não prevê data de vencimento, bem como não há incidência de encargos. O saldo de contas a pagar com a coligada Marpal S.A. refere-se a um contrato de licença de uso de marca, realizado em 2005 com prazo indeterminado. No último aditivo datado em dezembro de 2020, as partes concordam que o valor mensal a ser pago a título de *royalties* é de R$ 80. O saldo de R$ 48.333 de dividendos a pagar na controladora se refere aos dividendos obrigatórios do exercício de 2021. O saldo de R$ 2.767 da conta de dividendos a pagar, no consolidado, refere-se à parcela da empresa Alpar Participações Ltda. Nos dividendos da controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A do exercício de 2021. e) *Avais prestados* - Nos exercícios de 2021, 2020 e 2019, a Companhia prestou garantias de aval e caução de duplicatas para operações de empréstimos e financiamentos, contratados por partes relacionadas. Em 31 de dezembro, a composição das garantias prestadas para partes relacionadas está demonstrada a seguir:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2019 | 2021 | 2020 | 2019 |
| Borrachas Vipal Nordeste S.A. | **169.105** | 116.396 | 105.219 | **-** | - | - |
| Paludo Participações S.A.... | **25.932** | 31.008 | 32.083 | **25.932** | 31.008 | 32.083 |
| BR Plásticos S.A. ..... | **-** | - | 2.061 | **-** | - | 2.061 |
| Fate Pneus do Brasil S.A. ... | **-** | 315 | 733 | **-** | 315 | 733 |
| Total de garantias prestadas. | **195.037** | 147.719 | 140.096 | **25.932** | 31.323 | 34.877 |

*Para terceiros* - A Companhia prestou garantias de aval e caução de duplicatas para operações de empréstimos e financiamentos, contratados pela Duroline Participações Ltda. Essa empresa era investida da Borrachas Vipal S.A até 26 de outubro de 2018, quando a Companhia alienou sua participação naquela sociedade. Os avais concedidos foram mantidos e, em linha com as práticas contábeis, uma provisão para avais concedidos foi constituída, como abaixo demonstrado:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2019 | 2021 | 2020 | 2019 |
| Duroline S.A. ..... | - | 2.883 | 5.352 | - | 2.883 | 5.352 |
| Total de garantias prestadas | - | 2.883 | 5.352 | - | 2.883 | 5.352 |

Remuneração do pessoal-chave da Administração - Os montantes referentes a remuneração do pessoal-chave da Administração estão representados por dispêndios com benefícios de curto prazo que totalizam R$ 4.973 (R$ 3.769 em 31 de dezembro de 2020 e R$ 3.893 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia não possui remuneração em outras categorias de i) benefícios pós-emprego, ii) benefícios de longo prazo, iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho, e iv) remuneração baseada em ações. **10. Outros créditos:** Em 14 de dezembro de 2018 a Companhia, a Marangoni SpA e a Marangoni Tread Latino América Industria e Comercio de Artefatos de Borracha Ltda. ("MTLA"), empresa em recuperação judicial e controlada por Marangoni SpA, assinaram um contrato pelo qual, entre outras avenças, a Companhia abriu um limite de crédito de R$ 10.000 em favor da MTLA para aquisição de matéria prima. Este limite vem sendo utilizado integralmente pela referida empresa, estando o montante registrado na rubrica de "contas a receber de clientes". De acordo com o contrato, a Companhia possui uma opção de compra de participação societária tendo como condição precedente o trânsito em julgado da homologação do Plano de Recuperação Judicial. Em conexão com o contrato acima descrito a Companhia, em 30 de junho de 2021, firmou com o Banco do Brasil S.A, principal credor da MTLA, um termo de cessão de dívida pelo qual o banco cedeu à Companhia os créditos que detinha contra a MTLA, pelo montante de R$ 29.580, o qual foi registrado contabilmente em "outros ativos". Os créditos têm como garantia de primeiro grau um imóvel da MTLA, que tem avaliação de mercado, preparada por especialistas externos, indicando o valor justo de R$ 44.530. Em 31 de dezembro de 2021, a administração mensurou o valor justo do instrumento concluindo que o mesmo se aproxima do contábil e que nenhuma provisão para realização era necessária. A Companhia vem acompanhando a evolução do processo de recuperação judicial da MTLA, bem como, a sua capacidade de honrar os seus compromissos uma vez implementado o plano de recuperação. Na avaliação da Administração, não há risco de perdas relacionadas aos créditos a receber. **11. Investimentos:**

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2019 | 2021 | 2020 | 2019 |
| Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em Conjunto.... | **1.116.247** | 996.124 | 882.287 | **-** | 13.558 | 12.995 |
| Outros..... | **-** | - | - | **2.738** | 2.549 | 1.976 |
| Total..... | **1.116.247** | 996.124 | 882.287 | **2.738** | 16.107 | 14.971 |

| | Controladora | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | **Ativo** | **Passivo** | **Patrim. Líquido** | **Capital Social** | **Receita Líquido** | **A.F.A.C** | **Ágio pago na aquisição** | **Resultado do Exercício** | **% Partic.** | **2021** | **2020** | **2019** |
| Vipal S/A..... | 113.780 | 87.714 | 26.066 | 20.070 | 147.283 | - | - | 17.810 | 22,16 | **5.775** | 1.591 | 2.046 |
| Vipal Participadas de España S.L. (a)..... | 69.265 | 59 | 69.206 | 51.686 | - | 5.868 | - | 19.319 | 100,00 | **43.870** | 38.652 | 30.305 |
| Caravagio Empreendimentos Ltda.(b)..... | - | - | - | - | - | - | - | - | - | **-** | - | 52 |
| Borrachas Vipal Nordeste S.A (a)..... | 1.414.987 | 397.676 | 1.017.311 | 165.431 | 949.986 | - | - | 197.755 | 95,58 | **962.869** | 840.079 | 752.514 |
| Vipal Indústria de Máquinas Ltda. ..... | 11.192 | 3.811 | 7.381 | 888 | 10.607 | - | 1.071 | 1.381 | 100,00 | **8.452** | 10.652 | 32.022 |
| Vipaltec - Pesquisa e Desenvolvimento ..... | 2.474 | 155 | 2.319 | 750 | 870 | - | - | 316 | 99,99 | **2.319** | 2.003 | 1.481 |
| Fate Pneus do Brasil S.A. (c) ..... | - | - | - | - | - | - | - | - | - | **-** | 13.558 | 12.995 |
| Marangoni Trade North America, Inc..... | 113.673 | 64.807 | 48.866 | 35.529 | 127.573 | - | - | 2.354 | 100,00 | **92.962** | 89.589 | 50.872 |
| | | | | | | | | | | **1.116.247** | 996.124 | 882.287 |

(a) Para fins de apuração dos valores de investimento e da equivalência patrimonial, o valor do patrimônio líquido e do resultado da investida é ajustado pelos lucros não realizados em transações de venda entre a controlada e a controladora. (b) Em 01 de outubro de 2020, a empresa Caravagio Empreendimentos Ltda. encerrou suas operações. A empresa realizou os pagamentos devidos aos sócios. (c) Em 30 de junho de 2021, a empresa Fate Pneus do Brasil S.A. Empreendimentos Ltda. (joint venture) foi transferida para a Controladora Paludo Participações.

| | Consolidado | | |
|---|---|---|---|
| **Descrição** | **2021** | **2020** | **2019** |
| Fate Pneus do Brasil S.A. ..... | - | 13.558 | 12.995 |
| Outros..... | **2.738** | 2.549 | 1.976 |
| | **2.738** | 16.107 | 14.971 |

A movimentação dos saldos de investimento é demonstrada como segue:

| | Vipal S.A. | Vipal Participadas de España | Caravaggio Empreend. Ltda. | Borrachas Vipal Nordeste S.A. | Vipaltec Pesquisa e Desenvolvimento | Vipal Industria de Máquinas Ltda. | Fate Pneus do Brasil S.A. | MarangoniTrade North America Inc. | Total Controladora | Total Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2018** ..... | 2.642 | 30.636 | 53 | 694.007 | 750 | 31.161 | 12.272 | - | 771.521 | 13.641 |
| Aumento de capital..... | - | 859 | - | - | - | - | - | - | 859 | - |
| Realização de lucro na integralização de capital ..... | - | - | - | 691 | - | - | - | - | 691 | - |
| Aquisição de participação acionária..... | - | - | - | - | - | - | - | 42.134 | 42.134 | - |
| Ágio pago por expectativa de aquisição..... | - | - | - | - | - | - | - | 11.116 | 11.116 | - |
| Variação cambial sobre ágio ..... | - | - | - | - | - | - | - | 71 | 71 | - |
| Efeito ajuste economia hiperinflacionária..... | 1.187 | 4.171 | - | - | - | - | - | - | 5.358 | - |
| Variação cambial ..... | (3.655) | (4.259) | - | - | - | - | - | 402 | (7.512) | 607 |
| Variação cambial mais valia ..... | - | - | - | - | - | - | - | 1.498 | 1.498 | - |
| Variação cambial amortização..... | - | - | - | - | - | - | - | 18 | 18 | - |
| Amortização mais valia de ativos ..... | - | - | - | - | - | - | - | (5.183) | (5.183) | - |
| Resultado da equivalência patrimonial..... | (461) | (22.495) | (1) | 115.149 | 731 | (640) | 723 | 3.263 | 96.269 | 723 |
| Dividendos distribuídos ..... | - | - | - | (57.333) | - | - | - | - | (57.333) | - |
| Dividendos recebidos ..... | - | - | - | - | - | - | - | (2.447) | (2.447) | - |
| Variação na participação societária em controlada..... | 2.333 | - | - | - | - | - | - | - | 2.333 | - |
| A.F.A.C ..... | - | 21.393 | - | - | - | 1.501 | - | - | 22.894 | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** ..... | 2.046 | 30.305 | 52 | 752.514 | 1.481 | 32.022 | 12.995 | 50.872 | 882.287 | 14.971 |
| Redução de capital..... | - | (10.363) | - | - | - | (23.308) | - | - | (33.671) | - |
| Variação cambial amortização..... | - | - | - | - | - | - | - | 968 | 968 | - |
| Liquidação de investimento ..... | - | - | (117) | - | - | - | - | - | (117) | - |
| Realização de lucro na integralização de capital ..... | - | - | - | 615 | - | - | - | - | 615 | - |
| Efeito ajuste economia hiperinflacionária..... | 453 | 1.591 | - | - | - | - | - | - | 2.044 | - |
| Variação cambial ..... | (165) | 15.172 | - | - | - | - | - | 9.702 | 24.709 | 573 |
| Aquisição de participação minoritária..... | - | - | - | - | - | - | - | 38.757 | 38.757 | - |
| Mais valia apropriada no patrimônio líquido – transações entre sócios.. | - | - | - | - | - | - | - | (9.145) | (9.145) | - |
| Recompra de ações por MTNA – transação entre sócios..... | - | - | - | - | - | - | - | (2.999) | (2.999) | - |
| Amortização mais valia de ativos ..... | - | - | - | - | - | - | - | (4.010) | (4.010) | - |
| Variação cambial de ágio p/mais valia ..... | - | - | - | - | - | - | - | 3.172 | 3.172 | - |
| Variação cambial de ágio por expectativa de rentabilidade futura ..... | - | - | - | - | - | - | - | 514 | 514 | - |
| Resultado da equivalência patrimonial..... | (743) | (7.882) | 65 | 170.253 | 522 | 1.257 | 563 | 3.540 | 167.575 | 563 |
| Dividendos propostos..... | - | - | - | (18.073) | - | - | - | (1.782) | (19.855) | - |
| Dividendos distribuídos ..... | - | - | - | (65.230) | - | - | - | - | (65.230) | - |
| A.F.A.C ..... | - | 9.829 | - | - | - | 681 | - | - | 10.510 | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** ..... | **1.591** | **38.652** | **-** | **840.079** | **2.003** | **10.652** | **13.558** | **89.589** | **996.124** | **16.107** |
| Restituição de capital p/Controladora..... | **-** | **(12.293)** | **-** | **-** | **-** | **(681)** | **(14.248)** | **-** | **(27.222)** | **(14.248)** |
| Realização de lucro na integralização de capital ..... | **-** | **-** | **-** | **618** | **-** | **-** | **-** | **-** | **618** | **-** |
| Efeito ajuste economia hiperinflacionária..... | **431** | **1.516** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **1.947** | **-** |
| Variação cambial ..... | **(193)** | **(7.576)** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **1.395** | **(6.374)** | **189** |
| Amortização mais valia de ativos ..... | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **(5.617)** | **(5.617)** | **-** |
| Variação cambial ágio mais valia ..... | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **3.485** | **3.485** | **-** |
| Variação cambial ágio expectativa de rentabilidade futura ..... | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **169** | **169** | **-** |
| Resultado da equivalência patrimonial..... | **3.946** | **17.703** | **-** | **201.207** | **316** | **1.381** | **690** | **2.354** | **227.597** | **690** |
| Dividendos propostos..... | | | | **(23.078)** | | | | | **(23.078)** | |
| Dividendos distribuídos ..... | **-** | **-** | **-** | **(55.957)** | **-** | **(2.900)** | **-** | **-** | **(58.858)** | **-** |
| A.F.A.C ..... | **-** | **5.868** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **5.868** | **-** |
| Variação cambial amortização..... | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **1.587** | **1.587** | **-** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** ..... | **5.775** | **43.870** | **-** | **962.869** | **2.319** | **8.452** | **-** | **92.962** | **1.116.247** | **2.738** |

Redução de capital - Conforme aprovado em assembleia geral extraordinária, realizada em 30 de junho de 2021, a Companhia restituiu capital à sua controladora Paludo Participações S.A., no montante de R$ 14.248, através da transferência da propriedade de 510.510 ações de emissão da Fate Pneus do Brasil S.A. Dessa forma, esta empresa passou a não ser mais investida da Companhia a partir dessa data. **12. Propriedades para investimento:** As propriedades para investimento são mensuradas ao custo histórico de aquisição, e comparada periodicamente com seu valor justo, para avaliar se o valor registrado requer provisão para realização. São baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no exercício da baixa. Em 19 de dezembro de 2019, a Companhia alienou imóvel mantido como propriedade para investimento, localizado na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo, pelo valor residual, no montante de R$ 3.073. Em 09 de setembro de 2020, a Companhia alienou imóvel mantido nesse grupo, também localizado na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo. O valor da venda foi pelo valor residual, de R$ 10.400. Em 29 de junho de 2021, a Companhia alienou imóvel mantido nesse grupo, localizado na cidade de Biguaçu, estado de Santa Catarina. O valor da venda foi de R$ 1.744 e o valor de R$ 244 reconhecido como ganho no resultado do exercício.

| | Controladora e Consolidado | | |
|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2019 |
| Prédios e Benfeitorias ..... | **9.440** | 10.540 | 21.151 |
| | **9.440** | 10.540 | 21.151 |

| | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|
| Saldo inicial ..... | **10.540** | 21.151 | 17.768 |
| Adição..... | **400** | - | 7.645 |
| Depreciação ..... | - | (211) | (428) |
| Baixas..... | **(1.500)** | (10.400) | (3.834) |
| Saldo final..... | **9.440** | 10.540 | 21.151 |

Em 31 de dezembro de 2021, com base em avaliação obtida de especialista, determinou-se que o valor justo (valor de mercado líquido das despesas para venda) das propriedades para investimento totalizava R$ 15.608.

**13. Imobilizado:**

| | Controladora | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Terrenos** | **Edificações** | **Benfeitorias** | **Instalações industriais** | **Máq. e equipamentos** | **Outros** | **Imobiliz. em andamento** | **Adiant. a fornecedores** | **Total** |
| Vida útil em anos | - | 13 | 43 | 30 | 22 | 12 | - | - | |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2018** ..... | 18.340 | 61.317 | 1.559 | 3.142 | 114.216 | 7.543 | 5.822 | - | 211.939 |
| Adições..... | - | 29 | 347 | 27 | 1.031 | 1.130 | 3.345 | - | 5.909 |
| Depreciação ..... | - | (2.429) | (69) | (278) | (11.203) | (1.246) | - | - | (15.225) |
| Efeito da hiperinflação (CPC 42) / IAS 29 ..... | - | - | - | - | 52 | - | - | - | 52 |
| Baixas..... | - | - | - | - | (4.146) | (971) | (56) | - | (5.173) |
| Transferências..... | - | 383 | - | 303 | 3.397 | 7 | (4.090) | - | - |
| **Variação cambial** ..... | **-** | **-** | **-** | **-** | **(1)** | **(48)** | **-** | **-** | **(49)** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019** ..... | 18.340 | 59.300 | 1.837 | 3.194 | 103.346 | 6.415 | 5.021 | - | 197.453 |
| Adições..... | - | 3 | - | 4 | 1.633 | 1.188 | 3.337 | - | 6.165 |
| Depreciação ..... | - | (2.464) | (61) | (272) | (10.548) | (1.844) | - | - | (15.189) |
| Efeito da hiperinflação (CPC 42) / IAS 29 ..... | - | - | - | - | - | 49 | - | - | 49 |
| Baixas..... | (797) | - | - | 3 | (4.293) | (337) | (198) | - | (5.622) |
| Transferências..... | - | - | - | 24 | 82 | 277 | (383) | - | - |
| Variação cambial ..... | - | - | - | - | (5) | (5) | - | - | (10) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** ..... | 17.543 | 56.839 | 1.776 | 2.953 | 90.215 | 5.743 | 7.777 | - | 182.846 |
| Adições..... | **-** | **-** | **-** | **-** | **2.753** | **1.997** | **13.019** | **12.336** | **30.105** |
| Depreciação ..... | **-** | **(2.465)** | **(58)** | **(306)** | **(10.674)** | **(1.673)** | **-** | **-** | **(15.176)** |
| Baixas..... | **-** | **(69)** | **(9)** | **(510)** | **437** | **(566)** | **-** | **-** | **(717)** |
| Transferências..... | **-** | **92** | **-** | **1.585** | **4.339** | **675** | **(6.691)** | **-** | **-** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** ..... | **17.543** | **54.397** | **1.709** | **3.722** | **87.070** | **6.176** | **14.105** | **12.336** | **197.058** |

| | Consolidado | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Terrenos** | **Edificações** | **Benfeitorias** | **Instalações industriais** | **Máq. e equipamentos** | **Outros** | **Imobiliz. em andamento** | **Adiant. a fornecedores** | **Total** |
| Vida útil em anos ..... | - | 66 | 43 | 28 | 24 | 12 | - | - | |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2018** ..... | 23.635 | 116.038 | 1.560 | 30.969 | 229.367 | 11.237 | 19.757 | - | 432.563 |
| Adições..... | - | 369 | 349 | 1.317 | 4.918 | 6.240 | 11.190 | - | 24.383 |
| Depreciação ..... | - | (5.134) | (72) | (2.187) | (25.314) | (2.239) | - | - | (34.946) |
| Efeito da hiperinflação (CPC 42) / IAS 29 ..... | 152 | 592 | - | 259 | 8.275 | 71 | - | - | 9.349 |
| adquirida (Nota 1.2)..... | - | 29.163 | - | - | 42.112 | - | 925 | - | 72.200 |
| Baixas..... | - | - | - | - | (4.250) | (1.208) | (302) | - | (5.760) |
| Transferências..... | - | 5.788 | 159 | 303 | 8.654 | 121 | (15.025) | - | - |
| Variação cambial ..... | (714) | 551 | - | (881) | (4.728) | (612) | (2.974) | - | (9.358) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019** | 23.073 | 147.367 | 1.996 | 29.780 | 259.034 | 13.610 | 13.571 | - | 488.431 |
| Adições..... | 911 | 538 | - | 91 | 4.804 | 2.819 | 11.690 | - | 20.853 |
| Depreciação ..... | - | (8.004) | (65) | (2.226) | (26.835) | (4.401) | - | - | (41.531) |
| Efeito da hiperinflação (CPC 42) / IAS 29 ..... | 739 | 2.783 | - | 1.082 | 4.662 | 326 | - | - | 9.592 |
| Baixas..... | (797) | (539) | - | - | (4.616) | (273) | (208) | - | (6.433) |
| Transferências..... | - | 29 | - | 24 | (1.932) | (1.345) | 3.224 | - | - |
| Variação cambial ..... | 567 | 8.981 | - | 543 | 2.977 | 1.522 | - | - | 14.590 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** ..... | 24.493 | 151.155 | 1.931 | 29.294 | 238.094 | 12.258 | 28.277 | - | 485.502 |
| Adições..... | **-** | **601** | **-** | **214** | **4.913** | **8.109** | **30.458** | **12.671** | **56.966** |
| Depreciação ..... | **-** | **(7.587)** | **(62)** | **(2.361)** | **(27.187)** | **(3.277)** | **-** | **-** | **(40.474)** |
| Efeito da hiperinflação (CPC 42) / IAS 29 ..... | **1.059** | **4.114** | **-** | **1.846** | **7.935** | **802** | **-** | **-** | **15.756** |
| Baixas..... | **-** | **(1.500)** | **(69)** | **(8)** | **(1.764)** | **454** | **(2.056)** | **-** | **(4.943)** |
| Transferências..... | **-** | **4.028** | **-** | **1.883** | **13.644** | **684** | **(20.239)** | **-** | **-** |
| Variação cambial ..... | **(301)** | **413** | **-** | **(513)** | **2.837** | **(272)** | **72** | **-** | **2.236** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** ..... | **25.251** | **151.224** | **1.800** | **30.355** | **238.472** | **18.758** | **36.512** | **12.671** | **515.043** |

continua

As imobilizações em andamento estão representadas substancialmente por projetos de expansão e otimização das unidades industriais. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram capitalizados juros incorridos sobre empréstimos que financiaram tais projetos, no montante de R$ 331 (R$ 196 em 31 de dezembro de 2018) na Controladora e R$ 347 (R$ 286 em 31 de dezembro de 2018) no Consolidado. Nos exercícios findos em 2021 e 2020 não houve juros sobre financiamentos diretamente atribuíveis a imobilizações em andamento. A Companhia e suas controladas capitalizam os custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis e a taxa média de encargos em 31 de dezembro de 2021 foi de 10,81% a.a.

**14. Intangível:**

| | Controladora | | |
|---|---|---|---|
| | Software | Intangível em andamento | Total |
| **Saldos em 01 de janeiro de 2019** | 4.571 | 123 | 4.694 |
| Adições | 2.503 | 3 | 2.506 |
| Amortização | (2.630) | - | (2.630) |
| Baixas | - | (1) | (1) |
| Transferências | 100 | (100) | - |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019** | 4.544 | 25 | 4.569 |
| Adições | 327 | - | 327 |
| Amortização | (2.264) | - | (2.264) |
| Baixas | (93) | - | (93) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | 2.514 | 25 | 2.539 |
| Adições | **240** | **-** | **240** |
| Amortização | **(854)** | **-** | **(854)** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **1.900** | **25** | **1.925** |

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | *Goodwill* | Mais valia de de ativos | Software | Intangível em andamento | Outros | Total |
| **Saldos em 01/01/2019** | 1.071 | - | 4.893 | 121 | 283 | 6.368 |
| Adições | - | - | 3.239 | 3 | - | 3.242 |
| Amortização | - | - | (2.682) | - | (26) | (2.708) |
| Efeito hiperinflação (CPC 42) / IAS 29 | - | - | 25 | - | - | 25 |
| Aquisição Marangoni (Nota 1.3) | 11.116 | 17.874 | - | - | - | 28.990 |
| Amortização dos ativos da Marangoni | - | (1.035) | - | - | - | (1.035) |
| Transferências | - | - | 100 | (100) | - | - |
| Variação cambial | 71 | 1.056 | (203) | - | 3 | 927 |
| **Saldo em 31/12/2019** | 12.258 | 17.895 | 5.372 | 24 | 260 | 35.809 |
| Adições | - | - | 376 | - | - | 376 |
| Amortização | - | (993) | (2.560) | - | - | (3.553) |
| Efeito hiperinflação (CPC 42) / IAS 29 | - | - | 3 | - | - | 3 |
| Baixa | - | - | (94) | - | - | (94) |
| Variação cambial | 514 | 2.041 | 19 | - | 58 | 2.632 |
| **Saldos em 31/12/ 2020** | 12.772 | 18.943 | 3.116 | 24 | 318 | 35.173 |
| Adições | **-** | **-** | **709** | **-** | **-** | **709** |
| Amortização | **-** | **(993)** | **(1.197)** | **-** | **-** | **(2.190)** |
| Baixa | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Variação cambial | **169** | **2.216** | **(285)** | **-** | **-** | **2.100** |
| **Saldos em 31/12/2021** | **12.941** | **20.166** | **2.343** | **24** | **318** | **35.792** |

Conforme descrito na nota 1.3, em janeiro de 2019 foi registrada a aquisição de controlada, sendo realizada alocação de ágio com base em relatório de *Purchase Price Allocation* (PPA), realizado por especialista externo, sendo reconhecidos, como resultado da alocação, ativos intangíveis no montante de R$ 28.990, referentes a ágio (*goodwill*) e mais valia de carteira de clientes. Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos - *Ativos com vida útil definida* - A Companhia avalia anualmente se há evidências que indiquem que o valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida possa ter sofrido redução em relação aos valores registrados contabilmente. Quando tais evidências são identificadas testes detalhados de recuperabilidade (*impairment*) para essa categoria de ativos são procedidos. Nas datas dos balanços não foram identificados indicadores ou fatores de que os valores registrados contabilmente não sejam recuperáveis. *Ativos com vida útil indefinida* - Os ágios da companhia encontram-se associados às seguintes unidades geradoras de caixa

| **Unidade Geradora de Caixa (UGC)** | **2021** | **2020** | **2019** |
|---|---|---|---|
| Marangoni North America (MTNA) | **11.870** | 11.701 | 11.187 |
| Vipal Máquinas | **1.071** | 1.071 | 1.071 |
| | **12.941** | 12.772 | 12.258 |

Foram desenvolvidos testes de recuperabilidade para os ágios com vida útil indefinida. Todos os fluxos de caixa foram projetados para o período de 5 anos e perpetuados a partir do 6º ano. As premissas utilizadas para o teste da UGC MTNA: A taxa de crescimento das receitas foi estimada em 16% a.a. no primeiro exercício fiscal da projeção, e em 4,4% para os demais. Custos e despesas comerciais foram projetados com base nos volumes projetados de receita. Despesas administrativas foram mantidas constantes tendo como base seus montantes em 2020, incluindo a inflação do país de origem da entidade adquirida. As taxas de crescimento foram limitadas a capacidade atual do ativo, como também ao mercado que atua. As taxas de crescimento na perpetuidade foram limitadas a inflação de longo prazo, o que representa que o crescimento considerando na perpetuidade é equivalente a zero, uma vez que as taxas de desconto e o fluxo de caixa foram realizados por métodos nominais. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 10,9% composta pelo média ponderada de capital, denominada WACC e representa aproximadamente uma taxa de 13,7% antes dos impostos (12,71% e 14,5% em 2020 e em 2019, respectivamente). As premissas utilizadas para o teste da UGC Vipal Máquinas: A taxa de crescimento das receitas foi estimada em 7,7% ao ano para cinco anos e depois 3,4% para a perpetuidade. Custos e despesas comerciais foram projetados com base nos volumes projetados de receita. Despesas administrativas foram mantidas constantes tendo como base seus montantes em 2020. A taxa de desconto foi de 12,57%. Com base nos testes efetuados a Companhia concluiu que o carrying amount destes ativos quando comparado ao valor em uso estimado pelas principais premissas citadas acima, são inferiores ao valor em uso da unidade geradora de caixa, não gerando necessidade de constituição para provisão de recuperabilidade. A UGC ao qual o ágio está associado é representado pelas próprias Empresas (MTNA e Vipal Máquinas), uma vez que cada controlada representa uma única unidade geradora de caixa. *Sensibilidade* - A taxa de juros utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro adotado nos testes de impairment foi de 10,67% ao ano. As taxas de desconto de 10,9% e 17,2% ao ano tornariam os valores recuperáveis das UGCs MTNA e Vipal Máquinas, respectivamente serem iguais aos valores contábeis. **15. Empréstimos e financiamentos:** As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

| | Taxa média ponderada | Indexador | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Controladora 2019 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 | Consolidado 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Capital de giro:** | | | | | | | | |
| Em moeda nacional | 9,02% a.a. | CDI/IPCA/ Taxa fixa | **449.135** | 458.253 | 153.571 | **553.605** | 560.979 | 232.328 |
| Em moeda estrangeira | 5,16% a.a. | Libor/ Taxa fixa | **10.776** | 11.774 | 9.500 | **48.636** | 47.983 | 41.272 |
| Adiantamento de contrato de câmbio | 4,98% a.a. | Taxa fixa | **129.450** | 66.307 | 75.317 | **141.732** | 75.770 | 87.782 |
| Pré Pagamento de exportação | 5,16% a.a. | Libor | **304.006** | 334.285 | 474.011 | **304.005** | 334.285 | 474.011 |
| Finimp | 4,72% a.a. | Libor | **944** | 2.043 | 2.498 | **3.301** | 5.488 | 6.142 |
| Finame | 5,34% a.a. | TJLP/ Taxa fixa | **360** | 745 | 1.238 | **69.472** | 57.604 | 61.655 |
| Financ. de contas a pagar | 11,70% a.a. | Taxa fixa | **39.317** | 7.250 | 18.195 | **56.205** | 14.490 | 35.516 |
| Duplicatas descontadas | - | Taxa fixa | **-** | - | 33.155 | **-** | - | 87.338 |
| Total | | | **933.988** | 880.657 | 767.485 | **1.176.956** | 1.096.599 | 1.026.044 |
| Circulante | | | **358.719** | 231.273 | 207.301 | **477.450** | 323.838 | 362.852 |
| Não Circulante | | | **575.269** | 649.384 | 560.184 | **699.506** | 772.761 | 663.192 |

Em 31 de dezembro de 2021 encontram-se dados em garantia de empréstimos e financiamentos os seguintes saldos:

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| Hipotecas e alienação fiduciária de ativos imobilizados | 148.685 | 242.685 |
| Contas a receber de clientes | 65.623 | 86.635 |
| Estoques | 25.389 | 25.389 |
| Aplicações financeiras | 2.007 | 2.007 |
| Seguros garantias e cartas fianças | 6.638 | 15.630 |
| | **248.342** | **372.346** |

Adicionalmente, 40% das ações do capital do acionista controlador, Paludo Participações, também se encontram dados em garantia às operações de empréstimos e financiamentos. Conforme cláusula do contrato global, em caso de evento de liquidez relacionado, entre outras questões, a aumento de capital ou qualquer outro evento que produza efeito equivalente, a Companhia deverá amortizar os valores devidos a cada credor do contrato global equivalente a 50% (cinquenta por cento) dos recursos líquidos recebidos. A Companhia possui contratos de empréstimos que preveem o cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants") financeiras e não financeiras. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não estava atendendo aos compromissos na relação dívida líquida versus EBITDA. Como requerem as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, as parcelas vincendas a longo prazo dos contratos com cláusulas não cumpridas foram reclassificadas do passivo não circulante para o passivo circulante no balanço patrimonial de 1º. de janeiro de 2019. A Companhia obteve em 2019 o consentimento (*waiver*) dos credores acerca do descumprimento desta cláusula, além de ter sido firmado novo contrato global de reperfilamento de dívida no exercício de 2019. Em 2021, a Companhia não estava atendendo aos compromissos em relação aos limites de CAPEX (relação despesas de capital). Em 12 de novembro de 2021, a Companhia obteve o consentimento (*waiver*) dos credores acerca do descumprimento desta cláusula e por esse motivo as parcelas vincendas a longo prazo dos contratos não foram reclassificadas para o passivo circulante. Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| 2023 | **187.250** | **227.925** |
| 2024 | **379.328** | **408.670** |
| 2025 | **8.691** | **26.632** |
| 2026 | **-** | **16.591** |
| Acima de 2026 | **-** | **19.688** |
| | **575.269** | **699.506** |

A controlada Marangoni Trade North America, Inc. também mantém empréstimos de capital de giro e investimentos com o Banco Branch Banking & Trust Co (BBT), com a previsão do cumprimento de cláusulas restritivas ("*covenants*"), relativamente a dívida líquida versus ativos tangíveis (total do ativo, menos ativos intangíveis) e dívida líquida em relação ao EBITDA. A controlada está atendendo as cláusulas restritivas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

a) Movimentação dos empréstimos:

| | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Controladora 2019 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 | Consolidado 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Saldo no início do exercício | **880.657** | 767.485 | 813.848 | **1.096.599** | 1.026.044 | 1.008.170 |
| Captações | **317.552** | 435.148 | 630.566 | **435.443** | 522.223 | 773.145 |
| Pagamentos de principal | **(293.981)** | (492.809) | (727.904) | **(387.965)** | (625.510) | (831.746) |
| Pagamentos de juros | **(60.431)** | (54.609) | (30.875) | **(77.466)** | (69.498) | (45.098) |
| Saldo inicial pela aquisição de controlada (Nota 1.3) | **-** | - | - | **-** | - | 28.780 |
| Juros incorridos | **58.649** | 49.539 | 58.104 | **75.640** | 61.886 | 68.866 |
| Variação cambial | **31.542** | 175.903 | 23.746 | **34.705** | 181.454 | 23.927 |
| Saldo no final do exercício | **933.988** | 880.657 | 767.485 | **1.176.956** | 1.096.599 | 1.026.044 |

b) Adiantamentos de clientes: Em 2020, a Companhia firmou contratos de compra e venda de mercadorias para exportação de *commodities* com o propósito de reduzir sua exposição em dólar junto aos bancos através da liquidação antecipada de operações de Pré-pagamento de Exportação e pela captação de empréstimos em moeda local. As transações de compra e venda foram intermediadas por empresas de commodities (*tradings*). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía um saldo de R$ 143.006 registrado em adiantamento de fornecedores, e um saldo de R$ 145.893, registrado em adiantamento de clientes. Em 31 de dezembro de 2021 não existiam operações dessa natureza. c) Financiamento de contas a pagar: A rubrica de Financiamento de contas a pagar refere-se a operações de *confirming* efetuados pela Companhia com duplicatas emitidas por seus fornecedores. Nessas operações o fornecedor recebe os valores na data de vencimento dos títulos, e a Companhia obtém uma extensão de prazo através de financiamento feito pela instituição financeira credora. Nessa operação o fornecedor não tem nenhuma redução de seus preços. Considerando que os prazos de pagamento e características das transações com fornecedores são afetados, tais operações são consideradas classificadas como empréstimos e financiamento pela Companhia. O prazo médio destas operações é de 136 dias e a taxa média de juros é de 0,96% a.m. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os juros incidentes sobre essa operação totalizaram R$ 1.382 na Controladora e R$ 2.475 no Consolidado. **16. Obrigações fiscais e sociais:**

| | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Controladora 2019 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 | Consolidado 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (DIFAL) | **26.048** | 16.374 | 10.297 | **49.071** | 30.789 | 18.297 |
| Encargos sociais sobre folha de pagamento | **3.993** | 3.316 | 2.752 | **5.841** | 4.715 | 3.835 |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços | **4.808** | 2.416 | 2.364 | **12.463** | 8.049 | 6.236 |
| Contribuição para Financiamento da Seguridade Social | **145** | 191 | 150 | **2.095** | 957 | 1.486 |
| Imposto de Renda | **2.370** | 2.250 | 2.126 | **10.249** | 10.797 | 8.013 |
| Contribuição Social | **287** | 363 | 280 | **726** | 4.851 | 5.364 |
| Imposto sobre Produtos Industrializados | **2.216** | 2.848 | 2.504 | **3.815** | 3.566 | 2.504 |
| Imposto s/Valor Agregado | **-** | - | - | **2.599** | 2.272 | 1.234 |
| Outros | **26** | 68 | 789 | **1.509** | 1.006 | 2.012 |
| **Total** | **39.893** | 27.826 | 21.262 | **88.368** | 67.002 | 48.981 |
| Circulante | **39.893** | 27.083 | 19.580 | **88.167** | 66.259 | 45.567 |
| Não Circulante | **-** | 743 | 1.682 | **201** | 743 | 3.414 |

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía os valores de R$ 26.048 na Controladora e R$ 49.071 no Consolidado depositado judicialmente, classificado na rubrica de "outros ativos circulantes", do processo sob nº 1026271-69.2020.8.26.0053, referente a não tributação do ICMS diferencial de alíquota no estado de SP. Em 15 de outubro de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado e aguarda a possibilidade de levantamento dos depósitos, tendo em vista a controvérsia a respeito da aplicação do art. 166 do CTN (exigência de autorização dos clientes para restituir tributos indiretos). **17. Provisão para litígios:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos no curso normal das operações, os quais envolvem questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que o desembolso financeiro é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. O quadro a seguir demonstra os valores estimados do risco com perda provável, conforme opinião de nossos assessores jurídicos:

| | Controladora Cível | Controladora Trabalhista | Controladora Total | Consolidado Cível | Consolidado Trabalhista | Consolidado Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31/12/2018** | 87 | 397 | 484 | 137 | 720 | 857 |
| Complementos e atualizações | 14 | 260 | 274 | 14 | 422 | 436 |
| (-) Reversões | (19) | (96) | (115) | (69) | (330) | (399) |
| **Saldos em 31/12/2019** | 82 | 561 | 643 | 82 | 812 | 894 |
| Complementos e atualizações | - | 73 | 73 | - | 580 | 580 |
| (-) Reversões | (68) | (62) | (130) | (68) | (123) | (191) |
| **Saldos em 31/12/2020** | 14 | 572 | 586 | 14 | 1.269 | 1.283 |
| Complementos e atualizações | 12 | 127 | 139 | 12 | 230 | 242 |
| (-) Reversões | (4) | (49) | (53) | (4) | (53) | (57) |
| **Saldos em 31/12/2021** | **22** | **650** | **672** | **22** | **1.446** | **1.468** |

O quadro a seguir demonstra os valores estimados de perda possível, conforme opinião de nossos assessores jurídicos, para os quais, portanto não foram constituídas provisão para litígios.

| | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Controladora 2019 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 | Consolidado 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Trabalhista | **-** | - | 100 | **50** | - | 300 |
| Tributária | **92.291** | 83.510 | 103.000 | **304.840** | 139.512 | 169.232 |
| Cível | **16.189** | 14.218 | 14.329 | **21.567** | 19.553 | 19.677 |
| | **108.480** | 97.728 | 117.429 | **326.457** | 159.065 | 189.209 |

Trabalhista - diversas reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. Cíveis - A Companhia e suas controladas figuram como ré em causas cíveis objetivando a revisão de contratos, indenizações por danos materiais e morais, dentre outros. Tributários - a Companhia e sua controlada, Borrachas Vipal Nordeste S.A., figuram como rés em causas tributárias, cuja probabilidade de perda apontada pelos assessores jurídicos é possível, para as quais, portanto não foram constituídas provisão para litígios. Os principais processos se referem a: i) Utilização de precatórios alimentícios na compensação de ICMS a pagar para o Estado de São Paulo, processo sobrestado aguardando julgamento do tema 111 pelo STF, no montante de R$ 36.507; ii) Glosa de créditos de ICMS referente a operações intercompany originária de Estado incentivado, processo aguardando julgamento 1ª instancia judicial após juntada de laudo pericial, no valor de R$ 56.203; iii) Adjudicação de crédito presumido de IPI relacionados ao art. 11-A da Lei 9.440/1997, processos que aguardam julgamento no CARF no montante de R$ 153.871; iv) Créditos extemporâneos de PIS/COFINS, apurados sobre os exercícios de 2006 a 2010, relativos à aquisição de bens móveis e imóveis relacionados a sua operação, operação, processo que está na 1ª instancia da judicial federal, no montante de R$ 13.234. **18. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento:** Movimentação do ativo de arrendamento

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| **Adoção inicial** | 12.905 | 12.905 |
| Adição | - | 1.310 |
| (-) Depreciação | (2.827) | (2.827) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019** | 10.078 | 11.388 |
| (+/-) Remensuração de contratos | (827) | (827) |
| (-) Depreciação | (2.680) | (3.054) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2020** | 6.571 | 7.507 |
| Novos contratos | **18.072** | 25.110 |
| (+/-) Remensuração de contratos | **5.184** | 4.035 |
| (-) Depreciação | **(4.536)** | (5.303) |
| (-) Crédito PIS/COFINS | **(349)** | (457) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **24.942** | 30.892 |

Movimentação do passivo de arrendamento

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| **Adoção inicial** | 12.905 | 12.905 |
| Adições | - | 1.363 |
| (-) Juros do contrato | 845 | 845 |
| (-) Pagamentos realizados | (3.077) | (3.077) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019** | 10.673 | 12.036 |
| (+/-) Remensuração de contratos | (827) | (827) |
| (-) Juros do contrato | 431 | 431 |
| (-) Pagamentos realizados | (3.136) | (3.485) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2020** | 7.141 | 8.155 |
| Novos contratos | **18.072** | **25.110** |
| (+/-) Remensuração de contratos | **5.184** | **4.035** |
| (-) Juros do contrato | **1.593** | **1.757** |
| (-) Pagamentos realizados | **(6.002)** | **(6.957)** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **25.988** | **32.100** |
| Passivo circulante | **6.258** | **8.223** |
| Passivo não circulante | **19.730** | **23.877** |

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| 2023 | **6.685** | **7.873** |
| 2024 | **7.092** | **8.315** |
| 2025 e adiante | **5.953** | **7.689** |
| | **19.730** | **23.877** |

Os direitos de uso são amortizados durante o prazo de vigência do contrato de locação e consideram a expectativa de renovação, quando a Administração pretende exercer esse direito, e de acordo com os termos dos contratos. Informações adicionais - Para a mensuração do passivo de arrendamento a Companhia preparou um fluxo real de pagamentos e adotou uma taxa de juros nominal para desconto (taxa de juros incremental), como preconizado pelo CPC 06 (R2) (IFRS 16). Para fins de divulgação, conforme Ofício Circular da CVM 01/2020, mensuramos o valor do passivo de arrendamento utilizando fluxo nominal x taxa nominal. A diferença apurada entre a forma de cálculo para contabilização conforme o CPC 06 (R2) (fluxo real x taxa nominal) e a forma requerida pela CVM para divulgação (fluxo nominal x taxa nominal) foi de 5%, considerada pela Companhia imaterial. A taxa incremental adotada para 2021 foi de 5% a.a. para o aluguel de empilhadeiras, 10,5% a.a. para o aluguel e 4,1% a.a. para a frota de veículos (em 2020 e 2019, 10,5% a.a. para o aluguel e 4,1% a.a. para a frota de veículos). Na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 (R2) a Companhia entendeu que o valor utilizado para a mensuração do passivo de arrendamento deveria ser bruto de impostos (PIS e COFINS). A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para Pagamento, sendo apresentados os saldos não descontados e saldos descontados a valor presente, para fins consolidados

| | Nominal | Ajustado a valor presente |
|---|---|---|
| Contraprestação do arrendamento | 35.918 | 32.100 |
| PIS/COFINS (9,25%) | 2.631 | 2.442 |

A Companhia não aplicou para as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o expediente prático previsto na Deliberação CVM 859 aprovada pela CVM (comissão de valores mobiliários) em 07 de julho de 2020, uma vez que não teve ajustes de termos ou valores por conta da crise causada pela Pandemia do Covid-19. **19. Patrimônio líquido:** a) Capital social - O capital social está representado por 331.684 em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes em sua totalidade a acionistas domiciliados no País. Em 30 de junho de 2021, foi aprovado, em assembleia geral extraordinária, a redução de capital, no montante de R$ 14.248, por mostrar-se excessivo com relação ao objeto explorado. O reembolso foi realizado através da cessão da participação societária da controlada Fate Brasil (Nota 11). Esta transação não alterou o número de ações ordinárias da Companhia. b) Reservas de lucros - *Reserva legal* - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o saldo da reserva excedeu esse limite. A Administração proporá à Assembleia Geral Ordinária convocada para aprovar as contas do exercício a capitalização do saldo excedente ao capital social. Por ter excedido o limite legal nenhuma constituição foi realizada no exercício. *Reserva especial* - Constituída de acordo com o estatuto e tem por finalidade a formação de reserva especial para assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das atividades sociais da Companhia e suas controladas. *Lucro a distribuir* - Montante remanescente de lucros retidos é objeto de proposta da Administração da Companhia para futura distribuição. c) Outros resultados abrangentes - *Custo atribuído - ativo imobilizado* - A Companhia reconhece nesta rubrica o saldo de reserva de reavaliações de ativos permanentes efetuada em anos anteriores e o saldo do custo atribuído (deemed cost) registrado, líquidos dos efeitos tributários, próprio e de controladas e coligadas de forma reflexa. Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou no caso de alienação ou baixa do ativo. *Variação cambial de filial e controladas no exterior* - A Companhia reconhece nessa rubrica os efeitos da variação cambial sobre a filial e os investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto, domiciliadas no exterior. O efeito da variação cambial acumulada sobre os investimentos somente é transferido para o resultado do exercício no momento da ocorrência da alienação desses investimentos. A composição dos efeitos de variação cambial relacionados à controlada e filial no exterior são assim demonstrados:

| | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|
| Variação cambial de filiais no exterior | **(2.084)** | (546) | (859) |
| Variação cambial de controladas no exterior - Nota 11 | **(6.374)** | 24.709 | (7.512) |
| Variação cambial ágio de controlada no exterior | **169** | 514 | 71 |
| Variação cambial mais valia de controlada | **3.485** | 3.172 | 1.498 |
| | **(4.804)** | 27.849 | (6.802) |

*Efeito de aplicação do CPC 42 / IAS 29* - Conforme descrito na nota 2.4, o efeito da correção monetária por hiperinflação, das unidades na Argentina, até o exercício de 2017, foi registrado no patrimônio líquido na rubrica de "outros resultados abrangentes". A partir de 2018, apenas a correção monetária por inflação sobre os itens do patrimônio líquido foi registrada na rubrica de "outros resultados abrangentes". d) Transações entre sócios - Em 30 de junho de 2020, a Companhia assinou o segundo acordo de compra de ações da controlada MTNA, conforme descrito na nota explicativa 1.3. Por se tratar de transações entre sócios, o impacto da mais valia paga pela Controladora e da recompra de ações foi tratado no patrimônio líquido da Controladora, como uma transação entre acionistas, conforme orienta o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas. e) Dividendos - De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. Adicionalmente, conforme o contrato global mencionado na nota 15, a Companhia não pode pagar dividendos, calculados sobre os resultados auferidos, acima de 25%.

| | 2021 |
|---|---|
| Lucro líquido do exercício | **193.333** |
| Reserva legal | **-** |
| Base de cálculo dos dividendos | **193.333** |
| Dividendos mínimos obrigatórios - 25% - R$ 145,72 por ação | **48.333** |

Os dividendos foram pagos da seguinte forma.

| | 2021 |
|---|---|
| **Saldo inicial de dividendos a pagar** | **27.812** |
| Pagamento de dividendos do ano anterior | **(27.812)** |
| Proposição de dividendos do exercício | **48.333** |
| **Saldo final de dividendos a pagar** | **48.333** |

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os acionistas deliberaram pelo pagamento de R$ 20.763 (R$ 62,60 por ação) e R$ 22.179 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, representando R$ 66,87 por ação). **20. Lucro por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui uma categoria de ações potenciais que provocariam diluição, desta forma o lucro por ação básico e diluído apresentam o mesmo valor. O quadro abaixo apresenta o cálculo do lucro básico e diluído por ação:

| | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | **193.333** | 87.579 | 18.929 |
| Nº de ações | **331.684** | 331.684 | 331.684 |
| Lucro por ação – básico e diluído (em Reais) | **582,88** | 264,04 | 57,07 |

**21. Receita operacional líquida:** A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

| | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Controladora 2019 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 | Consolidado 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Receita bruta de vendas | **1.578.805** | 1.215.557 | 1.224.414 | **2.892.520** | 2.299.638 | 2.076.850 |
| Deduções de vendas | **(6.317)** | (7.039) | (4.193) | **(44.761)** | (31.778) | (26.977) |
| Impostos sobre a venda | **(273.129)** | (207.734) | (228.750) | **(566.773)** | (463.498) | (381.285) |
| Receita operacional líquida | **1.299.359** | 1.000.784 | 991.471 | **2.280.986** | 1.804.362 | 1.668.588 |

**22. Despesas por natureza:** A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

| | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Controladora 2019 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 | Consolidado 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Despesas por função** | | | | | | |
| Custo dos prod. vendidos | **(1.028.876)** | (728.442) | (780.129) | **(1.589.067)** | (1.159.528) | (1.161.671) |
| Despesas c/vendas | **(103.115)** | (90.892) | (115.821) | **(203.368)** | (176.373) | (188.553) |
| Despesas administr. e gerais | **(114.521)** | (100.623) | (106.887) | **(183.399)** | (164.709) | (169.780) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | **5.334** | 1.905 | 4.590 | **3.993** | 2.847 | (955) |
| | **(1.241.178)** | (918.052) | (998.247) | **(1.971.841)** | (1.497.763) | (1.520.959) |
| **Despesas p/natureza** | | | | | | |
| Matéria-prima e materiais de uso e consumo | **(917.382)** | (619.407) | (669.743) | **(1.379.930)** | (941.166) | (952.244) |
| Despesas c/pessoal | **(157.157)** | (139.410) | (147.308) | **(268.917)** | (245.613) | (252.590) |
| Fretes | **(48.706)** | (34.562) | (36.205) | **(89.187)** | (64.639) | (61.090) |
| Depreciação e amortização | **(26.183)** | (24.354) | (26.293) | **(48.744)** | (49.004) | (49.542) |
| Depreciação e amortização | **(16.030)** | (17.453) | (17.855) | **(37.824)** | (40.414) | (36.166) |
| Depreciação propriedade p/investimentos | **-** | (211) | (428) | **-** | (211) | (428) |
| Amortização de mais valia de ativos | **(5.617)** | (4.010) | (5.183) | **(5.617)** | (5.325) | (10.121) |
| Depreciação de ativos de direito de uso CPC 06 / IFRS 16 | **(4.536)** | (2.680) | (2.827) | **(5.303)** | (3.054) | (2.827) |
| Energia elétrica | **(16.338)** | (10.655) | (11.858) | **(33.927)** | (28.467) | (27.478) |
| Consultoria e assessoria | **(15.590)** | (15.087) | (17.849) | **(21.493)** | (17.976) | (25.793) |
| Bonificações em produtos | **(2.232)** | (5.251) | (6.760) | **(21.563)** | (10.843) | (11.629) |
| Perda de crédito esperadas s/contas a receber de clientes | **2.445** | 160 | (10.233) | **(2.040)** | (7.419) | (17.856) |
| Perdas com clientes | **(4.743)** | (4.853) | (1.578) | **(9.054)** | (5.937) | (1.925) |
| Outras despesas operacionais, líquidas | **(55.292)** | (64.633) | (70.420) | **(96.986)** | (126.699) | (120.812) |
| | **(1.241.178)** | (918.052) | (998.247) | **(1.971.841)** | (1.497.763) | (1.520.959) |

**23. Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019 foram como segue:

| | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Controladora 2019 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 | Consolidado 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Receitas financeiras** | | | | | | |
| Variação cambial ativa | **161.147** | 306.859 | 191.307 | **224.702** | 322.773 | 209.652 |
| Juros recebidos de clientes | **7.903** | 4.087 | 16.172 | **9.884** | 11.727 | 22.105 |
| Rendimentos em aplicações financeiras | **2.853** | 793 | 333 | **9.027** | 14.060 | 7.416 |
| Reversão de avais de terceiros | **664** | 2.469 | 4.849 | **664** | 2.469 | 4.848 |
| Descontos recebidos | **89** | 32 | 53 | **97** | 40 | 58 |
| Outras receitas financeiras | **679** | 1.219 | 491 | **3.626** | 2.013 | 785 |
| | **173.335** | 315.459 | 213.205 | **248.000** | 353.082 | 244.864 |
| **Despesas financeiras** | | | | | | |
| Variação cambial passiva | **(180.531)** | (408.844) | (208.578) | **(237.420)** | (439.421) | (232.680) |
| Juros sobre financiamentos | **(58.649)** | (49.539) | (58.104) | **(75.640)** | (61.886) | (70.092) |
| Juros passivos | **(25.663)** | (10.016) | (18.006) | **(13.101)** | (18.793) | (35.034) |
| Despesas bancárias | **(2.300)** | (4.650) | (2.264) | **(4.792)** | (6.867) | (4.493) |
| Avais de terceiros | **-** | (4.208) | (1.794) | **-** | (4.208) | (1.794) |
| Descontos concedidos | **(7.730)** | - | (229) | **(10.341)** | (1.374) | (1.958) |
| Ajustes de hiperinflação de controlada | **(17)** | 47 | (959) | **(15.165)** | (9.120) | (11.024) |
| Impostos sobre operações financeiras | **-** | - | - | **(1.044)** | (692) | (381) |
| Outras despesas financeiras | **108** | (771) | (595) | **(963)** | (2.168) | (1.407) |
| | **(274.782)** | (477.981) | (290.529) | **(358.466)** | (544.529) | (358.863) |

**24. Informações por segmento:** Os segmentos são determinados de acordo com a natureza dos produtos vendidos e perfil do cliente atendido. Não há cliente que, individualmente, represente 10% ou mais do total das receitas em relação às receitas da Companhia ou do Consolidado. Os segmentos reportáveis da Companhia são: • Reforma a frio - Esse seg-

continua

mento é responsável por industrializar e comercializar bandas de rodagem para reformas de pneus, bem como outros produtos como protetores de recapagem, pastas químicas para montagem e desmontagem de pneus, colas, entre outros produtos utilizados no processo de reforma. A reforma a frio é aquela onde a banda de rodagem já tem o desenho exterior definido, assim a banda pronta é aplicada ao pneu pelos reformadores. Os produtos de reforma são destinados a veículos de carga, passeio, do segmento do agronegócio e, também, pneus para veículos fora da estrada (*off the road*, ou "OTR"). Os produtos são em sua grande maioria vendidos a empresas de reformas de pneus ("reformadores") e transportadoras com estruturas próprias de reforma. Nesse segmento também são vendidas bandas produzidas no sistema *Ringtread*, que se caracteriza pela produção da banda de rodagem sem emendas. • Reforma a quente ou "*Camelback*" – Esse segmento compreende as unidades que comercializam produtos utilizados no processo de reforma, atendendo os mesmos perfis de clientes que os de reforma a frio que diferencia o produto comercializado nesse segmento é o método utilizado pelos reformadores. No processo de reforma a quente as bandas de borracha são lisas, sem sulcos pré-definidos. Durante o processo de reforma a quente o desenho da banda é criado pelos próprios reformadores no pneu em prensas mecânicas de vulcanização. • Compostos para terceiros – Matéria-prima para reforma de pneu vendido para demais fabricantes de bandas e de pneus. • Duas Rodas (pneus para motocicleta) – Responsável pela industrialização de pneus para motocicletas. A Companhia também fabrica e vende pneus para moto. Os produtos são comercializados com a marca Vipal e destinados a veículos de até 600cc. A venda dos produtos é realizada através de distribuidoras. • Outros – Incluem os segmentos de (i) Reparo de pneus (produtos destinados a reparos de pneus e câmeras, tais como telas, remendos e tachões, entre outros, tendo como principais clientes as borracharias, lojas de concerto de bicicletas e oficinas mecânicas); (ii) Máquinas (fabricação de máquinas para reforma de pneus, cujo os clientes são primordialmente os reformadores); (iii) Produtos para indústria (produtos para aplicação por indústrias, compreendem colas e outros produtos para adesão de borrachas usualmente empregados em máquinas de diversos setores).

| 2021 | Reforma a Frio [1] | | Camelbacks[2] | | Composto p/ 3ºs[3] | | Duas Rodas[4] | | Outros | | Eliminação | Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Mercado interno | Mercado externo | Mercado interno | Mercado externo | Mercado interno | Mercado externo | Mercado interno | Mercado externo | Mercado interno | Mercado externo | | |
| Receita operacional líquida | 704.207 | 765.664 | 352.784 | 129.435 | 65.895 | 55.363 | 192.028 | 5.454 | 216.764 | 168.155 | (374.763) | 2.280.986 |
| Custo dos produtos vendidos | (491.042) | (544.326) | (318.667) | (107.429) | (54.508) | (45.901) | (146.806) | (4.072) | (141.460) | (106.733) | 371.877 | (1.589.067) |
| Lucro bruto | 213.165 | 221.338 | 34.117 | 22.006 | 11.387 | 9.462 | 45.222 | 1.382 | 75.304 | 61.422 | (2.886) | 691.919 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | | | | | | | | (382.084) |
| Resultado financeiro | | | | | | | | | | | | (110.466) |
| Imposto sobre o lucro | | | | | | | | | | | | 3.282 |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | | | | | | | 202.651 |

| 2020 | Reforma a Frio [1] | | Camelbacks[2] | | Composto p/ 3ºs[3] | | Duas Rodas[4] | | Outros | | Eliminação | Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Mercado interno | Mercado externo | Mercado interno | Mercado externo | Mercado interno | Mercado externo | Mercado interno | Mercado externo | Mercado interno | Mercado externo | | |
| Receita operacional líquida | 563.673 | 608.125 | 237.248 | 91.184 | 78.724 | 41.259 | 147.014 | 1.743 | 186.605 | 115.108 | (266.321) | 1.804.362 |
| Custo dos produtos vendidos | (347.752) | (407.901) | (194.965) | (68.779) | (63.310) | (31.553) | (114.707) | (1.225) | (119.811) | (69.444) | 259.919 | (1.159.528) |
| Lucro bruto | 215.921 | 200.224 | 42.283 | 22.405 | 15.414 | 9.706 | 32.307 | 518 | 66.794 | 45.664 | (6.402) | 644.834 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | | | | | | | | (337.672) |
| Resultado financeiro | | | | | | | | | | | | (191.447) |
| Imposto sobre o lucro | | | | | | | | | | | | (20.059) |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | | | | | | | 95.656 |

| 2019 | Reforma a Frio [1] | | Camelbacks[2] | | Composto p/ 3ºs[3] | | Duas Rodas[4] | | Outros | | Eliminação | Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Mercado interno | Mercado externo | Mercado interno | Mercado externo | Mercado interno | Mercado externo | Mercado interno | Mercado externo | Mercado interno | Mercado externo | | |
| Receita operacional líquida | 561.615 | 521.723 | 209.463 | 75.020 | 170.768 | 24.040 | 115.000 | 398 | 130.367 | 71.987 | (211.793) | 1.668.588 |
| Custo dos produtos vendidos | (342.711) | (378.145) | (179.174) | (62.069) | (147.468) | (19.467) | (95.863) | (324) | (95.602) | (48.669) | 207.821 | (1.161.671) |
| Lucro bruto | 218.904 | 143.578 | 30.289 | 12.951 | 23.300 | 4.573 | 19.137 | 74 | 34.765 | 23.318 | (3.972) | 506.917 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | | | | | | | | (358.565) |
| Resultado financeiro | | | | | | | | | | | | (113.999) |
| Imposto sobre o lucro | | | | | | | | | | | | (10.249) |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | | | | | | | 24.104 |

*[1] Bandas pré-moldadas para o processo de reforma a frio, no qual a banda é aplicada na carcaça dos pneus pelos reformadores. [2] Bandas lisas para o processo de reforma a quente no qual a banda é aplicada na carcaça dos pneus pelos reformadores em uma prensa para vulcanização. [3] Composto de borrachas para aplicações diversas. [4] Pneu para moto: Linha Street, Trail e Cross.*

A Companhia não divulga o valor total dos ativos e passivos por segmento, uma vez que essa informação não é preparada e apresentada regularmente ao principal gestor das operações. Isso ocorre, pois, a maioria dos ativos é utilizada de forma compartilhada na produção dos diversos segmentos. Também não divulgaremos informações sobre despesas com vendas, administrativas ou financeiras por segmento, uma vez que os recursos de pessoal e os financeiros são usados de forma corporativa e não há informações disponíveis por segmento. Informações por área geográfica:

| | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|
| **Mercado Interno** | | | |
| Brasil | 1.531.678 | 1.213.264 | 1.187.213 |
| | 1.531.678 | 1.213.264 | 1.187.213 |
| **Mercado Externo** | | | |
| América do Sul | 275.908 | 205.748 | 153.921 |
| América do Norte | 292.891 | 244.798 | 211.333 |
| Europa | 103.791 | 74.938 | 58.410 |
| América Central | 24.541 | 18.520 | 19.310 |
| Ásia | 21.688 | 16.273 | 15.287 |
| Oceania | 19.861 | 22.179 | 15.435 |
| África | 10.628 | 8.642 | 7.679 |
| | 749.308 | 591.098 | 481.375 |
| Receita operacional líquida | 2.280.986 | 1.804.362 | 1.668.588 |

**25. Imposto sobre o lucro:** A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 está descrita a seguir:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2019 | 2021 | 2020 | 2019 |
| Resultado antes dos impostos sobre o lucro | 184.331 | 87.785 | 12.169 | 199.369 | 115.715 | 34.353 |
| I.R. e contrib. social (34%) | (62.673) | (29.847) | (4.137) | (67.785) | (39.343) | (11.680) |
| Incentivos fiscais de controladas – Nota 27 | - | - | - | 56.983 | 47.225 | 44.373 |
| Tributos diferidos s/prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos | - | (26.080) | (9.136) | (1.919) | (26.080) | (9.356) |
| Juros sobre empréstimos não dedutíveis | (3.994) | (10.294) | (8.859) | (3.994) | (10.294) | (8.859) |
| Utilização de prejuízos fiscais de exercícios anteriores | 1.909 | 8.555 | - | 5.443 | 8.555 | - |
| Ajuste de inovação tecnológica | 1.976 | 1.069 | - | 2.882 | 1.678 | 482 |
| Ajuste do preço de transferência | (1.035) | (414) | (1.754) | (1.035) | (414) | (664) |
| Resultado de equivalência patrimonial – Nota 11 | 77.383 | 56.976 | 32.731 | 235 | 191 | 246 |
| Despesas não dedutíveis | - | - | - | - | (1.068) | (1.212) |
| Diferencial de alíquota em controlada | - | - | - | (1.213) | (1.422) | (9.415) |
| Exclusão tributos s/SELIC | 4.882 | - | - | 16.281 | - | - |
| Lucros auferidos no exterior | (6.589) | - | - | (7.319) | - | - |
| Outros | (2.857) | (171) | (2.085) | 4.723 | 913 | (14.164) |
| | 9.002 | (206) | 6.760 | 3.282 | (20.059) | (10.249) |
| I.R. e contribuição social Corrente | 1.473 | (19.432) | (59) | (4.390) | (43.134) | (31.966) |
| Diferido | 7.529 | 19.226 | 6.819 | 7.672 | 23.075 | 21.717 |
| Alíquota efetiva | (4,88%) | 0,23% | (55,55%) | (1,65%) | 17,33% | 29,83% |

Imposto de renda e contribuição social diferidos - O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro refere-se a:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2019 | 2021 | 2020 | 2019 |
| **Ativo diferido** | | | | | | |
| Provisão para créditos de liquidação Duvidosa | 9.850 | 10.743 | 10.798 | 15.513 | 16.268 | 9.806 |
| Lucros a realizar em controladas | 2.047 | 2.302 | 2.511 | 17.088 | 16.297 | 12.535 |
| Faturamento não embarcado | 3.466 | 2.367 | 1.208 | 4.776 | 2.940 | 1.820 |
| Provisão para honorários jurídicos | 1.408 | 1.279 | 1.253 | 2.038 | 1.695 | 1.669 |
| Provisão para fretes | 2.464 | 859 | 770 | 2.774 | 1.082 | 881 |
| Provisão para avais de terceiros | 2.185 | 980 | 1.820 | 2.185 | 980 | 1.820 |
| Provisão para litígios | 237 | 200 | 219 | 481 | 392 | 5.448 |
| Provisão para comissões | 781 | 242 | 216 | 788 | 242 | 216 |
| Outras provisões | 7.856 | 7.985 | 5.560 | 4.855 | 3.919 | 7.812 |
| **Total ativo diferido** | 30.294 | 26.957 | 24.355 | 50.498 | 43.815 | 42.007 |
| **Passivo diferido** | | | | | | |
| Depreciação vida útil | (8.129) | (7.754) | (7.660) | (46.185) | (38.783) | (35.521) |
| Custo atribuído ativo imobilizado | (28.012) | (30.229) | (33.335) | (28.012) | (30.184) | (33.335) |
| Imposto diferido sobre a mais valia | 5.035 | 3.125 | 1.756 | (8.462) | (10.971) | (13.841) |
| Capitalização de juros | (1.143) | (1.322) | (1.669) | (2.693) | (2.627) | (2.979) |
| Arrendamento mercantil | (2.241) | (2.450) | (2.675) | (2.242) | (2.451) | (2.675) |
| Depreciação acelerada fiscal | - | - | - | (1.339) | (1.599) | (2.551) |
| Variação cambial – regime de caixa | - | - | (11.712) | - | (48) | (11.712) |
| **Total passivo diferido** | (34.490) | (38.630) | (55.295) | (88.933) | (86.663) | (102.614) |
| **Ativo (passivo) diferido, líquido** | (4.196) | (11.673) | (30.940) | (38.435) | (42.848) | (60.607) |
| Classificados no ativo não circulante | 111 | 163 | - | 843 | 2.017 | 1.184 |
| Classificados no passivo não circulante | (4.307) | (11.836) | (30.940) | (39.278) | (44.865) | (61.791) |

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresentava R$ 116.203 de prejuízos fiscais (R$ 121.850 em 2019 e R$ 70.577 em 2019) sobre os quais não foram constituídos impostos diferidos uma vez que não há expectativa de realização dos créditos.

Da mesma forma apresentava base negativa de contribuição social de R$ 119.608 (R$ 124.608 em 2020 e R$ 72.966 em 2019).

**26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro:** a) Classificação dos instrumentos financeiros - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A Companhia possui exposição a riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros, conforme descrito a seguir, para fins consolidados

| Ativos | Classificação por categoria |
|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa | Valor justo por meio do resultado |
| Aplicações financeira | Valor justo por meio do resultado |
| Contas a receber de clientes | Custo amortizado |
| Contas a receber partes relacionadas | Custo amortizado |
| Créditos com partes relacionadas | Custo amortizado |
| Outros créditos (Nota 10) | Valor justo por meio do resultado |
| **Passivos** | |
| Empréstimos e financiamentos | Custo amortizado |
| Fornecedores | Custo amortizado |
| Contas a pagar a partes relacionadas | Custo amortizado |
| Dividendos a pagar | Custo amortizado |
| Passivo de arrendamento | Custo amortizado |
| Débitos com partes relacionadas | Custo amortizado |
| Outras contas a pagar | Custo amortizado |

| | Valor contábil | | | Valor justo | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Hierarquia valor justo | 2021 | 2020 | 2019 | 2021 | 2020 | 2019 |
| Nível 2 | 246.850 | 246.961 | 52.869 | 246.850 | 246.961 | 52.869 |
| Nível 2 | 2.044 | 7.450 | 6.774 | 2.044 | 7.450 | 6.774 |
| | 444.750 | 397.647 | 412.039 | 444.750 | 397.647 | 412.039 |
| | 35.285 | 43.741 | 41.348 | 35.285 | 43.741 | 41.348 |
| | 137.811 | 133.571 | 119.775 | 137.811 | 133.571 | 119.775 |
| Nível 2 | 33.404 | 3.989 | 11.497 | 33.404 | 3.989 | 11.497 |
| | 1.176.956 | 1.096.599 | 1.026.044 | 1.169.000 | 1.096.599 | 1.026.044 |
| | 223.597 | 139.791 | 148.129 | 223.597 | 139.791 | 148.129 |
| | - | 22 | 4.179 | - | 22 | 4.179 |
| | 51.101 | 29.700 | 26.155 | 51.101 | 29.700 | 26.155 |
| | 32.100 | 8.155 | 12.036 | 32.100 | 8.155 | 12.036 |
| | 12.089 | 15.753 | 10.045 | 12.089 | 15.753 | 10.045 |
| | 61.194 | 56.269 | 51.247 | 61.194 | 56.269 | 51.247 |

Na avaliação da administração o valor justo de seus instrumentos financeiros se aproxima do valor contábil. A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível 1: preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. b) Gerenciamento de risco - As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores e o Conselho de Administração da Companhia. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição. Não houve alterações quanto as políticas ou processo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019. A companhia possui exposição a riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros, conforme descrito a seguir: *Risco de crédito* - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas pela Administração como de baixo risco. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, a Companhia registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Executiva objetivando minimizar a concentração de riscos e mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. *Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos* - Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. *Risco de taxa de juros* - Com finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos empréstimos da Companhia foram definidos três cenários diferentes. A análise de sensibilidade dos juros utilizou como cenário provável as taxas projetadas pelo Banco Central para o ano seguinte, e os cenários possível e remoto levam em consideração uma variação nessa taxa de 25% e 50% respectivamente.

| | Saldo em 31/12/2021 | Cenário Provável | Aumento de taxa Cenário Possível 25% | Aumento de taxa Cenário Remoto 50% | Redução de taxa Cenário Possível -25% | Redução de taxa Cenário Remoto -50% |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **TJLP** | 6,08% | 7,60% | 9,12% | 4,56% | 3,04% | |
| Finame | 68.786 | | (1.046) | (2.091) | 1.046 | 2.091 |
| **Libor 3m** | 0,22% | 0,27% | 0,32% | 0,16% | 0,11% | |
| FINIMP | 3.301 | | (2) | (4) | 2 | 4 |
| PPE | 304.005 | | (164) | (328) | 164 | 328 |
| Giro | 10.776 | | (6) | (12) | 6 | 12 |
| **CDI** | 13,25% | 16,56% | 19,88% | 9,94% | 6,63% | |
| GIRO | 269.865 | | (8.939) | (17.879) | 8.939 | 17.879 |
| NCE | 212.899 | | (7.052) | (14.105) | 7.052 | 14.105 |
| **IPCA** | 7,08% | 8,85% | 10,62% | 5,31% | 3,54% | |
| GIRO | 12.771 | | (226) | (452) | 226 | 452 |
| NCE | 27.668 | | (490) | (979) | 490 | 979 |

*Risco de taxa de câmbio* - Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, principalmente do dólar norte-americano, que encerrou o ano de 2021 com perda de 11,73% (em 2020 com a perda de 28,93% e 4,02% em 2019). Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. Não havia instrumentos dessa natureza contratados nas datas dos balanços, para mitigar riscos de taxa de câmbio. Abaixo está demonstrada a exposição cambial da Companhia para operações em moedas estrangeiras:

| | US$ mil | | |
|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2019 |
| A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos | 41.888 | 36.490 | 52.945 |
| B. Passivos líquidos em dólares norte-americanos | (82.397) | (107.710) | (139.263) |
| C. Déficit apurado (A+B) | (40.509) | (71.220) | (86.318) |

*Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira* - A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US$ (obtidas junto ao Banco Central), mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação (e do patrimônio líquido da Companhia). Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

| | Cenário Provável | Aumento de taxa Cenário Possível | Aumento de taxa Cenário Remoto | Redução de taxa Cenário Possível | Redução de taxa Cenário Remoto |
|---|---|---|---|---|---|
| Taxa | | +25% | +50% | -25% | -50% |
| Dólar | 5,58 | 6,98 | 8,37 | 4,19 | 2,79 |
| Déficit apurado | (226.040) | (282.753) | (339.060) | (169.733) | (113.020) |
| Efeito do lucro antes da tributação | - | (56.713) | (113.020) | 56.308 | 113.020 |

*Risco de liquidez* - O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro consolidado em 31 de dezembro de 2021 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

| | Menos de 1 ano | 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|---|---|---|---|---|
| Empréstimos e financiamentos | 477.450 | 679.818 | 19.688 | 1.176.956 |
| Fornecedores | 223.597 | - | - | 223.597 |
| Passivo de arrendamento | 8.223 | 23.586 | 291 | 32.100 |
| | 709.270 | 703.404 | 19.979 | 1.432.653 |

Instrumentos financeiros derivativos - A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 não há operações de derivativos em aberto. c) Gestão de capital - Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal. O passivo consolidado da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício, é apresentado a seguir:

| | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|
| Empréstimos e financiamentos | 1.176.956 | 1.096.599 | 1.026.044 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | (246.850) | (246.961) | (52.869) |
| (-) Aplicações financeiras | (2.044) | (7.450) | (6.774) |
| Dívida líquida (A) | 928.062 | 842.188 | 966.401 |
| Total do patrimônio líquido (B) | 516.856 | 382.232 | 332.631 |
| Relação endividamento líquido sobre patrimônio líquido (A/B) | 1,80 | 2,20 | 2,91 |

**27. Subvenções governamentais:** A controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A. goza dos incentivos fiscais descritos abaixo. As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidas de acordo com os contratos, termos de acordo e legislações aplicáveis a cada benefício. Os valores de incentivo são registrados no resultado do exercício da controlada e são posteriormente destinados a formação da reserva de lucros à conta de "Incentivos fiscais", no patrimônio líquido da controlada. Os incentivos fiscais são excluídos da base de cálculo de dividendos da controlada conforme determinado pela legislação pertinente. Desenvolve - O governo do estado da Bahia, através da lei 7.980 de 12 de dezembro de 2001, instituiu o programa de desenvolvimento industrial e de integração econômica do estado da Bahia - DESENVOLVE, o qual concedeu o diferimento do lançamento e desconto do pagamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), devido pela Borrachas Vipal Nordeste S.A. Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de ICMS a recolher em contrapartida ao resultado, na rubrica deduções de vendas e impostos, e, posteriormente, são destinadas para reserva de lucros (reserva de incentivos fiscais) no patrimônio líquido, na controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A. O montante total relativo a este incentivo registrado no resultado do exercício de 2021, foi de R$ 87.432 (R$ 70.892 em 2020 e R$ 55.582 em 2019). Em 18 de dezembro de 2018, a controlada obteve a renovação do incentivo Desenvolve. A vigência do benefício se estenderá até dezembro de 2030. Lucro da exploração - Com fundamento no art.32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, em 18 de agosto de 2009, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de acordo com a competência que lhe foi atribuída pelo inciso XVII do art.6º do Decreto nº 8.276, de 27 de junho de 2014, aprovou o Laudo Constitutivo nº 0093/2009, concedendo o direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis à controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A., calculado com base no Lucro da Exploração, concedendo um prazo de vigência de 10 anos, com início no ano calendário de 2009, com término previsto para o ano calendário 2018. Em 26 de dezembro de 2018, a controlada obteve a renovação do direito de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculado com base no lucro da exploração. A renovação é válida até dezembro de 2028. A controlada teve atendido o pedido de renovação pois cumpriu com a exigência do laudo anterior que foi a modernização total do empreendimento. Os valores apurados a título de incentivo estão registrados por competência no resultado do exercício, e, posteriormente, destinados para a conta de reserva de lucros (reserva de incentivo fiscal) no patrimônio líquido da controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A. Em 2021, o montante total relativo a este incentivo registrado no resultado do exercício foi de R$ 25.041 (R$ 21.315 em 2020 e R$ 24.447 em 2019). *Crédito presumido de IPI* - O Governo Federal, através da Lei 12.218/10 concedeu o crédito presumido do IPI para empresas instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, do Brasil, com a finalidade de proporcionar o desenvolvimento destas regiões. O pré-requisito para enquadramento à possibilidade de apurar crédito presumido de IPI é a fabricação dos produtos determinados no §1º, Art. 1º da Lei 9.440/97, e a aplicação de no mínimo 10% do valor do benefício apurado, em investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica nas regiões. Este incentivo passou a ser aproveitado pela Borrachas Vipal Nordeste S.A. a partir do ano calendário de 2013 até o ano calendário de 2015, e os valores apurados foram registrados na rubrica de IPI a recuperar em contrapartida a resultado, na rubrica de outras receitas operacionais, nos respectivos exercícios. *Incentivo de reinvestimento* - Conforme o Art. 27 da Portaria 283/2013 do Ministério de Integração Nacional as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação nas áreas da SUDENE possuem benefício para reinvestimento de 30% do imposto de renda devido em projetos de modernização ou complementação de equipamento. Em 2021, o valor relativo a esse benefício foi registrado no resultado do exercício no valor de R$ 1.420 (R$ 1.280 em 2020 e em 2019 não houve montantes apropriados). *Redução base de cálculo ICMS* - A partir da vigência da Lei Complementar nº 160/2017, que incluiu o parágrafo 4º ao artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal, são considerados subvenções para investimento, podendo ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e CSLL. Desta forma a controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A., em função da redução da base de cálculo do ICMS na venda de seus produtos, efetuou, no ano de 2021, a exclusão da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social o montante de R$ 1.983 (R$ 1.479 em 2020 e R$ 2.303 em 2019), constituindo reserva de incentivos fiscais sobre esse benefício gerado. **28. Cobertura de seguros:** A Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e de responsabilidade civil.

| Risco | Limites 2021 | Limites 2020 | Limites 2019 |
|---|---|---|---|
| Incêndio e riscos diversos | 500.357 | 456.582 | 455.837 |
| Lucros cessantes | 111.006 | 97.904 | 97.541 |
| Responsabilidade Civil Administradores | 50.000 | 50.000 | 50.000 |
| Responsabilidade Civil Geral | 8.090 | 8.624 | 8.624 |

**29. Eventos subsequentes**: A Companhia está em tratativas junto aos bancos credores para a assinatura do quinto aditivo ao Contrato Global de reperfilamento de empréstimos, com vigência a partir de 24 de fevereiro de 2022, data do referido aditivo. O referido aditivo não prevê alterações de taxas e prazos das dívidas relacionadas, sendo as principais alterações previstas no documento as seguintes: (i) restrição a liquidação de mútuos com partes relacionadas pessoas físicas em data anterior à liquidação dos contratos de empréstimos; (ii) restrição de aquisição de empresas ou aumento de participação acionária existente sem prévia aprovação dos credores e (iii) entrega de relatórios de monitoramento trimestrais com base nos balancetes contábeis. A Companhia entende que essas alterações previstas não produzem impacto quanto à perspectiva de atendimento das obrigações do Contrato Global.

**Diretoria Executiva**

**Arlindo Paludo -** Presidente Executivo

**Renan Batista Patricio Lima -** Diretor Superintendente

**Área Contábil**

**Caio Castro de Miranda -** Contador - CRC RS-070650/O-0

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas da **Borrachas Vipal**
Nova Prata - RS

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Borrachas Vipal S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto**

continua

**de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receitas de vendas:** A determinação do cumprimento das obrigações de desempenho para reconhecimento da receita de vendas, a qual envolve, entre outros requisitos, a análise do montante de receita a ser reconhecido, bem como o momento do seu reconhecimento, requer da administração da Companhia uma análise detalhada dos termos e condições das vendas, além de envolver o uso do julgamento profissional por parte da administração. Esse julgamento profissional pode levar ao risco de reconhecimento inadequado de receita, em especial no que se refere ao período de fechamento contábil mensal. A divulgação das receitas auferidas pela Companhia, incluindo os critérios de reconhecimento, está incluída nas notas explicativas 2.3 e 21. Em função desses aspectos, consideramos o reconhecimento de receita de vendas como um principal assunto de auditoria. *Como nossa auditoria conduziu o assunto* - Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de vendas na controladora e controladas, incluindo o momento de reconhecimento das receitas e dos respectivos contas a receber; (ii) análise das movimentações mensais sobre os saldos de receita reconhecida pela Companhia, de modo a avaliar a existência de variações contrárias às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento do setor e da Companhia; e (iii) para uma amostra de vendas registradas durante o exercício, obtivemos as respectivas documentações suporte para avaliar se a receita foi reconhecida no período contábil apropriado. Como resultado destes procedimentos, não identificamos ajustes de auditoria relacionados ao reconhecimento de receita de vendas. Adicionalmente realizamos testes extensivos de auditoria sobre transações de vendas realizadas ao final do exercício, visando confirmar a consistência da aplicação da política contábil de reconhecimento de receitas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitável a prática de reconhecimento das receitas de venda da Companhia adotada pela administração e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado* - As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 23 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-7

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1-SP192685/O-9

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# BORRACHAS VIPAL S.A.

**CNPJ Nº 87.870.952/0001-44 • NIRE Nº 43 3 0002911 5 - "CAPITAL FECHADO"**

**Rua Buarque de Macedo, 365 - Nova Prata RS** **WWW.VIPAL.COM.BR**

## Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2020, 2019 e 1º janeiro de 2019 (Em milhares de reais)

| ATIVO | Nt. | Controladora 31/12/2020 Reapresentado | Controladora 31/12/2019 Reapresentado | Controladora 01/01/2019 | Consolidado 31/12/2020 Reapresentado | Consolidado 31/12/2019 Reapresentado | Consolidado 01/01/2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo Circulante** | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | **99.864** | 10.357 | 6.275 | **246.961** | 52.869 | 23.573 |
| Aplicações financeiras | 5 | **2.257** | 2.079 | - | **5.445** | 2.079 | - |
| Contas a receber de clientes | 6 | **138.874** | 164.657 | 131.162 | **368.627** | 375.197 | 319.308 |
| Ativo de contrato | | **1.670** | 1.264 | 1.178 | **3.340** | 2.528 | 2.356 |
| Contas a receber de partes relacionadas | 9 | **219.183** | 185.761 | 148.650 | **4.225** | 1.645 | 8.905 |
| Estoques | 7 | **150.692** | 142.570 | 156.302 | **342.081** | 301.543 | 317.023 |
| Despesas antecipadas | | **7.836** | 6.603 | 2.161 | **9.741** | 7.188 | 2.469 |
| Dividendos a receber | 9 | **19.855** | 22.497 | 12.170 | **-** | - | - |
| Adiantamento de fornecedores | 14.b | **143.006** | - | - | **143.006** | - | - |
| Outros ativos circulantes | | **34.007** | 36.606 | 32.024 | **61.435** | 54.577 | 45.295 |
| Total do ativo circulante | | **851.372** | 602.160 | 553.982 | **1.236.940** | 867.776 | 818.171 |
| **Ativo não circulante** | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 5 | **2.005** | - | - | **2.005** | 4.695 | 5.312 |
| Contas a receber de clientes | 6 | **16.166** | 11.757 | 25.685 | **29.020** | 36.842 | 39.072 |
| Ativo de contrato | | **1.877** | 2.308 | 2.178 | **3.754** | 4.616 | 4.356 |
| Contas a receber de partes relacionadas | 9 | **59.531** | 39.703 | 50.713 | **39.516** | 39.703 | 50.713 |
| Impostos a recuperar | 8 | **4.616** | 63.573 | 79.378 | **6.224** | 87.719 | 182.682 |
| Créditos com partes relacionadas | 9 | **133.577** | 96.687 | 69.631 | **133.571** | 119.775 | 92.939 |
| Impostos diferidos | 22 | **163** | - | - | **2.017** | 1.184 | 795 |
| Outros créditos | | **3.593** | 11.381 | 4.701 | **3.989** | 11.497 | 4.810 |
| | | **221.528** | 225.409 | 232.286 | **220.096** | 306.031 | 380.679 |
| Investimentos | 10 | **996.124** | 882.287 | 771.521 | **16.107** | 14.971 | 13.641 |
| Propriedades para investimento | 11 | **10.540** | 21.151 | 17.768 | **10.540** | 21.151 | 17.768 |
| Imobilizado | 12 | **182.846** | 197.453 | 211.939 | **485.502** | 488.431 | 432.563 |
| Intangível | 13 | **2.539** | 4.569 | 4.694 | **35.173** | 35.809 | 6.368 |
| Direito ativo de direito de uso | 17 | **6.571** | 10.078 | - | **7.507** | 11.388 | - |
| Total do ativo não circulante | | **1.420.148** | 1.340.947 | 1.238.208 | **774.925** | 877.781 | 851.019 |
| Total do ativo | | **2.271.520** | 1.943.107 | 1.792.190 | **2.011.865** | 1.745.557 | 1.669.190 |

| PASSIVO | Nt. | Controladora 31/12/2020 Reapresentado | Controladora 31/12/2019 Reapresentado | Controladora 01/01/2019 | Consolidado 31/12/2020 Reapresentado | Consolidado 31/12/2019 Reapresentado | Consolidado 01/01/2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Passivo circulante** | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | **231.273** | 207.301 | 786.074 | **323.838** | 362.852 | 933.391 |
| Fornecedores | | **79.282** | 86.131 | 86.041 | **139.791** | 148.129 | 129.852 |
| Contas a pagar a partes relacionadas | 9 | **116.977** | 70.140 | 203.444 | **22** | 4.179 | 2.849 |
| Obrigações fiscais e sociais | 15 | **27.083** | 19.580 | 32.030 | **66.259** | 45.567 | 79.596 |
| Obrigações e provisões trabalhistas | | **15.073** | 12.940 | 13.545 | **21.418** | 18.073 | 18.787 |
| Dividendos a pagar | 9 | **27.812** | 23.525 | 17.757 | **29.700** | 26.155 | 20.047 |
| Provisão para avais de terceiros | 9.d | **2.883** | 5.352 | 10.201 | **2.883** | 5.352 | 10.201 |
| Passivo de arrend. | 17 | **2.792** | 2.663 | - | **2.792** | 2.663 | - |
| Adiantam. de clientes | 14.b | **145.893** | - | - | **145.893** | - | - |
| Outras contas a pagar | | **34.040** | 33.311 | 25.362 | **55.760** | 50.734 | 30.212 |
| Total do passivo circulante | | **683.108** | 460.943 | 1.174.454 | **788.356** | 663.704 | 1.224.935 |
| **Passivo não circulante** | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | **649.384** | 560.184 | 27.774 | **772.761** | 663.192 | 74.779 |
| Contas pagar a partes relacionadas | 9 | **5.785** | - | - | **-** | - | - |
| Obrigações fiscais e sociais | 15 | **743** | 1.682 | - | **743** | 3.414 | 3.436 |
| Impostos diferidos | 22 | **11.836** | 30.940 | 38.583 | **44.865** | 61.791 | 59.128 |
| Provisão para litígios | 16 | **586** | 643 | 484 | **1.283** | 894 | 857 |
| Débitos com partes relacionadas | 9 | **572.103** | 622.377 | 290.357 | **15.753** | 10.045 | - |
| Passivo de arrendamento | 17 | **4.349** | 8.010 | - | **5.363** | 9.373 | - |
| Outras contas a pagar | | **509** | 509 | 273 | **509** | 513 | 13.273 |
| Total do passivo não circulante | | **1.245.295** | 1.224.345 | 357.471 | **841.277** | 749.222 | 151.473 |
| Patrimônio líquido | 18 | | | | | | |
| Capital social | | **57.894** | 57.894 | 57.894 | **57.894** | 57.894 | 57.894 |
| Reservas de lucros | | **179.891** | 106.775 | 105.421 | **179.891** | 106.775 | 105.421 |
| Transações com sócios | | **(12.144)** | - | - | **(12.144)** | - | - |
| Outros resultados abrangentes | | **117.476** | 93.150 | 96.950 | **117.476** | 93.150 | 96.950 |
| Total de participação dos controladores | | **343.117** | 257.819 | 260.265 | **343.117** | 257.819 | 260.265 |
| Participação de acionistas não controladores | | **-** | - | - | **39.115** | 74.812 | 32.517 |
| Total do patrimônio líquido | | **343.117** | 257.819 | 260.265 | **382.232** | 332.631 | 292.782 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | **2.271.520** | 1.943.107 | 1.792.190 | **2.011.865** | 1.745.557 | 1.669.190 |

## Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais)

| | Nt. | Controladora 31/12/2020 Reapresentado | Controladora 31/12/2019 Reapresentado | Consolidado 31/12/2020 Reapresentado | Consolidado 31/12/2019 Reapresentado |
|---|---|---|---|---|---|
| Receita líquida de vendas | 19 | **1.000.784** | 991.471 | **1.804.362** | 1.668.588 |
| Custo dos produtos vendidos | 20 | **(728.442)** | (780.129) | **(1.159.528)** | (1.161.671) |
| Lucro bruto | | **272.342** | 211.342 | **644.834** | 506.917 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | |
| Despesas com vendas | 20 | **(90.892)** | (115.821) | **(176.373)** | (188.553) |
| Despesas administrativas e gerais | 20 | **(100.623)** | (106.887) | **(164.709)** | (169.780) |
| Resultado da equivalência patrimonial | 10 | **167.575** | 96.269 | **563** | 723 |
| Outras receitas (despesas), líquidas | 20 | **1.905** | 4.590 | **2.847** | (955) |
| Resultado operacional | | **250.307** | 89.493 | **307.162** | 148.352 |
| Receitas financeira | 21 | **315.459** | 213.205 | **353.082** | 244.864 |
| Despesas financeira | 21 | **(477.981)** | (290.529) | **(544.529)** | (358.863) |
| Despesas financeiras, líquidas | | **(162.522)** | (77.324) | **(191.447)** | (113.999) |
| Resultado antes dos impostos s/o lucro | | **87.785** | 12.169 | **115.715** | 34.353 |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente | 22 | **(19.432)** | (59) | **(43.134)** | (31.966) |
| I.R. e contribuição social - diferido | 22 | **19.226** | 6.819 | **23.075** | 21.717 |
| Resultado líquido do exercício | | **87.579** | 18.929 | **95.656** | 24.104 |
| Resultado atribuível aos acionistas | | | | | |
| Acionistas controladores | | | | **87.579** | 18.929 |
| Acionistas não controladores | | | | **8.077** | 5.175 |
| Resultado do exercício | | | | **95.656** | 24.104 |
| Lucro por ação do capital social (em R$) | | **264,04** | 57,07 | | |
| Quantidade de ações ordinárias | | **331.684** | 331.684 | | |

## Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

| | Controladora 31/12/2020 Reapresentado | Controladora 31/12/2019 Reapresentado | Consolidado 31/12/2020 Reapresentado | Consolidado 31/12/2019 Reapresentado |
|---|---|---|---|---|
| Resultado do exercício | **87.579** | 18.929 | **95.656** | 24.104 |
| Outros resultados abrangentes a serem classificados para o resultado do exercício em exercícios subsequentes: | | | | |
| Variação cambial de filiais e controladas no exterior | **27.849** | (6.802) | **37.017** | (4.524) |
| Efeito ajuste economia hiperinflacionária de filiais no exterior | **733** | 2.248 | **733** | 2.248 |
| Efeito ajuste economia hiperinflacionária de controladas no exterior | **2.044** | 5.358 | **2.044** | 5.358 |
| **Resultado abrangente total** | **118.205** | 19.733 | **135.450** | 27.186 |
| Acionistas controladores | | | **118.205** | 19.733 |
| Acionistas não controladores | | | **17.245** | 7.453 |
| **Resultado abrangente total** | | | **135.450** | 27.186 |

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

| | Nt. | Capital social | Reservas de Lucros: Reserva legal | Reservas de Lucros: Reserva especial | Transações com sócios | Outros resultados abrangentes | Lucros acumulados | Total | Participação de acionistas não controladores | Total Patrim. líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 01 de janeiro de 2019 (reapresentado)** | | 57.894 | 6.060 | 99.361 | - | 96.950 | - | 260.265 | 32.517 | 292.782 |
| Participação minoritária oriunda da consolidação MTNA | 1.3 | - | - | - | - | - | - | - | 40.483 | 40.483 |
| Realização da depreciação do custo atribuído, líquido de tributos | | - | - | - | - | (4.604) | 4.604 | - | - | - |
| Efeito ajuste economia hiperinflacionária em filiais no exterior | | - | - | - | - | 2.248 | - | 2.248 | - | 2.248 |
| Efeito ajuste economia hiperinflacionária em controladas no exterior | | - | - | - | - | 5.358 | - | 5.358 | - | 5.358 |
| Variação cambial de filiais e controladas no exterior | | - | - | - | - | (6.802) | - | (6.802) | 2.278 | (4.524) |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 18.929 | 18.929 | 5.175 | 24.104 |
| Destinações | | | | | | | | | | |
| Dividendos | 18.d | - | - | - | - | - | (22.179) | (22.179) | (1.040) | (23.219) |
| Reserva legal | | - | 946 | - | - | - | (946) | - | - | - |
| Reserva especial | | - | - | 408 | - | - | (408) | - | - | - |
| Distribuição de dividendos de exercícios anteriores | | - | - | - | - | - | - | - | (4.601) | (4.601) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)** | | 57.894 | 7.006 | 99.769 | - | 93.150 | - | 257.819 | 74.812 | 332.631 |
| Aquisição da participação minoritária em controlada | 1.3 | - | - | - | - | - | - | - | (48.367) | (48.367) |
| Retificação de dividendos obrigatórios propostos | | - | - | - | - | - | - | - | 26 | 26 |
| Transação de capital entre sócios | 1.3 | - | - | - | (12.144) | - | - | (12.144) | - | (12.144) |
| Realização da depreciação do custo atribuído, líquida de tributos | | - | - | - | - | (6.300) | 6.300 | - | - | - |
| Efeito ajuste economia hiperinflacionária em filiais no exterior | | - | - | - | - | 733 | - | 733 | - | 733 |
| Efeito ajuste economia hiperinflacionária em controladas no exterior | | - | - | - | - | 2.044 | - | 2.044 | - | 2.044 |
| Variação cambial de filiais e controladas no exterior | | - | - | - | - | 27.849 | - | 27.849 | 9.168 | 37.017 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 87.579 | 87.579 | 8.077 | 95.656 |
| Destinações | | | | | | | | | | |
| Dividendos | 18.d | - | - | - | - | - | (20.763) | (20.763) | (835) | (21.598) |
| Reserva legal | | - | 4.379 | - | - | - | (4.379) | - | - | - |
| Reserva especial | | - | - | 68.737 | - | - | (68.737) | - | - | - |
| Distribuição de dividendos de exercícios anteriores | | - | - | - | - | - | - | - | (3.766) | (3.766) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)** | | 57.894 | 11.385 | 168.506 | (12.144) | 117.476 | - | 343.117 | 39.115 | 382.232 |

## Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A Borrachas Vipal S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações, de capital fechado, que, em conjunto com suas controladas designadas neste relatório na nota 2.2, é controlada pela empresa Paludo Participações S.A., que detém 99,99% do seu capital. A Companhia tem sede na Rua Buarque de Macedo, 365, Nova Prata/RS, tem como objetivo a industrialização, comércio, importação e exportação de reparos a frio, vulcanizantes e auto vulcanizantes para pneus e câmaras de ar, industrialização, comercialização e prestação de serviços em borracha e seus artefatos, produtos para os ramos automotivo, esportivo e industrial, adesivos, colas e produtos de limpeza em geral, assim como fabricação de máquinas-ferramenta, atuação em comércio, exportação e distribuição de produtos agrícolas de forma geral, administração de negócios e participações em outras sociedades. **1.1. Impactos do Covid-19:** A Administração da Companhia vem acompanhando os desdobramentos relacionados ao Covid-19, com monitoramento diário da situação e das orientações das autoridades governamentais. Abaixo detalhamos algumas medidas adotadas pela Companhia durante o exercício: (i) renegociação de fornecedores; (ii) prorrogação de pagamento de empréstimos e reparcelamento dos juros do contrato global de empréstimos; (iii) readequação de linhas de produção e do setor administrativo de forma a reduzir contato e aglomerações de trabalhadores; (iv) redução no quadro de funcionários; (v) adesão às medidas de assistência governamental como postergação do recolhimento do PIS/COFINS, Contribuição Previdenciária, parcelamento do FGTS, redução das alíquotas da contribuição aos serviços sociais autônomos; (vi) adesão ao programa emergencial de manutenção do emprego e renda nos termos da Medida Provisória nº 936, aplicando nos meses de abril a junho com redução na jornada de trabalho e salário base. A continuidade das operações e preservação da sustentabilidade do negócio e da nossa rede de reformadores é prioridade da Administração da Companhia e a mesma não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando. **1.2. Combinação de negócios - aquisição de participação societária pela Controladora:** Em 02 de janeiro de 2019, a Companhia adquiriu 51% das ações ordinárias emitidas da empresa Marangoni Trade North America, Inc. ("MTNA"), localizada em Madison, Tennessee, EUA. Em 30 de junho de 2020 a Companhia adquiriu uma participação adicional de 30% do capital da controlada. No mesmo mês a MTNA reduziu seu capital social tendo o sócio não controlador se retirado da sociedade. Com esse movimento a Companhia passou a deter 100% do capital social da controlada. A aquisição da participação foi considerada pela Administração uma combinação de negócios, em função da transferência do controle desta empresa para Borrachas Vipal S.A. a partir de 02 de janeiro de 2019, além do cumprimento dos demais pré-requisitos previstos no CPC 15 (R1) - Combinações de negócio. A data de aquisição foi estabelecida contratualmente entre as partes como sendo 02 de janeiro de 2019, com o balanço de abertura definido como aquele levantado em 31 de dezembro de 2018, visto não terem ocorrido alterações relevantes entre essa data e a data de aquisição. O valor total do negócio foi de € 12.000 (doze milhões de Euros), equivalentes a R$ 53.250, sendo € 5.000 (cinco milhões de Euros), ou R$ 22.188, em créditos que a Companhia detinha contra a Marangoni S.p.A (Itália) por antecipações efetuadas no exercício anterior, € 5.000 (cinco milhões de Euros), representando R$ 22.188, até julho de 2019 e € 2.000 mil (dois milhões de Euros), equivalentes a R$ 8.874 liquidados através de fornecimento de matéria-prima. Abaixo demonstramos o valor justo do balanço patrimonial da MTNA na data de aquisição (valores em reais):

| | Valor justo reconhecido na aquisição |
|---|---|
| Estoques | 26.623 |
| Carteira de clientes | 17.874 |
| Ativo imobilizado | 67.679 |
| Imposto de renda e contribuição social | 34 |
| Impostos diferidos sobre mais valia | (18.448) |
| Outros (passivos)/ativos líquidos | (11.145) |
| Total de ativos identificáveis líq., a valor justo | **82.617** |
| Participação de não controladores | (40.483) |
| Ágio por expectativa de rentabilidade futura | 11.116 |
| Contraprestação transferida | **53.250** |

A contraprestação transferida, líquida do caixa adquirido, foi determinada conforme segue:

| | |
|---|---|
| Contraprestação transferida | 53.250 |
| Aquisição da controlada, líquido do caixa obtido na aquisição | (227) |
| Contraprestação transferida, líquida do caixa adquirido | **53.023** |

O valor justo das mais valias de estoques totalizou R$ 6.013 e o ativo imobilizado R$ 30.373. O valor justo dos ativos e passivos foi determinado com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, em dezembro de 2019. A técnica de avaliação utilizada para mensurar o valor justo da carteira de clientes foi o método de renda (*Multi-Period Excess Earnings Method* – MPEEM), que possui como objetivo isolar o fluxo de caixa atribuível a um ativo intangível específico do fluxo de caixa total. Nesse método, são feitas eliminações contra o lucro líquido total, pelo uso dos ativos contribuintes, alocando o lucro excedente ao ativo intangível em avaliação. As principais premissas utilizadas foram: (i) taxa de retenção (*churn rate*), (ii) rentabilidade atribuída a carteira (EBITDA da empresa adquirida, retornando o percentual de despesas com publicidade e propaganda), (iii) ativos contributivos, (iv) taxa de desconto WARA formado pelo WACC adicionando um ajuste pelo risco do referido ativo, e (v) vida útil estimada. O ativo imobilizado foi avaliado pelo Método Comparativo Direto de Dados de Mercado para terrenos e pelo Método da Quantificação de Custo para benfeitorias e para Máquinas, Equipamentos, Instalações e Bens Industriais em Geral seguiu-se o estabelecido nas normas brasileiras de avaliação. Os produtos em estoque foram avaliados ao valor justo considerando o preço de venda menos a soma de seus custos para conclusão, custos de venda e uma previsão de lucro razoável para a conclusão dos esforços de venda da entidade adquirente com base no lucro de produtos semelhantes. Os produtos acabados foram avaliados ao valor justo considerando o preço de venda deduzidos dos custos para a comercialização. Desde a data de aquisição, a MTNA contribuiu para o Consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 com receita líquida de R$ 116.920 e lucro antes dos impostos de R$ 8.165. Em 30 de junho de 2020, a Companhia assinou o segundo acordo de compra de ações da controlada MTNA, com a Marangoni S.p.A (Itália), para a aquisição da participação de 24.600 ações, equivalentes a 30% do capital da investida. O preço estabelecido para a compra das ações foi de € 6.300 (seis milhões e trezentos mil Euros), equivalentes a R$ 38.757, sendo € 5.000 (cinco milhões de Euros), ou R$ 30.760, em créditos que a Companhia detinha contra a Marangoni S.p.A (Itália) por antecipações efetuadas no exercício anterior e € 1.300 mil (um milhão e trezentos mil Euros), equivalentes a R$ 7.997 liquidados através de fornecimento de matéria-prima. Ainda de acordo com o contrato a MTNA recomprou o saldo remanescente de ações que a Marangoni S.p.A (Itália) detinha do seu capital, representado por 15.580 ações. O preço estabelecido para a recompra das ações foi de € 3.700 (três milhões e setecentos mil Euros), equivalentes a R$ 21.754, sendo € 1.000 (um milhão de Euros), representando R$ 5.879, na data do fechamento, € 1.430 (um milhão, quatrocentos e trinta mil Euros), ou R$ 8.408, compensados com débitos da Marangoni S.p.A (Itália) pendentes de pagamento à MTNA e € 1.270 (um milhão, duzentos e setenta mil Euros), equivalentes a R$ 7.467, pagos em setembro de 2020. A data de fechamento para ambas as operações estabelecida foi julho de 2020. Após estas transações a Companhia passou a deter 100% de participação na controlada. Por se tratar de transações entre sócios, o impacto da mais valia paga pela Controladora e da recompra de ações foi tratado no patrimônio líquido da Controladora, como uma transação entre acionistas, conforme orienta o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas. Abaixo demonstramos os valores registrados na data de aquisição (valores em reais):

| Etapas | Contraprestação | PL adquirido | Mais valia |
|---|---|---|---|
| Compra de 30% de ações p/Controladora | 38.757 | 29.612 | 9.145 |
| Recompra de 19% de ações pela subsidiária MTNA | 21.754 | 18.755 | 2.999 |
| Total apropriado em transações c/sócios | | | 12.144 |

**2. Sumário das principais políticas contábeis: 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras -** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil consideram a Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos, gestão de riscos e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais. Todos os pronunciamentos em vigor na data de elaboração das demonstrações financeiras foram aplicados pela Companhia. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia, sendo as mais relevantes divulgadas na Nota 3. A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme previsto no CPC 7 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Ressaltamos, ainda que, as políticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. A conclusão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi autorizada em reunião de diretoria realizada em 23 de março de 2022. **2.2. Bases de consolidação -** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

| | | | Percentual de participação 31/12/2020 Direta | 31/12/2020 Indireta | 31/12/2019 Direta | 31/12/2019 Indireta | 01/01/2019 Direta | 01/01/2019 Indireta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Empresas no Brasil** | | | | | | | | |
| Borrachas Vipal Nordeste S.A. | Brasil | Reais | **95,58** | **-** | 95,58 | - | 95,58 | - |
| Vipal Indústria de Máquinas Ltda. | Brasil | Reais | **100** | **-** | 100 | - | 100 | - |
| Caravaggio Empreendimentos e Incorporações Ltda. | Brasil | Reais | **-** | **-** | 99,86 | - | 99,86 | - |
| Vipaltec Pesq.Desenv.Tec. Ltda. | Brasil | Reais | **99,99** | **-** | 99,99 | - | 99,99 | - |
| **Empresas no exterior** | | | | | | | | |
| Marangoni Trade North American Inc. | Estados Unidos | Dólar Americano | **100** | **-** | 51 | - | - | - |
| Vipal Participadas Espana S.L. | Espanha | Euro | **100** | **-** | 100 | - | 100 | - |
| Karlevi S.A. | Uruguai | Pesos Uruguaios | **-** | **100** | - | 100 | - | 100 |
| Vipal Rubber Corporation | Estados Unidos | Dólar Americano | **-** | **100** | - | 100 | - | 100 |
| Vipal Chile S.A. | Chile | Pesos Chilenos | **-** | **100** | - | 100 | - | 100 |
| Vipal Colômbia S.A. | Colômbia | Pesos Colombianos | **-** | **100** | - | 100 | - | 100 |
| Vipal S.A. | Argentina | Pesos Argentinos | **22,16** | **77,84** | 42,03 | 57,97 | 42,03 | 57,97 |
| Cauchos Vi-pal, S.A de C.V. | México | Pesos Mexicanos | **-** | **100** | - | 100 | - | 100 |
| Vipal Europe GmbH | Alemanha | Euro | **-** | **100** | - | 100 | - | 100 |
| Vipal Europe, S.L. | Espanha | Euro | **-** | **100** | - | 100 | - | 100 |
| Vipal Europe, S.L. – D.o.o. | Eslovênia | Euro | **-** | **100** | - | 100 | - | 100 |
| Vipal Europe Limited | Reino Unido | Libra Esterlina | **-** | **100** | - | 100 | - | 100 |
| Vipal Italia Società a Responsabilità Limitata | Itália | Euro | **-** | **100** | - | 100 | - | 100 |

continua

## Relatório da Administração

A Companhia identificou ajustes e reclassificações que afetam os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa relativamente a anos anteriores. Consequentemente, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras compreendendo esses exercícios de acordo com o previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

| | Nt. | Controladora 31/12/2020 Reapresentado | Controladora 31/12/2019 Reapresentado | Consolidado 31/12/2020 Reapresentado | Consolidado 31/12/2019 Reapresentado |
|---|---|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das ativid. operacionais** | | | | | |
| Resultado do exercício antes dos impostos sobre o lucro | | **87.785** | 12.169 | **115.715** | 34.353 |
| Ajustes p/conciliar o resultado às disponib. geradas pelas atividades operacionais: | | | | | |
| Depreciação e amortização | 10, 12 13 e 17 | **24.354** | 26.293 | **49.004** | 49.542 |
| Venda de propriedade para investimento | | **-** | - | **-** | - |
| Realiz. ajuste valor presente - CPC 06 | 17 | **431** | 845 | **431** | 845 |
| Efeito da hiperinflação - CPC 42 | | **733** | 2.248 | **(5.698)** | 1.551 |
| Resultado nas baixas do imobilizado | 12 | **5.715** | 5.174 | **6.527** | 5.760 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 10 | **(167.575)** | (96.269) | **(563)** | (723) |
| Provisão p/créditos de liq. duvidosa | 6 | **4.693** | 11.811 | **13.356** | 19.781 |
| Provisão para estoques obsoletos | 7 | **38** | 103 | **(340)** | 3.659 |
| Realiz. do lucro na integ. do capital | 10 | **(615)** | (691) | **-** | - |
| Provisão (reversão) de provisão p/litígios | 16 | **(57)** | 159 | **389** | 37 |
| Reversão para avais em terceiros | | **(2.469)** | (4.849) | **(2.469)** | (4.848) |
| Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos | 14 | **225.442** | 81.850 | **243.340** | 92.793 |
| | | **178.475** | 38.843 | **419.692** | 202.750 |
| **Variações no ativo e no passivo** | | | | | |
| Contas a receber | | **16.706** | (68.705) | **(11.406)** | (34.721) |
| Estoques | | **(8.160)** | 13.629 | **(40.198)** | 29.486 |
| Impostos a recuperar | | **54.595** | 50.099 | **99.566** | 107.269 |
| Outras contas a receber | | **(5.801)** | (16.741) | **(5.010)** | (5.842) |
| Dividendos recebidos | | **-** | 2.447 | **-** | - |
| Fornecedores | | **(6.849)** | 90 | **(8.338)** | 7.419 |
| Obrigações fiscais e sociais | | **6.564** | (10.827) | **9.398** | (31.773) |
| Outras contas a pagar | | **4.102** | 17.923 | **18.995** | (14.370) |
| I.R. e contribuição social pagos | | **-** | - | **(3.869)** | (1.869) |
| **Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados nas atividades operacionais** | | **239.632** | 26.758 | **478.830** | 258.349 |
| **Fluxo de caixa das ativid. de investim.** | | | | | |
| Em aplicações financeiras | | **(2.183)** | (2.079) | **(676)** | (2.062) |
| Em propriedade para investimentos | 11 | **-** | (7.645) | **-** | (7.645) |
| Em investimentos | 10 | **(10.393)** | (79.336) | **-** | (53.023) |
| Em imobilizado | 12 | **(6.165)** | (5.909) | **(20.853)** | (24.383) |
| No intangível | 13 | **(327)** | (2.506) | **(376)** | (3.242) |
| **Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de investim.** | | **(19.068)** | (97.475) | **(21.905)** | (90.355) |
| **Fluxo de caixa das atividades de financ.** | | | | | |
| Aquisição de partic. de não controladores | 1.2 | **(38.757)** | - | **(60.511)** | - |
| Empréstimos e financiamentos - captação | 14 | **435.148** | 630.566 | **522.223** | 773.145 |
| Empréstimos e financiamentos - pagam. | 14 | **(492.809)** | (727.904) | **(625.510)** | (831.746) |
| Juros de empréstimos pagos | 14 | **(54.609)** | (30.875) | **(69.498)** | (45.098) |
| Créditos com partes relacionadas | | **(60.953)** | (23.222) | **(16.189)** | 6.264 |
| Débitos com partes relacionadas | | **90.135** | 245.722 | **1.529** | - |
| Pagamentos realizados arrendamento | 17 | **(3.136)** | (3.077) | **(3.485)** | (3.077) |
| Pagamentos de dividendos | | **(6.076)** | (16.411) | **(11.392)** | (38.186) |
| **Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos** | | **(131.057)** | 74.799 | **(262.833)** | (138.698) |
| **Aumento no caixa e equiv. de caixa** | | **89.507** | 4.082 | **194.092** | 29.296 |
| **Variação no caixa e equiv. de caixa** | | | | | |
| Caixa e equiv. de caixa - no início do exerc. | | **10.357** | 6.275 | **52.869** | 23.573 |
| Caixa e equiv. de caixa - no final do exerc. | | **99.864** | 10.357 | **246.961** | 52.869 |
| **Aumento no caixa e equiv. de caixa** | | **89.507** | 4.082 | **194.092** | 29.296 |
| **Itens que não afetam caixa:** | | | | | |
| Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa | | **(59)** | (49) | **368** | (10.169) |
| Variação cambial s/investidas no exterior. | | **27.849** | (6.802) | **37.017** | (4.524) |
| Compensação de dividendos a receber com débitos com partes relacionadas | | **88.337** | 50.930 | **88.337** | - |
| Compensação de dividendos a pagar com partes relacionadas | | **(10.400)** | 14.998 | **(10.400)** | 14.998 |

continuação

**DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020 DA BORRACHAS VIPAL S.A. - CNPJ Nº. 87.870.952/0001-44 NIRE: Nº. 43 3 0002911 5 - "CAPITAL FECHADO" - RUA BUARQUE DE MACEDO, 365 - NOVA PRATA RS**



As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas, e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as mesmas, são eliminados por completo. **2.3. Correção monetária por hiperinflação - CPC 42 -** Com inflação acumulada superior a 100% nos últimos três anos na Argentina, a aplicação do CPC 42 - Contabilidade em economia hiperinflacionária - passou a ser requerida no exercício de 2018 para as unidades da Companhia nesse país. De acordo com a norma, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de investidas que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços ao consumidor "IPC". A inflação acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de 36,1% (54,5% em 31 de dezembro de 2019), conforme IPC. A Companhia efetuou a correção monetária na sua controlada Vipal S.A., sediada na Argentina, e em sua filial Borrachas Vipal Argentina. Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico e o patrimônio líquido foram atualizados pela inflação. Os impactos da correção monetária até o exercício de 2017 foram registrados em "outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido. O efeito em 2020 na controladora foi um ganho de R$ 47 (perda de R$ 959 em 2019) e no consolidado uma perda de R$ 9.120 (perda de R$ 11.024 em 2019). **2.4. Reconhecimento de receita -** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: Venda de produtos - As receitas da Companhia e suas controladas são auferidas com a venda de produtos de borracha para vulcanizações de pneus, bem como produtos correlatos para reforma e reparos de pneus, para os segmentos automotivo, esportivo e industrial. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente, geralmente na entrega dos produtos nas localidades do cliente e, portanto, a obrigação de performance vendidos é atendida. Não há outras promessas nos contratos com clientes que representem obrigações de performance distintas, e que poderiam requerer que uma parcela do preço da transação fosse alocada separadamente. A Companhia e suas controladas avalia ao determinar o preço da transação se há efeitos de contraprestação variável, componente de financiamento, contraprestação não monetária ou devida ao cliente. As receitas são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável; os produtos foram efetivamente entregues e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa de sua realização. *Abatimentos por volume (bonificação por performance comercial)* - A Companhia e suas controladas oferecem abatimentos por volume para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente. O método do "valor mais provável" é adotado pela Companhia para estimar a contraprestação variável em um contrato. O método selecionado é o que melhor prediz o montante de contraprestação variável, principalmente pelo fato de os contratos incluírem apenas uma única meta, em sua grande maioria. Um passivo de restituição é reconhecido para os abatimentos futuros esperados e neste caso tais valores não são incluídos no preço da transação. A Companhia e suas controladas também são partes de contratos nos quais entregam cargas bonificadas de produtos a clientes, tendo como contrapartida por parte desses clientes o atingimento de metas de compras durante um período de tempo determinado contratualmente. Os custos incorridos a título de bonificação são considerados custos incrementais necessários para a obtenção de um contrato com cliente e, portanto, são registrados como despesa antecipada no momento da entrega dos produtos e amortizado pelo tempo do contrato e conforme o atingimento das metas pelo cliente. Receita de juros - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **2.5. Conversão de Saldos Denominado em Moeda Estrangeira:** Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia, bem como da investida de controle conjunto (*joint venture*), que são utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade, e posteriormente convertidas para Reais. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para Reais (BRL) pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pelas taxas médias mensais dos exercícios, sendo os efeitos dessa conversão registrados em conta específica do patrimônio líquido da controladora. Transações denominadas em moeda estrangeira - Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real - BRL) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.6. Caixa e equivalentes de caixa -** Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". **2.7. Aplicações financeiras -** A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas, de acordo com a categoria, conforme descrito na Nota 2.17. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido. As aplicações da Companhia estão cedidas em garantia a empréstimos e estão classificadas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o prazo de liquidação do passivo. **2.8. Contas a receber de clientes -** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. As contas a receber de clientes de mercado externo estão atualizadas conforme divulgado na Nota 2.5. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante. A provisão para devedores duvidosos foi constituída observando as orientações do CPC 48. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **2.9. Estoques -** Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. Matérias primas, materiais intermediários e materiais diversos - Valorizadas ao custo de aquisição. Produtos acabados, e em elaboração - Custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional dos gastos gerais inditetas de fabricação com base na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. **2.10. Investimentos -** Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2), para fins de preparação das demonstrações financeiras da controladora. Este investimento é deduzido de provisão para perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Após reduzir até zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o CPC 18 (R2) determina que a Companhia deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas. **2.11. Imobilizado -** Imobilizados são mensurados ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por *impairment*, quando aplicável. Métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada data de relatório e ajustados, se apropriado. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens conforme descrito abaixo:

| | Média ponderada de vida útil (anos) | |
|---|---|---|
| | Controladora | Consolidado |
| Edificações | 52 | 56 |
| Benfeitorias | 45 | 45 |
| Instalações industriais | 25 | 26 |
| Máquinas e equipamentos | 21 | 23 |
| Outros | 14 | 14 |

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.12. Ágio, mais valia e outros ativos intangíveis -** *Goodwill* - O *goodwill* apurado em aquisição de investimento é inicialmente mensurado como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos a valor justo (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). O *goodwill* não é amortizado, sendo sujeito a testes de *impairment* anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. O *goodwill* é registrado como ativo e incluído nas contas de "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial", na controladora, e "intangível", no consolidado. Em situações de venda de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, o *goodwill* será incluído na determinação dos ganhos e perdas. Mais valia de ativos - Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, no reconhecimento inicial, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. A mais valia de ativos é registrada como ativo e incluído nas contas "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial", na controladora, e reclassificado para as rubricas correspondentes, no consolidado. Outros ativos intangíveis - São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos principalmente por *software* e outros. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 13). Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos. **2.13. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros -** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa estimados são descontados a valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento que opera o ativo. O teste de perda ao valor recuperável (impairment) do ágio é feito anualmente ao final do exercício. **2.14. Provisões -** Geral - Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para litígios - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.15. Tributação -** Impostos sobre vendas - Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

| | Alíquotas | |
|---|---|---|
| | Controladora | Consolidado |
| ICMS - Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços | 7% a 18% | 7% a 18% |
| IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados | 0% a 18% | 0% a 18% |
| COFINS - Contribuição para Seguridade Social | 7,60% a 9,50% | 3,00% a 9,50% |
| PIS - Programa de Integração Social | 1,65% a 2% | 0,65% a 2% |
| IVA - Imposto sobre Valor Adicionado (Exterior) | - | 0,5% a 22% |

As vendas são apresentadas pelos valores líquidos destes impostos na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. Imposto de renda e contribuição social correntes - A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil na data de apresentação das demonstrações financeiras e nos países onde as controladas da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. Impostos diferidos - Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal). • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os impostos diferidos ativos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **2.16. Benefícios a empregados -** Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros, bônus, plano de saúde, assistência médica e social. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. **2.17. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -** Ativos financeiros - Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis. a) *Reconhecimento inicial e mensuração* - Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. b) *Desreconhecimento (baixa)* - Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando expirarem o direito de receber fluxos de caixa do ativo. Passivos financeiros - Os passivos financeiros classificados como a custo amortizado, são: fornecedores, contas a pagar partes relacionadas, dividendos a pagar, passivo de arrendamento, débitos com partes relacionadas, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. a) *Reconhecimento inicial e mensuração* - Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. b) *Desreconhecimento (baixa)* - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **2.18. Subvenções governamentais -** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. **2.19. Custo dos empréstimos -** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia e suas controladas capitalizam os custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis. **2.20. Arrendamento mercantil -** Na adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil, a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente. A Companhia reconhece o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data da assinatura do contrato de arrendamento. A administração da Companhia considera como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, ajustado a valor presente, considerando a taxa incremental de juros para fins de desconto. Os contratos que atendem a esta norma são de aluguel de imóvel e da frota de veículos. Para cálculo do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento foi aplicado uma taxa de 10,5% a.a. para o aluguel do imóvel e 4,1% a.a. para frota de veículos. Essas taxas foram utilizadas com base em simulação junto aos bancos que a Companhia opera. A Companhia analisou os contratos existentes e identificou apenas dois enquadrados no CPC 06 (R2). Os demais não se enquadraram à norma por serem considerados de baixo valor como definidos pela Companhia, variabilidade na mensuração dos valores ou por terem prazo inferior a 12 meses. **2.21. Reapresentação das de demonstrações financeiras -** A administração identificou ajustes e reclassificações que afetam os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa relativamente a anos anteriores. Consequentemente, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras compreendendo esses exercícios de acordo com o previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. Os quadros a seguir demonstram os ajustes e reclassificações supramencionados.

**Balanços patrimoniais em 31/12/2020**

| | | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | **Nt.** | **Originalmente apresentado** | **Correção de erros e reclassificações** | **Valores reapresentados** | **Originalmente apresentado** | **Correção de erros e reclassificações** | **Valores reapresentados** |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 99.864 | - | **99.864** | 246.961 | - | **246.961** |
| Aplicações financeiras | 1 | 4.262 | (2.005) | **2.257** | 7.450 | (2.005) | 5.445 |
| Contas a receber de clientes | | 138.874 | - | **138.874** | 368.627 | - | **368.627** |
| Ativo de contrato | | - | 1.670 | **1.670** | - | 3.340 | **3.340** |
| Contas a receber de partes relacionadas | | 219.183 | - | **219.183** | 4.225 | - | **4.225** |
| Estoques | | 150.692 | - | **150.692** | 342.081 | - | **342.081** |
| Impostos a recuperar | | 34.128 | - | **34.128** | 52.079 | - | **52.079** |
| Despesas antecipadas | | 7.836 | - | **7.836** | 9.741 | - | **9.741** |
| Dividendos a receber | 21 | 18.073 | 1.782 | **19.855** | - | - | **-** |
| Adiantamento de fornecedores | | 143.006 | - | **143.006** | 143.006 | - | **143.006** |
| Outros ativos circulantes | 23 | 17.633 | 16.374 | **34.007** | 30.646 | 30.789 | **61.435** |
| **Total do ativo circulante** | | 833.551 | 17.821 | **851.372** | 1.204.816 | 32.124 | **1.236.940** |
| Aplicações financeiras | 1 | - | 2.005 | **2.005** | - | 2.005 | **2.005** |
| Contas a receber de clientes | | 16.166 | - | **16.166** | 29.020 | - | **29.020** |
| Ativo de contrato LP | | - | 1.877 | **1.877** | - | 3.754 | **3.754** |
| Contas a receber de partes relacionadas | | 59.531 | - | **59.531** | 39.516 | - | **39.516** |
| Imposto a recuperar | | 4.616 | - | **4.616** | 6.224 | - | **6.224** |
| Créditos com partes relacionadas | | 133.577 | - | **133.577** | 133.571 | - | **133.571** |
| Impostos diferidos | | 163 | - | **163** | 2.017 | - | **2.017** |
| Outros créditos | | 3.593 | - | **3.593** | 3.989 | - | **3.989** |
| Investimentos | 15;8;3 | 967.615 | 28.509 | **996.124** | 16.107 | - | **16.107** |
| Propriedades para investimento | 2 | - | 10.540 | **10.540** | - | 10.540 | **10.540** |
| Imobilizado | 2 | 193.386 | (10.540) | **182.846** | 479.276 | 6.226 | **485.502** |
| Intangível | | 2.539 | - | **2.539** | 27.260 | 7.913 | **35.173** |
| Ativo de direito de uso | | 6.571 | - | **6.571** | 6.571 | 936 | **7.507** |
| **Total do ativo não circulante** | | 1.387.757 | 32.391 | **1.420.148** | 743.551 | 31.374 | **774.925** |
| **Total do ativo** | | 2.221.308 | 50.212 | **2.271.520** | 1.948.367 | 63.498 | **2.011.865** |
| **Passivo** | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | | 231.273 | - | **231.273** | 323.838 | - | **323.838** |
| Fornecedores | | 79.282 | - | **79.282** | 139.791 | - | **139.791** |
| Contas a pagar a partes relacionadas | | 116.977 | - | **116.977** | - | 22 | **22** |
| Obrigações fiscais e sociais | 3;5;10; 14, 23 | 9.623 | 17.460 | **27.083** | 32.528 | 33.731 | **66.259** |
| Obrigações e provisões trabalhistas | | 15.073 | - | **15.073** | 21.418 | - | **21.418** |
| Dividendos a pagar | 19 | 27.812 | - | **27.812** | 29.700 | - | **29.700** |
| Provisão para avais de terceiros | | 2.883 | - | **2.883** | 2.883 | - | **2.883** |
| Passivo de arrendamento | | 2.792 | - | **2.792** | 2.792 | - | **2.792** |
| Adiantamentos de clientes | | 145.893 | - | **145.893** | 145.893 | - | **145.893** |
| Outras contas a pagar | 8 | 16.409 | 17.631 | **34.040** | 45.270 | 10.490 | **55.760** |
| **Total do passivo circulante** | | 648.017 | 35.091 | **683.108** | 744.113 | 44.243 | **788.356** |
| Empréstimos e financiamentos | | 649.384 | - | **649.384** | 772.761 | - | **772.761** |
| Contas pagar a partes relacionadas | | 5.785 | - | **5.785** | - | - | **-** |
| Obrigações fiscais e sociais | | 743 | - | **743** | 743 | - | **743** |
| Impostos diferidos | 5;8;9; 11;12;15 | 17.072 | (5.236) | **11.836** | 47.400 | (2.535) | **44.865** |
| Provisão para litígios | | 586 | - | **586** | 1.283 | - | **1.283** |
| Débitos com partes relacionadas | | 572.103 | - | **572.103** | 15.753 | - | **15.753** |
| Passivo de arrendamento | | 4.349 | - | **4.349** | 4.349 | 1.014 | **5.363** |
| Outras contas a pagar | | 508 | 1 | **509** | 508 | 1 | **509** |
| **Total do passivo não circulante** | | 1.250.530 | (5.235) | **1.245.295** | 842.797 | (1.520) | **841.277** |
| **Patrimônio líquido** | | | | | | | |
| Capital social | | 57.894 | - | **57.894** | 57.894 | - | **57.894** |
| Reservas de lucros | 2 a 15, 17 e 18 | 177.823 | 2.068 | **179.891** | 177.823 | 2.068 | **179.891** |
| Transações com sócios | | - | (12.144) | **(12.144)** | - | (12.144) | **(12.144)** |
| Outros resultados abrangentes | | 87.044 | 30.432 | **117.476** | 87.044 | 30.432 | **117.476** |
| **Total de participação dos controladores** | | 322.761 | 20.356 | **343.117** | 322.761 | 20.356 | **343.117** |
| Participação de acionistas não controladores | 3;5;8;9; 12;14;15 | - | - | **-** | 38.696 | 419 | **39.115** |
| **Total do patrimônio líquido** | | 322.761 | 20.356 | **343.117** | 361.457 | 20.775 | **382.232** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | 2.221.308 | 50.212 | **2.271.520** | 1.948.367 | 63.498 | **2.011.865** |

**Demonstração do resultado em 31/12/2020**

| | | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Nt.** | **Originalmente apresentado** | **Correção de erros e reclassificações** | **Valores reapresentados** | **Originalmente apresentado** | **Correção de erros e reclassificações** | **Valores reapresentados** |
| Receita operacional líquida | 5;7;13;20 | 1.001.381 | (597) | **1.000.784** | 1.816.110 | (11.748) | **1.804.362** |
| Custo dos produtos vendidos | 5;7;12 | (727.823) | (619) | **(728.442)** | (1.155.769) | (3.759) | **(1.159.528)** |
| Lucro bruto | | 273.558 | (1.216) | **272.342** | 660.341 | (15.507) | **644.834** |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | | | |
| Comerciais | 7;9;13.20 | (94.019) | 3.127 | **(90.892)** | (173.573) | (2.800) | **(176.373)** |
| Administrativas e gerais | 7,17 | (99.308) | (1.315) | **(100.623)** | (185.515) | 20.806 | **(164.709)** |
| Resultado da equivalência patrimonial | 3;4;5;8;9; 12;15;20 | 159.487 | 8.088 | **167.575** | 563 | - | **563** |
| Outras despesas operacionais líquidas | 22 | 1.952 | (47) | **1.905** | (6.320) | 9.167 | **2.847** |
| Resultado operacional | | 241.670 | 8.637 | **250.307** | 295.496 | 11.666 | **307.162** |
| Receitas financeira | | 315.459 | - | **315.459** | 353.082 | - | **353.082** |
| Despesas financeira | 7;8, 22 | (476.882) | (1.099) | **(477.981)** | (545.005) | 476 | **(544.529)** |
| Despesas financeiras, líquidas | | (161.423) | (1.099) | **(162.522)** | (191.923) | 476 | **(191.447)** |
| Resultado antes dos impostos | | 80.247 | 7.538 | **87.785** | 103.573 | 12.142 | **115.715** |
| I.R. e contribuição social - corrente | 3;10 | (19.403) | (29) | **(19.432)** | (42.959) | (175) | **(43.134)** |
| I.R. e contribuição social - diferido | 5;8;9;11; 12;15 | 9.947 | (721) | **19.226** | 28.434 | (5.359) | **23.075** |
| Resultado líquido do exercício | | 80.791 | 6.788 | **87.579** | 89.048 | 6.608 | **95.656** |
| Resultado atribuível aos acionistas | | | | | | | |
| Acionistas controladores | | | | | 80.791 | 6.788 | **87.579** |
| Acionistas não controladores | | | | | 8.257 | (180) | **8.077** |
| Resultado do exercício | | | | | 89.048 | 6.608 | **95.656** |

continua

continuação

**DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020 DA BORRACHAS VIPAL S.A. - CNPJ Nº. 87.870.952/0001-44 NIRE: Nº. 43 3 0002911 5 - "CAPITAL FECHADO" - RUA BUARQUE DE MACEDO, 365 - NOVA PRATA RS** 

**Balanços patrimoniais em 31/12/2019**

| | | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | **Nt.** | **Originalmente apresentado** | **Correção de erros e reclassificações** | **Valores reapresentados** | **Originalmente apresentado** | **Correção de erros e reclassificações** | **Valores reapresentados** |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 10.357 | - | **10.357** | 52.869 | - | **52.869** |
| Aplicações financeiras | | 2.079 | - | **2.079** | 2.079 | - | **2.079** |
| Contas a receber de clientes | 5;9,16 | 167.412 | (2.755) | **164.657** | 383.342 | (8.145) | **375.197** |
| Ativo de contrato | 24 | - | 1.264 | **1.264** | - | 2.528 | **2.528** |
| Contas a receber de partes relacionadas | | 185.761 | - | **185.761** | 1.645 | - | **1.645** |
| Estoques | 5;12 | 141.951 | 619 | **142.570** | 301.441 | 102 | **301.543** |
| Impostos a recuperar | | 29.766 | - | **29.766** | 70.150 | - | **70.150** |
| Despesas antecipadas | | 6.603 | - | **6.603** | 7.188 | - | **7.188** |
| Dividendos a receber | | 22.497 | - | **22.497** | - | - | **-** |
| Outros ativos circulantes | 23 | 26.309 | 10.297 | **36.606** | 36.280 | 18.297 | **54.577** |
| **Total do ativo circulante** | | 592.735 | 9.425 | **602.160** | 854.994 | 12.782 | **867.776** |
| Aplicações financeiras | | - | - | **-** | 4.695 | - | **4.695** |
| Contas a receber de clientes | 16 | 11.757 | - | **11.757** | 34.682 | 2.160 | **36.842** |
| Ativo de contrato | 24 | - | 2.308 | **2.308** | - | 4.616 | **4.616** |
| Contas a receber de partes relacionadas | | 39.703 | - | **39.703** | 39.703 | - | **39.703** |
| Imposto a recuperar | | 63.573 | - | **63.573** | 87.719 | - | **87.719** |
| Créditos com partes relacionadas | | 96.687 | - | **96.687** | 119.775 | - | **119.775** |
| Impostos diferidos | | - | - | **-** | 1.184 | - | **1.184** |
| Outros créditos | | 11.381 | - | **11.381** | 11.497 | - | **11.497** |
| Investimentos | 3;5;8;15 | 878.026 | 4.261 | **882.287** | 14.971 | - | **14.971** |
| Propriedades para investimento | 2 | 10.611 | 10.540 | **21.151** | 10.611 | 10.540 | **21.151** |
| Imobilizado | 2 | 207.993 | (10.540) | **197.453** | 484.772 | 3.659 | **488.431** |
| Intangível | | 4.569 | - | **4.569** | 25.843 | 9.966 | **35.809** |
| Ativo de direito de uso | 17 | 10.078 | - | **10.078** | 10.078 | 1.310 | **11.388** |
| **Total do ativo não circulante** | | 1.334.378 | 6.569 | **1.340.947** | 845.530 | 32.251 | **877.781** |
| **Total do ativo** | | 1.927.113 | 15.994 | **1.943.107** | 1.700.524 | 45.033 | **1.745.557** |
| **Passivo** | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | | 207.301 | - | **207.301** | 362.852 | - | **362.852** |
| Fornecedores | | 86.131 | - | **86.131** | 148.129 | - | **148.129** |
| Contas a pagar a partes relacionadas | | 70.140 | - | **70.140** | 4.179 | - | **4.179** |
| Obrigações fiscais e sociais | 3;5;10, 23 | 8.426 | 11.154 | **19.580** | 25.038 | 20.529 | **45.567** |
| Obrigações e provisões trabalhistas | | 12.940 | - | **12.940** | 18.073 | - | **18.073** |
| Dividendos a pagar | | 23.525 | - | **23.525** | 26.155 | - | **26.155** |
| Provisão para avais de terceiros | | 5.352 | - | **5.352** | 5.352 | - | **5.352** |
| Passivo de arrendamento | | 2.663 | - | **2.663** | 2.663 | - | **2.663** |
| Outras contas a pagar | 8 | 17.153 | 16.158 | **33.311** | 29.596 | 21.138 | **50.734** |
| **Total do passivo circulante** | | 433.631 | 27.312 | **460.943** | 622.037 | 41.667 | **663.704** |
| Empréstimos e financiamentos | | 560.184 | - | **560.184** | 663.192 | - | **663.192** |
| Obrigações fiscais e sociais | | 1.682 | - | **1.682** | 3.414 | - | **3.414** |
| Impostos diferidos | 5;8;9;11;12;15, 24 | 36.897 | (5.957) | **30.940** | 69.684 | (7.893) | **61.791** |
| Provisão para litígios | | 643 | - | **643** | 894 | - | **894** |
| Débitos com partes relacionadas | | 622.377 | - | **622.377** | 10.045 | - | **10.045** |
| Passivo de arrendamento | 17 | 8.010 | - | **8.010** | 8.010 | 1.363 | **9.373** |
| Outras contas a pagar | | 509 | - | **509** | 513 | - | **513** |
| **Total do passivo não circulante** | | 1.230.302 | (5.957) | **1.224.345** | 755.752 | (6.530) | **749.222** |
| **Patrimônio líquido** | | | | | | | |
| Capital social | | 57.894 | - | **57.894** | 57.894 | - | **57.894** |
| Reservas de lucros | 3;4;6;7;8;9; 10;14;15;19 | 111.495 | (12.695) | **98.800** | 111.495 | (4.720) | **106.775** |
| Outros resultados abrangentes | 7,24 | 93.791 | 7.334 | **101.125** | 93.791 | (641) | **93.150** |
| **Total de participação dos controladores** | | 263.180 | (5.361) | **257.819** | 263.180 | (5.361) | **257.819** |
| Participação de acionistas não controladores | 3;5;8;9;12; 14;15, 19 | - | - | - | 59.555 | 15.257 | **74.812** |
| **Total do patrimônio líquido** | | 263.180 | (5.361) | **257.819** | 322.735 | 9.896 | **332.631** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | 1.927.113 | 15.994 | **1.943.107** | 1.700.524 | 45.033 | **1.745.557** |

**Demonstração do resultado em 31/12/2019**

| | | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Nt.** | **Originalmente apresentado** | **Correção de erros e reclassificações** | **Valores reapresentados** | **Originalmente apresentado** | **Correção de erros e reclassificações** | **Valores reapresentados** |
| Receita operacional líquida | 5;7;13;20 | 992.588 | (1.117) | **991.471** | 1.671.722 | (3.134) | **1.668.588** |
| Custo dos produtos vendidos | 5;7;12.20, 24 | (779.551) | (578) | **(780.129)** | (1.148.902) | (12.769) | **(1.161.671)** |
| Lucro bruto | | 213.037 | (1.695) | **211.342** | 522.820 | (15.903) | **506.917** |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | | | |
| Comerciais | 7;9;13, 24 | (118.202) | 2.381 | **(115.821)** | (180.135) | (8.418) | **(188.553)** |
| Administrativas e gerais | 7;17, 19 | (106.887) | - | **(106.887)** | (188.337) | 18.557 | **(169.780)** |
| Resultado da equivalência patrimonial | 3;5; 6;7;8; 9;12;14;15 | 167.683 | (71.414) | **96.269** | 2.165 | (1.442) | **723** |
| Outras despesas operacionais líquidas | 4;7;14, 22 | 64 | 4.526 | **4.590** | 29.861 | (30.816) | **(955)** |
| Resultado operacional | | 155.695 | (66.202) | **89.493** | 186.374 | (38.022) | **148.352** |
| Receitas financeira | 7 | 213.205 | - | **213.205** | 267.763 | (22.899) | **244.864** |
| Despesas financeira | 7;8, 22, 19 | (281.395) | (9.134) | **(290.529)** | (326.319) | (32.544) | **(358.863)** |
| Despesas financeiras, líquidas | | (68.190) | (9.134) | **(77.324)** | (58.556) | (55.443) | **(113.999)** |
| Resultado antes dos impostos | | 87.505 | (75.336) | **12.169** | 127.818 | (93.465) | **34.353** |
| I.R. e contribuição social - corrente | 3;10 | - | (59) | **(59)** | (31.896) | (70) | **(31.966)** |
| I.R. e contribuição social - diferido | 5;8;9;11; 12;15,19 | 1.035 | 5.784 | **6.819** | 3.853 | 17.864 | **21.717** |
| Resultado líquido do exercício | | 88.540 | (69.611) | **18.929** | 99.775 | (75.671) | **24.104** |
| Resultado atribuível aos acionistas | | | | | | | |
| Acionistas controladores | | | | | 88.540 | (69.611) | **18.929** |
| Acionistas não controladores | | | | | 11.235 | (6.060) | **5.175** |
| Resultado do exercício | | | | | 99.775 | (75.671) | **24.104** |

**Balanços patrimoniais em 01/01/2019**

| | | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | **Nt.** | **Originalmente apresentado** | **Correção de erros e reclassificações** | **Valores reapresentados** | **Originalmente apresentado** | **Correção de erros e reclassificações** | **Valores reapresentados** |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 6.275 | - | 6.275 | 23.573 | - | 23.573 |
| Contas a receber de clientes | 5;9 | 135.227 | (4.065) | 131.162 | 323.373 | (4.065) | 319.308 |
| Ativo de contrato | 24 | - | 1.178 | 1.178 | - | 2.356 | 2.356 |
| Contas a receber de partes relacionadas | | 148.650 | - | 148.650 | 8.905 | - | 8.905 |
| Estoques | 5 | 155.105 | 1.197 | 156.302 | 315.826 | 1.197 | 317.023 |
| Impostos a recuperar | | 64.060 | - | 64.060 | 99.242 | - | 99.242 |
| Despesas antecipadas | | 2.161 | - | 2.161 | 2.469 | - | 2.469 |
| Dividendos a receber | | 12.170 | - | 12.170 | - | - | - |
| Créditos com partes relacionadas | | 69 | (69) | - | - | - | - |
| Outros ativos circulantes | 23 | 27.110 | 4.914 | 32.024 | 36.958 | 8.337 | 45.295 |
| **Total do ativo circulante** | | 550.827 | 3.155 | 553.982 | 810.346 | 7.825 | 818.171 |
| Aplicações financeiras | | - | - | - | 5.312 | - | 5.312 |
| Contas a receber de clientes | | 25.685 | - | 25.685 | 39.072 | - | 39.072 |
| Ativo de contrato LP | | - | 2.178 | 2.178 | - | 4.356 | 4.356 |
| Contas a receber de partes relacionadas | | 50.713 | - | 50.713 | 50.713 | - | 50.713 |
| Imposto a recuperar | 14 | 79.378 | - | 79.378 | 114.779 | 67.904 | 182.683 |
| Créditos com partes relacionadas | | 69.631 | - | 69.631 | 92.939 | - | 92.939 |
| Impostos diferidos | | - | - | - | 795 | - | 795 |
| Outros créditos | | 4.701 | - | 4.701 | 4.809 | - | 4.809 |
| Investimentos | 3;4;6;7;8; 14;15, 19 | 706.746 | 64.775 | 771.521 | 15.765 | (2.124) | 13.641 |
| Propriedades para investimento | | 14.873 | 2.895 | 17.768 | 14.873 | 2.895 | 17.768 |
| Imobilizado | 7, 19 | 214.834 | (2.895) | 211.939 | 430.751 | 1.812 | 432.563 |
| Intangível | | 4.694 | - | 4.694 | 6.368 | - | 6.368 |
| **Total do ativo não circulante** | | 1.171.255 | 66.953 | 1.238.208 | 776.176 | 74.843 | 851.019 |
| **Total do ativo** | | 1.722.082 | 70.108 | 1.792.190 | 1.586.522 | 82.668 | 1.669.190 |
| **Passivo** | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 18 | 311.934 | 474.140 | 786.074 | 453.368 | 480.023 | 933.391 |
| Fornecedores | | 86.041 | - | 86.041 | 129.852 | - | 129.852 |
| Contas a pagar a partes relacionadas | | 203.444 | - | 203.444 | 2.849 | - | 2.849 |
| Obrigações fiscais e sociais | 3;5;10;14, 23 | 26.648 | 5.382 | 32.030 | 54.143 | 25.453 | 79.596 |
| Obrigações e provisões trabalhistas | | 13.545 | - | 13.545 | 18.787 | - | 18.787 |
| Dividendos a pagar | | 17.757 | - | 17.757 | 20.047 | - | 20.047 |
| Provisão para avais de terceiros | | 10.201 | - | 10.201 | 10.201 | - | 10.201 |
| Outras contas a pagar | 8 | 17.379 | 7.983 | 25.362 | 19.924 | 10.288 | 30.212 |
| **Total do passivo circulante** | | 686.949 | 487.505 | 1.174.454 | 709.171 | 515.764 | 1.224.935 |
| Empréstimos e financiamentos | 18 | 501.914 | (474.140) | 27.774 | 554.802 | (480.023) | 74.779 |
| Obrigações fiscais e sociais | | - | - | - | 3.436 | - | 3.436 |
| Impostos diferidos | 5;8;9;11;15 | 38.756 | (173) | 38.583 | 71.993 | (12.865) | 59.128 |
| Provisão para litígios | | 484 | - | 484 | 857 | - | 857 |
| Débitos com partes relacionadas | | 290.357 | - | 290.357 | - | - | - |
| Outras contas a pagar | 8 | 273 | - | 273 | 13.273 | - | 13.273 |
| **Total do passivo não circulante** | | 831.784 | (474.313) | 357.471 | 644.361 | (492.888) | 151.473 |
| **Patrimônio líquido** | | | | | | | |
| Capital social | | 57.894 | - | 57.894 | 57.894 | - | 57.894 |
| Reservas de lucros | 3;4;5;6;7;8;9; 10;11;14;15 | 40.530 | 64.890 | 105.420 | 40.530 | 64.890 | 105.420 |
| Outros resultados abrangentes | 7 | 104.925 | (7.974) | 96.951 | 104.925 | (7.974) | 96.951 |
| **Total de participação dos controladores** | | 203.349 | 56.916 | 260.265 | 203.349 | 56.916 | 260.265 |
| Participação de acionistas não controladores | 3;8;14;15 | - | - | - | 29.641 | 2.876 | 32.517 |
| **Total do patrimônio líquido** | | 203.349 | 56.916 | 260.265 | 232.990 | 59.792 | 292.782 |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | 1.722.082 | 70.108 | 1.792.190 | 1.586.522 | 82.668 | 1.669.190 |

**Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2020**

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Originalmente apresentado** | **Correção de erros reclassificação** | **Vlrs. reapresentados** | **Originalmente apresentado** | **Correção de erros reclassificação** | **Vlrs. reapresentados** |
| Caixa líquido gerado das atividades operac. | 234.355 | 5.277 | **239.632** | 442.892 | 35.939 | **478.830** |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de invest. | (18.275) | (793) | **(19.068)** | (7.845) | (14.060) | **(21.905)** |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos | (126.573) | (4.484) | **(131.057)** | (240.955) | (21.879) | **(262.833)** |
| Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa | 89.507 | - | **89.507** | 194.092 | - | **194.092** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 10.357 | - | **10.357** | 52.869 | - | **52.869** |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 99.864 | - | **99.864** | 246.961 | - | **246.961** |

**Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2019**

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Originalmente apresentado** | **Correção de erros reclassificação** | **Vlrs. reapresentados** | **Originalmente apresentado** | **Correção de erros reclassificação** | **Vlrs. reapresentados** |
| Caixa líquido gerado das atividades operac. | 48.821 | (22.063) | 26.758 | 236.726 | 21.623 | 258.349 |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | (83.696) | (13.779) | (97.475) | (83.183) | (7.172) | (90.355) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos | 38.957 | 35.842 | 74.799 | (124.247) | (14.451) | (138.698) |
| Aumento líquido em caixa e equiv. de caixa | 4.082 | - | 4.082 | 29.296 | - | 29.296 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 6.275 | - | 6.275 | 23.573 | - | 23.573 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 10.357 | - | 10.357 | 52.869 | - | 52.869 |

**Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/2020**

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Originalmente apresentado** | **Correção de erros reclassificação** | **Vlrs. reapresentados** | **Originalmente apresentado** | **Correção de erros reclassificação** | **Vlrs. reapresentados** |
| Resultado do exercício | 80.791 | 6.788 | **87.579** | 89.048 | 6.608 | **95.656** |
| Variação cambial de controladas e filiais no exterior | 26.423 | (2.260) | **24.163** | 32.665 | (8.502) | **24.163** |
| Efeito da adoção inicial do CPC 42, hiperinflação em controladas | - | 2.777 | **2.777** | - | 2.777 | **2.777** |
| Resultado abrangente total | 107.214 | 7.305 | **114.519** | 121.713 | 883 | **122.596** |

**Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/2019**

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Originalmente apresentado** | **Correção de erros reclassificação** | **Vlrs. reapresentados** | **Originalmente apresentado** | **Correção de erros reclassificação** | **Vlrs. reapresentados** |
| Resultado do exercício | 88.540 | (69.611) | 18.929 | 99.775 | (75.671) | 24.104 |
| Variação cambial de controladas e filiais no exterior | (7.707) | (664) | (8.371) | (7.707) | (664) | (8.371) |
| Efeito da adoção inicial do CPC 42, hiperinflação | - | 7.606 | 7.606 | - | 7.606 | 7.606 |
| Resultado abrangente total | 80.833 | (62.669) | 18.164 | 92.068 | (68.729) | 23.339 |

(1) Reclassificações de aplicações financeiras para o ativo não circulante. (2) Reclassificação de bens do ativo imobilizado para a rubrica de propriedade para investimentos. (3) A controlada Borrachas Vipal Nordeste registrou provisão para riscos tributários relacionada ao risco de tributação adicional sobre determinadas transações de importações em função das regras de preços de transferência. O montante de provisão totalizou R$ 1.856 (R$ 1.807 em 2019 e R$ 1.705 em 1º de janeiro de 2019). Na controladora, o efeito reflexo por equivalência patrimonial foi de R$ 1.774 (R$1.727 em 2019 e R$ 1.630 em 1º de janeiro de 2019). (4) A Companhia mantinha investimento em empresa não controlada sediada no exterior sobre o qual uma provisão para perda com realização foi registrada no valor de R$3.566 em 1º de janeiro de 2019. (5) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas revisaram seus procedimentos relacionados ao momento do reconhecimento da receita, verificando que em alguns casos o reconhecimento da receita ocorria antes que a obrigação de performance correspondente fosse atendida. O procedimento foi corrigido em 2020. Em função da reapresentação das demonstrações financeiras o reconhecimento de receitas, bem como custos e impostos correspondentes, também foi ajustado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e em 1º de janeiro de 2019. (6) A coligada Fate do Brasil reconheceu um ajuste ao seu resultado findo em 31 de dezembro de 2018 posteriormente ao encerramento das demonstrações financeiras da controladora daquele exercício, tendo a controladora registrado tal ajuste apenas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Em função da reapresentação, esse ajuste, no valor de R$ 1.442, foi estornado do resultado de 2019 e reconhecido em 1º de janeiro de 2019. (7) Determinados efeitos relacionados a condição de hiperinflação (CPC 42) das controladas baseadas na Argentina foram reconhecidos originalmente apenas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e não em 1º de janeiro de 2019 como requer a norma. Adicionalmente, em revisão de seus controles a Companhia identificou um ajuste complementar relacionado a conversão das demonstrações financeiras relacionadas àquelas controladas. Em função disso (i) o ativo imobilizado (investimento na controladora) foi ajustado em R$ 4.707 em 1º de janeiro de 2019; (ii) diversas rubricas de resultado de 2019 foram ajustadas (representando um estorno líquido de ganhos cambiais de R$ 10.436); (iii) a conta de outros resultados abrangentes foi afetada em R$ 5.729 em 31 de dezembro de 2019 (R$ 7.974 em 1º de janeiro de 2019). (8) Em revisão de suas políticas de provisionamento a Companhia identificou a necessidade de registrar (e/ou complementar) sua provisão para litígio relacionada a possibilidade de incidência de imposto sobre operações financeiras em operações de mútuo com empresas relacionadas. Em decorrência disso a provisão foi complementada em R$ 17.631 (R$ 16.158 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 7.983 em 1º de janeiro de 2019). No consolidado o efeito complementar foi de R$ 12.294 (R$ 21.138 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 10.288 em 1º de janeiro de 2019). (9) A Companhia revisou os saldos de provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes e identificou que a provisão estava registrada por montante inferior ao necessário em R$ 1.871 em 31 de dezembro de 2019 (R$ 3.788 no consolidado) e em R$ 2.229 em 1º de janeiro de 2019 (mesmo montante no consolidado). Os valores provisionados foram ajustados nas demonstrações reapresentadas, como consequência, um montante de despesa de R$ 1.871 foi estornado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R$ 3.788 no consolidado) e R$ 358 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (despesa de R$1.559 no consolidado). (10) Provisão para risco de litígio relacionado a possível tributação de multa incidente sobre parcelamentos fiscais considerada como dedutível pela Companhia em suas apurações. A provisão constituída totalizou R$ 1.086 (R$ 1.057 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 998 em 1º de janeiro de 2019). (11) Em função da revisão da composição dos passivos diferidos um montante de R$ 1.019 foi reduzido em 31 de dezembro de 2019 e um valor de R$ 2.219 foi complementado em 1º de janeiro de 2019 na controladora e no consolidado. (12) A controlada Borrachas Vipal Nordeste registrou uma provisão para perdas com estoques em 2020 que originalmente deveria ter sido registrada em 31 de dezembro de 2019. Quando do refazimento das demonstrações financeiras a perda registrada no exercício de 2020 foi estornada e uma provisão de R$ 1.355 constituída em 31 de dezembro de 2019. O reflexo na controladora foi uma equivalência positiva de R$1.098 no resultado de 2020 e um efeito negativo de igual valor no resultado de 2019. O saldo de investimento em 31 de dezembro de 2019 também foi reduzido em R$ 1.098. (13) Reclassificação de despesas com bonificações a clientes do grupo de despesas comerciais para as receitas líquidas de vendas, a fim de ajustar os valores registrados como receita aos seus prováveis valores de realização. Os valores reclassificados foram de R$ 1.256 na controladora (R$ 2.023 em 2019) e R$ 5.754 no consolidado (R$ 6.587 em 2019). (14) A Companhia e sua controlada Borrachas Vipal Nordeste tiveram reconhecido seu êxito em ações que pleiteavam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O ganho relacionado a esses processos foi registrado pela Companhia e por sua controlada quando da homologação dos créditos pela Receita Federal do Brasil, no ano de 2019, e não quando do trânsito em definitivo dos processos, ocorrido em 2018. Tais valores foram estornados do resultado findo em 31 de dezembro de 2019 e reconhecidos como créditos fiscais a realizar no balanço de 1º de janeiro de 2019. O montante de créditos registrados totaliza R$ 50.686 na controladora e R$ 53.030 no consolidado. (15) A controlada Borrachas Vipal Nordeste tem incentivos fiscais de imposto de renda que reduzem sua alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o lucro (aproximadamente 15%). Os impostos diferidos vinham sendo registrados de acordo com a alíquota nominal de imposto de renda e contribuição social (34%). Para o pleno atendimento aos requerimentos do CPC 12 – tributos sobre a renda, a Controlada ajustou os montantes reconhecidos de imposto de renda e contribuição sociais diferidos (registrado no passivo não circulante) em R$ 5.567 (R$ 8.518 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 12.853 em 1º de janeiro de 2019). Os efeitos reflexos por equivalência patrimonial na Controladora totalizaram R$ 5.321 (R$ 8.141 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 12.285 em 1º de janeiro de 2019). (16) A controlada Vipal Colômbia S.A. mantinha valores a receber em prazo superior a doze meses em seu contas a receber registrado no ativo circulante no valor de R$ 2.160 em 31 de dezembro de 2019. Tais valores foram reclassificados para o ativo não circulante. (17) Direito de uso relacionado a arredamento (R$ 936 em 31 de dezembro de 2020 e R$ 1.310 em 31 de dezembro de 2019) e a correspondente obrigação de controladas baseadas no exterior (R$ 1.014 em 31 de dezembro de 2020 e R$ 1.363 em 31 de dezembro de 2019). (18) A Companhia e suas controladas não atenderam a determinados índices financeiros previstos em contratos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018 ("*debt covenants*"), o que poderia ensejar o vencimento antecipado da dívida. Um *waiver* foi obtido do credor para manter os vencimentos conforme os termos contratuais e, desta forma, o passivo foi mantido registrado naquela data conforme os vencimentos contratuais. O consentimento, no entanto, foi emitido após o encerramento do balanço e as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem, nesses casos, que as parcelas sejam integralmente consideradas no passivo circulante. No refazimento de suas demonstrações financeiras a Companhia reclassificou seu passivo de longo prazo relativo aos contratos com condição não atendida para o passivo circulante. (19) Efeito de classificação da parcela da mais valia de não controladores quando da aquisição do controle da *Marangoni North Americ*a na data da aquisição. (20) Reclassificação de vendas entre partes relacionadas. (21) Reclassificação de dividendos que foram registrados em outros resultados abrangentes. (22) Determinados efeitos relacionados a hiperinflação da sucursal e da controlada baseadas na Argentina haviam sido registrados como outras despesas e foram reclassificadas para despesas financeiras por serem componentes financeiros. (23) A companhia impetrou ação judicial questionando a legalidade da incidência do diferencial de alíquota de ICMS ("DIFAL") em operações interestaduais, tendo obtido inclusive liminar para depositar os valores devidos judicialmente. Os valores devidos e os montantes depositados judicialmente foram compensados para fins de divulgação em anos anteriores, tendo a Companhia reclassificado os valores de depósito para o ativo circulante em linha com o determinado pelas práticas contábeis que não permitem a compensação de ativos e passivos nesta circunstância. (24) Determinados contratos de bonificação continham valores de incentivos comerciais pagos para a aquisição do contrato com o cliente, cujo benefício a ser auferido pela Companhia é durante o prazo contratual. Tais valores vinham sendo registrados diretamente ao resultado quando incorridos. Os valores despesados foram registrados como um ativo de contrato e são amortizados ao resultado mendiante o desempenho comercial estipulado em contrato. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas - As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir: *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")* - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem

continua

como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. *Impostos* - Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. *Provisões para litígios* - A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

**4. Caixa e equivalentes de caixa:**

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 |
| Disponibilidades | **10.319** | 3.378 | 6.275 | **50.045** | 36.787 | 23.568 |
| Aplicações em moeda nacional | **89.545** | 6.979 | - | **195.881** | 15.468 | 5 |
| Aplicações em moeda estrangeira | **-** | - | - | **1.035** | 614 | - |
| Total | **99.864** | 10.357 | 6.275 | **246.961** | 52.869 | 23.573 |

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo representados, basicamente, por saldos de disponibilidades. As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2020 são remuneradas a taxas de 100% a 105% do CDI (99% a 99,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019 e 1º de janeiro de 2019).

**5. Aplicações financeiras:**

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 |
| | (reapresentado) | | | (reapresentado) | | |
| Aplicações financeiras - CDB | **4.262** | 2.079 | - | **7.450** | 6.774 | 5.312 |
| | **4.262** | 2.079 | - | **7.450** | 6.774 | 5.312 |
| Circulante | **2.257** | 2.079 | - | **5.445** | 2.079 | - |
| Não circulante | **2.005** | - | - | **2.005** | 4.695 | 5.312 |

Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remuneradas as taxas de 98% a 100,4% do CDI (99% a 99,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019 e em 1º de janeiro de 2019).

**6. Contas a receber de clientes:**

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 |
| | (reapresentado) | (reapresentado) | | (reapresentado) | (reapresentado) | |
| Clientes merc. interno | **145.052** | 167.919 | 148.093 | **411.932** | 399.766 | 353.241 |
| Clientes merc. externo | **42.249** | 41.057 | 31.042 | **65.513** | 81.180 | 52.594 |
| | **187.301** | 208.976 | 179.135 | **477.445** | 480.946 | 405.835 |
| (-) Provisão p/créditos de liq. duvidosa | **(32.261)** | (32.562) | (22.288) | **(79.798)** | (68.907) | (47.455) |
| Total contas a receber | **155.040** | 176.414 | 156.847 | **397.647** | 412.039 | 358.380 |
| Circulante | **138.874** | 164.657 | 131.162 | **368.627** | 375.197 | 319.308 |
| Não circulante | **16.166** | 11.757 | 25.685 | **29.020** | 36.842 | 39.072 |

Os valores classificados no ativo não circulante referem-se a renegociações de créditos junto a clientes. Essas novações, usualmente, possuem prazo superior a um ano, sendo os saldos atualizados monetariamente, acrescidos de juros compatíveis com os praticados no mercado. A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 |
| | | (reapresentado) | | | (reapresentado) | |
| Saldo no início do exercício | **(32.562)** | (22.288) | (19.529) | **(68.907)** | (47.455) | (40.886) |
| Adições | **(14.850)** | (15.192) | (7.874) | **(31.038)** | (36.189) | (15.030) |
| Saldo inicial de aquisição de controlada (Nota 1.2) | **-** | - | - | **-** | (959) | - |
| Recuperações | **10.157** | 3.381 | 4.843 | **17.682** | 16.408 | 9.900 |
| Realizações | **4.853** | 1.578 | - | **5.937** | 1.925 | - |
| Variação cambial | **141** | (41) | 272 | **(3.472)** | (2.637) | (1.439) |
| Saldo no final do exercício | **(32.261)** | (32.562) | (22.288) | **(79.798)** | (68.907) | (47.455) |

Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 |
| | (reapresentado) | (reapresentado) | | (reapresentado) | (reapresentado) | |
| A vencer | **155.823** | 158.989 | 169.764 | **375.403** | 360.538 | 358.045 |
| Vencidos | | | | | | |
| De 1 a 30 dias | **18.248** | 16.104 | 2.453 | **35.459** | 37.783 | 15.799 |
| De 31 a 60 dias | **9.536** | 5.237 | 885 | **17.856** | 16.040 | 6.358 |
| De 61 a 90 dias | **2.956** | 768 | 1.111 | **6.308** | 4.615 | 3.847 |
| Mais de 91 dias | **738** | 27.878 | 4.922 | **42.419** | 61.970 | 21.786 |
| | **187.301** | 208.976 | 179.135 | **477.445** | 480.946 | 405.835 |

**7. Estoques:**

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 |
| | | (reapresentado) | | (reapresentado) | | |
| Produtos prontos | **44.215** | 49.141 | 51.934 | **151.146** | 145.921 | 142.765 |
| Produtos em elaboração | **13.065** | 15.327 | 13.821 | **25.356** | 26.125 | 25.437 |
| Matérias-primas | **64.239** | 64.500 | 75.712 | **120.585** | 103.150 | 116.315 |
| Materiais de embalagens | **4.699** | 3.535 | 3.134 | **5.180** | 3.969 | 3.327 |
| Materiais intermediários e diversos | **25.320** | 10.875 | 12.406 | **44.340** | 27.244 | 30.386 |
| (-) Provisão p/perdas | **(846)** | (808) | (705) | **(4.526)** | (4.866) | (1.207) |
| Total | **150.692** | 142.570 | 156.302 | **342.081** | 301.543 | 317.023 |

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 |
| | | (reapresentado) | | (reapresentado) | | |
| Saldo no início do exercício | (808) | (705) | (125) | (4.866) | (1.207) | (328) |
| Adições | (1.244) | (973) | (733) | (4.571) | (6.736) | (1.091) |
| Reversões | 1.206 | 870 | 153 | 5.648 | 2.862 | 212 |
| Variação cambial | - | - | - | (737) | 215 | - |
| Saldo no final do exercício | (846) | (808) | (705) | (4.526) | (4.866) | (1.207) |

**8. Impostos a recuperar:**

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 |
| | (reapresentado) | (reapresentado) | | (reapresentado) | (reapresentado) | |
| Imposto de renda | **3.722** | 3.616 | 7.466 | **4.014** | 6.907 | 17.463 |
| Contribuição social | **1.137** | 1.165 | 2.673 | **1.245** | 1.266 | 11.902 |
| ICMS s/ativo imobiliz. | **453** | 558 | 397 | **900** | 1.007 | 562 |
| PIS e COFINS sobre ativo imobilizado | **4.556** | 4.925 | 5.158 | **5.417** | 5.844 | 6.095 |
| ICMS | **11.028** | 3.570 | 3.215 | **11.515** | 3.827 | 3.911 |
| IPI | **4.251** | 4.878 | 3.917 | **5.589** | 9.285 | 10.142 |
| PIS e COFINS | **8.721** | 73.080 | 118.536 | **10.272** | 100.790 | 187.429 |
| Crédito presumido de IPI (nota 24) | - | - | - | **-** | 11.643 | 33.512 |
| Outros impostos | **4.876** | 1.547 | 2.076 | **19.351** | 17.300 | 10.908 |
| Total | **38.744** | 93.339 | 143.438 | **58.303** | 157.869 | 281.924 |
| Circulante | **34.128** | 29.766 | 64.060 | **52.079** | 70.150 | 99.242 |
| Não circulante | **4.616** | 63.573 | 79.378 | **6.224** | 87.719 | 182.682 |

A controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A. ajuizou Mandado de Segurança, em 30 de setembro de 2014, objetivando a declaração de seu direito de excluir o ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. A controlada obteve ganho de causa no TRF da 1o. Região, cuja decisão transitou em julgado ao final do exercício de 2018, garantindo o direito ao crédito tributário a partir de setembro de 2009. Em 03 de abril de 2019, a Receita Federal do Brasil deferiu a habilitação do crédito de PIS e COFINS, no montante de R$ 68.794, sendo o valor original do crédito no montante de R$ 44.731 e atualização monetária de R$ 24.063. O valor original do crédito foi reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 na rubrica de "outras receitas, líquidas" e a atualização monetária foi reconhecida na rubrica de "receitas financeiras". **9. Informação sobre partes relacionadas:** Os saldos e transações mantidos pela Companhia com suas controladas, controladora Paludo Participações S.A. e demais partes relacionadas são apresentados a seguir:

| 31/12/2020 (reapresentado) | Ativo Circulante | | Ativo não circulante | | Passivo circulante | | Passivo não circulante | | Transações | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Contas a receber por venda | Divid. a receber | Créditos c/partes relacionadas | Contas a receber por vendas | Contas a receber pela venda de ativo imobilizado | Contas a pagar | Divid. a pagar | Contas a pagar | Débitos c/partes relacionadas | Receitas | Despesas |
| **Controladora:** | | | | | | | | | | | |
| Borrachas Vipal Nordeste S.A. | 27.934 | 18.073 | 6 | - | - | 116.955 | - | 5.785 | 548.058 | 31.980 | (143.671) |
| Cya Rubber Distribuidora Ltda. | 3.913 | - | - | - | - | - | - | - | - | 4.521 | - |
| Marpal Ltda | - | - | 135 | - | - | - | - | - | - | - | (930) |
| Paludo Participações S.A. | - | - | 133.436 | - | 39.516 | - | 27.812 | - | 4.949 | 6.860 | - |
| Pessoas físicas | - | - | - | - | - | 11 | - | - | 10.804 | - | (368) |
| Subsidiárias no exterior | 187.259 | 1.782 | - | 20.015 | - | - | - | - | 8.292 | 251.754 | - |
| Vicencio Paludo, Filhos & Cia. Ltda. | 77 | - | - | - | - | 11 | - | - | - | 1.350 | (46) |
| | **219.183** | **19.855** | **133.577** | **20.015** | **39.516** | **116.977** | **27.812** | **5.785** | **572.103** | **296.465** | **(145.015)** |
| **Consolidado:** | | | | | | | | | | | |
| Alpar Participações Ltda. | - | - | - | - | - | - | 1.888 | - | - | - | - |
| Cya Rubber Distribuidora Ltda. | 3.913 | - | - | - | - | - | - | - | - | 4.521 | - |
| Pessoas físicas | - | - | - | - | - | 11 | - | - | 10.804 | - | (368) |
| Marpal Ltda | - | - | 135 | - | - | - | - | - | - | - | (930) |
| Paludo Participações S.A. | - | - | 133.436 | - | 39.516 | - | 27.812 | - | 4.949 | 6.860 | - |
| Vicencio Paludo, Filhos & Cia. Ltda. | 312 | - | - | - | - | 11 | - | - | - | 4.241 | (48) |
| | **4.225** | **-** | **133.571** | **-** | **39.516** | **22** | **29.700** | **-** | **15.753** | **15.622** | **(1.346)** |

| 31/12/2019 (reapresentado) | Ativo Circulante | | Ativo não circulante | | Passivo circulante | | Passivo não circulante | Transações | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Contas a receber por venda | Divid. a receber | Créditos c/partes relacionadas | Contas a receber pela venda de ativo imobilizado | Contas a pagar | Divid. a pagar | Débitos c/partes relacionadas | Receitas | Despesas |
| **Controladora:** | | | | | | | | | |
| Alpar Participações Ltda. | - | - | - | - | - | - | 10.008 | - | - |
| Borrachas Vipal Nordeste S.A. | 11.634 | 22.497 | 220 | - | 65.984 | - | 604.868 | 32.701 | (148.096) |
| Cya Rubber Distribuidora Ltda. | 891 | - | - | - | - | - | 37 | 6.991 | - |
| Marpal Ltda. | - | - | - | - | 20 | - | - | - | (185) |
| Fate Brasil | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Paludo Agropecuária Ltda. | - | - | - | - | - | - | - | - | (51) |
| Paludo Participações S.A. | - | - | 96.467 | 39.703 | 4.106 | 23.525 | - | - | (5.243) |
| Subsidiárias no exterior | 173.142 | - | - | - | - | - | 7.464 | 197.347 | - |
| Vicencio Paludo, Filhos & Cia. Ltda. | 93 | - | - | - | - | - | - | 1.446 | - |
| Vipal Indústria de Máquinas Ltda. | - | - | - | - | 30 | - | - | - | - |
| | **185.761** | **22.497** | **96.687** | **39.703** | **70.140** | **23.525** | **622.377** | **238.485** | **(153.575)** |
| **Consolidado:** | | | | | | | | | |
| Alpar Participações Ltda. | - | - | - | - | - | 2.630 | 10.008 | - | - |
| Cya Rubber Distribuidora Ltda. | 898 | - | - | - | 52 | - | 37 | 6.991 | - |
| Fate Brasil | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Marpal Ltda | - | - | - | - | 20 | - | - | - | (185) |
| Paludo Agropecuária Ltda. | - | - | - | - | - | - | - | - | (51) |
| Paludo Participações S.A. | - | - | 119.775 | 39.703 | 4.107 | 23.525 | - | 4.837 | (5.243) |
| Vicencio Paludo, Filhos & Cia. Ltda. | 746 | - | - | - | - | - | - | 4.134 | - |
| | **1.645** | **-** | **119.775** | **39.703** | **4.179** | **26.155** | **10.045** | **15.962** | **(5.479)** |

| 01/01/2019 (reapresentado) | Ativo Circulante | | Ativo não circulante | | Passivo circulante | | Passivo não circulante | Transações | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Contas a receber por venda | Divid. a receber | Contas a receber pela venda de ativo imobiliz. | Contas a receber por vendas | Contas a pagar | Divid. a pagar | Débitos c/partes relacionadas | Receitas | Despesas |
| **Controladora:** | | | | | | | | | |
| Borrachas Vipal Nordeste S.A. | 3.307 | 12.170 | - | - | 200.595 | - | 290.004 | 24.524 | (103.766) |
| Cya Rubber Distribuidora Ltda | 5.091 | - | - | - | - | - | - | 4.916 | - |
| Marpal Ltda | - | - | - | - | 10 | - | - | - | (120) |
| Fate Brasil | 2 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| BR Plásticos Ltda | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Paludo Agropecuária Ltda. | - | - | - | - | 6 | - | - | - | (123) |
| Paludo Participações S.A. | 3.811 | - | 69.631 | 50.713 | 2.821 | 17.757 | - | 3.395 | (6.210) |
| Subsidiárias no exterior | 136.432 | - | - | - | - | - | - | 170.674 | - |
| Pessoas físicas | - | - | - | - | 7 | - | - | - | - |
| Vap Participações S/A. | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - |
| Vicencio Paludo, Filhos & Cia. Ltda. | - | - | - | - | 4 | - | - | 1.197 | - |
| Vipaltec Pesq.Desenv.Tec. Ltda. | 6 | - | - | - | - | - | 353 | - | - |
| | **148.650** | **12.170** | **69.631** | **50.713** | **203.444** | **17.757** | **290.357** | **204.706** | **(110.219)** |
| **Consolidado:** | | | | | | | | | |
| Cya Rubber Distribuidora Ltda. | 5.091 | - | - | - | - | - | - | 4.916 | - |
| Fate Brasil | 3 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Marpal Ltda | - | - | - | - | 10 | - | - | - | (120) |
| Paludo Agropecuária Ltda. | - | - | - | - | 6 | - | - | - | (123) |
| Paludo Participações S.A. | 3.811 | - | 69.631 | 50.713 | 2.821 | 17.757 | - | 3.395 | (6.210) |
| Pessoas físicas | - | - | - | - | 7 | - | - | - | - |
| Vipaltec Pesq.Desenv.Tec. Ltda | - | - | 23.308 | - | - | - | - | - | - |
| Vap Participações S/A. | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - |
| Vicencio Paludo, Filhos & Cia. Ltda. | - | - | - | - | 4 | - | - | - | - |
| Alpar Participações Ltda. | - | - | - | - | - | 2.290 | - | - | - |
| | **8.905** | **-** | **92.939** | **50.713** | **2.849** | **20.047** | **-** | **8.311** | **(6.453)** |

Termos e condições de transações com partes relacionadas - a) *Transações comerciais* - As transações com as partes relacionadas Borrachas Vipal Nordeste S.A., Vicencio Paludo, Filhos, Cia Ltda., Cya Rubber Distribuidora Ltda e Paludo Agropecuária Ltda. referem-se a compras e vendas de mercadorias e serviços efetuados a condições estabelecidas entre as partes. Os saldos com as subsidiárias no exterior referem-se a vendas de produtos efetuadas a condições estabelecidas entre as partes e incluem as seguintes subsidiárias: Marangoni Trade North America Inc, Vipal Rubber Corporation, Vipal Chile S.A., Cauchos Vi-pal, S.A de C.V., Vipal Europe GmbH, Vipal Europe, S.L., Vipal Europe, S.L. - D.o.o., Vipal S.A., Vipal Colômbia S.A. e Vipal Europe Limited. b) *Crédito com partes relacionadas* - A empresa Paludo Participações S.A. possui contratos de mútuos com a Borrachas Vipal S.A. no montante de R$ 110.129 (R$ 62.592 em 31 de dezembro de 2019) com o prazo de 60 meses. Os saldos de mútuos e contas corrente estão sujeitos a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI e o inadimplente está sujeito a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total da dívida, além dos juros de mora e demais despesas. c) *Outras operações* - O saldo de contas a pagar com a coligada Marpal S.A. refere-se a um contrato de licença de uso de marca, realizado em 2005 com prazo indeterminado. No último aditivo datado em dezembro de 2020 as partes concordam que o valor mensal a ser pago a título de *royalties* é de R$ 80. O saldo de dividendos a pagar na controladora se refere aos dividendos obrigatórios o saldo no consolidado refere-se à parcela devida à empresa Alpar Participações Ltda. nos dividendos da controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A. d) *Avais prestados* - *Para empresas relacionadas* - Na data dos balanços é parte em contratos onde presta garantias de aval e caução de duplicatas para operações de empréstimos e financiamentos, contratados por partes relacionadas. Em 31 de dezembro, a composição das garantias prestadas para partes relacionadas está demonstrada a seguir:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 |
| Borrachas Vipal Nordeste S.A. | **116.396** | 105.219 | 60.981 | **-** | - | - |
| Paludo Partic. S.A. | **31.008** | 32.083 | 34.739 | **31.008** | 32.083 | 34.739 |
| BR Plásticos S.A. | **-** | 2.061 | 2.657 | **-** | 2.061 | 2.657 |
| Fate Pneus do Brasil S.A. | **315** | 733 | 1.173 | **315** | 733 | 1.173 |
| Total de garantias prestadas | **147.719** | 140.096 | 99.550 | **31.323** | 34.877 | 38.569 |

*Para terceiros* - A Companhia prestou garantias de aval e caução de duplicatas para operações de empréstimos e financiamentos, contratados pela Duroline Participações Ltda. Essa empresa era investida da Borrachas Vipal S.A até 26 de outubro de 2018, quando a Companhia alienou sua participação naquela sociedade.

Os avais concedidos foram mantidos e, em linha com as práticas contábeis, uma provisão para avais concedidos foi constituída, como abaixo demonstrado:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 |
| Duroline S.A. | **2.883** | 5.352 | 10.201 | **2.883** | 5.352 | 10.201 |
| Total de garantias prestadas | **2.883** | 5.352 | 10.201 | **2.883** | 5.352 | 10.201 |

Remuneração do pessoal-chave da Administração - Os montantes referentes a remuneração do pessoal-chave da Administração estão representados por dispêndios com benefícios de curto prazo que totalizam R$ 3.769 (R$ 3.893 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia não possui remuneração em outras categorias de i) benefícios pós-emprego, ii) benefícios de longo prazo, iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho, e iv) remuneração baseada em ações.

**10. Investimentos:**

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 |
| | (reapresentado) | (reapresentado) | | (reapresentado) | (reapresentado) | |
| Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em Conj. | 996.124 | 882.287 | 771.521 | 13.558 | 12.995 | 12.272 |
| Outros | - | - | - | 2.549 | 1.976 | 1.369 |
| Total | 996.124 | 882.287 | 771.521 | 16.107 | 14.971 | 13.641 |

**Controladora (reapresentado)**

| Descrição | Ativo | Passivo | Patrim. Líquido | Capital Social | Receita Líquido | A.F.A.C | Ágio pago na aquisição | Resultado do Exercício | % Partic. | 31/12/2020 (reapresentado) | 31/12/2019 (reapresentado) | 01/01/2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Vipal S/A | 94.236 | 87.055 | 7.181 | 20.070 | 91.471 | - | - | (3.350) | 22,16 | **1.591** | 2.046 | 2.642 |
| Vipal Participadas de España S.L. (a) | 62.499 | 140 | 62.359 | 51.686 | - | 9.829 | - | (4.815) | 100,00 | **38.652** | 30.305 | 30.636 |
| Caravagio Empreend. Ltda.(b) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | **-** | 52 | 53 |
| Borrachas Vipal Nordeste S.A (a) | 1.245.543 | 358.284 | 887.259 | 164.044 | 755.512 | - | - | 179.449 | 95,58 | **840.079** | 752.514 | 694.007 |
| Vipal Indústria de Máquinas Ltda. | 11.593 | 2.012 | 9.581 | 888 | 10.129 | 681 | 1.071 | 1.257 | 100,00 | **10.652** | 32.022 | 31.161 |
| Vipaltec - Pesquisa e Desenvolvimento | 2.082 | 79 | 2.003 | 750 | 1.025 | - | - | 522 | 99,99 | **2.003** | 1.481 | 750 |
| Fate Pneus do Brasil S.A. | 35.824 | 10.345 | 25.479 | 10.010 | 15.173 | - | - | 1.105 | 51,00 | **13.558** | 12.995 | 12.272 |
| Marangoni Trade North America, Inc. | 90.848 | 45.312 | 45.536 | 35.529 | 117.241 | - | 11.116 | 4.260 | 100,00 | **89.589** | 50.872 | - |
| | | | | | | | | | | **996.124** | 882.287 | 771.521 |

(a) Para fins de apuração dos valores de investimento e da equivalência patrimonial, o valor do patrimônio líquido e do resultado da investida é ajustado pelos lucros não realizados em transações de venda entre a controlada e a controladora. (b) Em 01 de outubro de 2020, a empresa Caravagio Empreendimentos Ltda. encerrou suas operações. A empresa realizou os pagamentos devidos aos sócios.

**Consolidado (reapresentado)**

| Descrição | Ativo | Passivo | Patrim. Líquido | Capital Social | Receita Líquido | Resultado do Exercício | % Partic. | 31/12/2020 (reapresentado) | 31/12/2019 (reapresentado) | 01/01/2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Fate Pneus do Brasil S.A. | 35.824 | 34.719 | 25.476 | 10.010 | 15.173 | 1.105 | 51,00 | **13.558** | 12.995 | 12.272 |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | **2.549** | 1.976 | 1.369 |
| | | | | | | | | **16.107** | 14.971 | 13.641 |

A movimentação dos saldos de investimento é demonstrada como segue:

| | Vipal S.A. | Vipal Participadas de España | Caravagio Empreend. Ltda. | Borrachas Vipal Nordeste S.A. | Vipaltec Pesquisa e Desenv. | Vipal Ind. de Máq. Ltda. | Fate Pneus do Brasil S.A. | Marangoni Trade North America Inc. | Total Controladora | Total Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 01 de janeiro de 2019 (reapresentado)** | 2.642 | 30.636 | 53 | 694.007 | 750 | 31.161 | 12.272 | - | 771.521 | 13.641 |
| Aumento de capital | - | 859 | - | - | - | - | - | - | 859 | - |
| Realização de lucro na integralização de capital | - | - | - | 691 | - | - | - | - | 691 | - |
| Variação cambial | (3.655) | (4.259) | - | - | - | - | - | 402 | (7.512) | 607 |
| Efeito hiperinflação | 1.187 | 4.171 | - | - | - | - | - | - | 5.358 | - |
| Variação cambial sobre mais valia | - | - | - | - | - | - | - | 1.498 | 1.498 | - |
| Variação cambial amortização | - | - | - | - | - | - | - | 18 | 18 | - |
| Aquisição de participação acionária | - | - | - | - | - | - | - | 42.134 | 42.134 | - |
| Amortização mais valia de ativos | - | - | - | - | - | - | - | (5.183) | (5.183) | - |
| Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura na aquisição | - | - | - | - | - | - | - | 11.116 | 11.116 | - |
| Variação cambial sobre ágio | - | - | - | - | - | - | - | 71 | 71 | - |
| Resultado da equiv. patrimonial | (461) | (22.495) | (1) | 115.149 | 731 | (640) | 723 | 3.263 | 96.269 | 723 |
| Dividendos distribuídos | - | - | - | (57.333) | - | - | - | - | (57.333) | - |
| Dividendos recebidos | - | - | - | - | - | - | - | (2.447) | (2.447) | - |
| Variação particip. societ. em controlada | 2.333 | - | - | - | - | - | - | - | 2.333 | - |
| A.F.A.C | - | 21.393 | - | - | - | 1.501 | - | - | 22.894 | - |
| **Saldos em 31/12/2019 (reapres.)** | 2.046 | 30.305 | 52 | 752.514 | 1.481 | 32.022 | 12.995 | 50.872 | 882.287 | 14.971 |

continua

| | Vipal S.A. | Vipal Participadas de España | Caravagio Empreend. Ltda. | Borrachas Vipal Nordeste S.A. | Vipaltec Pesquisa e Desenv. | Vipal Ind. de Máq. Ltda. | Fate Pneus do Brasil S.A. | Marangoni Trade North America Inc. | Total Controladora | Total Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)** | 2.046 | 30.305 | 52 | 752.514 | 1.481 | 32.022 | 12.995 | 50.872 | 882.287 | 14.971 |
| Redução de capital | - | (10.363) | - | - | - | (23.308) | - | - | (33.671) | - |
| Variação cambial amortização | - | - | - | - | - | - | - | 968 | 968 | - |
| Liquidação de investimento | - | - | (117) | - | - | - | - | - | (117) | - |
| Realização de lucro na integralização de capital | - | - | - | 615 | - | - | - | - | 615 | - |
| Variação cambial | (165) | 15.172 | - | - | - | - | - | 9.702 | 24.709 | 573 |
| Efeito hiperinflação | 453 | 1.591 | - | - | - | - | - | - | 2.044 | - |
| Aquisição de participação minoritária | - | - | - | - | - | - | - | 38.757 | 38.757 | - |
| Mais valia apropriada em outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - | - | - | (9.145) | (9.145) | - |
| Recompra de ações por MTNA | - | - | - | - | - | - | - | (2.999) | (2.999) | - |
| Amortização mais valia de ativos | - | - | - | - | - | - | - | (4.010) | (4.010) | - |
| Variação cambial de ágio p/mais valia | - | - | - | - | - | - | - | 3.172 | 3.172 | - |
| Variação cambial de ágio por expectativa de rentabilidade futura | - | - | - | - | - | - | - | 514 | 514 | - |
| Resultado da equivalência patrimonial | (743) | (7.882) | 65 | 170.253 | 522 | 1.257 | 563 | 3.540 | 167.575 | 563 |
| Dividendos propostos | - | - | - | (18.073) | - | - | - | (1.782) | (19.855) | - |
| Dividendos distribuídos | - | - | - | (65.230) | - | - | - | - | (65.230) | - |
| A.F.A.C | - | 9.829 | - | - | - | 681 | - | - | 10.510 | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)** | 1.591 | 38.652 | - | 840.079 | 2.003 | 10.652 | 13.558 | 89.589 | 996.124 | 16.107 |

**11. Propriedades para investimento:** As propriedades para investimento são mensuradas ao custo histórico de aquisição, e comparada periodicamente ao valor justo.
São baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda.
A diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no exercício da baixa.
Em 14 de dezembro de 2018, a Companhia alienou um dos imóveis mantidos como propriedade para investimento, localizado na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo, pelo valor residual, no montante de R$ 3.073.
Em 19 de dezembro de 2019, a Companhia alienou mais um dos imóveis mantido como propriedade para investimento, localizado na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo, pelo valor residual, no montante de R$ 3.073.
Em 09 de setembro de 2020, a Companhia alienou mais um imóvel mantido como propriedade para investimento, localizado na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo, pelo valor residual, no montante de R$ 10.400.

| | Controladora e Consolidado | | |
|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 (reapresentado) | 31/12/2019 (reapresentado) | 01/01/2019 |
| Prédios e Benfeitorias | 10.540 | 21.151 | 17.768 |
| | 10.540 | 21.151 | 17.768 |

Receita de aluguel de propriedade para investimento - As receitas de aluguel geradas pelos imóveis são reconhecidas como outras receitas. No exercício de 2020 foi reconhecido o montante de R$ 270 (R$ 299 em 2019), referente à receita de aluguel.

| Movimentação | Controladora e consolidado |
|---|---|
| **Saldo em 1º janeiro de 2019** | 17.768 |
| Adição | 7.645 |
| Depreciação | (428) |
| Baixas | (3.834) |
| **Saldo em 31 dezembro 2019 (reapresentado)** | 21.151 |
| Depreciação | (211) |
| Baixas | (10.400) |
| **Saldo em 31 dezembro 2020 (reapresentado)** | 10.540 |

**12. Imobilizado:**

| Controladora | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 01 de janeiro de 2019 (reapresentado)** | Terrenos 18.340 | Edificações 61.317 | Benfeitorias 1.559 | Instalações industriais 3.142 | Máq. e equip. 114.216 | Outros 7.543 | Imobiliz. em andamento 5.822 | Total 211.939 |
| Adições | - | 29 | 347 | 27 | 1.031 | 1.130 | 3.345 | 5.909 |
| Depreciação | - | (2.429) | (69) | (278) | (11.203) | (1.246) | - | (15.225) |
| Efeito da hiperinflação (CPC 42) | - | - | - | - | 52 | - | - | 52 |
| Baixas | - | - | - | - | (4.146) | (971) | (56) | (5.173) |
| Transferências | - | 383 | - | 303 | 3.397 | 7 | (4.090) | - |
| Variação cambial | - | - | - | - | (1) | (48) | - | (49) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)** | 18.340 | 59.300 | 1.837 | 3.194 | 103.346 | 6.415 | 5.021 | 197.453 |
| Adições | - | 3 | - | 4 | 1.633 | 1.188 | 3.337 | 6.165 |
| Depreciação | - | (2.464) | (61) | (272) | (10.548) | (1.844) | - | (15.189) |
| Efeito da hiperinflação (CPC 42) | - | - | - | - | - | 49 | - | 49 |
| Baixas | (797) | - | - | 3 | (4.293) | (337) | (198) | (5.622) |
| Transferências | - | - | - | 24 | 82 | 277 | (383) | - |
| Variação cambial | - | - | - | - | (5) | (5) | - | (10) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)** | 17.543 | 56.839 | 1.776 | 2.953 | 90.215 | 5.743 | 7.777 | 182.846 |

| Consolidado | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 01 de janeiro de 2019 (reapresentado)** | Terrenos 23.635 | Edificações 116.038 | Benfeitorias 1.560 | Instalações industriais 30.969 | Máq. e equip. 229.367 | Outros 11.237 | Imobiliz. em andamento 19.757 | Total 432.563 |
| Adições | - | 369 | 349 | 1.317 | 4.918 | 6.240 | 11.190 | 24.383 |
| Depreciação | - | (5.134) | (72) | (2.187) | (25.314) | (2.239) | - | (34.946) |
| Efeito da hiperinflação (CPC 42) | 152 | 592 | - | 259 | 8.275 | 71 | - | 9.349 |
| Ativos oriundos de controlada adquirida (Nota 1.2) | - | 29.163 | - | - | 42.112 | - | 925 | 72.200 |
| Baixas | - | - | - | - | (4.250) | (1.208) | (302) | (5.760) |
| Transferências | - | 5.788 | 159 | 303 | 8.654 | 121 | (15.025) | - |
| Variação cambial | (714) | 551 | - | (881) | (4.728) | (612) | (2.974) | (9.358) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)** | 23.073 | 147.367 | 1.996 | 29.780 | 259.034 | 13.610 | 13.571 | 488.431 |
| Adições | 911 | 538 | - | 91 | 4.804 | 2.819 | 11.690 | 20.853 |
| Depreciação | - | (8.004) | (65) | (2.226) | (26.835) | (4.401) | - | (41.531) |
| Efeito da hiperinflação (CPC 42) | 739 | 2.783 | - | 1.082 | 4.662 | 326 | - | 9.592 |
| Baixas | (797) | (539) | - | - | (4.616) | (273) | (208) | (6.433) |
| Transferências | - | 29 | - | 24 | (1.932) | (1.345) | 3.224 | - |
| Variação cambial | 567 | 8.981 | - | 543 | 2.977 | 1.522 | - | 14.590 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)** | 24.493 | 151.155 | 1.931 | 29.294 | 238.094 | 12.258 | 28.277 | 485.502 |

As imobilizações em andamento estão representadas substancialmente por projetos de expansão e otimização das unidades industriais. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram capitalizados juros incorridos sobre empréstimos que financiaram tais projetos, no montante de R$ 331 na Controladora e R$ 347 no Consolidado.

**13. Intangível:**

| Controladora | Software | Intangível em andamento | Total |
|---|---|---|---|
| **Saldos em 01 de janeiro de 2019** | 4.571 | 123 | 4.694 |
| Adições | 2.503 | 3 | 2.506 |
| Amortização | (2.630) | - | (2.630) |
| Baixas | - | (1) | (1) |
| Transferências | 100 | (100) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 4.544 | 25 | 4.569 |
| Adições | 327 | - | 327 |
| Amortização | (2.264) | - | (2.264) |
| Baixas | (93) | - | (93) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | 2.514 | 25 | 2.539 |

| Consolidado | Goodwill | Mais valia de ativos | Software | Intangível em andamento | Outros | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 01/01/2019 (reapresentado)** | 1.071 | - | 4.893 | 121 | 283 | 6.368 |
| Adições | - | - | 3.239 | 3 | - | 3.242 |
| Amortização | - | - | (2.682) | - | (26) | (2.708) |
| Efeito hiperinflação (CPC 42) | - | - | 25 | - | - | 25 |
| Aquisição Marangoni (Nota 1.2) | 11.116 | 17.874 | - | - | - | 28.990 |
| Amortização dos ativos da Marangoni | - | (1.035) | - | - | - | (1.035) |
| Transferências | - | - | 100 | (100) | - | - |
| Variação cambial | 71 | 1.056 | (203) | - | 3 | 927 |
| **Saldo em 31/12/2019 (reapresentado)** | 12.258 | 17.895 | 5.372 | 24 | 260 | 35.809 |
| Adições | - | - | 376 | - | - | 376 |
| Amortização | - | (993) | (2.560) | - | - | (3.553) |
| Efeito hiperinflação (CPC 42) | - | - | 3 | - | - | 3 |
| Baixa | - | - | (94) | - | - | (94) |
| Variação cambial | 514 | 2.041 | 19 | - | 58 | 2.632 |
| **Saldos em 31/12/2020 (reapresentado)** | 12.772 | 18.943 | 3.116 | 24 | 318 | 35.173 |

Conforme descrito na nota 1.2, em janeiro de 2019 foi registrada a aquisição de controlada, sendo realizada alocação de ágio com base em relatório de *Purchase Price Allocation* (PPA), realizado por especialista externo, sendo reconhecidos, como resultado da alocação, ativos intangíveis no montante de R$ 28.990, referentes a ágio (*goodwill*) e mais valia de carteira de clientes. **14. Empréstimos e financiamentos:** As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

| | Indexador | Controladora 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 | Consolidado 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Capital de giro: | | | | | | | |
| Em moeda nacional | Reais | **458.253** | 153.571 | 139.687 | **560.979** | 232.328 | 211.899 |
| Em moeda estrangeira | Dólar | **11.774** | 9.500 | 10.354 | **47.983** | 41.272 | 10.355 |
| Adiantamento de contr. de câmbio | Dólar/Euro | **66.307** | 75.317 | 85.047 | **75.770** | 87.782 | 97.887 |
| Pré Pagamento de exportação | Dólar | **334.285** | 474.011 | 526.108 | **334.285** | 474.011 | 526.108 |
| Finimp | Dólar | **2.043** | 2.498 | 3.716 | **5.488** | 6.142 | 9.288 |
| Finame | Reais | **745** | 1.238 | 2.047 | **57.604** | 61.655 | 30.727 |
| Financiamento de contas a pagar | Reais | **7.250** | 18.195 | 22.782 | **14.490** | 35.516 | 41.299 |
| Duplicatas descontadas | - | - | 33.155 | 24.107 | - | 87.338 | 80.607 |
| Total | | **880.657** | 767.485 | 813.848 | **1.096.599** | 1.026.044 | 1.008.170 |
| Circulante | | **231.273** | 207.301 | 786.074 | **323.838** | 362.852 | 933.391 |
| Não Circulante | | **649.384** | 560.184 | 27.774 | **772.761** | 663.192 | 74.779 |

As garantias vinculadas aos financiamentos e empréstimos são as seguintes: a) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos adquiridos; b) terreno; c) garantia fidejussória prestada por fiança e aval da controladora da Companhia; d) garantia prestada por aval pela controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A; e) aplicação financeira, alienação fiduciária de duplicatas, hipotecas, alienação fiduciária de imóveis. A Companhia possui contratos de empréstimos que preveem o cumprimento de cláusulas restritivas ("*covenants*") financeiras e não financeiras. Em 31/12/2018, a Companhia não estava atendendo aos compromissos em relação dívida líquida versus EBITDA. Como requer as práticas contábeis adotadas no Brasil, as parcelas vincendas a longo prazo dos contratos com cláusulas não cumpridas foram reclassificadas do passivo não circulante para o passivo circulante no balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia obteve em 2019 o consentimento (*waiver*) dos credores acerca do descumprimento desta cláusula, além de ter sido firmado novo contrato global de reperfilamento de dívida no exercício de 2019. Conforme cláusula do contrato global, em caso de evento de liquidez relacionado, entre outras questões, a aumento de capital ou qualquer outro evento que produza efeito equivalente, a Companhia deverá amortizar os valores devidos a cada credor do contrato global equivalente a 50% (cinquenta por cento) dos recursos líquidos recebidos. Em 31 dezembro de 2020, a Companhia atendeu todos os compromissos contratuais referentes às cláusulas financeiras e não financeiras de *covenants*. Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| 2022 | **155.181** | 195.949 |
| 2023 | **152.184** | 177.095 |
| 2024 | **341.394** | 358.127 |
| 2025 | **625** | 23.245 |
| Acima de 2026 | - | 18.345 |
| | **649.384** | 772.761 |

A controlada *Marangoni Trade North America, Inc.* também mantém empréstimos de capital de giro e investimentos com o *Banco Branch Banking & Trust Co* (BBT), com a previsão do cumprimento de cláusulas restritivas ("*covenants*"), relativamente a dívida líquida versus ativos tangíveis (total do ativo, menos ativos intangíveis) e dívida líquida em relação ao EBITDA. A controlada está atendendo as cláusulas restritivas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. a) Movimentação dos empréstimos

| | Controladora 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 | Consolidado 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Saldo no início do exercício | **767.485** | 813.848 | 803.285 | **1.026.044** | 1.008.170 | 930.235 |
| Captações | **435.148** | 630.566 | 250.131 | **522.223** | 773.145 | 673.608 |
| Pagamentos | **(547.418)** | (758.779) | (427.764) | **(695.008)** | (876.844) | (794.964) |
| Saldo inicial pela aquisição de controlada (Nota 1.2) | - | - | - | - | 28.780 | - |
| Juros incorridos | **49.539** | 58.104 | 85.263 | **61.886** | 68.866 | 93.802 |
| Variação cambial | **175.903** | 23.746 | 102.933 | **181.454** | 23.927 | 105.489 |
| Saldo no final do exercício | **880.657** | 767.485 | 813.848 | **1.096.599** | 1.026.044 | 1.008.170 |

b) Adiantamentos de clientes - Em 2020, a Companhia firmou contratos de compra e venda de mercadorias para exportação de commodities com o propósito de reduzir sua exposição em dólar junto aos bancos através da liquidação antecipada de operações de Pré-pagamento de Exportação e pela captação de empréstimos em moeda local. As transações de compra e venda foram intermediadas por empresas de commodities (tradings). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui um saldo de R$ 143.006 registrado em adiantamento de fornecedores, e um saldo de R$ 145.893, registrado em adiantamento de clientes. c) Financiamento de contas a pagar - A rubrica de Financiamento de contas a pagar refere-se a operações de confirming efetuados por fornecedores da companhia. Essas operações possibilitam que o fornecedor receba os valores em um prazo mais curto que a data de vencimento dos títulos, sendo a instituição financeira credora da operação durante esse exercício. Nessa operação o fornecedor tem uma redução de seus custos financeiros comparado ao mercado porque a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do comprador. Considerando que os prazos de pagamento e características das transações com fornecedores são afetados tais operações são consideradas classificadas como empréstimos e financiamento pela Companhia. **15. Obrigações fiscais e sociais:**

| | Controladora 31/12/2020 (reapresentado) | 31/12/2019 (reapresentado) | 01/01/2019 | Consolidado 31/12/2020 (reapresentado) | 31/12/2019 (reapresentado) | 01/01/2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços (DIFAL) | **16.374** | 10.297 | 4.845 | **30.789** | 18.297 | 8.337 |
| Encargos sociais s/ folha de pagamento | **3.316** | 2.752 | 7.369 | **4.715** | 3.835 | 10.255 |
| Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços | **2.416** | 2.364 | 866 | **8.049** | 6.236 | 4.870 |
| Contribuição para Financiamento da Seguridade Social | **191** | 150 | 478 | **957** | 1.486 | 3.206 |
| Parcelamento PRT | - | - | 1.295 | - | - | 2.181 |
| Imposto de Renda | **2.250** | 2.126 | 11.053 | **10.797** | 8.013 | 25.286 |
| Contribuição Social | **363** | 280 | 3.523 | **4.851** | 5.364 | 21.135 |
| Imposto s/Produtos Industrializados | **2.848** | 2.504 | 2.508 | **3.566** | 2.504 | 2.508 |
| Imposto sobre Valor Agregado | - | - | - | **2.272** | 1.234 | 1.218 |
| Outros | 68 | 789 | 93 | **1.006** | 2.012 | 4.036 |
| **Total** | **27.826** | 21.262 | 32.030 | **67.002** | 48.981 | 83.032 |
| Circulante | **27.083** | 19.580 | 32.030 | **66.259** | 45.567 | 79.596 |
| Não Circulante | **743** | 1.682 | - | **743** | 3.414 | 3.436 |

**16. Provisão para litígios:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos no curso normal das operações, os quais envolvem questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que o desembolso financeiro é provável. O quadro a seguir demonstra os valores estimados do risco com perda provável, conforme opinião de nossos assessores jurídicos:

| | Controladora Cível | Trabalhista | Total | Consolidado Cível | Trabalhistas | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Saldos em 1º/01/2019 | 87 | 397 | 484 | 137 | 720 | 857 |
| Complementos e atualizações | 14 | 260 | 274 | 14 | 422 | 436 |
| (-) Reversões | (19) | (96) | (115) | (69) | (330) | (399) |
| Saldos em 31/12/2019 | 82 | 561 | 643 | 82 | 812 | 894 |
| Complementos e atualizações | - | 73 | 73 | - | 580 | 580 |
| (-) Reversões | (68) | (62) | (130) | (68) | (123) | (191) |
| Saldos em 31/12/2020 | 14 | 572 | 586 | 14 | 1.269 | 1.283 |

O quadro a seguir demonstra os valores estimados de perda possível, conforme opinião de nossos assessores jurídicos, para os quais, portanto não foram constituídas provisão para litígios.

| | Controladora 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 | Consolidado 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Trabalhista | - | 100 | 1.030 | - | 300 | 1.030 |
| Tributária | **83.510** | 103.000 | 64.954 | **139.512** | 169.232 | 102.847 |
| Cível | **14.218** | 14.329 | 568 | **19.553** | 19.677 | 10.882 |
| | **97.728** | 117.429 | 66.552 | **159.065** | 189.209 | 114.759 |

Trabalhista - diversas reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. Cíveis - A Companhia e suas controladas figuram como ré em causas cíveis objetivando desconstituir títulos de crédito e indenizações. Tributários - a Companhia e sua controlada, Borrachas Vipal Nordeste S.A., figuram como rés em causas tributárias, cuja probabilidade de perda apontada pelos assessores jurídicos é possível, para as quais, portanto não foram constituídas provisão para litígios. Os principais processos se referem a utilização de precatórios alimentícios na compensação de ICMS a pagar para o Estado de São Paulo e, no Estado do Rio Grande do Sul glosa de créditos ICMS referente a operações intercompany originária de Estado incentivado; e créditos extemporâneos de PIS/COFINS, apurados sobre os exercícios de 2006 a 2010, relativos a aquisição de bens móveis e imóveis relacionados a sua operação. **17. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento:** Movimentação do ativo de arrendamento

| | Controladora | Consolidado (reapresentado) |
|---|---|---|
| Adoção inicial | 12.905 | 12.905 |
| Adição | - | 1.310 |
| (-) Depreciação | (2.827) | (2.827) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado) | 10.078 | 11.388 |
| (+/-) Remensuração de contratos | **(827)** | **(827)** |
| (-) Depreciação | **(2.680)** | **(3.054)** |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado) | **6.571** | **7.507** |

| Movimentação do passivo de arrendamento | Controladora | Consolidado (reapresentado) |
|---|---|---|
| Adoção inicial | 12.905 | 12.905 |
| Adições | - | 1.363 |
| (-) Juros do contrato | 845 | 845 |
| (-) Pagamentos realizados | (3.077) | (3.077) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado) | 10.673 | 12.036 |
| (+/-) Remensuração de contratos | **(827)** | **(827)** |
| (-) Juros do contrato | **431** | **431** |
| (-) Pagamentos realizados | **(3.136)** | **(3.485)** |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado) | **7.141** | **8.155** |
| Passivo circulante | **2.792** | **2.792** |
| Passivo não circulante | **4.349** | **5.363** |

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

| | Controladora | Consolidado (reapresentado) |
|---|---|---|
| 2021 | **3.160** | **3.541** |
| 2022 | **609** | **903** |
| 2023 e adiante | **580** | **919** |
| | **4.349** | **5.363** |

Os direitos de uso são amortizados durante o prazo de vigência do contrato de locação e consideram a expectativa de renovação, quando a Administração pretende exercer esse direito, e de acordo com os termos dos contratos. **18. Patrimônio líquido:** a) Capital social - O capital social está representado por 331.684 em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e em 1º de janeiro de 2019, ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes em sua totalidade a acionistas domiciliados no País. b) Reservas de lucros - *Reserva legal* - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. *Reserva especial* - Constituída de acordo com o estatuto e tem por finalidade a formação de reserva especial para assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das atividades sociais da Companhia e suas controladas. *Lucro a distribuir* - Montante remanescente de lucros retidos é objeto de proposta da Administração da Companhia para futura distribuição. c) Outros resultados abrangentes - *Custo atribuído - ativo imobilizado* - A Companhia reconhece nesta rubrica o saldo de reserva de reavaliações de ativos permanentes efetuada em anos anteriores e o novo saldo do custo atribuído (deemed cost) registrado, líquidos dos efeitos tributários, próprio e de controladas e coligadas de forma reflexa. Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou no caso de alienação ou baixa do ativo. *Variação cambial de filial e controladas no exterior* - A Companhia reconhece nessa rubrica os efeitos da variação cambial sobre a filial e os investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto, domiciliadas no exterior. O efeito da variação cambial acumulada sobre os investimentos somente é transferido para o resultado do exercício no momento da ocorrência da alienação desses investimentos. *Efeito de aplicação do CPC 42* - Conforme descrito na nota 2.3, o efeito da correção monetária por hiperinflação, das unidades na Argentina, até o exercício de 2017, foi registrado no patrimônio líquido na rubrica de "outros resultados abrangentes". A partir de 2018, apenas a correção monetária por inflação sobre os itens do patrimônio líquido foram registradas na rubrica de "outros resultados abrangentes". d) Transações entre sócios - Como mencionado na Nota 1.2, em 30 de junho de 2020, a Companhia assinou o segundo acordo de compra de ações da controlada MTNA, com a Marangoni S.p.A (Itália), para a aquisição da participação de 24.600 ações, equivalentes a 30% do capital da investida. O preço estabelecido para a compra das ações foi de € 6.300 (seis milhões e trezentos mil Euros), equivalente a R$ 38.757. Ainda de acordo com o contrato, a MTNA recomprou o saldo remanescente de ações que a Marangoni S.p.A (Itália) detinha do seu capital, representado por 15.580 ações. O preço estabelecido para a recompra das ações foi de € 3.700 (três milhões e setecentos mil Euros), equivalentes a R$ 21.754. A data de fechamento para ambas as operações estabelecida foi julho de 2020. Após estas transações a Companhia passou a deter 100% de participação na controlada. Como divulgado na Nota 1.2, essa transação resultou em uma mais valia de R$ 12.144, representada pela diferença entre a contraprestação paga pela participação adicional adquirida do capital da controlada e seu patrimônio líquido na data. Por se tratar de transações entre sócios, o impacto da mais valia paga pela Controladora e da recompra de ações foi tratado no patrimônio líquido da Controladora, como uma transação entre acionistas, conforme orienta o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas. e) Dividendos - De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. Adicionalmente, conforme o contrato global mencionado na nota 14, a Companhia não pode pagar dividendos, calculados sobre os resultados auferidos, acima de 25%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os acionistas deliberaram pelo pagamento de R$ 20.763 (R$ 62,60 por ação), R$ 22.179 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (representando R$ 66,87 por ação). **19. Receita operacional líquida:** A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

| | Controladora 31/12/2020 (reapresentado) | 31/12/2019 (reapresentado) | Consolidado 31/12/2020 (reapresentado) | 31/12/2019 (reapresentado) |
|---|---|---|---|---|
| Receita bruta de vendas | **1.215.557** | 1.224.414 | **2.299.638** | 2.076.850 |
| Devolução de vendas | **(7.039)** | (4.193) | **(31.778)** | (26.977) |
| Impostos sobre a venda | **(207.734)** | (228.750) | **(463.498)** | (381.285) |
| Receita operacional líquida | **1.000.784** | 991.471 | **1.804.362** | 1.668.588 |

**20. Despesas por natureza:** A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

| | Controladora 31/12/2020 (reapresentado) | 31/12/2019 (reapresentado) | Consolidado 31/12/2020 (reapresentado) | 31/12/2019 (reapresentado) |
|---|---|---|---|---|
| **Despesas por função** | | | | |
| Custo dos produtos vendidos | **(728.442)** | (780.129) | **(1.159.528)** | (1.161.671) |
| Despesas com vendas | **(90.892)** | (115.821) | **(176.373)** | (188.553) |
| Despesas administr. e gerais | **(100.623)** | (106.887) | **(164.709)** | (169.780) |
| Outras receitas (despesas), líq… | **1.905** | 4.590 | **2.847** | (955) |
| | **(918.052)** | (998.247) | **(1.497.763)** | (1.520.959) |

| | Controladora 31/12/2020 (reapresentado) | 31/12/2019 (reapresentado) | Consolidado 31/12/2020 (reapresentado) | 31/12/2019 (reapresentado) |
|---|---|---|---|---|
| **Despesas por natureza** | | | | |
| Matéria-prima e materiais de uso e consumo | **(619.407)** | (669.743) | **(941.166)** | (952.244) |
| Despesas com pessoal | **(139.410)** | (147.308) | **(245.613)** | (252.590) |
| Fretes | **(34.562)** | (36.205) | **(64.639)** | (61.090) |
| Depreciação e amortização | **(24.354)** | (26.293) | **(49.004)** | (49.542) |
| Depreciação e amortização | **(17.453)** | (17.855) | **(40.414)** | (36.166) |
| Depreciação propriedade para investimentos | **(211)** | (428) | **(211)** | (428) |
| Amortiz. de mais valia de ativos | **(4.010)** | (5.183) | **(5.325)** | (10.121) |
| Depreciação de ativos de direito de uso CPC 06 / IFRS 16 | **(2.680)** | (2.827) | **(3.054)** | (2.827) |
| Energia elétrica | **(10.655)** | (11.858) | **(28.467)** | (27.478) |
| Consultoria e assessoria | **(15.087)** | (17.849) | **(17.976)** | (25.793) |
| Bonificações em produtos | **(5.251)** | (6.760) | **(10.843)** | (11.629) |
| Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa | **160** | (10.233) | **(7.419)** | (17.856) |
| Perdas com clientes | **(4.853)** | (1.578) | **(5.937)** | (1.925) |
| Outras desp. operacionais, líq. | **(64.633)** | (70.420) | **(126.699)** | (120.812) |
| | **(918.052)** | (998.247) | **(1.497.763)** | (1.520.959) |

**21. Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram como segue:

continua

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| **Receitas financeiras** | (reapresentado) | (reapresentado) | (reapresentado) | (reapresentado) |
| Variação cambial ativa | **306.859** | 191.307 | **322.773** | 209.652 |
| Juros recebidos de clientes | **4.087** | 16.172 | **11.727** | 22.105 |
| Rendim. em aplicações financeiras | **793** | 333 | **14.060** | 7.416 |
| Reversão de avais de terceiros | **2.469** | 4.849 | **2.469** | 4.848 |
| Descontos recebidos | **32** | 53 | **40** | 58 |
| Outras receitas financeiras | **1.219** | 491 | **2.013** | 785 |
| | **315.459** | 213.205 | **353.082** | 244.864 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| **Despesas financeiras** | (reapresentado) | (reapresentado) | (reapresentado) | (reapresentado) |
| Variação cambial passiva | **(408.844)** | (208.578) | **(439.421)** | (232.680) |
| Juros sobre financiamentos | **(49.539)** | (58.104) | **(61.886)** | (70.092) |
| Juros passivos | **(10.016)** | (18.006) | **(18.793)** | (35.034) |
| Despesas bancárias | **(4.650)** | (2.264) | **(6.867)** | (4.493) |
| Avais de terceiros | **(4.208)** | (1.794) | **(4.208)** | (1.794) |
| Descontos concedidos | **-** | (229) | **(1.374)** | (1.958) |
| Ajustes de hiperinflação de controlada | **47** | (959) | **(9.120)** | (11.024) |
| Impostos s/operações financeiras | **-** | - | **(692)** | (381) |
| Outras despesas financeiras | **(771)** | (595) | **(2.168)** | (1.407) |
| | **(477.981)** | (290.529) | **(544.529)** | (358.863) |

**22. Imposto sobre o lucro:** A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está descrita a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| | (reapresentado) | (reapresentado) | (reapresentado) | (reapresentado) |
| Resultado antes dos impostos sobre o lucro | **87.785** | 12.169 | **115.715** | 34.353 |
| Imposto de renda e contribuição social (34%) | **(29.847)** | (4.137) | **(39.343)** | (11.680) |
| Incentivos fiscais de controladas | **-** | - | **47.225** | 44.373 |
| Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos | **(26.080)** | (9.136) | **(26.080)** | (9.356) |
| Juros sobre empréstimos não dedutíveis | **(10.294)** | (8.859) | **(10.294)** | (8.859) |
| Utilização de prejuízos fiscais de exercícios anteriores | **8.555** | - | **8.555** | - |
| Ajuste de inovação tecnológica | **1.069** | - | **1.678** | 482 |
| Ajuste do preço de transferência | **(414)** | (1.754) | **(414)** | (664) |
| Resultado de equiv. patrimonial | **56.976** | 32.731 | **191** | 246 |
| Despesas não dedutíveis | **-** | - | **(1.068)** | (1.212) |
| Diferencial de alíquota | **-** | - | **(1.422)** | (9.415) |
| Outros | **(171)** | (2.085) | **913** | (14.164) |
| | **(206)** | 6.760 | **(20.059)** | (10.249) |
| I.R. e contribuição social | | | | |
| Corrente | **(19.432)** | (59) | **(43.134)** | (31.966) |
| Diferido | **19.226** | 6.819 | **23.075** | 21.717 |
| Alíquota efetiva | **0,23%** | (55,55%) | **17,33%** | 29,83% |

Imposto de renda e contribuição social diferidos - O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro refere-se a:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 |
| | (reapresentado) | (reapresentado) | | (reapresentado) | (reapresentado) | |
| **Ativo diferido** | | | | | | |
| Provisão p/créditos de liquidação duvidosa | **10.743** | 10.798 | 7.319 | **16.268** | 9.806 | 9.603 |
| Lucros a realizar em controladas | **2.302** | 2.511 | 2.666 | **16.297** | 12.535 | 12.538 |
| Faturamento não embarcado | **2.367** | 1.208 | 1.194 | **2.940** | 1.820 | 1.527 |
| Provisão p/honorários jurídicos | **1.279** | 1.253 | 829 | **1.695** | 1.669 | 1.050 |
| Provisão para fretes | **859** | 770 | 402 | **1.082** | 881 | 534 |
| Prov. p/avais terceiros | **980** | 1.820 | 3.468 | **980** | 1.820 | 3.468 |
| Provisão para litígios | **200** | 219 | 165 | **392** | 5.448 | 251 |
| Provisão p/comissões | **242** | 216 | 59 | **242** | 216 | 59 |
| Prejuízos fiscais anos anteriores | **-** | - | - | **-** | - | 795 |
| Provisão juros (PRT) | **-** | - | 58 | **-** | - | 58 |
| Outras provisões | **7.985** | 5.560 | 744 | **3.919** | 7.812 | 933 |
| **Total ativo diferido** | **26.957** | 24.355 | 16.904 | 43.815 | 42.007 | 30.816 |
| **Passivo diferido** | | | | | | |
| Depreciação vida útil | **(7.754)** | (7.660) | (5.900) | **(38.783)** | (35.521) | (31.152) |
| Custo atribuído ativo imobilizado | **(30.229)** | (33.335) | (35.486) | **(30.184)** | (33.335) | (36.416) |
| Imposto diferido s/a mais valia | **3.125** | 1.756 | - | **(10.971)** | (13.841) | - |
| Capitalização de juros | **(1.322)** | (1.669) | (1.911) | **(2.627)** | (2.979) | (3.180) |
| Arrend. mercantil | **(2.450)** | (2.675) | (2.843) | **(2.451)** | (2.675) | (2.842) |
| Depreciação acelerada fiscal | **-** | - | - | **(1.599)** | (2.551) | (3.466) |
| Variação cambial - regime de caixa | **-** | (11.712) | (9.347) | **(48)** | (11.712) | (9.347) |
| Prejuízos fiscais de exercícios anteriores | - | - | - | - | - | (2.746) |
| **Total passivo diferido** | **(38.630)** | (55.295) | (55.487) | **(86.663)** | (102.614) | (89.149) |
| **Ativo (passivo) diferido, líquido** | **(11.673)** | (30.940) | (38.583) | **(42.848)** | (60.607) | (58.333) |
| Classificados no ativo não circulante | **163** | - | - | **2.017** | 1.184 | 795 |
| Classificados no passivo não circulante | **(11.836)** | (30.940) | (38.583) | **(44.865)** | (61.791) | (59.128) |

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresentava R$ 121.850 de prejuízos fiscais (R$ 70.577 em 2019 e R$ 43.829 em 1º de janeiro de 2019) sobre os quais não foram constituídos impostos diferidos uma vez que não há expectativa de realização dos créditos. Da mesma forma apresentava base negativa de contribuição social de R$ 124.608 (R$ 72.966 em 2019 e R$ 45.910 em 1º de janeiro de 2019). **23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro:** a) Classificação dos instrumentos financeiros - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

| **Ativos** | **Classificação por categoria** | **Hierarquia do valor justo** | **Valor contabil 31/12/2020** | **31/12/2019** | **01/01/2019** |
|---|---|---|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa | Valor justo por meio de resultado | Nível 2 | **246.961** | 52.869 | 23.573 |
| Aplicações financeiras | Valor justo por meio de resultado | Nível 2 | **7.450** | 6.774 | 5.312 |
| Contas a receber de clientes | Custo amortizado | | **397.647** | 412.039 | 358.380 |
| Contas a receber partes relacionadas | Custo amortizado | | **43.741** | 41.348 | 59.618 |
| Créditos com partes relacionadas | Custo amortizado | | **133.571** | 119.775 | 92.939 |
| **Passivos** | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | Custo amortizado | | **1.096.599** | 1.026.044 | 1.008.170 |
| Fornecedores | Custo amortizado | | **139.791** | 148.129 | 129.852 |
| Contas a pagar a partes relacionadas | Custo amortizado | | **22** | 4.179 | 2.849 |
| Dividendos a pagar | Custo amortizado | | **29.700** | 26.155 | 20.047 |
| Passivo de arrendamento | Custo amortizado | | **8.155** | 12.036 | - |
| Débitos com partes relacionadas | Custo amortizado | | **15.753** | 10.045 | - |
| Outras contas a pagar | Custo amortizado | | **56.269** | 51.247 | 43.485 |

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível 1: preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

b) Gerenciamento de risco - As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores e o Conselho de Administração da Companhia. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição. Não houve alterações quanto as políticas ou processo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

A companhia possui exposição a riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros, conforme descrito a seguir:

*Risco de crédito* - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas pela Administração como de baixo risco.

No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, a Companhia registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida.

Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Executiva objetivando minimizar a concentração de riscos e mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

*Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos* - Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia.

Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

*Risco de taxa de juros* - Com finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos empréstimos da Companhia foram definidos três cenários diferentes.

A análise de sensibilidade dos juros utilizou como cenário provável as taxas projetadas pelo Banco Central para o ano seguinte, e os cenários possível e remoto levam em consideração uma variação nessa taxa de 25% e 50% respectivamente.

| | Saldo em 31/12/2020 | Cenário Provável | Aumento de taxa Cenário Possível 25% | Aumento de taxa Cenário Remoto 50% | Redução de taxa Cenário Possível -25% | Redução de taxa Cenário Remoto -50% |
|---|---|---|---|---|---|---|
| TJLP | | **4,40%** | | | | |
| Finame | **53.900** | | (593) | (1.186) | 593 | 1.186 |
| Libor 3m | | **0,85%** | | | | |
| FINIMP | **5.488** | | (12) | (23) | 12 | 23 |
| PPE | **334.285** | | (710) | (1.421) | 710 | 1.421 |
| CDI | | **2,80%** | | | | |
| GIRO | **499.358** | | (3.496) | (6.991) | 3.496 | 6.991 |
| IPCA | | **4,85%** | | | | |
| GIRO | **7.904** | | (96) | (192) | 96 | 192 |

*Risco de taxa de câmbio* - Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, principalmente do dólar norte-americano, que encerrou o ano de 2020 com a variação negativa de 28,93% (4,02% negativa em 2019). Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Não havia instrumentos dessa natureza contratados nas datas dos balanços, para mitigar riscos de taxa de câmbio. Abaixo está demonstrada a exposição cambial da Companhia para operações em moedas estrangeiras:

| | US$ mil 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 |
|---|---|---|---|
| A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos | **36.490** | 52.945 | 39.675 |
| B. Passivos líquidos em dólares norte-americanos | **(107.710)** | (139.263) | (161.357) |
| C. Déficit apurado (A+B) | **(71.220)** | (86.318) | (121.682) |

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira - A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US$ (obtidas junto ao Banco Central), mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação (e do patrimônio líquido da Companhia). Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

| | Cenário Provável | Aumento de taxa Cenário Possível | Cenário Remoto | Redução de taxa Cenário Possível | Cenário Remoto |
|---|---|---|---|---|---|
| Taxa | | +25% | +50% | -25% | -50% |
| Dólar | 5,20 | 6,50 | 7,80 | 3,90 | 2,60 |
| Déficit apurado | (370.344) | (462.930) | (555.516) | (277.758) | (185.172) |
| Efeito do lucro antes da tributação | | (92.586) | (185.172) | 92.586 | 185.172 |

*Risco de liquidez* - O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro consolidado em 31 de dezembro de 2020 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

| | Menos de 1 ano | 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|---|---|---|---|---|
| Empréstimos e financiamentos | 323.838 | 754.416 | 18.345 | 1.096.599 |
| Fornecedores | 139.791 | - | - | 139.791 |
| | **463.629** | **754.416** | **18.345** | **1.236.390** |

Instrumentos financeiros derivativos - A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 01 de janeiro de 2019 não há operações de derivativos em aberto. c) Gestão de capital - Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal. O passivo consolidado da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício, é apresentado a seguir:

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 |
|---|---|---|---|
| | (reapresentado) | (reapresentado) | |
| Empréstimos e financiamentos | **1.096.599** | 1.026.044 | 1.008.170 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | **(246.961)** | (52.869) | (23.573) |
| (-) Aplicações financeiras | **(7.450)** | (6.774) | (5.312) |
| Dívida líquida (A) | **842.188** | 966.401 | 979.285 |
| Total do patrimônio líquido (B) | **382.232** | 332.631 | 292.782 |
| Relação endividamento líquido sobre patrimônio líquido (A/B) | **2,20** | 2,91 | 3,34 |

**24. Subvenções governamentais:** Desenvolve - O governo do estado da Bahia, através da lei 7.980 de 12 de dezembro de 2001, instituiu o programa de desenvolvimento industrial e de integração econômica do estado da Bahia - DESENVOLVE, o qual concedeu o diferimento do lançamento e desconto do pagamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), devido pela Borrachas Vipal Nordeste S.A. Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de ICMS a recolher em contrapartida ao resultado, na rubrica deduções de vendas e impostos, e, posteriormente, são destinadas para reserva de lucros (reserva de incentivos fiscais) no patrimônio líquido, na controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A. O montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do exercício de 2020, foi de R$ 70.892 (R$ 55.582 em 2019). Em 18 de dezembro de 2018, a controlada obteve a renovação do incentivo Desenvolve. A vigência do benefício se estenderá até dezembro de 2030. Lucro da exploração - Com fundamento no art.32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, em 18 de agosto de 2009, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de acordo com a competência que lhe foi atribuída pelo inciso XVII do art.6º do Decreto nº 8.276, de 27 de junho de 2014, aprovou o Laudo Constitutivo nº 0093/2009, concedendo o direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis à controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A., calculado com base no Lucro da Exploração, concedendo um prazo de vigência de 10 anos, com início no ano calendário de 2009, com término previsto para o ano calendário 2018. Em 26 de dezembro de 2018, a controlada obteve a renovação do direito de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculado com base no lucro da exploração. A renovação é válida até dezembro de 2028. A controlada teve atendido o pedido de renovação pois cumpriu com a exigência do laudo anterior que foi a modernização total do empreendimento. Os valores apurados a título de incentivo estão registrados por competência no resultado do exercício, e, posteriormente, destinados para a conta de reserva de lucros (reserva de incentivo fiscal) no patrimônio líquido da controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A. Em 2020, o montante total relativo a este incentivo registrado no resultado do exercício foi de R$ 21.315 (R$ 24.447 em 2019). Crédito presumido de IPI - O Governo Federal, através da Lei 12.218/10 concedeu o crédito presumido do IPI para empresas instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, do Brasil, com a finalidade de proporcionar o desenvolvimento destas regiões. O pré-requisito para enquadramento à possibilidade de apurar crédito presumido de IPI é a fabricação dos produtos determinados no §1º, Art. 1º da Lei nº 9.440/97, e a aplicação de no mínimo 10% do valor do benefício apurado, em investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica nas regiões. Este incentivo passou a ser aproveitado pela Borrachas Vipal Nordeste S.A. a partir do ano calendário de 2013 até o ano calendário de 2015, e os valores apurados foram registrados na rubrica de IPI a recuperar em contrapartida a resultado, na rubrica de outras receitas operacionais, nos respectivos exercícios. Incentivo de reinvestimento - Conforme o Art. 27 da Portaria 283/2013 do Ministério de Integração Nacional as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação nas áreas da SUDENE possuem benefício para reinvestimento de 30% do imposto de renda devido em projetos de modernização ou complementação de equipamento. Em 2020, o valor relativo a esse benefício foi registrado no resultado do exercício no valor de R$ 1.280 (em 2019 não houve montantes apropriados). Redução base de cálculo ICMS - A partir da vigência da Lei Complementar nº 160/2017, que incluiu o parágrafo 4º ao artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal, são considerados subvenções para investimento, podendo ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e CSLL. Desta forma a controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A., em função da redução da base de cálculo do ICMS na venda de seus produtos, efetuou, no ano de 2020, a exclusão da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social o montante de R$ 1.479 (R$ 2.303 em 2019), constituindo reserva de incentivos fiscais sobre esse benefício gerado. Os incentivos apurados pela controlada são registrados em reserva especial e não são considerados na base de cálculo para dividendos. **25. Cobertura de seguros:** A Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e de responsabilidade civil.

| **Risco** | Limites 31/12/2020 | 31/12/2019 | 01/01/2019 |
|---|---|---|---|
| | (reapresentado) | (reapresentado) | (reapresentado) |
| Incêndio e riscos diversos | **456.582** | 455.837 | 166.700 |
| Lucros cessantes | **97.904** | 97.541 | 39.705 |
| Responsabilidade Civil Administradores | **50.000** | 50.000 | 50.000 |
| Responsabilidade Civil Geral | **8.624** | 8.624 | 8.624 |

**26. Eventos subsequentes:** A Companhia está em tratativas junto aos bancos credores para a assinatura do quinto aditivo ao Contrato Global de reperfilamento de empréstimos, com vigência a partir de 24 de fevereiro 2022, data do referido aditivo. O referido aditivo não prevê alterações de taxas e prazos das dívidas relacionadas, sendo as principais alterações previstas no documento as seguintes: (i) restrição a liquidação de mútuos com partes relacionadas pessoas físicas em data anterior à liquidação dos contratos de empréstimos; (ii) restrição de aquisição de empresas ou aumento de participação acionária existente sem prévia aprovação dos credores e (iii) entrega de relatórios de monitoramento trimestrais com base nos balancetes contábeis. A Companhia entende que essas alterações previstas não produzem impacto quanto à perspectiva de atendimento das obrigações do Contrato Global.

**Diretoria Executiva**

**Arlindo Paludo -** Presidente Executivo

**Renan Batista Patricio Lima -** Diretor Superintendente

**Área Contábil**

**Caio Castro de Miranda -** Contador - CRC RS-070650/O-0

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Acionistas e Administradores da Borrachas Vipal S.A. Nova Prata-RS

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Borrachas Vipal S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Borrachas Vipal S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Chamamos atenção à nota explicativa nº 2.21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para aprimorar certas divulgações em notas explicativas e para refletir a correção de erros, conforme descrito na referida nota explicativa. Em 23 de março de 2021 emitimos relatório de auditoria com modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Consequentemente, a ressalva relacionada com o referido assunto, contida em nosso relatório anteriormente emitido, não é mais necessária e, portanto, nosso novo relatório, que substitui o anterior, não contém qualquer modificação. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 23 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-7

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1-SP192685/O-9

# PUBLICIDADE LEGAL

cpfl transmissão
Uma empresa do Grupo CPFL Energia

## Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T

Companhia Aberta
CNPJ/ME 92.715.812/0001-31 - NIRE 43.300.007.693

**Retificação do Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária**

O Presidente do Conselho de Administração da **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T** ("Companhia" ou "CPFL Transmissão"), no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social da Companhia, **vem promover a retificação do Edital de Convocação** publicado em 28 de março de 2022 na página 8 da via física e página 16 da via digital do Jornal do Comércio acerca das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, convocada para o dia 28 de abril de 2022 às 10h00, exclusivamente de modo digital, por meio da Plataforma Digital Zoom Meetings, a fim de **alterar o item "c" da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária** de modo que a aprovação da remuneração global anual dos administradores englobe o período de Maio de 2022 a Abril de 2023. Assim, o Edital de Convocação é alterado e passa a vigorar com a seguinte redação: **"I - Em Assembleia Geral Ordinária: a.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **b.** Aprovar a proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **c.** Aprovar a remuneração global anual dos administradores para o período de Maio de 2022 a Abril de 2023. **II. Em Assembleia Geral Extraordinária: a.** Aprovar a alteração do Estatuto Social da Companhia, conforme a Proposta da Administração, para alterar os artigos 24, 26 e 35; **b.** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia; **c.** Ratificar a modificação do jornal de grande circulação, no qual a Companhia realiza suas publicações para fins da Lei das S.A., para o jornal "Jornal do Comércio", conforme aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de março de 2022. **Informações Gerais: 1.** Os acionistas poderão participar das Assembleias, que serão realizadas de forma exclusivamente digital, nos termos da Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"): (i) por meio da plataforma digital Zoom, ("Plataforma Digital"), pessoalmente ou por meio de Procurador, conforme detalhado abaixo; ou (ii) por meio de envio do Boletim de Voto a Distância, nos termos da Instrução CVM 481. **2.** O acionista que desejar participar e votar nas Assembleias por meio da Plataforma Digital deverá enviar e-mail para o endereço assembleias@cpfl.com.br, com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência (isto é, até o dia 26 de abril de 2022), manifestando seu interesse em participar das Assembleias e solicitando o link de acesso à Plataforma Digital ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá: **(i)** conter a identificação do acionista, que deverá comprovar a titularidade de ações de emissão da Companhia, conforme registro no Livro de Registro de Ações Escriturais da instituição financeira depositária das ações - Itaú Corretora de Valores S.A. e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá às Assembleias, incluindo seus nomes completos e seus CPF/ME ou CNPJ/ME, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e **(ii)** ser acompanhada dos documentos necessários para participação nas Assembleias, conforme detalhado no Manual das Assembleias. **3.** Os acionistas que não enviarem a Solicitação de Acesso na forma e prazo previstos acima não estarão aptos a participar e/ou votar nas Assembleias via sistema Plataforma Digital. **4.** Após a verificação da regularidade dos documentos enviados para participação na AGOE, a Companhia enviará ao acionista as instruções para acesso à Plataforma Digital e participação nas Assembleias. **5.** Na hipótese de o acionista não receber as senhas de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início das Assembleias, o acionista deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail assembleias@cpfl.com.br ou telefone (+55 51) 3382-2798 para que seja prestado o suporte necessário. **6.** Na data das Assembleias, o link de acesso à Plataforma Digital estará disponível a partir de 1 (uma) hora de antecedência, sendo que o registro da presença da acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso via link, conforme instruções e horários aqui indicados. Após o início das Assembleias, não será possível o ingresso (participação) do acionista nas Assembleias, independentemente da realização do cadastro prévio. **7.** Além disso, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a Plataforma Digital para participação das Assembleias com antecedência de 45 (quarenta e cinco) minutos a 1 (uma) hora para se ambientarem à plataforma e verificar seu correto funcionamento. Caso o acesso à plataforma não esteja liberado nesse período, solicitamos que o acionista entre imediatamente em contato pelo e-mail ou telefone acima reportando a questão. **8.** A Companhia destaca, ainda, que as informações e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, mas sem limitação, a senha de acesso, são únicas e intransferíveis, assumindo o acionista (ou seu respectivo Procurador, conforme o caso) integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia nos termos do Manual. **9.** A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da Plataforma Digital e com o acesso à teleconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. **10.** Nos termos da Instrução CVM 481, serão considerados presentes às Assembleias os acionistas cujo boletim de voto a distância tenha sido considerado válido pela Companhia, ou os acionistas que tenham registrado sua presença, na ocorrência das Assembleias, no sistema eletrônico de participação a distância, de acordo com as orientações acima. A Companhia ressalta que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente às Assembleias, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital. **11.** É facultado a qualquer acionista constituir procurador para participar das Assembleias e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os documentos indicados no Manual das Assembleias. **12.** As procurações, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: **(i)** ser acionista ou administrador da Companhia, (ii) ser advogado ou **(iii)** ser instituição financeira. Para os acionistas que sejam pessoas jurídicas, conforme entendimento proferido pelo Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ2014/3578), não há necessidade de o mandatário ser **(i)** acionista ou administrador da Companhia, **(ii)** advogado ou **(iii)** instituição financeira. **13.** Nos termos da Instrução da CVM 481, a Companhia adotou o sistema de votação a distância, permitindo que os acionistas participem das Assembleias mediante o preenchimento e a entrega dos respectivos Boletins de Voto a Distância aos agentes de custódia, ao escriturador ou diretamente à Companhia, de acordo com as instruções do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia, do Manual das Assembleias e da Proposta da Administração. **14.** Nos termos do artigo 135, § 3º, da Lei das S.A. e em cumprimento ao disposto no artigo 6º e seguintes da Instrução CVM 481, todos os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas nas Assembleias encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede social da Companhia, no seu website de relações com investidores (www.cpfl.com.br), bem como nos websites da CVM (www.gov.br/cvm), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br)". Porto Alegre, 31 de março de 2022. **Gustavo Estrella** Presidente do Conselho de Administração. *Chairman of the Board of Directors*. **Gustavo Estrella -** Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

**PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 9 9649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

## DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS

CNPJ/MF Nº 92.665.611/0001-77 • NIRE Nº 43300003221 • CVM nº 00934-2 • Companhia Aberta

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se às 08:30 horas do dia 29/04/2022 em nossa sede social, na Avenida Industrial Belgraff, nº 865, CEP: 92.990-000, em Eldorado do Sul, RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: a)** Apreciar contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relatório de administração e relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **b)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, antes das Participações dos Empregados e dos Administradores e sobre a homologação do pagamento de juros sobre capital próprio imputados ao valor dos dividendos; **c)** Eleger os membros do Conselho de Administração; e, **d)** Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2022. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária: a)** Deliberar acerca de aumento do capital social da Companhia, passando de R$ 918.000.000,00 (novecentos e dezoito milhões de reais) para R$ 943.000.000,00 (novecentos e quarenta e três milhões de reais) mediante a capitalização de reservas, sem emissão de novas ações, com a respectiva alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, bem como atualizar o número total de ações da Companhia para refletir a situação após a conclusão do processo de conversão de ações preferenciais; **b)** Deliberar acerca da alteração do objeto social da Companhia, para inclusão da atividade complementar secundária de intermediação de negócios; e **c)** Consolidar o Estatuto Social para refletir as alterações deliberadas nos itens acima. **Informações Gerais para Participação na Assembleia:** Participação por voto à distância. A companhia informa que utilizará o processo de voto à distância, de acordo com a Instrução CVM nº 481/2009. O acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida Instrução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador, ou diretamente à Companhia. Participação pessoal ou por representante. Os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, para participarem das Assembleias, deverão observar as disposições previstas no art. 126 da Lei 6.404/76, apresentando documento hábil de sua identidade e comprovante da qualidade de acionista da Companhia expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia, demonstrando sua posição acionária. Os instrumentos de procuração para representação na Assembleia ora convocada poderão ser depositados até às 18h de 27 de abril de 2022 no seguinte endereço: Avenida Industrial Belgraf, nº 865, bairro Industrial, CEP: 92.990-000, Eldorado do Sul/RS. Voto Múltiplo. Consoante às instruções CVM nº 165/91 e 282/98, é de 5% o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição de adoção do voto múltiplo para eleição dos integrantes do Conselho de Administração. A companhia ressalta a importância de que os pedidos de voto múltiplo sejam feitos com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela companhia e a participação dos demais acionistas, nacionais e estrangeiros. Documentos relacionados à Assembleia. Os documentos a serem discutidos na Assembleia Geral encontram-se à disposição no endereço da Companhia acima indicado e nos websites da Companhia (www.grupodimed.com.br/ri), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO (www.b3.com.br) na internet.

Eldorado do Sul/RS, 29 de março de 2022.

Julio Ricardo Andrighetto Mottin, Roberto Luiz Weber, Denis Pizzato,
Claudio Roberto Ely, Cristiano Gioia Lauretti e Clarice Martins Costa
Conselheiros de Administração

ASCOL